

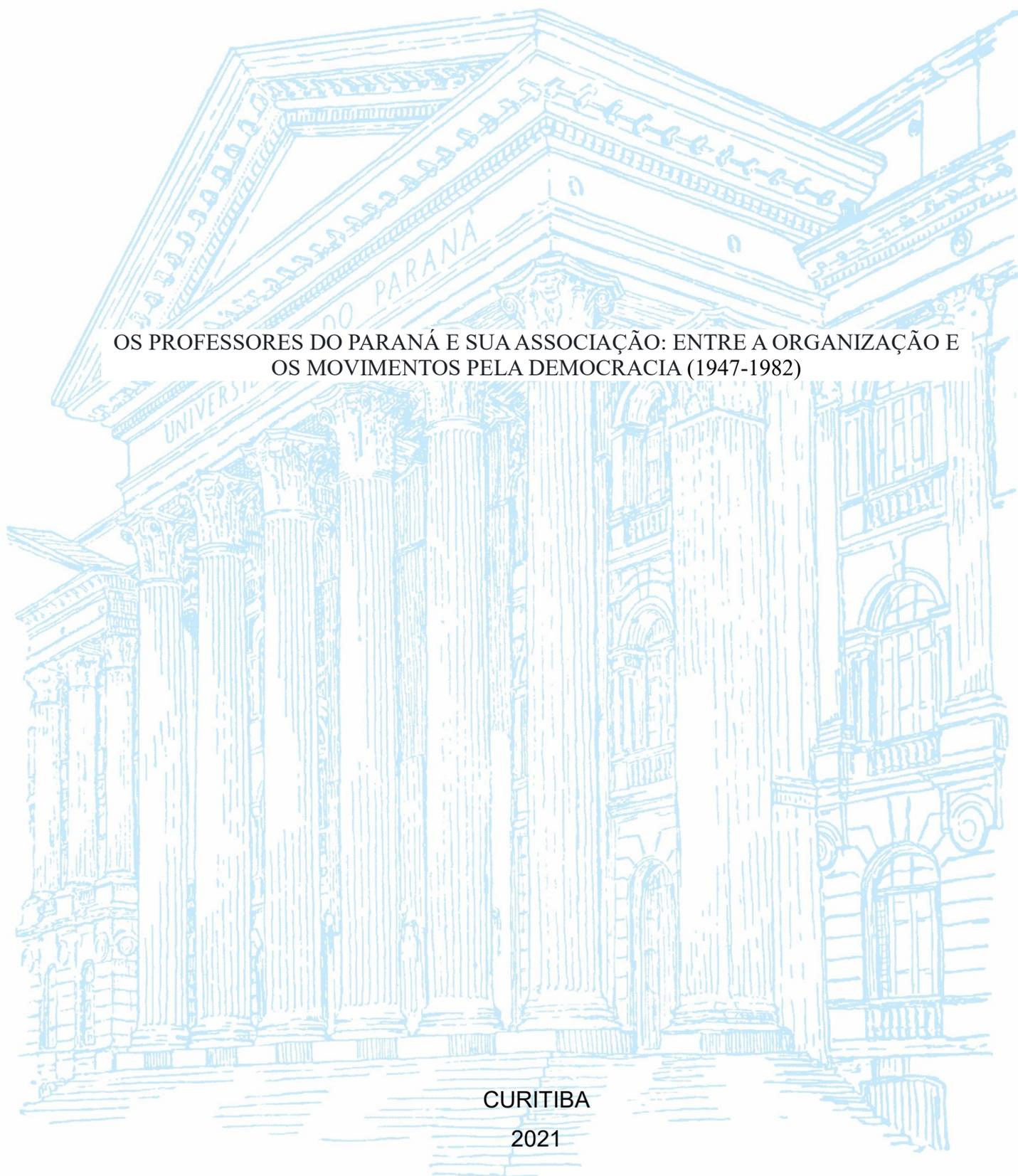
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOSÉ JAILTON CAMARGO

OS PROFESSORES DO PARANÁ E SUA ASSOCIAÇÃO: ENTRE A ORGANIZAÇÃO E OS MOVIMENTOS PELA DEMOCRACIA (1947-1982)

CURITIBA

2021



JOSÉ JAILTON CAMARGO

OS PROFESSORES DO PARANÁ E SUA ASSOCIAÇÃO: ENTRE A ORGANIZAÇÃO E
OS MOVIMENTOS PELA DEMOCRACIA (1947-1982)

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em História no Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná. Linha de pesquisa: Intersubjetividade, pluralidade, reflexão e sentimento na história.

Orientadora: Profa. Dra. Marion Brepohl de Magalhães.

CURITIBA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Camargo, José Jailton

Os professores do Paraná e sua Associação : entre a organização e os movimentos pela democracia (1947-1982). / José Jailton Camargo. – Curitiba, 2021.

Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Prof^a. Dr^a. Marion Brepohl de Magalhães

1. Associação dos Professores do Paraná - História. 2. Educação – Aspectos políticos. 3. Professores – História – Paraná. 4. Movimentos sociais. 5. Memória. I. Magalhães, Marion Brepohl de, 1956-. II. Título.

CDD – 370.98162



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -
40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **JOSÉ JAILTON CAMARGO** intitulada: **OS PROFESSORES DO PARANÁ E SUA ASSOCIAÇÃO: ENTRE A ORGANIZAÇÃO E OS MOVIMENTOS PELA DEMOCRACIA (1947-1982)**, sob orientação da Profa, Dra, MARIONILDE DIAS BREPOHL DE MAGALHÃES, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 13 de Agosto de 2021.

Assinatura Eletrônica

16/08/2021 11:38:41.0

MARIONILDE DIAS BREPOHL DE MAGALHÃES
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

16/08/2021 09:53:42.0

PRISCILA PIAZENTINI VIEIRA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

16/08/2021 14:05:22.0

OZIAS PAESE NEVES

Avaliador Externo (UNIBRASIL CENTRO UNIVERSITÁRIO)

Assinatura Eletrônica

16/08/2021 09:48:13.0

ANGELO APARECIDO PRIORI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ)

Assinatura Eletrônica

16/08/2021 09:06:48.0

RAFAEL ROSA HAGEMeyer

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA)

Rua General Carneiro, 460, Ed.D.Pedro I, 7º andar, sala 716 - Campus Reitoria - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5086 - E-mail: cpghis@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 106841

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 106841

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Em 2003, no início do ano, sentei à beira da cama e atinei que estava vivendo o último período letivo da minha vida. As universidades eram mundos tão distantes, que eu nunca havia pisado em uma, e a vida modesta, de família pobre do interior, não permitia ver mais que a conclusão do Ensino Médio. 18 anos depois, vou finalizando uma tese de doutorado.

Muita coisa aconteceu nessas quase duas décadas. A pessoa que escreveu a tese o fez, no entanto, com as mãos de centenas de outras, muitas das quais não conseguiram a oportunidade de estudar. Contribuíram com seu incentivo, carinho, ensino e impostos; já que minha trajetória escolar – e profissional também - foi realizada integralmente por dentro de escolas e universidades públicas.

À família, primeiro, o incentivo ao estudo. Pessoas pobres, nesse país, só têm o futuro a ganhar, e muita sorte quando a convivência familiar estimula a busca de conhecimento. Bernardete, Jair, Daiane, Janaína e Rosa, além de tios, sobrinhos, primos: chego aqui com um pedaço de cada um. Maria Sueli e José Francisco – que nasceu na greve de 2015 - suportaram esse projeto de doutor por longos dias, imprescindíveis para a consecução de créditos e da pesquisa.

Em 2003 iniciou-se um novo projeto de país. Parte grande das oportunidades que aproveitei se devem aos imensos investimentos em Educação, realizados pelos governos do Partido dos Trabalhadores. Entre outras coisas, criaram os Institutos Federais de Educação, em um dos quais tenho imenso orgulho em lecionar. Sinto o dever de não permitir que se cortem os sonhos de outros meninos, pobres como eu, por falta de investimento público. O neoliberalismo não serve para a imensa maioria da sociedade brasileira, nem o autoritarismo.

Agradeço à CAPES pela concessão de uma bolsa no primeiro ano do doutorado, fundamental para suportar financeiramente aquele 2017. E ao IFPR, pela concessão de uma licença integral no último ano, que permitiu concluir a escrita da tese com mais tranquilidade. Do IFPR, ainda, os amigos Ki Suco, Mike, João, Felinto, Raphael e Ana pela amizade e compartilhamento das angústias políticas.

Reitero a imensa dívida com o sistema público de ensino, desde a Escola Rural Municipal Santo Antônio, até a prestigiosa Universidade Federal do Paraná. E a cada um dos professores que contribuíram para minha formação. Alguns não posso deixar de nomear. Professores Rubi e Clarinda Maia – foram as aulas de História da professora Clarinda que me fizeram decidir por ser professor, e nessa disciplina -; os professores da graduação e

especialização em História na UNICENTRO, especialmente Maristela Toma e Rosemeri Moreira.

Aos amigos. Todos. Pessoas como a Regina Kobylacz, Dona Catarina, Itamar, Nélida e Genilton, do meu primeiro emprego no CAIC João Paulo II; ainda Betinha, Serli, Eroni, Maria Augusta, Marinês, Marlene, Dionaura, Clotilde, Ademir, Luís. Do Colégio Estadual João XXIII: Isaías, Sandro, Márcia, Sandra, Amélia, Fogaça, Ana Paula, Mafalda, Marisa, Lourdes, Dirlei, Laurita e Leni. Do João de Mattos: Maria Alair, Bernadeth, Margarete, Glauce, Terezinha. Henry Claude, Márcio Duda, Giló, Ana Paula Guardachenski, Eleandro, da graduação. Professora Josane, do Colégio Estadual Bituva das Campinas. Agradeço também aos amigos da turma de doutorado e, da época do mestrado, especialmente ao Carlos Barros Gonçalves e ao Manuel Guerrero. Cada um desses e muitos outros são parte importante da consecução desta tese.

À APP-Sindicato. Certamente a instituição à qual devo a maior parte da minha formação política. Como sindicalizado, militante e dirigente, fiz amigos maravilhosos. Arlete, Tatiana e Marco primeiro, também Manuela, Rosani Moreira, Guilherme Magalhães, Delair, Gilberto, José Oliveira, Idemar, Claudete.

E à professora Marion, orientadora no mestrado e doutorado. Foram anos de insegurança frente à responsabilidade de ser orientado por uma das profissionais mais reconhecidas da área. O desafio de estar à altura dessa exigência é tão grande que não saberia dizer se, em algum momento, foi superado de fato. É a única responsável por algum eventual mérito do trabalho. Agradeço pela disponibilidade em atender, pela atenção na leitura e no apontamento das necessidades do texto. E, mais ainda, pelo aprendizado com o exemplo de postura crítica e firme na defesa daquilo que acredita. Sigo aprendendo.

“... se for preciso, está na hora de tomar uma decisão, se for preciso nós temos, nós professores de assumir o comando político... tomar uma situação, ir com uma linha política que é contrária ao Governo estabelecido.”

(Professor Lino, 1974)

RESUMO

O presente trabalho analisa a trajetória da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná entre o ano de sua fundação, 1947, e o lançamento da primeira chapa de esquerda para a eleição de seus dirigentes, em 1982. A associação foi fundada por professores ligados a prestigiosos locais de ensino, e externava inicialmente uma visão de mundo conservadora; a partir do final dos anos 1970 passou a assumir um comportamento crítico tendo em vista o governo ditatorial, que se instalou em 1964, e é o objetivo central desta tese: entender como e porque essa mudança se processou. Identificamos a existência de três grandes grupos internos no período analisado, dois que a dirigiram, e um terceiro que passou a disputá-la a partir de 1982, mas que já influenciava sua política desde antes, pois o autoritarismo foi crucial para as mudanças internas e a ascensão de grupos com postura liberal ao comando da instituição. Importante também, para a feitura desta pesquisa, foi a análise da memória sobre a entidade, que celebra um passado de resistências contra o governo, desconsiderando o programa fundador da entidade. Como *corpus* documental, valemo-nos de fontes disponíveis no acervo do Departamento de Arquivo Público do Paraná (DEAP) coletados pela antiga Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), e na sede estadual da APP-Sindicato, bem como algumas publicações oficiais da entidade. Conduzimos a análise levando em conta sempre as disputas internas pela direção, as condições da conjuntura histórica do país, e a ação dos agentes/professores. Como suporte teórico nos pautamos nos trabalhos de Hannah Arendt sobre política, ação, poder e coragem; nas obras de Pierre Ansart e suas análises sobre as paixões políticas; nos escritos de Edward Palmer Thompson sobre relações sociais e classes; e na Teoria das Elites, com textos de Bobbio e Mitchels.

Palavras-chave: APP-Sindicato; Comportamento Político; Disputas de memória; Mudança; Paraná.

ABSTRACT

The present work analyzes the trajectory of the APP - Union of Workers in Public Education of Parana between the year of its foundation, 1947, and the launching of the first leftist slate for the election of its leaders, in 1982. The association was founded by teachers, who were connected to prestigious teaching places, and initially it externalized a conservative worldview; from the end of the 1970's on, it started to assume a critical behavior, bearing in mind the dictatorial government, which was installed in 1964, and this is the central objective of this thesis: to understand how and why this change came about. The existence of three major internal groups in the analyzed period was identified, two that ran the institution, and a third one that started its dispute after 1982, but which has already influenced its politics since before that, since authoritarianism was crucial for the internal changes and the rise of liberal groups to the command of the institution. The analysis of the memory about the entity was also important for this research, which celebrates a past of resistance against the government, disregarding the founding program of the entity. As a documental corpus, available sources in the collection of the Public Archive Department of Parana (DEAP) were used, they were collected by the former Social and Political Order Station (DOPS), and at the state headquarters of the APP-Union, as well as some official publications of the entity. The analysis was conducted always taking into account the internal disputes for the direction, the conditions of the historical conjuncture of the country, and the action of the agents/teachers. As theoretical support, the thesis was based on Hannah Arendt's works about politics, action, power, and courage; on Pierre Ansart's works and his analysis about political passions; on Edward Palmer Thompson's writings about social relations and classes; and on the Theory of Elites, with texts by Bobbio and Mitchels.

Key-words: APP-Union; Political Behavior; Disputes of memory; Change; Parana.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A.P.P. – Associação dos Professores do Paraná.

ABI: Associação Brasileira de Imprensa.

ACOPA: Associação Comercial do Paraná.

AESI: Assessoria Especial de Segurança e Informações.

AI-2: Ato Institucional N° 2.

AI-5: Ato Institucional N° 5.

ALEP: Assembleia Legislativa do Paraná.

APEOESP: Associação dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo.

APLP: Associação dos Professores Licenciados do Paraná.

APMP: Associação do Pessoal do Magistério do Paraná.

APNP: Associação de Professores do Norte do Paraná.

APP-SINDICATO: APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná.

APROPAL: Associação dos Professores de Palmas.

APUFPR: Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná.

ARENA: Aliança Renovadora Nacional.

ASPP: Associação dos Servidores Públicos do Paraná.

ATED: Associação Toledana de Educadores.

CA: Centro Acadêmico.

CAHS: Centro Acadêmico Hugo Simas.

CBA: Comitê Brasileiro pela Anistia.

CCF: Conselho Consultivo e Fiscal.

CEB: Comunidade Eclesial de Base.

CENIMAR: Centro de Informações da Marinha.

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho.

CMOPE: Confederação Mundial de Organizações de Professores.

CNBB: Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

CNTE: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

CODI: Centro de Operações de Defesa Interna.

CONCLAT: Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras.

CPB: Confederação dos Professores do Brasil.

CPP: Centro do Professorado Paulista.

CPPB: Confederação dos Professores Primários do Brasil.

CRPP: Conselho de Representantes dos Professores do Paraná.

CUT: Central Única dos Trabalhadores.

DARP: Diretório Acadêmico Rocha Pombo.

DCE: Diretório Central dos Estudantes.

DEAP: Departamento de Arquivo Público do Paraná.

DOI: Departamento de Operação de Informações.

DOPS: Delegacia de Ordem Política e Social.

DPF: Departamento de Polícia Federal.

DSN: Doutrina de Segurança Nacional.

ENCLAT: Encontro Nacional das Classes Trabalhadoras.

ESG: Escola Superior de Guerra.

FUEL: Fundação Universidade Estadual de Londrina.

FUNDEPAR: Fundação Educacional do Estado do Paraná.

IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

IPE: Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná.

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

LDB: Lei de Diretrizes e Bases.

MCV: Movimento do Custo de Vida.

MDB: Movimento Democrático Brasileiro.

MEJ: Movimento Educação e Justiça.

MOIP: Movimento de Oposição Independente dos Professores.

OAB: Ordem dos Advogados do Brasil.

OPA: Oposição dos Professores em Ação.

PAEG: Plano de Ação Econômica do Governo.

PCB: Partido Comunista Brasileiro.

PDS: Partido Democrático Social.

PDT: Partido Democrático Trabalhista.

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira.

PT: Partido dos Trabalhadores.

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro.

SEEC: Secretaria de Educação e Cultura.

SEED: Secretaria de Estado da Educação.

SESP: Secretaria de Segurança Pública do Paraná.

SNI: Serviço Nacional de Informações.

TFP: Tradição, Família e Propriedade.

UCP: Universidade Católica do Paraná.

UFP: Universidade Federal do Paraná.

UFPR: Universidade Federal do Paraná.

UNE: União Nacional dos Estudantes.

UNICENTRO: Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná.

UPE: União Paranaense dos Estudantes.

UPES: União Paranaense dos Estudantes Secundaristas.

LISTA DE IMAGENS E QUADROS

IMAGENS:

IMAGEM 1: Panfleto de campanha da chapa situacionista (1972).

IMAGEM 2: Panfleto de campanha da chapa oposicionista. (1972).

QUADROS:

QUADRO 1 – Nomes e funções de dirigentes do grupo Conservador e das chapas concorrentes entre 1947 e 1969.

QUADRO 2 – Nomes e funções de dirigentes dos grupos que disputaram e dirigiram a A.P.P. entre 1969 e 1976.

QUADRO 3 – Nomes e funções de dirigentes do grupo liberal e das chapas concorrentes entre 1976 e 1982.

SUMÁRIO

1. TEMA.....	17
1.1 POR QUE A APP?	17
1.2 APORTE TEÓRICO.....	27
1.3 TIPOLOGIA DAS FONTES	46
2. A A.P.P. DE 1947 A 1968: PREDOMÍNIO DO GRUPO CONSERVADOR.....	50
2.1 CRESCIMENTO DA INSATISFAÇÃO NA BASE.	66
2.2 O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO: PAUTA CENTRAL DOS PROFESSORES.....	76
2.3 O “CONGRESSO” DO MAGISTÉRIO DE 1968	80
3. OS ANOS DE 1968 A 1976: TRANSIÇÕES.....	104
3.1 AS ELEIÇÕES DE 1969	104
3.2 A PROPOSTA DE DIVISÃO GEOGRÁFICA E OS NOVOS ESTATUTOS.....	116
3.3 1973: VITÓRIA DA OPOSIÇÃO LIBERAL	133
3.4 1974 A 1976: CONSOLIDAÇÃO DOS NOVOS DIRIGENTES.....	144
4. O PREDOMÍNIO LIBERAL E O DESAFIO DA ESQUERDA (1977 A 1982).	167
4.1 O ‘PESADO ÔNUS’ DO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO	167
4.2 A GREVE/CONGRESSO DE 1978	177
4.3 TEMPOS DE “ABERTURA(S)” E GREVES	193
4.4 1982: AS OPOSIÇÕES VÃO À LUTA.....	211
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	221
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	228
7. FONTES CONSULTADAS:	234

1. TEMA.

1.1 POR QUE A APP?

A definição por um objeto de estudo nunca é feita a esmo e carrega sempre as marcas subjetivas de preferências que temos, pelos mais diferentes motivos. Minha escolha por entender a trajetória da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, não é exceção a essa regra.

Como sindicalizado ativo nos quadros dessa instituição desde 2006 - quando assumi um concurso para Agente de Execução na rede estadual de ensino do Paraná; posteriormente exonerarei esse cargo e assumi, também por concurso, a função de professor em 2012 – até 2018, pude vivenciar o dia-a-dia como sindicalizado de base e ocupando diversos cargos diretivos de caráter regional. Em alguns momentos, também, exercendo representação de base em congressos de instâncias como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Essa experiência me colocou a par da vivência como base, como *tribuno*¹ e como *debater*. E me possibilitou conhecer a fundo os grupos, correntes, interesses e pessoas em constantes disputas, para além dos objetivos reconhecidos e admitidos em estatutos e documentos oficiais. Desde já, afirmo isso com respeito e carinho, pois o jogo político não é feito por anjos e, devo dizer, eu sempre considerei esse mundo fascinante.

Entre as grandes disputas por trás de cada encontro, cada reunião, congresso ou assembleia, de uma coisa não parecia haver a menor dúvida: entre os grupos políticos que se digladiavam – e se digladiam ainda -, nunca pude perceber alguma disputa sobre a memória histórica da entidade como um todo. Em outras palavras, parecia haver um consenso tácito sobre algumas verdades históricas tidas como absolutamente corretas por todos que se dedicavam à militância e às disputas internas.

Essa memória coletiva – entendida aqui como aquelas que “... são objeto de discursos e práticas coletivas por parte de grupos sociais razoavelmente bem definidos”² - era, e é ainda,

¹ Segundo Bourdieu, a função de um dirigente como *tribuno* refere-se às falas que ele dirige às bases e, como *debater*, àquelas que dirige a outros dirigentes que, como ele, conhecem a fundo o jogo político que se joga na instituição. Nas suas palavras, é necessário “... o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do tribuno, indispensável nas relações com os profanos, ou a do debater, necessária nas relações entre profissionais.” BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. IN: **O poder simbólico**. 6ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.169.

² SÁ, Celso Pereira de. **Sobre o Campo de Estudo da Memória Social: Uma Perspectiva Psicossocial**. Rio de Janeiro: UERJ, 2007. Disponível em www.scielo.br/prc

reiterada em encontros, seminários, assembleias, congressos, conferências e reuniões. Por um lado, é perceptível o seu enraizamento e, por outro, trabalhos no sentido de mantê-la viva e atuante.

Em 2008, já exercendo um cargo eletivo de representante sindical de base, foi oferecido um Curso de Formação Política e Sindical, em um programa conjunto entre a APP e a Universidade Federal do Paraná. O curso possuía quatro módulos e o segundo deles se chamava “concepção, estrutura e organização da APP-Sindicato”³, iniciando com “A história da APP-Sindicato”. Essa versão histórica, depois fui saber, era a mesma versão que se encontrava também no estatuto da entidade.

De modo geral, era a mesma versão que eu ouviria, leria e veria sendo repetida em todos os anos de militância e, naqueles primeiros tempos, não percebi motivos para acreditar que as coisas pudessem ter sido diferentes. A paixão militante certamente desempenhava um papel nessa aquiescência imediata e irrefletida.

Já em 2010, ou 2011, num seminário de formação onde uma das lideranças versava sobre a – mesma – história da entidade, alguém pediu um aparte e se manifestou afirmando que estavam esquecendo do “Movimento OPA (Oposição dos Professores em Ação)”, e que tal movimento fora muito importante no início dos anos 1990. Bem, nenhum dos materiais que eu vira falava do referido movimento, e fui perguntar para alguns militantes mais velhos do que se tratava.

Essa lembrança inesperada e que não estava constando do discurso oficial apresentado, remete à importante noção de que “... em última análise, são as pessoas que se lembram...”⁴, embora, segundo Sá “... a forma e boa parte do conteúdo das suas memórias sejam socialmente determinadas, pelos grupos, pelas instituições, pelos marcos mais amplos da sociedade, por recursos culturalmente produzidos, dentre os quais se inclui a própria linguagem.”⁵ Ou seja, embora exista um trabalho constante de rememoração de uma história ‘oficial’, nem todo o discurso que as pessoas farão ou terão possuirá exatamente a forma como ele se apresenta; felizmente.

Segundo alguns professores mais antigos com os quais fui conversar – e que, portanto, mesmo aquiescendo com o discurso oficial lembravam também do Movimento OPA -, este era descrito como ‘uma união do PT (Partido dos Trabalhadores) com o PMDB (Partido do

³ APP-Sindicato. **Curso de formação para representante de escola: Etapa II concepção, estrutura e organização da APP-Sindicato – princípios norteadores, estatuto, instâncias de deliberação.** Curitiba, 2008.

⁴ Sá, Celso Pereira de. Op. cit. p. 291.

⁵ Idem.

Movimento Democrático Brasileiro) para retirar o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) do poder na APP'. A identificação dos adversários políticos todos com o PSDB levava a uma certa confusão, em parte pelas políticas liberais desse partido, que eram repudiadas no sindicato.

Esse movimento, na verdade, foi organizado em oposição à liderança do professor Izaias Ogliari e seu grupo, que era ligado ao PMDB, e exercia um cargo de confiança no governo Álvaro Dias durante a famosa greve de 1988, quando o governo autorizou a utilização de bombas, soldados e cavalos para atacar a categoria. Em 1991, Ogliari venceu nova eleição para presidir a APP-Sindicato - depois de 1988 os funcionários públicos puderam organizar-se em sindicatos, e a antiga associação fez isso também -, com a oposição dividida em duas chapas, ambas contrárias a ele, mas com perspectivas políticas diferentes: uma ligada à diretoria cujo mandato estava findando, e outra claramente alinhada ao PT.

De acordo com Sebastião Rodrigues Gonçalves “a chapa ‘OPA’ foi uma autodenominação assumida pelo grupo de oposição durante a gestão de Izaias Ogliari. Participavam desse grupo alguns membros que teriam feito parte da diretoria presidida por Isolde⁶ e outros do PT, .”⁷ O movimento OPA, portanto, foi uma unificação da oposição que fora derrotada por Ogliari em 1991; uma união de petistas e independentes próximos da ex presidente Isolde, para derrotar Ogliari, em 1993.

Aquilo foi extremamente revelador para mim; não sobre disputas políticas, que então já me eram um fato normal da vida do sindicato, mas sobre uma união aberta de partidos para disputar a direção, e de porque não se falava daquilo oficialmente. Mais ainda: de que um grupo com ideais liberais já dirigira a entidade em algum momento e que, portanto, o posicionamento mais próximo ideologicamente à esquerda nem sempre fora predominante nela.

Certamente não recorro de todos os passos e detalhes que levaram minha curiosidade a buscar saber mais sobre os fatos que não estavam na memória oficial da entidade, mas é certo que fiz um trabalho de pesquisa, em um curso de especialização, sobre a fundação do núcleo sindical de Irati; e descobri, por exemplo, que fora muito mais um movimento dentro de uma grande disputa política interna, do que fruto do trabalho de abnegados professores. Certamente foi um pouco das duas coisas, mas só uma era lembrada oficialmente.

⁶ Era a professora Isolde Andreatta, que era a presidente da A.P.P. em 1988, por ocasião da greve em que os professores foram atacados com bombas, cavalos e policiais.

⁷ RODRIGUES, Sebastião Gonçalves. **Movimento operário e estado: a APP-Sindicato – a organização e as lutas dos trabalhadores na educação da rede pública estadual do Paraná.** (Dissertação de Mestrado PPGE-UFPR). Curitiba: UFPR, 2007. p. 115.

Essa narrativa, grosso modo, localiza o início das grandes lutas a partir dos anos 1980 ou no máximo em fins dos anos 1970, mais propriamente, com as grandes greves do final dessa década. Embora não se diga oficialmente, existe uma clara percepção como aquela encontrada por Melissa Colbert Bello, quando de sua estadia na sede da entidade para fazer pesquisa; a de que “em alguns momentos, porém, sentimo-nos desestimuladas por comentários, como... ‘naquele tempo, a Associação era governista. As lutas, mesmo, começaram depois’.”⁸

Segundo Kalina e Maciel Henrique Silva “... a memória coletiva fundamenta a própria identidade do grupo ou comunidade, mas normalmente tende a se apegar a um acontecimento considerado fundador, simplificando todo o restante do passado.”⁹ No caso dessa memória cristalizada sobre a associação, o que parece importar é o período ‘das lutas’, entendido como uma época em que a mesma passou a realizar grandes greves, mostrado como um divisor de águas, um acontecimento fundador.

Certamente cumpre um papel importante solidificar a ideia de que a associação se tornou relevante, como defensora dos professores, somente a partir do momento em que determinado grupo passou a atuar nela; afinal, como salienta Le Goff “... a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder”¹⁰.

Não entendemos, ressalte-se, esses “trabalhos de memória” no sentido de uma conspiração organizada, mas sim como um elemento constitutivo da associação e dos grupos que a dirigiram e dirigem. Podemos perceber que essa estratégia não é exclusividade do grupo atual, sendo utilizada também pela Oposição Liberal quando este dirigia a A.P.P. Mais ainda, é uma estratégia quase tão antiga quanto as civilizações humanas já que, conforme Le Goff: “tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas.”¹¹

Nesse material de 2008 ao qual me referi acima, há uma organização cronológica de “fatos que marcaram a história da APP-Sindicato”¹². De 1947 a 1990 são elencados 12 acontecimentos; de 1990 a 2007 são mais 12. Ou seja, foram contabilizadas 12 ocorrências relevantes em um período de 43 anos, e mais 12 em outros 17 anos¹³; o que pode indicar, por exemplo,

⁸ BELLO, Melissa Colbert. **Professoras e professores em greve? Memórias do Congresso do Magistério Público do Paraná (1968)**. (Dissertação de Mestrado). PPG. Curitiba: UFPR, 2013. p. 18.

⁹ SILVA, Kalina Vanderlei; Silva, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 276

¹⁰ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990. p. 477.

¹¹ Idem. p. 427.

¹² APP-Sindicato. **Curso de formação para representante de escola...** p. 6

¹³ Idem. p. 6.

que quem operou a seleção desses acontecimentos estava – consciente ou inconscientemente – mais identificado com esse período recente da história da entidade.

Em 2017, em comemoração aos 70 anos de existência, foi lançado um livro com contribuição de autores ligados ao movimento sindical e alguns membros da academia, notadamente do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, com o qual a APP-Sindicato possui uma relação bastante estreita. Ao estabelecer uma cronologia das conquistas da entidade, retomam-se em grande medida os fatos selecionados na cronologia disposta nos materiais de formação, acrescidos de outros, embora claramente sejam selecionados mais acontecimentos do final dos anos 1980 em diante¹⁴.

Pesquisando a história de uma instituição parecida, a APEOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), Ricardo Pires de Paula percebeu que as pesquisas acadêmicas sobre essa instituição acabavam reproduzindo uma visão segundo a qual a história da mesma era “dividida em antes e depois dos anos 1978/1979. Antes dessa data, a entidade é vista como uma associação ‘assistencialista’ e ‘colaboracionista’... Após esse período... a associação passou a ter um caráter ‘classista’ e ‘reivindicatório’.”¹⁵ Segundo o autor, essa visão resultava de pesquisas que entrevistavam prioritariamente lideranças surgidas nos anos 1970 e 1980, e que acabavam elaborando sua visão da Apeoesp em consonância com os acontecimentos pós “novo sindicalismo”. E, dessa forma “a aliança estabelecida explícita ou tacitamente entre a academia e a vanguarda dos movimentos eclodidos no final da década de 70 consagrou uma visão de ruptura e inovação que acabou norteando as pesquisas nos anos 80 e 90.”¹⁶

De maneira geral, essa perspectiva de ruptura não é uma exclusividade das associações - depois sindicatos – docentes. Essa perspectiva acompanha um movimento da própria historiografia. Segundo Marco Aurélio Santana “é interessante notar que a categoria “Novo Sindicalismo” foi sendo cunhada na junção entre o movimento social e a reflexão acadêmica.”¹⁷ Como sugere Hobsbawm:

... a história que se tornou parte do cabedal de conhecimento ou ideologia da nação, Estado ou movimento não corresponde ao que foi realmente conservado na memória

¹⁴ KÜNZLE, Maria Rosa Chaves; FERRAZ, Marcos (orgs.). **70 anos de luta e resistência em defesa da educação pública**. Bauru(SP): Canal 6, 2017.

¹⁵ PAULA, Ricardo Pires de. **Entre o sacerdócio e a contestação: uma história da Apeoesp (1945-1989)**. (Tese de Doutorado). UNESP, 2007. p. 12/13.

¹⁶ Idem. p. 13.

¹⁷ SANTANA, Marco Aurélio. “O novo e o velho sindicalismo: análise de um debate”. IN: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 10/11, 199. p. 20.

popular, mas àquilo que foi selecionado, escrito, descrito, popularizado institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo.¹⁸

Ou seja, a historiografia teve papel relevante na construção, ou pelo menos na legitimação, dessa descrição, algo romantizada, de uma ruptura quase absoluta com um passado onde os trabalhadores eram “... apresentados como vítimas de uma modernização incompleta...”¹⁹, portanto incapazes de se constituir como uma classe ou formar grupos de pressão; como manipulados do alto para atender sempre os interesses das classes dominantes – “em cada lei operária há, sob a magra isca, um sólido anzol de aço”²⁰ -; para um momento em que, após as greves de 1978 “... haveria operários conscientes de sua classe; agora, teríamos um “novo” sindicalismo, bem diferente do “velho”; agora, teriam surgido lideranças que, saídas da própria classe, fundaram um partido *de* trabalhadores e não *para* os trabalhadores.”²¹

Podemos acrescentar que o “imobilismo” dos trabalhadores era creditado à sua absoluta cooptação no período populista, e à absoluta repressão no período da ditadura militar. Como mostram Fernando Teixeira da Silva e Helio Costa²², pesquisas mais recentes, no entanto, têm levado à tendência de perceber a complexidade dos processos de organização e luta dos trabalhadores, mesmo sob o varguismo. Muitas vezes são percebidas continuidades nas práticas, embora elas em alguns períodos tenham menor visibilidade. Para Leila da Silva Blass, também:

A ênfase excessiva no qualificativo “novo” das práticas sindicais que se espalham pelo país, a partir do final dos anos 70, pode, de um lado, conduzir, parafraseando Thompson, ao menosprezo da persistência das tradições políticas e culturais na formação das classes trabalhadoras no Brasil, (...) de outro, pode desconsiderar as ambiguidades e paradoxos que perpassam a proposta do novo sindicalismo²³.

Encontramos, também, nos arquivos da APP-Sindicato, um material elaborado pelo professor Izaias Ogliari em 1983, quando o mesmo presidia a entidade. Coincidência ou não, o

¹⁸ HOSBAWM, Éric. “Introdução: a invenção das tradições”. IN: HOSBAWM, Éric ; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 21.

¹⁹ SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio. “Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço de estudos recentes”. IN: FERREIRA, Jorgen (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 219.

²⁰ Idem. p.220.

²¹ FERREIRA, Jorge. “Introdução”. IN: FERREIRA, Jorgen (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 11.

²² SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio. “Trabalhadores urbanos e populismo”...

²³ BLASS, Leila Maria da Silva. Novo Sindicalismo: Persistência e Descontinuidade. In.: RODRIQUES, Iram Jácome (org.). **O Novo Sindicalismo: Vinte Anos Depois**. Petrópolis RJ: Vozes, 1999. p. 45.

título do texto é “*Memória Histórica 1983*”²⁴. Ao relatar a história da entidade, o mesmo dedica 12 páginas para o período entre 1947 e 1973, portanto um interstício de 26 anos, e outras 9 para o período entre 1973 e 1983, portanto, um interstício de 10 anos. Proporcionalmente, os anos de predomínio do grupo conservador recebem menos de meia página cada, enquanto o período de direção liberal recebe quase uma página inteira por ano.

Quanto à ideia de ruptura, em 1973 o então presidente – do grupo liberal – falava do “... atrelamento da Associação ao Governo até a *atual equipe* assumir, ou seja, até 1974, e que isto prejudicou em muito os professores. Será preciso, portanto, um trabalho desdobrado para recuperar o tempo perdido.”²⁵ E alguns anos depois, já enfrentando a esquerda, um componente do grupo liberal, Cleto Tamanini, afirmava “derrubamos *pelegos* em 1973”. Ou seja, atribuir àqueles que vieram antes a pecha de *pelegos* e afirmar que as coisas só melhoraram depois que o seu grupo chegou, não é necessariamente uma invenção do “Novo Sindicalismo”, ao menos na A.P.P.

Solidificar a ideia de que tudo mudou – para melhor – quando determinado grupo chegou à direção, portanto, é uma prática que tem acompanhado a existência da associação e as disputas pela memória da mesma. Uma pesquisa como essa em 1983, poderia encontrar e descrever práticas de desqualificação – ou mesmo de um sutil silenciamento – dos antigos dirigentes e suas contribuições. Afinal, lembrando Le Goff, a memória coletiva é objeto e instrumento de poder.

Para a consecução da pesquisa, realizamos também uma busca em teses e dissertações produzidas sobre a A.P.P. A maioria absoluta dos trabalhos encontrados, é verdade, se debruça sobre o período após o final dos anos 1980. Encontramos um total de 13 pesquisas de pós-graduação, sendo 5 teses e 8 dissertações referentes diretamente à atuação da A.P.P. Destas, apenas uma se refere ao período anterior à emergência do novo sindicalismo. Os recortes temporais, como apontamos, privilegiam o final dos anos 1980 até o presente. Como mostramos neste trabalho, não existe falta de documentação sobre os períodos anteriores, embora, naturalmente, estes sejam mais escassos e de localização mais difícil. Essa escolha de recorte temporal, portanto, deve ser respondida levando em conta outros fatores.

Uma das primeiras questões que chama a atenção e que nos levou, inclusive, a propor essa pesquisa, é o fato de que nenhum destes trabalhos foi apresentado em cursos de História. A ampla maioria das pesquisas foi efetuada e defendida em programas da área da Educação, com exceção de um trabalho no Serviço Social e outro da área de Letras.

²⁴ OGLIARI, Izaias. **Memória História 1983**. Curitiba: APP-Sindicato, 1983.

²⁵ Idem.

Embora a ampla maioria dos trabalhos tenha sido realizado em universidades paranaenses, existe também uma pesquisa realizada na UFSC, outra na UNICAMP e outra ainda na UNESP.

É notório que uma instituição do porte e da importância da A.P.P. ainda não tenha chamado a atenção de historiadores como objeto de pesquisa, ou mesmo como componente importante de outras análises. Ela teve o destino das associações que, nas palavras de Jean-Pierre Rioux, “tornam-se em instituições”.²⁶ Ele lembra que nem toda associação, na condição de um grupo social “organizado segundo normas supostas por seus membros” torna-se em instituição, espaço “onde as regras são pressupostas e não submetidas ao voluntariado da adesão”.²⁷ Mais ainda, quando se torna uma instituição ela, com o passar do tempo “multiplica as realizações de sua ação e se torna um órgão de seleção de elites, ‘uma escola de quadros sociais’.”²⁸ No caso da A.P.P., uma escola de onde saíram (e saem ainda) vereadores, deputados, secretários de educação, fundadores de outras associações.

Como em toda grande instituição, há preocupação em difundir suas ideias, seus pontos de vista e sua história. O que se percebe, porém, é que existe na atualidade uma visão cristalizada dessa história, e que acaba sendo reproduzida inclusive em trabalhos de pós-graduação. Não levamos essa parte da pesquisa ao ponto de poder diagnosticar, como no caso paulista, uma aliança estabelecida explícita ou tacitamente entre pesquisadores e vanguarda sindical. Para nosso trabalho, importa que as produções privilegiam um recorte temporal mais recente, e que os historiadores ainda não se debruçaram sobre a A.P.P. como já fizeram em relação à APEO-ESP.

Ao nos propormos pesquisar esses períodos mais recuados, inicialmente tencionávamos trabalhar com o período da Ditadura Militar, isto é, os anos 1964 a 1985. Entendíamos que assim se daria conta de encontrar outras pessoas e grupos para além daqueles que são conhecidos e atuantes atualmente, talvez com outras ideias e concepções, e com uma visão diferente da associação, do sindicato e do próprio magistério. E, quiçá, com outros posicionamentos políticos, foco do trabalho.

Ao buscar as fontes, entretanto, percebemos que não seria prudente remeter apenas a essa cronologia, uma vez que pudemos identificar claramente três grandes grupos que dirigiram a entidade em momentos distintos. Assim, entender a história da A.P.P. antes dos anos 1980,

²⁶ RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política. IN: RÉMOND, René. **Por uma história política**. -2ªed.-. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 111.

²⁷ Idem. p. 108.

²⁸ Idem.

requeria que se demonstrassem, minimamente, trajetórias de outros dois grupos que vieram antes, e os processos de ruptura e mudança que levaram à modificação da postura política da entidade. Embora o trabalho volte-se com alguma insistência para os grupos – impossível não o fazer, aliás – o objeto por excelência é a tentativa de explicação das mudanças no posicionamento político.

Assim, ao longo processo de transição no comando entre 1968 e 1973 – longo não pela extensão temporal, mas pela quantidade de ações e atores que envolveu – sucedeu-se a substituição de uma postura mais conservadora por uma proposta mais liberal e, a partir do final dos anos 1970, entrou em cena um grupo com concepções mais à esquerda, que disputou a entidade pela primeira vez nas eleições internas de 1982, ano final da tese. Terminamos nossa narrativa no momento em que a esquerda, que chegou ao poder 11 anos depois e não mais saiu, começou a disputar a associação.

Sendo uma história dos posicionamentos, e não necessariamente dos grupos, entendemos ter demonstrado, minimamente, o período conservador, o período liberal e o surgimento da esquerda. Esse último grupo e seu predomínio é alvo já, como demonstramos, de um bom número de produções institucionais e acadêmicas; restando como uma contribuição da tese – com o perdão da pretensão –, a demonstração de que há mais para saber do que permitem essas produções mais voltadas para as direções de esquerda.

Isso é importante porque, como lembram Vicentini e Lugli, a partir do final dos anos 1970 “... as características presentes na atuação das entidades criadas desde o final do século XIX passaram a ser identificadas como conservadoras e símbolo de tudo o que deveria ser superado no processo de organização da categoria.”²⁹ Ora, ocorre algo mais ou menos parecido com a história oficial da APP-Sindicato; isto é, tudo se passa como se houvessem dois grandes momentos: um para ser esquecido – ou no máximo lembrado como exemplo do que não fazer -, e outro para ser celebrado; cada um deles associado a um grande grupo político. Simplificando: é como se tudo se resumisse ao período de domínio dos grupos conservadores e sua superação pela esquerda.

As coisas podem ter se passado dessa forma em outras associações docentes no país, mas há que se ter cuidado com a generalização apressada pois, como apontamos, em relação à história da A.P.P. identificamos *três* grandes grupos, e não dois. Mais ainda: certamente uma análise criteriosa do amplo domínio temporal da esquerda na instituição, poderia revelar ainda

²⁹ VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009. p. 106.

outros grupos – todos de esquerda - que se formaram e disputaram a direção em diversos momentos desde 1993.

Não pretendemos entrar em uma disputa política provando que a memória oficial é seletiva e que se faz necessário celebrar também os outros grupos que dirigiram a associação, inclusive porque, como mostramos, os outros grupos também acabariam realizando essa operação de construir uma memória positiva de si mesmos. Por outro lado, a pesquisa acadêmica não pode ser realizada adotando uma premissa *a priori*, e construindo um discurso que venha simplesmente a validá-la. Nesse sentido, minimamente, pudemos demonstrar que a história da APP-Sindicato é mais rica e complexa do que pode aparecer nas memórias trabalhadas por qualquer grupo, ou ideologia, que a tenha dirigido, ou venha a dirigir.

Afinal, construir um objeto científico, na acepção de Bourdieu, é “... romper com o senso comum... com representações partilhadas por todos, quer se trate dos simples lugares-comuns da existência vulgar, quer se trate das representações oficiais, frequentemente inscritas nas instituições...”³⁰

De todo modo, ficou claro durante a pesquisa que o período da ditadura militar é crucial para responder como se processou essa mudança no posicionamento político da entidade. De fato, foi no ano de 1973 que, pela primeira vez depois de 26 anos, um grupo diferente pôde dirigir a A.P.P. - não sem uma ferrenha oposição dos antigos dirigentes por, pelo menos, quatro anos -, e iniciar um processo de consolidação que só seria quebrado de fato em 1993; embora uma oposição mais à esquerda já houvesse se formado e passado a disputar a entidade a partir de 1982.³¹ Houve vida antes dos anos 1980, e o processo de governo militar foi um momento importante para as mudanças de posicionamento político da entidade.

Para dar conta desse longo período, trabalhamos com uma perspectiva que evidencia a relação entre os ritos da instituição, com suas normas e disputas internas; a ação de professores da base e das direções; sem perder de vista, obviamente, as condições colocadas pelas diferentes conjunturas e regimes políticos pelos quais passou o país e, mais especificamente, o estado do Paraná. Simplificando: os ritos e disputas da instituição; as pessoas; as diferentes conjunturas políticas.

³⁰ BOURDIEU, Pierre. “Introdução a uma sociologia reflexiva.” IN _____ **O poder simbólico**. 6ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 34.

³¹ Oposição de esquerda surgida na esteira dos movimentos de base e do Novo Sindicalismo, junto aos “novos atores” trabalhados por Sader, e que se formam em grande parte como uma resposta da sociedade civil às políticas ditatoriais.

A associação foi fundada por professores com alto prestígio social, e que lecionavam em escolas muito reconhecidas; seus posicionamentos públicos e políticos iniciais pautavam-se por um conservadorismo bastante explícito e aproximação respeitosa com os poderes constituídos. Mas ao final do período que pesquisamos – mais especificamente, a partir dos anos 1980 – os posicionamentos da associação e de grande parte de seus dirigentes e associados era de enfrentamento ao regime militar, e bastante próximos de um ideal de oposição mais liberal; sendo progressivamente substituídos por um posicionamento mais à esquerda, numa mudança bastante radical em relação aos seus inícios.

Trata-se, pois, da História de uma entidade de representação de interesses, de uma história de trabalhadores e trabalhadoras, mas, sobretudo, de uma história política, se por ela entendermos que o político circula entre pessoas e grupos que desejam agir.

1.2 APORTE TEÓRICO

Ao pesquisar a história da instituição e as transformações em seus posicionamentos políticos, pudemos perceber que, em momentos distintos, a entidade foi conduzida por grupos com diferentes ideologias e posições políticas. A emergência, consolidação e, em alguns casos, a perda do poder e desestruturação desses grupos, podem ser observados claramente e marcados no tempo.

Acompanhar esses grupos através da documentação consultada – e com um espírito de “humildade historiadora”³² – nos permitiu encontrar “... nos arquivos, com um real bem mais complexo que todos os modelos”³³; isto é, perceber que os mesmos não eram constituídos – como nenhum grupo político o é – de pessoas que pensavam exatamente da mesma forma ou que faziam as coisas em uníssono. Ao mesmo tempo em que percebemos claramente elementos de solidez e continuidade entre os grupos que dirigiram a associação, encontramos também divergências internas que se manifestavam em diversos momentos, por vezes de maneira áspera e originando discussões e ressentimentos.

A título de distinguir os grupos identificados, optamos por nomeá-los de uma forma que caracterizasse suas ideias políticas. Esse ato de nomeação – sempre uma operação de poder e, nesse caso, como historiadores, poder sobre grupos que já se foram no tempo –, pretende-se isento de adjetivação. Ou seja, os nomes aplicados visam a distinguir os grupos e dar uma ideia

³² RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política. IN: RÉMOND, René. **Por uma história política**. -2ªed.-. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 113.

³³ Idem.

de seu posicionamento, mas não marcamos as posições como boas ou ruins. Seguindo o conselho de Marc Bloch, procuramos compreender, e não julgar³⁴.

Assim, o grupo que inicialmente comandou a entidade é nomeado por nós como conservador. Esse atributo, como define Bonazzi a partir da Ciência Política “designa ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras.”³⁵ Nesse sentido, portanto, o fato da proximidade desse primeiro grupo com os governos que se estabeleceram desde a fundação da A.P.P. até meados dos anos 1970 – na ditadura militar – é apontado como característica que nos ajuda a defini-lo; indicando que era esse estado de coisas que o mesmo pretendia manter, opondo-se as ideias de mudança propostas tanto para a entidade como para a sociedade.

Não caracterizamos permanência como algo ruim e mudança como algo bom ou vice-versa. A proximidade do grupo que denominamos conservador com os governos pode ser provada pela documentação pesquisada. Assim, a construção de uma “casa do professor” em terreno doado pela prefeitura de Curitiba e com recursos emprestados do governo do estado³⁶, a disponibilidade de funcionários administrativos pagos pelo erário público para prestar serviços na A.P.P. nos anos 1960³⁷, a oferta de um almoço para o governador Paulo Pimentel, com uma concorrida venda de ingressos³⁸, podem ser mostras de proximidade da associação com os governos. Podem ser condenadas na visão de um sindicalismo posterior, mas não eram execráveis à época.

Por outro lado, a forma de se expressar em relação à ditadura militar pode ser também uma clara definição do ponto de vista político adotado por esse grupo. Assim, em um momento de disputa judicial sobre a direção da entidade, os professores Faustino Fávaro – principal liderança do grupo conservador -, Dyonil Bond e outros, ajuizaram ação contra os opositores, os quais acusavam de levar a categoria a “... parecer estar em choque com os Poderes constituídos do país e do Estado, vivendo um clima irreconciliável com os *salutares e honestos princípios morais que inspiraram a Revolução de março de 1964*. (grifo nosso)”³⁹

Dessa forma, levando em conta os posicionamentos expressos pelos representantes desse grupo e sua proximidade com os governos estaduais, optamos pela denominação de

³⁴ BLOCH, Marc. **Apologia da História**: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. p. 125

³⁵ BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. IN: BOBBIO, Norberto (org.). **Dicionário de Política**. Vol.1. 13ªed. Brasília: UNB, 2008. p.242

³⁶ OGLIARI, Izaías. **Memória Histórica 1983**. Curitiba: APP, 1983. p. 03.

³⁷ Idem. p. 02.

³⁸ ANJOS, Amâncio Luiz Saldanha dos. **APP Sindicato 60 anos – Cascavel e Região 40 anos**: história e memórias. Cascavel: ASSOESTE, 2008. p. 37.

³⁹ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Conselho de Representantes dos Professores do Paraná**. Pasta 341.40. p. 23.

conservadores, sem expressar com isso um juízo de valor, mas entendendo que estes eram favoráveis à conservação do sistema político e à ideologia vigentes.

Essa proximidade e, em alguns casos, até mesmo a defesa explícita, com os governos estabelecidos não é entendida por nós, entretanto, como uma expressão de mera subserviência ou *peleguismo*.⁴⁰ As duras críticas lançadas pelos grupos que passaram a dirigir a associação a partir de 1973, colocavam sobre as práticas anteriores a pecha de pelegas, acusando os dirigentes de atenderem mais aos interesses do estado que dos professores. Em 1979, já em disputa com a esquerda, o grupo liberal (que agora era situação) lançou uma nota de jornal afirmando “derrubamos os pelegos de 1973 e lideramos a greve de 69 e a do ano passado”⁴¹ colocando-se, portanto, como os autênticos representantes da categoria e desqualificando os outros grupos que vieram antes e depois.

Entendemos que as relações que se estabeleceram entre a associação, capitaneada por seus dirigentes, e os poderes públicos que, nesse caso, representavam o patrão, podem ser melhor compreendidas se olhadas com o viés de conceitos menos pejorativos e mais esclarecedores. Assim, adotamos dos estudos de Thompson o conceito de paternalismo, tal como o autor o explicita em “Tradição, revolta e consciência de classe”⁴². Isto é, não como uma visão que descreve as relações sociais a partir do alto, como se da Casa Grande – nesse caso, o palácio de governo – partissem as diretrizes e regras que seriam seguidas por toda a sociedade que, assim, não faria mais que obedecer e reproduzir esses padrões.

É verdade que o poder público era a parte mais forte da relação e isso era reconhecido por governantes e professores. Mas a história da associação não se resume a saber como os docentes ficaram 26 anos obedecendo cegamente as ordens do governo. O que Thompson descreve como um “equilíbrio paternalista”⁴³ significa que os dominados também possuem uma cultura própria e que esta pode ser - e é efetivamente, embora não o tempo todo – usada para conseguir concessões da parte mais forte. E, a exemplo do conselho dado por sir Horace Walpole à rainha Carolina, quando esta lhe perguntou quanto custaria fechar St. James Park -

⁴⁰ No meio sindical essa expressão significa grupos ou pessoas que procuram atender mais aos interesses dos patrões do que dos trabalhadores. Referência à pele de lã de carneiro colocada sobre o lombo do cavalo e que amortece o choque entre o peão e a montaria. Nesse sentido, o sindicalista pelego “amortece” o choque entre trabalhadores e patrões, beneficiando os patrões. É muito comum que sindicalistas que vieram depois acusem os primeiros fundadores da A.P.P. de “pelegos”.

⁴¹ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. Nº 94b. Topografia: 12. p.399

⁴² THOMPSON, Edward Palmer. A sociedade inglesa do século XVIII: luta de classes sem classes? IN: **Tradição, revolta e consciência de classe**: estudos sobre a crise da sociedade pré-industrial. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

⁴³ Idem. p. 39.

“apenas uma coroa, senhora”⁴⁴ –, os dominantes sabem que certos limites não podem ser ultrapassados sem sérios riscos; ao menos os dominantes sensatos.

Embora escrito em 1979 e dedicando-se a estudar a classe trabalhadora inglesa, o valor heurístico de sua obra permanece passível de ser utilizado como referência em outros casos, uma vez que analisa como dominantes e dominados negociam suas pautas, interesses e visões de mundo, visando estabelecer a paz social.

Essa proximidade com o governo não era apenas ideológica. O associativismo docente, em praticamente todo o Brasil, possuía como regra geral a penúria financeira das entidades. Vicentini e Lugli lembram que “a necessidade de estar junto ao poder público se explicava, entre outras coisas, pela crise financeira permanente que a entidade vivia.”⁴⁵ No caso específico da A.P.P., demonstramos na tese o quanto o aporte de recursos públicos foi determinante para o sucesso de sua transição de associação para instituição. De certa forma, podemos inferir que a pecha de pelegos era fácil de ser aplicada em épocas posteriores, quando a entidade já conseguia andar com as próprias pernas em termos financeiros, mas exclui o fato de que, sem a proximidade inicial com o poder público, a associação provavelmente não conseguiria ser tão longeva. Certamente não estamos descuidando que “... o principal problema da proximidade dos líderes das entidades representativas do magistério com as esferas de poder dizia respeito às consequências para o encaminhamento das reivindicações da categoria”⁴⁶ e nem tentando desculpar algumas consequências negativas dessa proximidade; apenas entendemos que o conceito de paternalismo thompsoniano nos permite mais compreensão que julgamento, nesse quesito.

Assim, apropriamo-nos da ideia de um “equilíbrio paternalista” para pensar essas relações entre a associação e o governo, no período de total hegemonia do grupo conservador no comando da mesma. A proximidade com o governo e a simpatia pela forma como a sociedade era organizada e gerida, não impedia algumas reivindicações em prol da melhoria dos salários e condições de trabalho. Essa era uma marca do chamado associativismo docente, expressada nos seguintes termos por um professor paulista, em 1961: “o magistério do Estado é disciplinado, respeita e faz respeitar as autoridades, mas que o cumprimento dos deveres dos professores não é incompatível com a luta pela defesa de seus legítimos direitos.”⁴⁷

⁴⁴ Idem. p. 41.

⁴⁵ VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. Op. cit. p. 116.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Idem. p. 187.

O grupo conservador permaneceu no comando da A.P.P. – entenda-se, ocupou os cargos de direção da entidade através de eleições – durante 26 anos ininterruptos, desde a sua fundação, em 26 de abril de 1947, até 15 de outubro de 1973 quando, após uma renhida eleição, assumiu a primeira diretoria eleita pela oposição.

Essa oposição, que disputou a entidade pela primeira vez em 1969 e conseguiu chegar ao poder em 1973, possuía e expressava ideias diferentes quanto à condução da política interna, especialmente em relação a como deveriam ser a jurisdição da entidade e o encaminhamento das negociações com o poder público; e também à forma de investir os recursos financeiros. Do ponto de vista do posicionamento político, expressava em geral um conservadorismo mais brando que, como se verá, por questões da própria conjuntura, evoluiu em seus principais representantes rumo a algo mais identificado com ideais liberais. Sua principal liderança era o professor Izaias Ogliari, presidente da A.P.P. por vários anos.

Parte de seus membros foram destacadas lideranças do grande movimento de professores ocorrido em 1968, e com uma visão um pouco mais radicalizada da forma de condução das negociações. Mas, ao mesmo tempo, assinaram um manifesto negando a luta conjunta com o movimento estudantil – visto como subversivo -, e viam o papel do professor muito próximo dos ideais de missão e sacerdócio empregados pelo grupo conservador. O maior representante do grupo, Izaias Ogliari, inclusive, era filiado à ARENA (Aliança Renovadora Nacional)⁴⁸ quando assumiu a presidência da entidade pela primeira vez.

Por outro lado, a pressão e vigilância do Estado sobre seus membros, e a clara predileção dos governos ditatoriais pelo grupo conservador, foram determinando um progressivo afastamento e, cada vez mais, críticas contumazes dirigidas ao sistema de governo, à ditadura e ao aparato repressivo; de forma que, no final dos anos 1970 e início da década de 1980, alinhavam-se claramente aos movimentos da sociedade civil que pediam o fim do autoritarismo, mais investimentos na educação e liberdades democráticas. Mas jamais esposaram teses de esquerda, próximas ao socialismo ou aos partidos operários que surgiram.

Durante sua formação como grupo oposicionista e as primeiras disputas pós eleição de 1969, esse grupo frequentemente era constrangido a recorrer à DOPS e/ou à Secretaria de Segurança Pública, com ofícios e requisição de agentes que acompanhassem suas reuniões para testemunhar que não eram subversivos, e que sua luta era contra uma gestão interna que

⁴⁸ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **APP/ Recortes de Jornais**. PT 94a. 12. p. 441.

consideravam incompetente e praticante de “irregularidades de natureza criminosa...”⁴⁹ com o erário da associação, mas que nada tinham contra as autoridades públicas.

Quando da posse do grupo oposicionista como direção, em 1973, o então secretário de educação e cultura, Cândido Manoel Martins de Oliveira, foi convidado a participar do cerimonial e fez uso da palavra, dizendo “testemunho a transposição normal do comando de uma entidade de classe que é muito significativa para a Secretaria, pois representa a continuação de um diálogo entre Governo e Magistério.”⁵⁰

Por outro lado, desde que participaram do Congresso de 1968 – uma greve não declarada de professores em plena ditadura – e lançaram uma chapa de oposição em 1969, diversos informes – secretos – foram produzidos pela DOPS referindo-se a eles como subversivos. Ou seja, mesmo recusando a pecha, para os órgãos de segurança era um grupo de “agitadores” que passava a dirigir a associação em outubro de 1973.

Essa ressalva é importante, pois a constituição do grupo enquanto uma oposição com ideologia política mais liberal, parece ter resultado, em grande parte, das atitudes do poder público em relação ao mesmo. Isto é, inicialmente, colocavam-se apenas como uma oposição interna da entidade, mas a postura hostil do poder público contribuiu bastante para que se deslocassem no espectro político; de forma que, já em 1974, no primeiro ofício (175/74) que enviaram ao governador do estado, apresentavam-se como “a Associação dos Professores do Paraná, órgão *liberal-representativo* (grifo nosso) do magistério paranaense...”⁵¹

Para Silva, “o liberalismo pode ser entendido como uma ideologia que concede espaços à iniciativa e à autonomia individuais. Nessa filosofia, as ações dos indivíduos, desde que respaldadas por normas legais... podem manter uma autonomia relativa ante o Estado.”⁵² Na mesma linha, Kenneth Minogue propõe que “a doutrina política conhecida como liberalismo afirma que o propósito do Estado como associação de indivíduos independentes é facilitar os projetos (ou a ‘felicidade’) dos seus membros. Os Estados não devem impor os seus próprios projetos.”⁵³

Nesse sentido, estamos afirmando que o grupo em questão foi esposando ideais liberais na medida em que passou a questionar o peso do Estado, seus métodos e sua eficiência na gestão

⁴⁹ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 46.

⁵⁰ Idem. p. 173.

⁵¹ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 87.

⁵² SILVA, Kalina Vanderlei; Silva, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 260.

⁵³ MINNOGUE, Kenneth. Liberalismo. IN: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 420.

da educação. É bem verdade que pelo final de 1973 – e não apenas por coincidência – o regime militar buscava já formas de legitimação que fossem além da repressão⁵⁴; e parte da oposição constituída por empresários, e associações como ABI e OAB, começavam a falar mais abertamente do peso do Estado e a necessidade de maior liberalização, especialmente na economia.

Assim é que, progressivamente, as atas vão registrando falas mais duras, críticas menos eivadas de respeito e, no final, críticas abertas de membros desse grupo ao governo. E propomos que isso não aconteceu nem por acaso, e nem tampouco por uma ideia programática pré-fixada; mas como um desdobramento da própria conjuntura da época. Não era um grupo de esquerdistas, embora pudesse haver alguns entre eles, mas diante de um governo que os tratava com clara desconfiança, optaram por criticar-lhe a partir de teses que foram se levantando com a conjuntura. E, após a ditadura, sua principal liderança, como já apontamos, ocupou cargo de confiança no governo Álvaro Dias e procurou reaproximar a A.P.P. do governo – que agora possuía orientação mais liberal e, portanto, mais afinada com a visão de mundo do grupo.

A escolha do termo “oposição liberal” reflete, portanto, em grande parte, o alinhamento de suas críticas com as da oposição liberal em sentido mais amplo, que emergiu na sociedade civil, e foi possível somente depois de algum tempo de pesquisa e da observação dos arquivos a seu respeito. Ou seja, o “modelo” foi elaborado com a prática, e não o contrário embora, obviamente, a nomeação não tenha a pretensão de dizer como pensavam e se comportavam cada um dos membros desse grupo.

Entendemos que a palavra liberal designa mais um *ethos* próprio do grupo, uma tendência de expressão e ação, e não necessariamente o encaixe em uma definição rígida que seria sempre seguida à risca.

O terceiro grande grupo que identificamos na pesquisa é aquele que nasce na conjuntura das grandes greves dos anos 1970 e dos movimentos populares da sociedade civil, e que não tinham ligações com grandes empresas ou à oposição liberal. Grande parte da história que a entidade A.P.P. passou a contar sobre si mesma depois dos anos 1990 – portanto, depois que esse terceiro grupo passou a dirigi-la -, tem como mote um dualismo entre os grupos surgidos na esteira do Novo Sindicalismo – nessa perspectiva, os autênticos lutadores – e tudo que viera antes – ou seja, nessa perspectiva, os ‘pelegos’. Parte da motivação desta tese está em averiguar, de forma acadêmica, a validade ou não de tais categorias que foram cristalizadas como verdades ao longo da história da A.P.P.

⁵⁴ REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984**. Londrina: UEL, 2001. p. 117.

Esse grupo, esposando lemas e teses como a luta de classes, o socialismo, a distribuição de renda e a igualdade social, foi nomeado por nós como esquerda.

Nesse caso, vale ressaltar, não há o problema da nomeação imposta pelo pesquisador, como nos dois casos anteriores, já que a esmagadora maioria dos membros do grupo assim o definia. Mesmo aí, não se deve buscar homogeneidade; a concepção de esquerda não é unívoca e mesmo a oposição “de esquerda” possuía diversas correntes de pensamento sob o guarda-chuva das grandes bandeiras e palavras de ordem. Inicialmente, seu principal líder era o professor Romeu Gomes de Miranda, que conseguiu presidir a entidade por duas gestões seguidas depois de 1993.

Em geral, grande parte das lideranças ligadas a esse grupo eram próximas ou mesmo oriundas dos quadros do PT (Partido dos Trabalhadores) e se distribuía em suas diversas correntes e tendências. Embora muitas vezes o termo ‘esquerda’ possa suscitar um acalorado debate sobre como se pode defini-lo para um uso mais acadêmico, a questão aqui não é, reforçamos, aplicar uma nomeação que atenda absolutamente a todos os critérios razoáveis sobre o que significa ‘a’ esquerda; mais simplesmente, entendemos que, aproveitando a auto identificação, podemos utilizar com proveito o termo para designar um grupo específico que disputou a entidade dentro do recorte temporal que estabelecemos. Um grupo com membros, ideologias e propostas diferentes dos outros dois que identificamos ao longo da pesquisa.

Obviamente, alguns elementos que permitem situar com algum sucesso os atores políticos mais à esquerda estavam (e estão ainda) presentes nos discursos dos representantes desse último grupo. Norberto Bobbio, por exemplo, propõe como critério de diferenciação entre direita e esquerda a postura diante do tema da igualdade. Estariam à direita aqueles que consideram a desigualdade entre as pessoas profícua e necessária; estariam à esquerda aqueles que consideram, ao contrário, a igualdade como mais desejável. Bobbio faz questão de explicar que “... prescindindo completamente de qualquer juízo de valor – tal como saber se a igualdade é preferível à desigualdade...”⁵⁵

Esse grupo, assumindo a direção pela primeira vez em 1993, após mais de 15 anos de disputas, promoveu uma reelaboração do Estatuto da entidade – o que foi realizado também quando a oposição liberal conseguiu derrotar o grupo conservador, afinal, os estatutos definem uma certa identidade de expressão –, e definiu como parte dos princípios estatutários da mesma (a partir de então), entre outros aspectos: “o apoio aos povos do mundo inteiro na luta pelo fim

⁵⁵ BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. -3ªed.-. São Paulo: Unesp, 2011. p. 112.

da exploração, pela soberania e autodeterminação; a luta pela reforma agrária anti-latifundiária, sob a ótica e o controle dos trabalhadores; a solidariedade e a unidade da classe trabalhadora.”⁵⁶

Ora, essas pautas, historicamente, estiveram mais presentes no campo da esquerda e colocam o entendimento de que as desigualdades – de acesso à terra por exemplo – são passíveis de correção a partir de uma intervenção social levada a cabo pelos trabalhadores organizados; ou por um Estado conduzido pelos trabalhadores.

Hobsbawm sugere que o projeto da esquerda “é universalista, é para todos os seres humanos”⁵⁷. Daí a noção de solidariedade e mesmo a importância do conceito de classe, já que o autor, nesse texto, está criticando a divisão da esquerda pelas políticas de identidade. Pode-se perceber que nos últimos anos de domínio da oposição liberal, havia já abertura da A.P.P. para outros movimentos sociais e grupos; as reuniões da sessão paranaense do Comitê Brasileiro pela Anistia aconteciam na sede da associação, no edifício Asa, por exemplo. Havia aceitação também da participação de estudantes nas greves da categoria – ao contrário do grupo conservador que repudiara ser associado aos estudantes em 1968 –, e mesmo de associações de bairros.

Essa aceitação de outros grupos, entretanto, não excluía a percepção dos docentes como um grupo diferenciado, sem a noção de pertencer, portanto, à ‘classe’ trabalhadora como era defendido pela esquerda. Mais ainda, nos últimos anos da ditadura, a oposição liberal em sentido mais amplo não recusava também uma certa unidade diante do inimigo comum, mas a intenção de manter essa unidade depois do fim da ditadura era claramente mais presente nos grupos e partidos de esquerda.

Dessa forma, entendemos que não é infundada a nomeação desse último grupo como ‘esquerda’, tendo em conta que não pretendemos indicar com os nomes que selecionamos, para nenhum dos três grupos, a associação a uma definição exata do que seriam, ao longo de toda a História, os conservadores, liberais e esquerdistas. Apenas procuramos indicar nomes que possam lançar alguma luz sobre as posições que a maioria dos dirigentes de cada um deles defendia. Ademais, os grupos nos interessam na medida em que permitem perceber as mudanças no posicionamento político da entidade, que expressava sempre, por suposto, o posicionamento do grupo dominante; ou seja: o foco da pesquisa são os posicionamentos políticos da entidade A.P.P. que, para serem demonstrados, carecem de um olhar atento sobre os grupos que agiram no período recortado.

⁵⁶ APP-Sindicato. **Estatuto**. Curitiba: APP-sindicato. 1995. P. 7

⁵⁷ HOBBSAWM, Eric. A política da identidade e a esquerda. IN: DIAS, Bruno Peixe; NEVES, José. **A política dos muitos: povo, classes e multidão**. Lisboa: Tinta da China: 2010. p.348.

A identificação de grupos dirigentes nos remete também, mesmo que tangencialmente, aos estudos sobre a Teoria das Elites. Segundo Norberto Bobbio “por teoria das elites ou elitista... se entende a teoria segundo a qual, em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada.”⁵⁸ Essa formulação, extraída de pensadores clássicos e constantemente testada e aperfeiçoada na Ciência Política, pode soar como antidemocrática; mas o autor sustenta sua atualidade e importância, quando pouco, para por a nu o funcionamento de algumas sociedades ditas democráticas.

Pensar elites e burocratização da entidade foi de valia à medida em que verificamos que determinados grupos permaneceram por vários anos na diretoria conduzindo e tomando decisões em nome dos professores. Por certo não nos referimos aqui às elites políticas do país, ou às elites intelectuais proeminentes, mas elites sindicais; no caso dos professores, agrega-se uma elite que domina o saber sindical (legislação, logística, discursos) e a retórica.

A Teoria das Elites ganhou fôlego – e notoriedade – com o trabalho de Robert Michels sobre os partidos políticos. O autor propõe que os dirigentes, em qualquer organização, serão poucos, uma elite oligárquica. Existem diversos estudos, alguns de caráter mais teórico e outros mais empíricos, que partem de Michels para versar sobre a formação de grupos dirigentes em partidos políticos e sindicatos. Embora a prática empírica muitas vezes coloque ressalvas a suas formulações, em linhas gerais suas teses valem ainda hoje e são referência quando se trata de estudar grupos dirigentes em organizações de massa.

Embora o título do livro fale em partidos – Sociologia dos *partidos* políticos -, ele faz diversas referências aos sindicatos - “... os partidos políticos são, como os sindicatos operários, corpos vivos da vida social”⁵⁹ -, o que nos legitima a usar o conceito de oligarquia também para a análise da associação com a qual trabalhamos; muito embora não fosse socialista a princípio. Cláudio Gonçalves Couto propõe que o conceito descritivo de oligarquia formulado pelo autor é “aplicável não somente aos partidos, mas a diversas formas organizacionais nas quais relações de poder se estabelecem.”⁶⁰

Em uma passagem famosa do livro, Michels propõe que:

Reduzida à sua mais breve expressão, a lei sociológica fundamental que rege inelutavelmente os partidos políticos (dando à palavra ‘políticos’ seu sentido mais

⁵⁸ BOBBIO, Norberto. Teoria das Elites. IN: BOBBIO, Norberto (org.). **Dicionário de Política**. Vol.1. 13ªed. Brasília: UNB, 2008. p. 385.

⁵⁹ MITCHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: UNB, 1982. p. 238

⁶⁰ COUTO, Cláudio Gonçalves. Oligarquia e processos de oligarquização: o aporte de Michels à análise política contemporânea. IN: **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 20, n. 44, p. 47-62, nov. 2012. p. 47.

abrangente) pode ser formulada assim: a organização é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam. Quem diz organização, diz oligarquia.⁶¹

Essa passagem posteriormente foi adotada como uma “lei de ferro” da oligarquia. Isto é, em qualquer organização onde uma burocracia precisasse ser desenvolvida e mantida, haveria um inevitável processo de oligarquização em que um grupo acabaria tomando o poder decisório e se tornando infenso ao controle pela maioria, mesmo que, aparentemente, o poder pertença à essa maioria - ou “massa” nas palavras do autor -; na obra que referenciamos ele a denomina “lei de bronze”, e não de ferro.

Segundo Belligni, a burocratização das grandes organizações modernas tem a ver com a democratização do sufrágio e a profissionalização da atividade política, e a consequente “... extensão às associações privadas e voluntárias da tendência à organização burocrática revelada a nível estatal com o advento do absolutismo.”⁶² Assim, o que se denomina o ‘aparelho’ de uma organização de massa “... é o conjunto de pessoas, distribuídas por funções diretivas e executivas, que neles desenvolvem uma atividade profissional e lhe garantem o funcionamento continuado.”⁶³ Os chamados profissionais da política, no aparelho, acabam sendo não só os líderes envolvidos com o mesmo, mas também os funcionários próprios e a tempo inteiro, com atribuições burocráticas, que cuidam do seu funcionamento e manutenção.

Como mostra Bourdieu, acaba se formando um *monopólio de profissionais* devido, entre outras coisas, à necessidade que a prática política exige de tempo livre,⁶⁴ que em geral só se consegue com uma dedicação integral ao aparelho, e mantida pelo próprio - as disputas por *liberações*⁶⁵ na APP-Sindicato podem ser um ilustrativo capítulo à parte sobre esse assunto. Os outros aderentes ao aparelho ficam em dificuldade, seja para visitar e conquistar as bases ou, mais simplesmente, dominar a enorme carga de regras e normas burocráticas que regem mesmo internamente; uma vez que precisam dividir seu tempo entre uma ocupação profissional, que não é a própria política, e as atividades do aparelho. E em momentos de disputa interna, sua

⁶¹ MITCHELS, Robert. Op. Cit. p. 238.

⁶² BELLIGNI, Silvano. Aparelho. IN: BOBBIO p. 49.

⁶³ Idem.

⁶⁴ BOURDIEU, Pierre. **A representação política...** p. 164.

⁶⁵ Desde os anos 1960, na associação, ocorre a prática de liberar dirigentes para se dedicarem a tempo inteiro. Com o aperfeiçoamento do processo, atualmente, os liberados seguem tendo uma carreira no serviço público, mas são pagos pela APP. Esses liberados constituem um grande objeto de disputa porque as facções sindicais que liberam mais gente obtêm enorme vantagem nas disputas internas. Em geral, ao dirigente liberado são designados vários “assessores” que, sendo também agentes politicamente engajados, somam força nas disputas e, em vários casos, ajudam o dirigente quando este se lança em campanhas políticas por cargos no legislativo.

desvantagem é clara. Como o aparelho não pode liberar todos os associados e/ou filiados, o pequeno grupo que obtém essa possibilidade naturalmente acaba se tornando mais apto a dirigi-lo. Obviamente, a seleção operada demanda certas características de “... qualidades demagógicas bem como de capacidade técnico-administrativa.”⁶⁶

Olhando para uma associação que se tornou em instituição, como foi o caso da A.P.P., pudemos descrever com sucesso o notável aumento de patrimônio e de sócios, e também do interesse de mais pessoas pela organização. Esse processo não se deu sem que houvessem grupos bastante específicos e destacados de dirigentes a conduzi-lo e a colher os benefícios políticos e simbólicos. Oligarquias, enfim.

Basicamente, na concepção michelsiana, é impossível à massa controlar o partido, o sindicato ou outra organização que se burocratiza, porque os líderes se descolam da mesma em virtude das tarefas diferenciadas que todos precisam realizar. Para Michels, o controle sobre o aparato organizacional, que não pode ser feito pela maioria a tempo inteiro, acaba nas mãos da minoria organizada e se torna a fonte de seu poder. A origem dessa oligarquia não está, portanto, no governo aristocrático, dos melhores; mas, em organizações de massa, na própria natureza das organizações, e os elementos do grupo não precisam necessariamente ser ricos ou vindos de ‘boas’ famílias.

As ponderações de Michels em relação ao controle dos grupos sobre os aparelhos podem soar deterministas ou alarmantes; mas não parece que esse autor pensa sozinho. Hannah Arendt, seguindo as constatações de Rosa de Luxemburgo sobre a burocratização dos partidos de esquerda, menciona que a democracia representativa ocidental “... está a ponto de perder até mesmo sua função meramente representativa para as imensas máquinas que “representam” não os filiados, mas seus funcionários...”⁶⁷. E Gramsci, conhecido autor marxista, sustenta que “um outro aspecto do perigo que houve que lamentar no nosso Partido, é a esterilização de toda a atividade individual, a passividade da massa do Partido, a certeza estúpida de que, de qualquer modo, havia alguém que pensava em tudo e que provia a tudo.”⁶⁸

Como procuramos demonstrar, cada um dos dois primeiros grupos dirigiu a associação por um longo período. Mas houve mudança de nomes e, com estes, de métodos, de concepção da entidade, de percepção em relação ao governo e também de concepção de mundo, ou

⁶⁶ BELLIGNI, Silvano. Op. Cit. p. 50.

⁶⁷ ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. -2ªed.-. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010p. 39.

⁶⁸ GRAMSCI, Antonio. Apud: BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. IN _____ **O poder simbólico**. 6ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 168.

ideologia. Não é possível, portanto, falar em uma única oligarquia que se estabeleceu e dominou a entidade de uma vez por todas.

Portanto, para entender as mudanças que ocorreram e a substituição das oligarquias, não devemos olhar só os grupos. É preciso ver as pessoas e a conjuntura. Isto é, os grupos são sempre compostos por pessoas que agem em determinadas circunstâncias históricas, e nem sempre é possível manter os mesmos princípios de ação que eram adequados em determinados períodos, quando a conjuntura muda. Isto nos conduz não apenas ao estudo de seu pensamento, mas ao estudo de suas motivações, logo de suas emoções. Para tanto, os estudos das paixões na política são um quadro teórico importante neste trabalho

Reconhecemos que os trabalhos seminais de Michels continuam sendo aperfeiçoados e referenciados na Ciência Política e na Sociologia Política e, para nós, são de suma importância na compreensão de nosso objeto. Propomos, no entanto, focar a análise também em dois aspectos que nos distanciam um pouco dos mesmos; ou, pelo menos como entendemos, enriquecem a perspectiva de análise e ajudam a “... tornar a história menos obscura.”⁶⁹

As análises mais materialistas levam a identificar os interesses e recompensas no estilo de ganhos e disputas com caráter econômico, reforçando o quanto os grupos dirigentes beneficiam-se do aparato da organização. Propomos que o móvel das ações, sem negar a importância das condições materiais de professores de base e dirigentes, precisam ser balizados pelas questões de caráter afetivo e emocional que, em certas circunstâncias, pesam tanto ou mais do que as questões materiais. E levamos em conta também o conceito de ação, tal como proposto por Hannah Arendt. Entendemos que mesmo em grupos com ideais e métodos bastante afinados, quem age de fato são as pessoas, com nomes, ideias e emoções.

As emoções, aliás, podem por vezes levar a ação a contrastar com o que seria uma estratégia racional e bem-sucedida para se atingir determinados fins; isto é: algumas atitudes podem soar incompreensíveis se analisadas apenas do ponto de vista de estratégias racionais. Como propõe Jean-François Sirinelli, mesmo quando se estuda a ação política de intelectuais “... forçoso é constatar que, nesse engajamento, o sentimento e a afetividade algumas vezes prevalecem sobre a razão.”⁷⁰

Propomos perceber a Associação em questão como mais que um aparato burocrático, percebendo-a também como produtora “... de mensagens que emocionam, de apelos

⁶⁹ ANSART, Pierre. Das identidades de ofício às identidades de classe: um dever paradoxal? (1820-1848). IN: SEIXAS, Jacy Alves; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion (orgs.) **Razão e paixão na política**. Brasília: UNB, 2002. p. 215.

⁷⁰ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. IN: RÉMOND, René (org.) **Por uma História Política**. -2ªed.-. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 260

mobilizadores com fortes cargas emocionais.”⁷¹ Dessa forma, ao se lançar em movimentos, fazer reivindicações ou manifestos, nunca estão presentes somente elementos ‘racionais’ que possam convencer os destinatários apenas pela retórica. Sempre são mobilizados também elementos de caráter emocional.

Embora o autor se proponha a criar ferramentas analíticas que possibilitem pensar a importância das emoções e afetos na militância em partidos políticos, entendemos que as indicações teóricas sugeridas por ele podem lançar luz também sobre a importância desses quesitos na militância de associações longevas e amplamente burocratizadas, como a A.P.P. Isto é, em certos aspectos, a associação possuía e possui semelhanças com partidos políticos; e uma delas é claramente sublinhada por Ansart quando diz que “... o partido, como o sindicato, está engajado numa ação sempre renovada de reunião e de aglomeração das demandas afetivas.”⁷² Esse trabalho afetivo funciona, entendemos, tanto voltado para ‘fora’ da associação, quando esta se dirige a interlocutores externos, como a sociedade ou o governo; quanto para ‘dentro’, quando procura mobilizar seus quadros, chamar para atos, sensibilizar para a importância do pagamento das mensalidades etc; e, para dentro ainda, quando é mobilizado contra grupos adversários que a disputam.

Mais ainda, nas disputas internas, como pudemos mostrar, muito antes que a Constituição Federal autorizasse os servidores públicos a se organizar em sindicatos, já haviam se formado internamente na A.P.P. verdadeiros partidos, ou “facções”⁷³ que disputavam a direção e os rumos da entidade.

Nesse sentido, obviamente que os objetivos das disputas eram e são sempre os cargos de direção, o controle do orçamento – que nos anos 1960 e 1970 em diante foi se tornando cada vez mais considerável -, as honorarias associadas às posições de mando, as possibilidades de inserção política associados, entre outros. Mas as vitórias e derrotas deixam marcas mais profundas, reforçam ou destroem simpatias e antipatias, distribuem ofensas que vão muitas vezes ao âmago do pessoal, geram ressentimentos e, talvez mais importante, não se constroem sem mobilizar todos esses tipos de elementos. Assim, a necessidade levantada por Ansart de ‘tornar a história menos obscura’, obriga-nos a ver que afetos e emoções são parte constitutiva do processo. Os atores políticos, sindicais – ou associativos, se se preferir – não são agentes

⁷¹ ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas**. Curitiba: UFPR, 2009. p. 111.

⁷² Idem. p. 194.

⁷³ Sobre a noção de partidos e facções sindicais, ver VENTURA, Jorge. *Trabalhadores, Sindicatos e Democracia: Um Ensaio Bibliográfico sobre Democracia Sindical*. BIB, Rio de Janeiro, n. 41, 1, ° semestre de 1996, pp. 85-107.

movidos apenas pela racionalidade e estratégias frias, são, antes de tudo, pessoas; movidas também por sentimentos individuais e coletivos.

Para salientar a importância da afetividade na análise histórica, Ansart busca trabalhos e análises levadas a cabo por grandes pensadores, intitulados por ele como “clínicos” da política. Esses pensadores, de Confúcio à Raymond Aron, mesmo quando não tomavam os afetos políticos como foco, deixaram escritos que, magistralmente evocados e analisados por Ansart, constituem provas de que esse quesito compunha suas análises como um componente de grande valor, embora nem sempre no primeiro plano das mesmas.

Tendências políticas a conferir identidade esquerda/direita, relações entre os dirigentes e suas bases e a questão dos afetos foram apontados até o momento como os principais aspectos teórico-conceituais a balizarem nossa pesquisa. No entanto, e não menos importante, temos de levar em conta que desde 1964, esta entidade atuou sob a ditadura, a partir do que qualquer ação pressupunha riscos inclusive para a liberdade e/ou a vida de quem as realizasse.

Por esta razão, para além da análise com foco na afetividade, trabalhamos também com o conceito de ação, tal como formulado por Hannah Arendt.

A resposta que ela fornece à questão ‘o que é a política?’ nos indica com profundidade como a pluralidade é condicionante. Segundo ela “a política trata da convivência entre os diferentes”⁷⁴, isto é, uma vez que são homens (plural) e não o homem que habitam o planeta, um mundo político só é possível com a tolerância e – para Arendt – a aceitação e o estímulo à ideia de que essa pluralidade é positiva.

A política só é possível entre os homens. É possível manter o corpo vivo e mesmo fabricar objetos na solidão, mas não fazer política. Essa atividade só é possível quando muitos se encontram e conversam sobre as coisas, expondo seus pontos de vista sobre como o mundo lhes parece. Essa convivência e esse conversar, originados na pólis grega, refletem a pluralidade e o próprio sentido da política; nas palavras de Arendt “... o sentido da política é a liberdade.”⁷⁵ E a ação, como categoria central, só é possível entre muitos e em público; mais, ela “... não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens.”⁷⁶

Explorando o que seria a “vida ativa”, a única realmente livre, ela sugere que, originalmente na Grécia e já nos escritos homéricos, o significado da ação não estava restrito à realização de feitos, senão também à capacidade de falar bem. Segundo ela “... um dos traços essenciais mais notáveis do pensamento grego é que nele, desde o começo... não ocorre tal

⁷⁴ ARENDT, Hannah. **O que é a política?** -6ªed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 21.

⁷⁵ Idem. p. 38.

⁷⁶ ARENDT, Hannah. **A condição humana.** -10ªed.- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 31.

separação de princípio entre falar e agir, e o autor de grandes feitos também deve ser sempre, ao mesmo tempo, um orador de grandes palavras...”.⁷⁷ A fundação da pólis seria o momento de assegurar um espaço onde a palavra pudesse ser dita em liberdade e muitos iguais pudessem se encontrar para dizê-la, sem uso de violência.

Nesse sentido “... a mais importante atividade para o ser-livre desloca-se do agir para o falar, da ação livre para a palavra-livre.”⁷⁸ Na pólis, a resolução dos assuntos públicos – e a política é exatamente “... tudo que se refere à cidade...”⁷⁹ – era levada a cabo com palavras ditas por homens livres. E o preconceito dos gregos com os bárbaros se referia ao fato de que não sabiam resolver as coisas sem usar a violência, eram pessoas ‘sem palavras’, no sentido de que não sabiam usá-las da forma como se fazia na pólis.

Essa compreensão, de que se age também pelo discurso, é fundamental para a compreensão das mudanças pelas quais a A.P.P. passou. As pessoas que agiam – mesmo quando pertenciam a grupos – o faziam em grande parte das vezes com o uso de palavras. É notório o quanto os órgãos de segurança se preocupavam em registrar o que os professores diziam em suas assembleias e reuniões, especialmente depois da greve de 1968. Agir com palavras, como os homens livres da pólis para os quais a ação e o discurso eram possíveis, é certamente um traço fundamental da resistência a regimes autoritários como o do Brasil entre 1964 e 1985. Ao mesmo tempo, as mudanças internas que verificamos – em grande parte *devido* ao regime autoritário –, também não seriam possíveis sem pessoas que agissem; e em grande parte essas ações eram os próprios discursos que faziam.

Ao passo que identificamos grupos específicos que dirigiram a associação em períodos diferentes, entendemos que o grupo age através das pessoas; ou, sendo mais claro, é a ação das pessoas que faz a ação do grupo, mesmo quando segue linhas gerais indicadas por este último. Nesse sentido, para Arendt:

Na ação e no discurso, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares, e assim apresentam-se ao mundo humano, enquanto suas identidades físicas são reveladas, sem qualquer atividade própria, na conformação singular do corpo e no som singular da voz. Esta revelação de «quem», em contraposição a «o que» alguém é — os dons, qualidades, talentos e defeitos que alguém pode exibir ou ocultar — está implícita em tudo o que se diz ou faz.⁸⁰

⁷⁷ Idem. p. 56

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ BOBBIO, Norberto. Política. ” IN: BOBBIO, Norberto (org.). **Dicionário de Política**. Vol.2. 13ªed. Brasília: UNB, 2008. p. 954.

⁸⁰ ARENDT, Hannah. **A condição humana...** p. 192

Assim, os oradores revelam-se em seu discurso como pessoas singulares que importa destacar. Quando pesquisamos a conformação dos grupos e os nomes das pessoas que os compunham, entendemos que não bastava falar dos grupos. Essas minorias dirigentes não eram compostas de ‘homens-massa’ indistintos e incapazes de ação. E, na linha sugerida por Ansart, nem eram seres totalmente racionais que tomavam as decisões mais bem calculadas e obtinham de seus atos, para si e para o grupo, sempre os melhores resultados. Eram pessoas singulares que, tendo seus discursos registrados em atas da associação e em relatórios dos órgãos de informação, se destacavam por dizer o que diziam.

Mais ainda, sempre foi possível registrar, em alguns momentos mais em outros menos, pessoas da base que se dispunham a opinar com críticas, sugestões e elogios a associação e/ou o governo; isto é, a categoria da ação não é uma qualidade exclusiva das minorias, embora elas - pelas posições que ocupam e os aparatos que podem controlar -, geralmente consigam deixar mais marcas registradas. Durante o texto, portanto, em alguns momentos aparecem falas de atores diferentes, que nunca haviam se manifestado antes – e muitas vezes nem voltaram a fazê-lo depois – o que, entendemos, é parte também de uma outra categoria arendtiana fundamental, que é a espontaneidade.

Para ela, os recém-chegados a esse mundo estão sempre aptos a iniciar algo novo e diferente, a empreender ações que não são necessariamente previsíveis e que podem trazer mudanças e rupturas. A constituição de uma oligarquia sólida pelo primeiro grupo dirigente – seu domínio durou 26 anos – poderia significar um domínio eterno na associação. Acontece que, à iniciativa louvável - ação no melhor sentido -, de fundar uma nova associação e geri-la, puderam se opor ou complementar diversas outras, cujos resultados eram imprevisíveis. Afinal “... é função de toda ação, como distinta do mero comportamento, interromper o que, de outro modo, teria acontecido automaticamente, tornando-se portanto previsível.”⁸¹

Aliás, a imprevisibilidade dos resultados das ações humanas é, ao mesmo tempo, característica e qualidade. Há sempre uma “incerteza da ação, no sentido de que nunca sabemos o que estamos realmente fazendo quando começamos a atuar dentro da rede de inter-relacionamentos e dependências recíprocas que constituem a esfera da ação...”.⁸² De certa forma, a espontaneidade e a ação podem nos assegurar que a mudança sempre será possível, e que a previsibilidade nos assuntos humanos é tão buscada quanto impossível – salvo, com

⁸¹ ARENDT, Hannah. **Sobre a violência...** p. 47.

⁸² ARENDT, Hannah. **A promessa da política.** -2ªed.-. Rio de Janeiro: Difel, 2009. p. 103/104

algum sucesso, em regimes totalitários. E sem essa possibilidade é provável “... que a raça humana já estivesse extinta há muito tempo, vítima de insuportável tédio.”⁸³

Assim, de antemão, abstenho-nos de julgar os resultados da perda de poder por determinados grupos da associação em termos de inépcia política, incapacidade de gerenciar ou termos correlatos; entendendo que o próprio conceito de ação nos permite pensar esses acontecimentos como perfeitamente possíveis, embora jamais inevitáveis na forma como ocorreram. Podemos formular uma História, uma narrativa sobre eles apenas porque há distanciamento temporal, mas esses desdobramentos estavam longe de poder ser controlados pelos atores que existiram no período em que aconteceram. Talvez se possa invocar o exemplo do “processo civilizador” eliasiano: tem um sentido, mas este não é totalmente fruto da intenção dos atores.

Grande parte do período que analisamos encontra-se imerso no regime de exceção que se instalou no Brasil em 1964. Nesse sentido, cabe observar que estamos falando de uma ação que se desenvolvia em condições bastante adversas, especialmente para as oposições. A ação, e especialmente quando se tratava da palavra e do discurso, precisava ser realizada sem que se questionassem o Estado e as políticas ditatoriais. Apesar disso, podemos perceber que os membros da A.P.P. não deixaram de realizar encontros, debates e discursos, e que muitas vezes se diziam coisas contrárias ao regime. Regimes ditatoriais exigem aquilo que Sigal e Santi denominam um “silêncio patriótico”⁸⁴: pode-se pensar contra o mesmo, mas não dizer. Nesse sentido, e sabendo que a ação política revela sempre um “quem” – isto é, o que se diz é registrado em público e não pode ser simplesmente negado – durante o período ditatorial toda a ação política que ousasse questionar o regime exigia o que Arendt denomina “a mais antiga das virtudes políticas”: a coragem.

Como explica Arendt, a ligação entre coisa política e perigo e risco nunca desapareceu completamente de nossa consciência, embora tenha sido formulada inicialmente na Grécia Antiga. Viver em liberdade significa o constante risco de se subtrair ao conforto do lar privado e expor-se ao mundo público e à opinião de outros “... desde el momento en que los actores entran en el espacio público, donde quedan completamente desprotegidos, confrontados a la crítica y

⁸³ ARENDT, Hannah. “Desobediência civil”. IN: ARENDT, Hannah. **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 2010. p. 71.

⁸⁴ SIGAL, Silvia; SANTI, Isabel. Do discurso no regime autoritário. Um estudo comparativo. IN: CHERESKI, Isidoro; CHONCHOL, Jacques (orgs.). **Crise e transformação dos regimes autoritários**. São Paulo: Ícone Editora, 1986. p. 192.

a la controversia.⁸⁵ Essa necessidade de coragem para a política existe na democracia quando, muitas vezes, a apatia dos cidadãos impele os sujeitos a descuidarem da coisa pública; e aqueles que se propõem a atuar e discursar podem ser execrados, achincalhados publicamente. Mas em condições ditatoriais, essa coragem é certamente mais exigida, devido a “... la casi total aniquilación del espacio público y, consecuentemente, la politización inmediata de cada confrontación. Todo recurso apolítico a la libertad de opinión y de movimiento, se convierte inmediatamente em um objeto de confrontación que exige coraje.”⁸⁶

Não entendemos as pessoas que agiram como heróis, no sentido de sujeitos extraordinários dotados de uma coragem e desprendimentos absurdos; uma ideia romantizada. Para Arendt:

o herói revelado pela história não precisa ter qualidades heroicas; originalmente, isto é, em Homero, a palavra «herói» era apenas um modo de designar qualquer homem livre que houvesse participado da aventura troiana e do qual se podia contar uma história. A conotação de coragem, que hoje reputamos qualidade indispensável a um herói, já está, de fato, presente na mera disposição de agir e falar, de inserir-se no mundo e começar uma história própria. E esta coragem não está necessariamente, nem principalmente, associada à disposição de arcar com as consequências; o próprio ato do homem que abandona seu esconderijo para mostrar quem é, para revelar e exibir sua individualidade, já denota coragem e até mesmo ousadia. Essa coragem original, sem a qual a ação, o discurso e, segundo os gregos, a liberdade seriam impossíveis, não é menor — pode até ser maior — quando o «herói» é um covarde.⁸⁷

A coragem de aparecer em um espaço público e dizer palavras, portanto, é parte de extrema relevância em relação ao que fizeram as pessoas que mencionamos em todos os períodos e grupos pesquisados. Cumpre lembrar que mesmo quando da implantação da ditadura, a associação tinha a possibilidade de fazer reuniões e debater suas questões – sempre com a presença física e elaboração de relatórios por parte da DOPS – o que era negado, por exemplo, aos partidos políticos que não fossem oficiais (MDB e ARENA). Para Arendt “... existem situações extremas em que a responsabilidade pelo mundo, que é primariamente política, não pode ser assumida, porque a responsabilidade política sempre pressupõe, ao menos, um mínimo de poder político.”⁸⁸ Assim, diferente de um regime totalitário onde “não agir” e nem falar, mas

⁸⁵ HEUER, Wolfgang. “Coraje en la política: sobre um verdulero em Praga, senadores norteamericanos, whistleblowers y una carreta siciliana.” IN: **História: Questões & Debates**, Curitiba, Pr: Editora UFPR, n. 41, p. 167-181, 2004. p. 168.

⁸⁶ Idem. p. 174.

⁸⁷ ARENDT, Hannah. **A condição humana...** p. 199.

⁸⁸ ARENDT, Hannah. **Responsabilidade e Julgamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 108

apenas pensar, pode significar já um ato de rebeldia, à A.P.P. , mesmo na ditadura, restava ainda ‘um mínimo de poder político’ e espaços onde se poderiam reunir e discursar professores, na qualidade de pessoas livres, embora sabendo os riscos que corriam nessas condições.

1.3 TIPOLOGIA DAS FONTES

Nesta pesquisa trabalhamos principalmente com fontes provenientes de dois locais distintos, o acervo da antiga Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, hoje sob guarda do DEAP (Departamento de Arquivo Público do Paraná); e o acervo guardado na sede da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná. Ambos estão na cidade de Curitiba.

O acervo da antiga DOPS está razoavelmente sistematizado e a maioria das pastas que utilizamos na pesquisa encontra-se digitalizada. Para a efetivação da tese foram consultadas as pastas da A.P.P., uma com documentos diversos em 538 páginas, e outra somente com recortes de jornais em mais 192; da APLP (Associação dos Professores Licenciados do Paraná), uma pasta com 183 páginas e outra com mais 52; e do CRPP (Conselho de Representantes dos Professores do Paraná).

Também foram consultadas pastas abertas exclusivamente para acompanhar as greves dos professores nos anos 1970 e 80. São três pastas sobre o MEJ (Movimento Educação e Justiça), uma com 200 páginas, outra com 179 e outra com 34; uma pasta exclusiva sobre a greve de 1978, com 126 páginas; uma denominada “Movimento dos Professores do Paraná, como mais 122 páginas; além de uma pasta exclusiva sobre a greve de professores de 1982, quando as associações já haviam se unificado sob a sigla A.P.P., com mais 173 páginas. São, portanto, incríveis 1799 páginas exclusivamente voltadas para as associações de professores e suas greves.

As pastas sobre a A.P.P. e a APLP levam os mesmos títulos. A diferença entre uma pasta e outra aparece em sua numeração; ex: 94a.12 e 94b.12 são da A.P.P. e 92a.11 e 92b.11 são ambas sobre a APLP. O mesmo acontece com algumas das pastas sobre as greves, como as relativas ao MEJ. Também nestes casos a numeração mostra que são pastas diferentes sobre o mesmo assunto.

Consultamos também outras como “Professores”⁸⁹, pasta que contém relações com informações sobre professores como Stálin Passos e Ismael Fabrício Zanardine, sobre os quais recomendava-se vigilância de parte da DOPS, além de um série de recortes de jornais com notícias sobre o chamado Congresso do Magistério, a “greve não declarada” exaustivamente estudada na dissertação da professora Melissa Colbert Bello⁹⁰.

Para além das pastas temáticas, consultamos também todas as pastas individuais disponíveis sobre professores mencionados na documentação e cujo nome aparece na tese. Digo ‘disponíveis’ porque, curiosamente, muitas vezes essas pessoas não têm pastas guardadas no DEAP. Se não foram abertas ou se perderam, impossível saber. Por outro lado, grande parte desses “fichados” tem apenas uma folha, uma linha, uma fotografia ou pouquíssimas anotações em seus dossiês.

Para além das informações que a DOPS coletava através de seus informantes, as pastas contêm também recortes dos principais jornais do estado à época – e algumas vezes de jornais de circulação maior, caso de O Estado de São Paulo –, como A Gazeta do Povo, Diário do Paraná e Folha de Londrina, com notícias que tivessem alguma relação com os professores, suas associações, reivindicações, greves e reuniões.

O trabalho com essas fontes jornalísticas coletadas pelos agentes da repressão foi de grande importância, inclusive por que a A.P.P., durante alguns anos, manteve um informativo semanal no O Estado do Paraná - ao que tudo indica, até o final dos anos 1970 -, quando começou a editar um boletim próprio. A abundância de recortes de jornais deve-se a um acompanhamento praticamente diário de todo tipo de notícia referente aos professores estaduais, e especialmente fatos envolvendo a A.P.P. Esse interesse, é nítido, passou a existir de fato depois da grande greve de 1968, quando os docentes desafiaram o estado por várias semanas e foram destaque diário na mídia impressa estadual. Inclusive, a pasta da A.P.P. na DOPS foi aberta nesse ano. Muitas vezes, nomes e fatos que não aparecem em pastas individuais da DOPS são mencionados nessas reportagens.

O acervo documental da APP-Sindicato encontra-se guardado, mas não sistematizado e nem digitalizado. Essa falta de sistematização tornou a consulta mais difícil e trabalhosa. Por outro lado, os anos de participação e militância podem ter ajudado – na verdade ajudaram de fato – para o acesso ao mesmo; e a presteza e disposição com que fui atendido compensaram largamente as dificuldades. A disponibilização de mesas para espalhar o material, de pessoas

⁸⁹ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Professores**. PT604.194.

⁹⁰ BELLO, Melissa Colbert. Op. cit.

para auxiliar na retirada das caixas, de algumas cópias de xérox e de gente para conversar sobre a tese, a política, docência, a vida e a morte devem ser somadas também.

Passamos longas horas fotografando praticamente todos os documentos possíveis dentro do longo recorte estabelecido, e muitas outras mais tentando organizar pastas com alguma coerência temática e cronológica que facilitassem a leitura e o fichamento. Evidentemente, essas horas não foram apenas de trabalho, mas também de um prazer muito próprio dos historiadores.

Esse trabalho empírico, quase artesanal, constitui parte relevante e característica que nos diferencia de outras disciplinas. E realizá-lo sempre tem um misto de cansaço e recompensa. É verdade que iniciei o cerco a essas fontes no já distante (!) ano de 2015, ao realizar pesquisa ligada à Dedicção Exclusiva como docente da Unicentro. Nesses anos, acumularam-se longos fichamentos que foram sendo complementados durante a elaboração da tese, e o resultado daquela pesquisa inicial se transformou no projeto de doutorado, apresentado ao programa de pós graduação em História, na UFPR.

O ‘cerco à DOPS’ - em seus períodos áureos era ela que cercava as pessoas... – também tem um início mais antigo, relacionado com a pesquisa de mestrado, iniciada em 2011. Mas as fontes desse órgão ligadas à A.P.P. e usadas nesta tese também começaram a ser fichadas somente em 2015, para o projeto já referido, quando era docente na Unicentro.

Os documentos com ações judiciais da A.P.P., desde o seu início, ainda não foram disponibilizados, uma vez que se encontram indisponíveis, guardados em caixas no subsolo e aguardando uma decisão da direção – e a liberação de recursos pela mesma - que possa classificá-los e digitalizá-los. Acreditamos que a consulta a esse acervo, quando liberada, pode trazer importantes informações, por exemplo, sobre como professores mobilizaram sua entidade para defendê-los na justiça contra alguma arbitrariedade do Estado.

Há casos que aparecem nas atas disponibilizadas, como o de um professor em Foz do Iguaçu, ameaçado de prisão por coletar assinaturas favoráveis ao Estatuto do Magistério,⁹¹ que as informações sobre sua defesa possivelmente poderiam ser encontradas nesse acervo ainda indisponível. Obviamente que, mesmo dada a conjuntura do período ditatorial, o recurso à justiça comum pode ter sido uma importante estratégia de resistência individual e mesmo coletiva, implicando em ações sobre salários, carreiras, promoções, perseguições políticas e arbitrariedades do poder público.

⁹¹ **APP-Sindicato**. Atas de assembleias.

Do acervo documental disponibilizado pela A.P.P., trabalhamos com as atas das assembleias realizadas entre 1962 e 1982⁹²; estatutos; atas de reuniões da direção estadual da entidade entre 1954 e 1982⁹³; agendas produzidas ao longo do tempo; folders de campanhas, cópias de jornais editados, memoriais com “reivindicações e conquistas”⁹⁴, que somam centenas de páginas. Também foram utilizados alguns materiais obtidos na época de sindicalizado, como cadernos de formação política e sindical; além de algumas teses e dissertações produzidas em outros programas de pós-graduação e que falam diretamente da mesma.

Mobilizamos também alguns materiais de cunho memorialista sobre a entidade. Produzidos por grupos políticos diferentes e em distintos momentos, esses materiais permitem não apenas vislumbrar o olhar da entidade sobre si mesma, mas também uma narrativa desses grupos sobre o que consideram as suas conquistas, e com desqualificações - as vezes sutis e outras nem tanto - sobre os outros grupos que vierem antes da produção do material.

Duas dessas narrativas foram obtidas diretamente no acervo documental da entidade. São elas a narrativa elaborada pelo professor Izaias Ogliari e aquela produzida pelo professor Romeu Gomes de Miranda ambos presidentes da entidade em algum momento, e pertencentes a facções internas diferentes. As outras são um livro organizado pelo professor aposentado - e ainda militante do grupo de esquerda que dirige a instituição – Amâncio dos Anjos, e um livro comemorativo, relativo aos 70 anos da entidade, completados em 2017.

A partir de 1968, e principalmente a partir de 1972, conseguimos confrontar os registros da entidade com aqueles produzidos pela DOPS. Muitas vezes há anotações sobre os mesmos eventos; por exemplo, uma ata da associação e um relatório da delegacia sobre uma mesma reunião de professores. Naturalmente, a forma de narrar os acontecimentos muda conforme o narrador. Os informantes, caracterizados em diversos graus de confiabilidade,⁹⁵ e os secretários que escreviam as atas da associação, tinham não apenas perspectivas diferentes, mas também cuidados diferentes ao descrever os eventos que presenciavam.

Em relação à nomenclatura da entidade, ela sofreu algumas mudanças ao longo do tempo. Utilizamos aqui, na maior parte do texto, a sigla tal como prevaleceu até 1989: A.P.P. (Associação dos Professores do Paraná). A partir de 1989 - como a Constituição Federal de 1988 permitiu aos servidores públicos organizarem-se em sindicatos - após uma assembleia em

⁹² **APP-Sindicato**. Caixa nº 19.

⁹³ **APP-Sindicato**. Caixa nº 13.

⁹⁴ **APP-Sindicato**. Caixa nº 03.

⁹⁵ MAGALHÃES, Marion Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. IN: **Rev. bras. Hist.** vol. 17 n. 34 São Paulo, 1997.

Londrina, optou-se por manter a sigla inicial, mas sem os pontos, tornando-se ‘APP-Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais do Paraná’. E, em março de 1998, unindo-se ao sindicato dos funcionários de escolas, passou a denominar-se ‘APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná’.

Como a sigla usada ao longo do nosso recorte temporal era A.P.P., mantemos assim no texto. Nas notas de rodapé e referências usamos ‘APP-Sindicato’, uma vez que a guarda da documentação consultada está com a entidade, e que atualmente ela define-se assim.

Em relação à citação da documentação consultada, adotamos como parâmetro a indicação das pastas e livros em que aparecem. Isso porque, se fosse adotada a prática de citar cada ofício, memorial, ata, boletim, relatório de informação, página de jornal etc., de forma individualizada, ao final ocuparia um espaço desproporcional na tese arrolar estas fontes nos anexos. Nas pastas da DOPS, por exemplo, há uma infinidade de materiais sob o título “documentos/informações referentes à Associação dos Professores do Paraná”. Assim, citamos a pasta em que o documento se encontra na DOPS, ou o livro ata em que se encontra na APP, por exemplo, entendendo que essa indicação remete o leitor com suficiente credibilidade ao local em que se encontra a fonte citada.

2. A A.P.P. DE 1947 A 1968: PREDOMÍNIO DO GRUPO CONSERVADOR

O contexto de surgimento da associação está ligado, entre outras coisas, ao período de redemocratização após a ditadura Vargas e, contraditoriamente, às limitações impostas ao funcionalismo público que remetiam àquela ditadura, como a proibição de se organizar em sindicatos. Os funcionários e servidores públicos eram considerados parte do Estado e só podiam criar associações.

O Brasil estava superando o modelo econômico primário-exportador, característico do período anterior às duas guerras mundiais. O general Eurico Gaspar Dutra vencera as eleições de 1945, com forte sustentação da máquina política varguista, montada ainda no Estado Novo o que demonstrava, segundo Bóris Fausto, que “... para uma considerável parcela do eleitorado importavam mais as relações pessoais clientelistas, do que a opção entre partidários do Estado Novo e liberais. A opção... era abstrata demais para ser apreendida por um eleitorado de

educação rudimentar.”⁹⁶ Assim, o início da superação do modelo econômico era acompanhado ainda de permanências políticas, embora o discurso modernizante estivesse sempre na moda.

O Paraná vivia a gestão de Moisés Lupion como governador do estado. O discurso de modernidade e progresso era seguido – ou, segundo o governo, atestado – pela aceleração da expansão cafeeira no norte do estado. Segundo Magalhães “... o número de pés de café no Paraná se multiplicou, de 62 milhões, em 1940, para cerca de 500 milhões, quinze anos depois”⁹⁷, embora a precariedade de infraestrutura, a distância dos centros dinâmicos da economia nacional e a ainda pequena população o colocassem, em 1947, com apenas 2,3% da produção industrial brasileira.

Essa realidade colocava o governo Lupion, e o governo Bento depois dele, na condição de gestores da “arte de povoar um território”⁹⁸, segundo a formulação do IparDES. A expansão da lavoura cafeeira trouxe ao estado um grande fluxo migratório que ocupou principalmente o norte e mudou, inclusive, a relação de poder político estabelecida; tendo essa região um crescente peso eleitoral que viria a ser decisivo nas eleições e na estrutura política nas décadas seguintes.

O início da entidade foi bastante modesto. A associação contava com apenas 50 sócios⁹⁹ e Amâncio dos Anjos descreve que a A.P.P. ocupava as instalações da ACOPA (Associação Comercial do Paraná) e realizava suas reuniões no Instituto de Educação do Paraná, do qual seu presidente, Faustino Fávaro, era também o diretor. Embora houvesse claramente a intenção de representar todos os professores do estado, a atuação real da entidade estava mais restrita a Curitiba e alguns municípios vizinhos. As dificuldades que levavam a essa restrição geográfica eram ligadas, entre outras coisas, à ausência de liberação para os dirigentes e às dificuldades de comunicação, que levavam os sócios de locais mais distantes a não ter como pagar as mensalidades ou mesmo comparecer às reuniões.

A A.P.P. realizou sua primeira assembleia ainda em 1947 e contou com a presença do governador da época, Moisés Lupion, ao qual foi entregue um memorial com reivindicações da categoria. Entre as questões colocadas estava a regulamentação das carreiras de professor secundário e primário. Em 1948, foi regulamentada a carreira de professor secundarista e, em 1949, um memorial com 3 mil assinaturas reivindicando regulamentação para a carreira de professor primário foi entregue também ao governo. Em 1950 foi criada a lei para as professoras

⁹⁶ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ªed. São Paulo: Editora da USP, 1995. p. 399.

⁹⁷ MAGALHÃES, Francisco de Borja Baptista Filho. **Da construção ao desmanche**: análise do Projeto Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba: Editora da UFPR, 2011. p.120

⁹⁸ IPARDES. **O Paraná reinventado**: política e governo. Curitiba: 1989.

⁹⁹ APP-SINDICATO. **Atas de reuniões da diretoria de 1954 a 1956**. Curitiba: APP-Sindicato. Caixa 13. p. 10.

primárias, mas sua implementação encontrou resistências do sucessor de Lupion, Munhoz da Rocha, levando a uma primeira manifestação pública de professores em Curitiba, em 1951, com apoio da Associação.¹⁰⁰ Essa manifestação acarretou na regulamentação da carreira.

O motivo do protesto, embora a passeata tenha sido silenciosa, foi a regulamentação da carreira. Mas, associado a ele possivelmente estavam os ganhos salariais que isso implicaria, uma vez que, apesar do crescimento econômico nacional em torno de 8% ao ano entre 1948 e 1950, “... a repressão ao movimento sindical [associado ao Vargasismo e ao Estado Novo] permitiu que se impusesse uma compressão de salários”¹⁰¹ e, apesar de não termos dados do Paraná, Fausto informa que o custo de vida aumentou 15% em São Paulo e 23% no Rio de Janeiro.

A novidade da passeata, entretanto, não parece ter sido motivo de alarme para o governo. Nas mensagens governamentais, o conflito de Porecatu¹⁰² aparece como um potencial perigo devido à “... influência comunista que intentava uma experiência de conquista de áreas rurais”¹⁰³, mas não há uma preocupação com o magistério, tido à época como um sacerdócio. Essa imagem de sacerdócio, aliás, construída ao longo de muito tempo, era inclusive compartilhada pela grande maioria da categoria, como um símbolo de ordem. Parecia confirmada a tese de que o trabalho docente era “missão e não profissão”¹⁰⁴, defendida desde muito por reconhecidos intelectuais paranaenses, como Annete Macedo e Raul Gomes.

A imagem de sacerdócio e missão pode ser percebida também nas atividades da associação. As comemorações do “dia do professor” envolviam sempre a realização de missas e, durante um longo tempo – aparentemente até meados da década de 1960 –, a visita a cemitérios para homenagear os professores falecidos¹⁰⁵. Em outros momentos, recomenda-se silêncio em sessões da Alep, onde não eram permitidas manifestações, tentando mostrar que “acima de tudo, somos professores”.¹⁰⁶

O fato da passeata, inclusive, não foi registrado na DOPS, órgão que já existia e funcionava desde 1937. Os primeiros registros sobre a A.P.P. nesse órgão só vão aparecer a

¹⁰⁰ ANJOS, Amâncio Luiz Saldanha dos. Op. Cit. p. 25.

¹⁰¹ FAUSTO, Boris. Op. Cit. p. 404.

¹⁰² Conflito de terras entre posseiros e grandes fazendeiros no norte do Paraná, em fins dos anos 1940 e início dos anos 1950.

¹⁰³ IPARDES. **Paraná Reinventado...** p. 28.

¹⁰⁴ OSINSKI, Dulce Regina Baggio. Raul Gomes e o dia do professor: ações na imprensa em favor da valorização da profissão docente. IN: OSINSKI, Dulce Regina Baggio Vieira; BENCOSTTA, Marcus Levy; VIEIRA, Carlos Eduardo. **Intelectuais, modernidade e formação de professores no Paraná: 1910-1980**. Curitiba: Editora da UFPR, 2015. p.27

¹⁰⁵ APP-SINDICATO. **Atas de reuniões da diretoria A.P.P. 1967-1973**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 13. p. 14

¹⁰⁶ APP-SINDICATO. **Atas de assembleias gerais de 10/61 a 09/72**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 19. p. 28.

partir de 1968, justamente devido ao grande movimento de professores ocorrido nesse ano. Se, por um lado, essa atividade não despertou o temor nem a fúria das autoridades, por outro, era uma novidade absoluta. Mais ainda se levarmos em conta que eram mulheres na passeata - uma vez que no ensino primário, historicamente, existe uma ampla predominância de pessoas do sexo feminino e, aliás, nas atas de assembleias sobre o ensino primário só existem registros de nomes de professoras. E, mesmo não sendo uma entidade voltada à contestação, a associação dos professores a apoiou.

Essa passeata, obviamente, não era uma greve e nem aparece nas memórias da entidade como tal. Vale lembrar que a Constituição de 1946 não permitia sindicatos nem greves no serviço público. Aliás, à seguir a legislação vigente, segundo Fausto “... só seriam legais greves nas perfumarias.”¹⁰⁷

As relações com o governo do estado, entretanto, não parecem ter sido perturbadas por essa primeira manifestação ou, pelo menos, não há registro de retaliações nos documentos que acessamos. O poder público frequentemente destinava verbas, doações, isenções e mesmo a cessão de funcionários para trabalhar na A.P.P, e essas ajudas continuaram com notável frequência, mesmo após esse ato de protesto.

Assim, a A.P.P. pleiteava a aquisição de uma sede própria em Curitiba o que, dado o reduzido número de sócios, à baixa arrecadação e ao preço dos imóveis na capital, era quase inviável de se conseguir; a não ser que se pudesse contar com a ajuda do poder público. Ainda no mandato da primeira direção foram iniciadas gestões nesse sentido, e também no sentido de conseguir um terreno para a construção da “Casa do professor”. Segundo Ogliari, essas tratativas iniciaram-se em 1952.¹⁰⁸

Economicamente, o país continuava sob as ordens do “General Café”. Como aponta Dreifuss “apesar da consolidação das relações capitalistas de trabalho e da proeminência que os empresários haviam conseguido durante a década de quarenta, a supremacia industrial-financeira não se traduzia em hegemonia nacional política e ideológica”¹⁰⁹

O vice-presidente da A.P.P. nos primeiros sete anos era o professor José Scheinkmann que, nas eleições de 1954, foi eleito com chapa única para presidir a mesma. Essa indicação mostra uma prática que perdura na entidade até os dias de hoje, que é a continuidade de nomes

¹⁰⁷ FAUSTO, Boris. Op. Cit. p. 401.

¹⁰⁸ OGLIARI, Izaias. Op. Cit. p. 02.

¹⁰⁹ DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis RJ: Vozes, 1981. p.33/34

nos grupos dirigentes; isto é, acontecem eleições, vêm novas diretorias, mas muitos nomes não mudam. A história da A.P.P. não é feita somente de rupturas, como se pode perceber.

À posse esteve presente o secretário de educação e cultura do Paraná à época, Lauro Portugal Tavares. A presença dos secretários de educação nas posses de direções da A.P.P. foi constante, e a última vez em que se deu foi justamente quando a direção foi passada para uma chapa de oposição, em 1973; ou seja, quando a posse foi organizada pela última vez pelo grupo conservador.

Nesse ano (1954) a A.P.P. foi considerada entidade de utilidade pública pelo poder público municipal de Curitiba – Lei Municipal nº 597 de 30 de setembro de 1954 -, e pelo poder público estadual – Lei Estadual nº 2.238, de 15 de setembro de 1954¹¹⁰ -, o que mostra a continuidade das boas relações políticas. No plano nacional, uma onda de greves motivadas pelo aumento da inflação e o acirramento do clima político se faziam presentes, culminando no suicídio de Getúlio Vargas. O Paraná era comandado por Bento Munhoz da Rocha, que continuava colaborando financeiramente com a A.P.P.

Um fato relevante a ser notado é que, dada a condição de prestígio da profissão e à origem social de boa parte dos integrantes do magistério secundário na época, havia uma boa relação com membros dos poderes Legislativo e Executivo tanto a nível estadual como municipal. Muitas vezes eram eleitos professores como deputados ou vereadores – o professor Flávio Horizonte da Costa, por exemplo, exerceu funções de dirigente da A.P.P. e vereador em Curitiba -, e estes facilitavam pontes com o Executivo, onde também era comum estarem servindo integrantes do magistério. Assim é que, a título de conseguir sua sede, a direção da associação fez contato com representantes da Alep e do poder Executivo, neste último caso, diretamente com o governador da época. E no dia 17/11/1954, a ata de reunião da diretoria iniciava-se com o seguinte comunicado do então presidente, José Scheinkmann:

Sres. Diretores: por iniciativa do Deputado Mário Faraco, que atendendo a pedido desta presidência apresentou à consideração da Assembleia Legislativa do Estado um projeto, concedendo-nos um auxílio anual de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), durante dez anos, para aquisição ou construção de um prédio próprio à nossa sede, conseguimos concretizar nosso sonho de dar à Associação dos Professores do Paraná um patrimônio e ao magistério paranaense um local aonde podem ser defendidas as aspirações do

¹¹⁰ APP-SINDICATO. **ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ**. Curitiba: APP, 1968. p. 5.

professorado. Isso se realizou graças à Lei nº 1983, de 5 de julho de 1954, aprovada pelo poder Legislativo e promulgada pelo Chefe do Poder Executivo.¹¹¹

Para viabilizar a aquisição, foi autorizada transação envolvendo a A.P.P. e o Banco do Estado do Paraná (Banestado). O Banco efetuará a compra do imóvel e o repassaria à associação, que quitaria o valor utilizando o auxílio governamental previsto acima, em uma entrada de Cr\$200.000, 00, mais 3 prestações anuais de Cr\$200.000, 00 e outras “6 (seis) prestações anuais de Cr\$ 201.193,20 cada uma...” conforme “contrato de cessão de direitos sobre os conjuntos números 4-5-5a-6-7-8-9-10, do 14º andar do ‘Edifício Asa’”¹¹²

Também foi conseguida a concessão, pela prefeitura de Curitiba, de um terreno situado à Rua Desembargador Motta, esquina com a sete de setembro, onde foi construída a “Casa Moisés Lupion” – a verba para sua construção igualmente foi dada pelo governo do estado -, cujo nome foi depois mudado para “Casa do Professor”, e que pertence ao patrimônio da entidade até hoje. O aumento do patrimônio, como se pode perceber, deu-se não apenas com as arrecadações provindas de consignações e mensalidades, mas com substancial injeção de recursos públicos, embora o primeiro presidente tenha afirmado que “a Associação dos Professores do Paraná, muitas vezes (talvez 7 ou 8 anos dos 12 em que exerci o mandato), viveu do meu bolso...”¹¹³

Esses exemplos demonstram claramente a boa relação institucional com o poder público e a influência política que a entidade conseguia exercer. Obviamente, no tecer das relações sociais e institucionais não podemos cair na tentação de cristalizar uma imagem idílica, como se elas não fossem também permeadas por tensões e contradições. Como lembra Rioux, o trabalho com os arquivos pode [talvez deva-se dizer, deve] perturbar “... alegremente as formulações já prontas”.¹¹⁴ Assim, é possível identificar também momentos em que os representantes e associados teciam críticas ou faziam sugestões com caráter mais áspero, ao mesmo tempo em que o poder público nem sempre atendia as reivindicações e pedidos com presteza ou boa vontade.

¹¹¹ APP-SINDICATO. **Atas de reuniões da diretoria A.P.P. 1954 a 1966**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 13. p. 17.

¹¹² Idem. p. 20. Esse foi o endereço oficial da APP-Sindicato até 2012 quando uma nova sede foi construída, sendo vendida a antiga.

¹¹³ DONATONI, Alaíde Rita. **Trajetória do movimento docente no ensino superior: um resgate histórico da origem e desenvolvimento do ANDES**. (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação. Campinas-SP: Unicamp, 1999. p. 27.

¹¹⁴ RIOUX, Jean-Pierre. Op. Cit. p. 113.

Ainda em setembro de 1954 um decreto governamental reestruturara as carreiras de nível universitário no funcionalismo público estadual. Ora, então, vários professores que atuavam no Ensino Secundário haviam cursado algum tipo de curso superior, mas o pessoal do magistério não foi incluído na reestruturação. Na reunião da direção ocorrida em 1 de setembro, o ex-presidente, Faustino Fávaro, enviou à mesma uma solicitação de que o pessoal de nível superior pudesse ir às assembleias da associação a fim de “... ali promoverem um ímpeto maior às suas reivindicações.”¹¹⁵ O pedido foi aceito e tomou-se, também, a decisão de enviar ao governador do estado um telegrama onde “professores secundários Paraná protestam veementemente contra absurda atitude órgão competente ao aprovar parecer referente às classes níveis universitários... cujas atribuições e nível cultural em nada são superiores carreira universitária de professor.”¹¹⁶

A segunda diretoria ficou no comando da A.P.P. de 1954 a 1961, por um período também de sete anos, assim como a primeira, e não parece ter havido contestações a esse fato. A situação política e econômica do país continuava se deteriorando, e a inflação era um problema bastante real que atingia todos que viviam de salário, apesar da retórica desenvolvimentista do período Juscelino e de sua replicação no Paraná; neste último em parte devido ao otimismo com a expansão cafeeira. Moisés Lupion elegeu-se para um segundo mandato e, no mesmo ano de 1955, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei 2498/55 que reconhecia como “entidade máxima de direção das atividades sociais, culturais de tutela da profissão dos professôres (sic) do Estado, a Associação dos Professôres (sic) do Paraná.”¹¹⁷ Essa lei seria usada pela entidade nos anos 1970 para reivindicar o poder de representação sobre todo o estado, que lhe foi retirado pela criação de outro órgão de representação.

Como se pode notar, a relação com o poder público, embora respeitosa e ordeira, não excluía momentos de tensão e exigências mais fortes. A própria visão do magistério como sacerdócio era certamente um poderoso freio à tentação de reivindicar com mais veemência ou usando estratégias mais próximas dos setores operários. A visão dos integrantes do magistério sobre si mesmos parecia ser mais a de um setor diferenciado. No entanto, mesmo aí não devemos simplificar demais.

Tradicionalmente, a historiografia da educação trata o *associativismo docente* como um fenômeno que perpassou seguramente toda a década de 1950, como prática. Nessa ótica, a mu-

¹¹⁵ APP-SINDICATO. **Atas de reuniões da diretoria A.P.P. 1954 a 1966**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 13. p. 13.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Idem. p. 29.

dança de enfoque das associações de um caráter de clube para características mais reivindicativas – mais próximas de sindicatos, portanto – não seria anterior a 1963, com a primeira greve do professorado paulista assumindo o caráter de divisor de águas nessa questão¹¹⁸; ou dos anos 1970, com a proletarização da categoria levada a cabo pelas políticas ditatoriais.¹¹⁹

Curiosamente, pode-se perceber que os dirigentes da A.P.P. possuíam uma visão sobre a mesma que contradiz essa periodização, se não na prática, ao menos como condição discursiva. Assim, em 1954 o então presidente, José Scheinkman, foi convidado a participar da “Sétima semana educacional da Associação de Professores do Norte do Paraná” e “inicialmente fez uma análise retrospectiva da atuação da Associação dos Professores do Paraná, nos seus diversos anos de vida, em favor dos seus associados, visto ser ela uma entidade de classe, mais de função sindical que cultural.”¹²⁰

Mais adiante em seu relatório, o presidente insiste na sua visão. Diante da insistência dos presentes em filiar a APNP á A.P.P., formando uma entidade única, ou mesmo que a A.P.P. permitisse a filiação de membros da outra associação sem fundi-las, Scheinkman voltou a insistir que isso não seria possível devido a que “... a Associação dos Professores do Norte do Paraná é mais de objetivo cultural e a Associação dos Professores do Paraná é de *finalidade sindical*, visando mais a defesa dos interesses, a reivindicação de direitos, como entidade de classe que é.”¹²¹

Pode-se perceber claramente que uma das principais lideranças do grupo a que denominamos conservador expressava uma visão da associação como “finalidade sindical” e, portanto, mais que um clube recreativo ou cultural; embora boa parte das práticas observadas possam ser incluídas nas análises clássicas do associativismo docente.

Ainda em 1955 conseguiu-se acordar com o governo do estado o desconto das mensalidades da associação em folha de pagamento. O objetivo era reduzir a inadimplência dos sócios e melhorar a arrecadação da entidade. A agilidade dessa concessão demonstra ainda mais uma vez que as relações institucionais iam a bom termo. Nesse sentido, ainda, por intervenção do deputado e professor Laertes Munhoz, a Alep cedeu dois funcionários administrativos para prestarem serviços na A.P.P. Ao mesmo tempo, em abril, o governo encomendou ao Colégio Estadual do Paraná a realização de estudo a ser entregue na Secretaria de Educação e Cultura

¹¹⁸ VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. Op. Cit. p. 185.

¹¹⁹ FERREIRA Jr., Amarílio; BITTAR, Marisa. **Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)**. São Paulo: Terras do Sonhar; Edições Pulsar, 2006.

¹²⁰ APP-SINDICATO. **Atas de reuniões da diretoria A.P.P. 1954 a 1966**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 13. p. 10.

¹²¹ Idem.

sobre “a situação do professor secundário”¹²² alijando a associação de participação no estudo, o que levantou veementes protestos da diretoria.

A gestão anterior enviou para apreciação a primeira prestação de contas da entidade em 8 anos. Solicitada pela diretoria atual, foi elaborada pelo ex presidente Faustino Fávoro. Esse fato mostra uma certa concentração de poderes nas mãos dos presidentes, que pode ser observada também em diretorias posteriores, embora os estatutos sempre tenham sido elaborados de forma a não permitir tal concentração. É notório que o atual presidente tenha sido vice durante todo o mandato anterior e não tivesse acesso às contas da entidade. Por outro lado, só podemos especular sobre o fato, uma vez que não há documento algum anterior a 1954, nem mesmo atas, uma vez que o livro ata das reuniões da diretoria foi inaugurado nesse ano – justamente com a ata de posse da nova diretoria -, e o de assembleias gerais apenas em 1961.

Obviamente precisamos considerar também as dificuldades administrativas no começo da entidade. Não havia liberação para diretores, e a presença de funcionários para exercer trabalho administrativo dependia da boa vontade do poder público em cedê-los e pagar-lhes os salários, uma vez que a arrecadação era pequena. Uma certa desorganização administrativa fica patente, também, pelo fato de que a última ata registrada de suas reuniões pela segunda diretoria foi em 01 de setembro de 1955, e que a terceira, novamente presidida por Fávoro, simplesmente não deixou nenhuma ata.

O ano de 1961 marca o surgimento da figura política de Ney Braga no comando do Executivo estadual. A ênfase de seus discursos mudou do povoamento e infraestrutura – marcas dos dois governos anteriores – para “a arte de industrializar”.¹²³ Mais que isso, segundo Melissa Colbert Bello “a educação era tratada como parte do projeto de modernização, pois, para Pimentel, assim como para Ney Braga, depois da infraestrutura para a indústria... é preciso priorizar a mão de obra qualificada, e cabe ao governo viabilizar uma educação pública que a possibilite.”¹²⁴

A eleição de Ney Braga foi seguida, no entanto, de momentos de dificuldade. Afinal, a despeito da retórica e do otimismo anteriores, o Paraná aparecia como “um estado virtualmente falido, com um déficit assustador no orçamento, o funcionalismo sem receber seus vencimentos havia vários meses, dívidas em considerável atraso em todos os setores do orçamento.”¹²⁵

¹²² Idem. p. 29

¹²³ IPARDES. **Paraná Reinventado...** p. 55.

¹²⁴ BELLO, Melissa Colbert. Op. Cit. p. 67.

¹²⁵ AGUIAR, Ricardo Werneck de. APUD. MAGALHÃES, Francisco. Op. Cit. p 131.

Em 1961 ocorreu nova eleição na associação e, desta vez, há indícios de que havia outra chapa concorrendo, mas nominá-la como ‘oposição’ seria quase um eufemismo. No registro que encontramos – uma ata assinada pelos presidentes das duas chapas – ambos estavam se comprometendo a fazer uma campanha limpa e de alto nível. Mais ainda, segundo a ata “... as ligações existentes com a atual diretoria daquela entidade de classe, pois ambos os signatários se declaram amigos incondicionais dessa diretoria e estiveram sempre ligados aos componentes da mesma.”¹²⁶

Na sequência do livro de atas aparece o registro da chapa de Fávoro – sem nome – e os seus componentes, mas não há ata registrando a outra chapa e nem uma ata do escrutínio dos votos nas eleições. Como se trata do mesmo material e as páginas estão preservadas em sequência e na ordem correta, não parece plausível supor que esses registros tenham sido feitos e se perdido; parece correto supor que a outra chapa sequer foi registrada, e que o grupo de Fávoro concorreu sozinho. Mais um referendo que uma eleição, enfim.

A hipótese de uma chapa apenas, também se reforça quando observamos que ambos se declaravam ligados à diretoria atual e faziam questão de frisar isso. Nesse caso, na prática, não faria uma grande diferença se o nome escolhido fosse o de um ou de outro, pois estavam intimamente ligados ao grupo Conservador e eram amigos próximos. A nova diretoria presidida por Faustino Fávoro - que voltou a comandar a direção da A.P.P. –, possuía em seu plantel diversos integrantes de seu grupo político que já haviam participado da diretoria anterior.

O livro de atas das assembleias gerais foi aberto a 28 de outubro de 1961 e a primeira assembleia registrada aconteceu em 2 de junho de 1962. E a ata faz o registro de uma tumultuada reunião onde o presidente era alvo de intensas críticas da categoria. A assembleia fora convocada pelo presidente, segundo o registro, para avaliar um pedido de demissão de quatro membros da diretoria: Francisco Genaro Cardoso, João Manoel Mondrone, Luiz Gonzaga Paul e Oscar Alex Rebelo “respectivamente, secretário geral, tesoureiro geral, 2º secretário e membro do Conselho Fiscal.”¹²⁷

O presidente fez apelo no sentido de que os demissionários retirassem sua decisão e passou a palavra aos mesmos. O professor Oscar Alex Rebelo então afirmou que o presidente não estava “... dando o necessário desempenho de suas funções para um entrosamento dos trabalhos da atual diretoria”, sendo seguido pelo professor Rubens Miranda, segundo o qual “... a injustificável ausência da Diretoria provocara a reação dos associados e, conseqüentemente,

¹²⁶ APP-SINDICATO. **Livro Atas do Departamento Social da A.P.P. 1963-1966**. Curitiba: APP-SINDICATO. Pasta nº 26. p. 3.

¹²⁷ APP-SINDICATO. **Atas de assembleias gerais de 10/61 a 09/72**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 19. p. 01.

dos membros demissionários. ”¹²⁸ Na sequência foram questionadas inclusive as contas da direção anterior, mobilizando o ex-presidente José Scheinkman a se posicionar e se justificar. Os membros que haviam solicitado demissão aceitaram continuar na direção, mas apenas na condição de uma nova assembleia que reformulasse o estatuto – proposta levantada pelos professores Nicolau Barlaz Barros e Rubens Miranda - e dando um voto de confiança ao presidente.

A assembleia seguinte realizou-se a 25 de agosto de 1962. O professor Rubens Miranda pediu a palavra e afirmou que “a injustificável ausência da diretoria em certas atividades vinha desgostando os associados e provocava esta reação”; mais ainda, dizia ser elogiável a atitude do presidente em convocar a assembleia “... antes mesmo que a mesma fosse provocada pelos associados, que já haviam assinado um pedido de sua realização, de acordo com os preceitos estatutários.”¹²⁹

As atas de assembleias nos mostram, portanto, que, embora gozasse de imenso prestígio na categoria por ter sido o primeiro presidente na entidade, a figura de Faustino Fávoro era também bastante questionada e, a julgar pela sua reação às críticas – “exaltado, alega que se mais não tem feito é que as possibilidades financeiras da entidade... não permitem”¹³⁰ – pouco afeito a contrariedades. Mas mais ainda, essas atas nos permitem descobrir pessoas para além dos membros das diretorias, cujos nomes são mais frequentemente registrados.

De certa forma, a importância dessas atas e dos registros das falas nas assembleias está em que permitem descobrir um homem que age “no lugar de um resultado, um ‘o que’, como estamos acostumados a avaliar os planos de ações governamentais, a ação política revela um ‘quem’, uma pessoa.”¹³¹ Assim, mais que a ação da instituição, os manifestos assinados em nome da categoria ou as ações dos diretores mais reconhecidos – importantes sem dúvida -, podemos perceber a presença e as impressões dos associados “comuns”, cujo espaço de fala e expressão muitas vezes era resumido a essas (escassas no início) assembleias.

Entendemos que a categoria da ação, como expressa por Arendt, obviamente, comporta também o ato de falar num espaço público, expondo-se ao crivo das impressões e críticas dos demais. Quando não muito – para quem já participou destes espaços institucionais, como assembleias sindicais - porque sabemos a dificuldade de conseguir ser ouvido ou de ter suas

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ Idem. p. 02.

¹³⁰ Idem. p. 03.

¹³¹ AGUIAR, Odílio Alves. A resistência em Hannah Arendt: da política à ética, da ética à política. IN: DUARTE, André et. al. (orgs.). **A banalização da violência**: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. p. 253.

ponderações reconhecidas, especialmente quando questionam a ortodoxia dominante na entidade, ou as figuras de maior prestígio institucional.

Assim, já nos anos 1960, podemos perceber que as pressões da base podiam provocar assembleias e, mesmo, revisão de estatutos; e que a associação lentamente ia deixando de ser apenas um tipo de espaço onde as questões sobre o seu destino eram decididas por um pequeno número de pessoas. Como apontamos anteriormente, essa questão pode estar ligada ao aumento de capital no aparelho ou, simplesmente, ao aumento de patrimônio a ser administrado.

Outra questão importante, e que aumentava com maior número de sócios e bens, eram as possibilidades de inserção política a serem administradas por pessoas que se destacassem na entidade. Mais adiante, poderemos ver que essa possibilidade era real e foi utilizada de fato por alguns de seus dirigentes.

Ainda em 1962, a A.P.P. solicitou ao governo o atendimento de algumas reivindicações da categoria, especialmente relacionadas com “a carreira do magistério e as condições de trabalho e de vida frente à alta da inflação”¹³²; o prazo para atendimento era até o início do ano seguinte. Em 1963, segundo Faustino Fávaro, “houve uma Assembleia de professores na Sociedade D. Pedro II, com cerca de 1500 pessoas. Compreendi a gravidade da situação e liguei para o governador.”¹³³

Como o governador não atendeu, a categoria deliberou por um movimento denominado de “Operação Tartaruga” que, embora não previsse a paralisação das atividades, implicava em não dar aulas, mesmo com comparecimento nas escolas. A manifestação foi realizada em fevereiro de 1963 e suas principais reivindicações eram econômicas. Na cronologia estabelecida pela APP-Sindicato, esse movimento é considerado “a primeira greve”¹³⁴ de professores no estado. O resultado da Operação Tartaruga foi a conquista de uma gratificação para professoras primárias sem habilitação e regentes, em torno de 20%, e de 25% para professores normalistas.

Após várias assembleias e discussões os estatutos foram reformulados. Entre outras questões, foram aprovados artigos proibindo a reeleição (artigo 23, parágrafo 1º)¹³⁵, e afirmando ser “... vedada a candidatura para cargo eletivo na Associação, de Professores que estejam no exercício de cargo de confiança no Poder Público Estadual ou que seja parente consanguíneo ou afim até segundo grau, com membros da diretoria.”¹³⁶ Ainda foram considerados

¹³² OGLIARI, Izaias. **Memória História 1983**. Curitiba: APP-Sindicato. p. 03.

¹³³ APP-SINIDICATO. **Atas de assembleias gerais de 10/61 a 09/72**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 19. p. 31.

¹³⁴ APP-Sindicato. **Curso de formação para representante de escola: Etapa II concepção, estrutura e organização da APP-Sindicato – princípios norteadores, estatuto, instâncias de deliberação**. Curitiba, 2008.

¹³⁵ APP-SINIDICATO. **Atas de assembleias gerais de 10/61 a 09/72**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 19. p. 10.

¹³⁶ Idem.

sócios beneméritos os ex-presidentes Faustino Fávaro e José Scheinkman, além dos 50 sócios fundadores, de cujos nomes não há registro.

Em novembro de 1963 foi realizada nova eleição para a direção. A chapa do grupo conservador era liderada pelo professor Ocyron Cunha – os novos estatutos aprovados impediam reeleição –, que compusera a última diretoria junto com Fávaro. E havia uma chapa concorrente, dessa vez registrada em ata e com contagem de votos.

A chapa concorrente era liderada pela professora Olga de Melo Regis e se chamava “XV de outubro”. Essa é a primeira vez que uma mulher disputou a presidência da entidade, embora sem a estrutura do grupo hegemônico. O resultado da eleição foi de 327 votos para a chapa “XV de outubro” e 479 para a chapa “Unidade e ação”¹³⁷.

Dessa chapa, o único nome que voltou a fazer oposição ao grupo Conservador foi o da professora Lourdes Marçal de Andrade; ela fez parte de uma diretoria *pro tempore* que tentou – sem sucesso – destituir Fávaro em 1972 e, a partir de fevereiro de 1975, passou a compor a direção pela Oposição Liberal, no lugar de professores que haviam pedido para sair. O nome da presidente da chapa não voltou a ser mencionado na documentação consultada.

Embora tenha feito uma votação bastante razoável, não parecia ser uma oposição organizada e disposta a continuar disputando a associação. Na eleição seguinte, em 1966, por exemplo, o grupo Conservador concorreu com chapa única e, em 1968, uma das componentes da chapa ‘XV de outubro’, Inah Lobo Joppert, ingressou na diretoria do grupo conservador como secretária, ocupando o lugar da professora Marilene Maganhoto¹³⁸ o que parece indicar pouca coesão de grupo na chapa concorrente; não era necessariamente uma facção sindical como seria a oposição depois de 1969.

Nessa eleição parece ter havido algum tipo de ruptura no grupo hegemônico. As provas documentais são escassas, mas podem nos dar uma ideia, minimamente, sobre visões diferentes a respeito da entidade, dentro de um grupo que em linhas gerais possuía ideias semelhantes; conservadoras, como já pontuamos. Curiosamente, nem a “Memória Histórica” elaborada pelo professor Izaias Ogliari em 1983, nem a pesquisa de mais fôlego efetivada pelo professor Amâncio dos Anjos “APP-Sindicato 60 anos: histórias e memórias” apontam a existência dessa ruptura ou das chapas que se formaram para disputar a direção.

¹³⁷ APP-SINDICATO. **Livro Atas do Departamento Social da A.P.P. 1963-1966**. Curitiba: APP-SINDICATO. Pasta nº 26. p. 10.

¹³⁸ APP-SINDICATO. **Atas de reuniões da diretoria A.P.P. 1967-1973**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 13. p. 19.

Assim, logo após ser eleita em 21 de novembro, a nova diretoria tomou posse no dia 30 do mesmo mês e realizou sua primeira reunião em 7 de dezembro. Na ata dessa primeira reunião, consta serem “todos membros da chapa ‘Unidade e Ação’ do Movimento *Renovador Independente*, (grifo nosso) que pleiteou e venceu as eleições...”¹³⁹

Ocyron Cunha havia ocupado a pasta de Diretor Cultural na diretoria anterior, e seria mais tarde também reitor na Universidade Federal do Paraná entre 1977 e 1982. Isso se explica porque, à época, a A.P.P. representava professores de todos os níveis e não apenas da Educação Básica, como atualmente.

O novo presidente foi acompanhado nessa chapa pelo professor João Manoel Mondrone, um dos que haviam solicitado demissão na gestão anterior e, portanto, demonstrava insatisfação com a presidência de Fávoro. Outro fator que parece deixar clara a divisão ou, pelo menos, um certo consenso de avaliação negativa sobre o presidente anterior, é o primeiro registro feito em ata pela nova diretoria. Como se pode perceber no documento, a gestão Fávoro demorou a entregar os livros de atas de reuniões de direção e assembleias. O primeiro registro da nova diretoria é:

Observação. Este Livro de Atas das reuniões das Diretorias da Associação dos Professores do Paraná foi entregue à atual Diretoria em meados de janeiro de 1964, portanto mês e meio depois da tomada de posse. A ata da primeira reunião será lançada em atraso, bem como logo em seguida à última ata de reunião, que data de 1º de setembro de 1955, *havendo falta de registro das atividades das Diretorias até a presente data, isto é, de 1º-9-1955 a 15-1-1964* (grifo nosso).¹⁴⁰

Essa observação parece indicar um desejo de se diferenciar em relação à gestão anterior, o que vai se confirmando pelos primeiros registros de atas nos meses seguintes. Assim, na segunda reunião, em 22 de janeiro de 1964, anotou-se que os primeiros comentários foram no sentido de “... por ocasião da posse, não lhes ter sido entregue escrituração alguma, nem Livro de Atas, nem de Registro de Sócios, nem o Balancete do Movimento de Caixa. Desconhecendo-se também o vulto das obrigações a pagar, despesas mensais de manutenção da sede etc.”¹⁴¹ Ainda foram tecidas críticas ao pagamento exagerado de “telefonemas extras” e ao cafezinho “servido a toda hora”.

¹³⁹ APP-SINDICATO. **Atas de reuniões da diretoria A.P.P. 1954 a 1966**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 13. p. 36.

¹⁴⁰ Idem. p. 36.

¹⁴¹ Idem. p. 38.

Parece evidente, portanto, que a gestão Ocyron Cunha pretendia se mostrar diferente da gestão Fávoro. As atas de reuniões tornaram-se frequentes, e houve mais convocação de assembleias. Parece haver a intenção de mostrar uma administração mais eficiente e profissionalizada da entidade. Esse fato, entendemos, reforça a hipótese de que houve algum tipo de dissenso no grupo dirigente, embora os membros da diretoria atual fossem do mesmo grupo da anterior.

O novo presidente parece ter sido um dos primeiros professores fichados na DOPS devido à ligação com a A.P.P. Em sua ficha individual, a primeira anotação refere-se à sua participação no movimento de professoras primárias de 1963, a Operação Tartaruga. Embora o presidente da A.P.P. fosse Faustino Fávoro, o relatório diz que o cargo era de Cunha, e que este liderou o movimento. As anotações foram motivadas pela participação de conhecidos comunistas na organização, como Expedito Oliveira Rocha. Mais ainda, segundo a DOPS “... essa greve que durou mais de uma semana teve como ponto culminante uma passeata-monstro realizada no dia 09... durante a qual falaram aqueles líderes vermelhos, sob a complacência do fichado.”¹⁴² A delegacia o acusava ainda de ter sido sócio em uma livraria, juntamente com Aristides de Oliveira Vinholes, outro conhecido comunista.

Embora não fosse o presidente à época da passeata, o primeiro item do “Programa Mínimo de Ação” da campanha de sua chapa era “assegurar as conquistas da ‘Operação Tartaruga’”, o que parece sugerir uma efetiva participação e reconhecimento da importância desse movimento. Por outro lado, de comunista em sua biografia nada mais há que as suposições da polícia política.

O golpe de Estado de 1964 não parece ter afetado de alguma forma a entidade. Embora um dos pontos da preparação do mesmo no Paraná tenha sido a marcha contra o “livro único” do MEC - era a “Marcha a Favor do Ensino Livre” -, acusado por amplos setores da população de ser um material comunista¹⁴³ e, portanto, a questão educacional estivesse no centro da preparação golpista no estado; a A.P.P. não aparece entre as entidades que participaram de sua organização. Entre os grupos sociais que participavam das reuniões preparatórias estavam “médicos, enfermeiros, professores e professoras, donas-de-casa, empresários, advogados (grifo nosso) ...”¹⁴⁴, o que nos leva a inferir que havia associados participando do ato mas sem envolver o nome da A.P.P..

¹⁴² DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Ocyron Cunha**. PI 2921.445. p. 4.

¹⁴³ CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. IN: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p.271-302 – 2004.

¹⁴⁴ Idem. p. 301.

Uma das questões que pesava no Paraná era a dependência que Ney Braga, governador pelo PDC, tinha com relação à numerosa bancada do PTB (Partido do presidente João Goulart). Braga apoiara Milton Campos e enfrentara uma candidatura do PTB e, com a renúncia de Jânio Quadros, negociara um acordo com essa legenda, que era vital na aprovação de suas propostas. Assim, o governador demorou a tomar posição [pública, pois sabe-se que foi um dos que se envolveram na preparação] a favor do golpe – a quem diga que o fez justamente por ocasião da Marcha do Ensino Livre – e isso pode ter pesado na opção da A.P.P. de não envolver seu nome nas manifestações; uma vez que estas visavam, entre outras coisas, pressionar o governador, com o qual a associação possuía ótimas relações. O governo disponibilizou, por exemplo, um funcionário para trabalhar na A.P.P.

A chapa que assumiu em 1963, a exemplo do governo estadual, herdou uma situação financeira nada confortável, com uma dívida de pouco mais de CR\$ 1.000.000,00 entre salários de funcionários, telefone, impostos e compras com prestações atrasadas. O número de sócios ainda era bastante pequeno, em torno de 1500. Uma campanha para recrutar novos associados – o que significava mais recursos – conseguiu aproximadamente 835 sócios em 1964 e outros 510 em 1965.¹⁴⁵ Essas são as preocupações que mais aparecem nas atas de reuniões e assembleias: a situação financeira da associação e a situação financeira do professorado, cada vez mais atingido pela inflação. Aliás, ainda em fevereiro de 1964 foi encaminhado um memorial ao governo do estado solicitando um aumento de 100% para o magistério (devido às perdas inflacionárias), e um ofício à presidência da república, elogiando decreto onde se obrigava o pagamento de complementação até atingir o salário mínimo às professoras primárias.¹⁴⁶

Ainda em 1965, a SEC (Secretaria de Educação e Cultura) disponibilizou mais 4 funcionários para trabalharem na sede da entidade. Observando o plano político e a “normalidade” institucional do Paraná, e da A.P.P., tem-se a impressão de que a instalação da ditadura militar quase que passava despercebida no estado. A observar o que ocorrera em outros espaços da federação, como a cassação dos governadores de Sergipe, Seixas Dória, de Pernambuco, Miguel Arraes e de Goiás, Mauro Borges¹⁴⁷; ou a tortura do militante comunista Gregório Bezerra, pode-se incorrer na (falsa) impressão de que o golpe não foi sentido no estado.

Mas uma série de prisões e cassações ocorreram aqui também. O ex governador Moysés Lupion - adversário político de Ney Braga, militar com ótimas relações na nova conjuntura,

¹⁴⁵ OGLIARI, Izaias. Op. Cit. 05

¹⁴⁶ APP-SINDICATO. **Atas de reuniões da diretoria A.P.P. 1954 a 1966**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 13. p. 42.

¹⁴⁷ FAUSTO, Bóris. Op. Cit. p. 468.

uma vez que foi ministro em duas pastas e governador indicado na ditadura - foi cassado; o deputado Léo de Almeida Neves, do PTB, também. Várias outras lideranças políticas, com pouca ou nenhuma simpatia pela esquerda ou o comunismo, como Aníbal Khury, acabaram tendo problemas.¹⁴⁸

Embora a A.P.P. aparentemente não tenha se mostrado sensível a esse acontecimento político, ao menos não há registro algum disso que tenha sido preservado, entendemos nesta tese que ele foi fundamental para as mudanças que se verificaram na entidade nas décadas seguintes.

Segundo o secretário de segurança pública do Paraná à época, general Ítalo Conti, as prisões mais importantes efetuadas no Paraná em 1964, foram as do médico Jorge Karan e do professor José Rodrigues Vieira Neto por serem “simpatizantes do comunismo e não concordarem com a revolução”.¹⁴⁹ Como se pode perceber, nem todos os professores eram indiferentes ou simpáticos aos acontecimentos políticos da época, embora sua associação, ao que consta, não tenha se manifestado sobre prisões de docentes nesse momento; a postura de simpatia pelas políticas ditatoriais por parte dos dirigentes da época talvez ajude a entender esse silêncio.

Nos registros que se seguem podemos perceber a grande preocupação com as enormes dívidas da entidade e, também, o comparecimento sempre pequeno de associados às assembleias, muitas vezes canceladas por falta de quórum. Registravam-se números de 20, 25, 10 presentes, e eram constantes as reclamações dos dirigentes pela pouca presença da categoria nestas reuniões. Ao mesmo tempo, algumas pessoas claramente compareciam regularmente e pediam a palavra inúmeras vezes, como os professores Faustino Fávaro, José Scheinkman, Nicolau Barros e o próprio atual presidente, Ocyron Cunha.

2.1 CRESCIMENTO DA INSATISFAÇÃO NA BASE.

Como característica dos representantes da associação à época, é possível perceber, também, a preocupação com algumas questões morais e religiosas, como a comemoração do Dia Nacional da Família e a “entronização do crucifixo na Sala da Presidência.”¹⁵⁰ Obviamente,

¹⁴⁸ HELLER, Milton Ivan. **Resistência democrática: a repressão no Paraná.** Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1998.

¹⁴⁹ DUTRA, José Carlos. **A revolução de 64 e o movimento militar no Paraná: a visão da caserna.** IN: Revista de Sociologia Política, Curitiba, nº 22, p. 195-208, jun. 2004. p. 204.

¹⁵⁰ APP-SINDICATO. **Atas de reuniões da diretoria A.P.P. 1954 a 1966.** Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 13. p. 65.

organizar um ritual para colocar um símbolo religioso nesse espaço específico, nos diz algo sobre a noção de poder em relação ao mesmo. Como salienta Ansart “a proliferação de objetos simbólicos vem participar da produção de “efeitos” psicológicos favoráveis à gestão dos respeitos”¹⁵¹, ou seja, esse crucifixo não significava apenas o apelo à fé cristã ou uma referência cínica aos valores propagados pela ditadura, mas também um símbolo que remetia à uma autoridade, nesse caso, o presidente da associação.

“Entronizar” esta peça sacra nesta sala, pode nos dizer também sobre uma determinada espacialidade do poder pois “seja a tenda do chefe nômade ou o palácio do rei sedentário, a existência de um espaço apropriado ao poder institui a distinção entre possuidores e não possuidores de poder. ”¹⁵² A prática de manter espaços separados onde determinadas autoridades da associação ficam e recebem – ou não – outros membros da mesma ou autoridades externas, nunca foi de fato abandonada, apesar de discursos de horizontalidade de grupos e pessoas em períodos posteriores, o que nos mostra que nem tudo na história da mesma são rupturas.¹⁵³

Ao mesmo tempo, a prática de convidar representantes do governo para as assembleias era recorrente nesses primeiros tempos e os mesmos eram, geralmente, recebidos com honrarias e deferências. Essas práticas reforçam a tese de que as relações com o poder público, o patrão, eram pautadas em reivindicações respeitadas e valores bastante conservadores.

Em 4 de abril de 1964 ocorreu uma Assembleia Geral, que foi desdobrada em outras sessões, dado que não se debateram todos os assuntos no dia. A sessão seguinte não ocorreu por falta de quórum, mas na 3ª sessão houve o comparecimento de 194 pessoas, fato que parece ligado ao prestígio da presença das autoridades. O presidente informou, então, sobre a presença do secretário de educação, Véspero Mendes e “pede à Assembleia indicar nomes para compor uma Comissão que venha introduzir o sr. Secretário no recinto da Assembleia. É indicada a Comissão, e suspensa a sessão. O sr. Secretário é introduzido na Assembleia sob salva de palmas do plenário. (grifo nosso)”¹⁵⁴ Após fazer uma breve fala e solicitar que lhe sejam informadas por escrito as reivindicações - “aspirações”, segundo a ata – da categoria, “o sr. Secretário deixa o Salão Nobre da A.P.P. sob salva de palmas.”

¹⁵¹ ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas**. Curitiba: UFPR, 2009. P. 57.

¹⁵² Idem.

¹⁵³ O próprio prédio onde hoje está a sede da mesma poderia ser estudado na perspectiva de uma distribuição espacial do poder. Por exemplo, as salas dos diretores ficam nos andares superiores, sendo que no piso 1 encontramos geralmente os funcionários de carreira do sindicato; existe uma barreira bem dissimulada, mas perceptível, de assessores, antes de se acessar certas figuras com mais poder na instituição etc.

¹⁵⁴ APP-SINIDICATO. **Atas de assembleias gerais de 10/61 a 09/72**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 19. p. 16

Essa percepção de que os representantes do poder público eram dignos de especiais deferências, demorou a mudar na entidade. Mas podemos perceber indícios de que, na base, cada vez mais a insatisfação com a situação, especialmente financeira, ia lentamente corroendo. Já em uma reunião anterior, o professor José Scheinkman lamentava os murmúrios que ouvira sobre “greve e mandado de segurança” afirmando que “nada disso devia haver”.¹⁵⁵ Na assembleia com representantes do poder público, formou-se uma comissão, composta pela diretoria e mais os professores Nicolau Barros, Eurico Back, Walter Age, Faustino Fávaro, Osny Dalcol, Osias Feiges, Terezinha Ribeiro, Ediomar Cunico, e João Eugênio Baggio, para formular o memorial solicitado pelo secretário. Na assembleia seguinte, sem respostas ao documento, o professor Nicolau Barros sugeria “que no dia do Professor todos os professores trabalhem normalmente, comparecendo no trabalho de luto, como advertência ao governo”; proposta não aprovada, mas que certamente indicava já algum grau de impaciência.

A assembleia seguinte, por sugestão do professor Faustino Fávaro, foi transformada em permanente e contou já com a presença de 133 pessoas. Na segunda sessão, algumas semanas depois, um público de 130 sócios compareceu. Sem respostas sobre as demandas, a diretoria e a comissão criada para estudar e reivindicar o aumento de vencimentos, resolveram transformar a entrega de outro memorial em um ato público, marcando uma concentração de professores na praça 19 de dezembro para, juntos, entregarem o documento ao próprio governador.

Marcado o ato para as 15 horas do dia 20 de outubro, nesse mesmo dia, pela manhã, a diretoria e a comissão lançaram um comunicado à categoria onde informavam que “... os acontecimentos se precipitaram. Durante a tarde de ontem, o Presidente da A.P.P. foi convocado pelo Sr. Secretário de Educação para um encontro... ficou acertada uma audiência imediata com os Secretários de Estado.”¹⁵⁶ As 18 horas o presidente foi chamado, segundo o documento, para uma audiência com o próprio governador, onde compareceram também diversos secretários de estado e deputados, na residência do governador. Pela associação compareceram os professores Ocyron Cunha, Irene Margarida Sprenger, Elvira Meireles, Iolanda Siqueira, José Scheinkman, Amantino de Mello Ribas e Nilza Cunha. Da reunião acertou-se o seguinte:

O senhor Governador do Estado achou razoável uma reclassificação de cargos para as professoras normalistas, desde que não importasse em aumento de despesas, superior ao previsto na mensagem... Determinou o estudo imediato do Estatuto do Magistério do

¹⁵⁵ Idem. p. 14

¹⁵⁶ Idem. p. 27

Paraná, para envio da respectiva Mensagem à Assembleia Legislativa... A comissão coordenadora resolveu... suspender a reunião da classe, marcada para hoje, as 15 horas, na Praça 19 de dezembro, quando iria entregar o memorial ao senhor governador.¹⁵⁷

Ao invés do ato público, decidiu-se por uma reunião com representantes de todas as escolas a ser realizada a noite. Compareceram também o secretário dos Negócios do Governo, Aristides Simão, e os deputados estaduais Rubens Requião e Antônio Lopes Júnior. Inicialmente o presidente afirmou que “estava preparado ambiente favorável à criação do Quadro Especial do Magistério... condicionando para isso o Govêrno(sic) que com a criação do quadro não haja novas despesas¹⁵⁸, o que levou alguns professores a observar que esta era apenas uma vitória “moral e não monetária”. Segundo a ata “começa então a ficar um tanto tumultuado o plenário. Vozes interrompendo, sussurros de insatisfação, e retirada de assistentes, sabendo-se depois que houve então críticas à Diretoria e à Comissão Coordenadora.”¹⁵⁹

A frustração com o resultado financeiro dos esforços começava a ficar evidente. A revolta registrada pelo mesário nesse momento expressa mais que apenas uma discussão entre sindicalistas – ou associados – em torno dos melhores caminhos a tomar para atingir o cumprimento de suas reivindicações. Há uma questão afetiva que precisa ser considerada, para além da ideologia dominante ou dos procedimentos racionais a serem esperados de uma reunião de gente instruída.

É perceptível que o número de presentes nas assembleias vinha aumentando e isso pode ter a ver com a expectativa de que, assim, poder-se-ia obter algum tipo de aumento de vencimentos em tempos de inflação alta, poder de compra reduzido e prestígio social do magistério cada vez menor. O mesário registrou, ainda, que:

Demorou a discussão com apartes, reclamações sobre a má vontade do Govêrno para com o professorado e partiram até algumas acusações pesadas contra as autoridades, o que levou o sr. Presidente a interromper esses debates pouco delicados para com os visitantes presentes. Como estes haviam comparecido para democrática e harmoniosamente debater o assunto do aumento com o professorado em Assembleia, constituindo isso uma especial deferência das autoridades, não ficava bem expô-los a uma situação tão desagradável de ouvir reclamações em termos de pouca lisura (grifos nossos).¹⁶⁰

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ Idem. p. 28.

¹⁵⁹ Idem.

¹⁶⁰ APP-SINIDICATO. *Atas de assembleias gerais de 10/61 a 09/72*. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 19. p. 28.

Podemos perceber que a paciência da base com as promessas do governo estava se esgotando, e que a culpa acabou recaindo também sobre a direção da associação e a comissão de negociação. Os representantes do governo fizeram um pronunciamento e saíram – desta vez sem aplausos – deixando atrás de si o plenário em tumulto. As queixas dos presentes continuaram, sobre “a posição de penúria do professorado, com a atual inflação.” Os deputados foram convidados a se pronunciar e instigaram a categoria a não abrir mão de suas reivindicações. Antônio Lopes Júnior, inclusive, “afirma que o governo, com a arrecadação monstro desses últimos tempos, terá os recursos necessários para fazer o pagamento em dia. Também reconhece que o aumento deverá restabelecer a dignidade do professor paranaense.”¹⁶¹

As reações dos dirigentes também podem ser percebidas como mais que astúcia política ou interesses escusos. As acusações da base causaram indignação. Em novo comunicado da comissão de estudos para aumento de vencimentos, os mesmos afirmavam que:

“A Assembleia de ontem, durou 3 horas e meia. Entretanto, alguns colegas permaneceram apenas uma hora e já se retiraram, alegando alguns: ‘Não vamos conseguir nada. Estão vendidos para o Governo.’ Isto, é evidente, seria aceito democraticamente pela Presidência e pela Comissão se fosse dito em altas vozes no recinto da Assembleia. Entretanto, foi dito pelos corredores, em murmúrio, solertemente, sem dignidade, covardemente, procurando desmoralizar uma comissão que foi eleita pela própria classe na Assembleia realizada no dia 12 de setembro (grifos nossos).¹⁶²

Como se pode perceber, emoções e afetos também são mobilizados para convencer. Seja convencer que a direção traía os interesses da categoria, seja convencer que os traidores eram aqueles que a acusavam disso. Mais adiante, no mesmo comunicado, os dirigentes desafiavam “qualquer colega a vir de público, em nossa Assembleia, provar que tenha havido qualquer ato ou palavra de traição à classe.” O que vai se percebendo, também, é que a atitude em relação ao poder público em boa parte da base ia passando da deferência respeitosa a uma certa indignação, devido às suas condições de vida, ao passo que os dirigentes mantinham a mesma postura respeitosa com as autoridades. Na reunião da diretoria, sequente a essa assembleia, os diretores lamentavam a atitude da categoria e entendiam que “é preciso desfazer a atmosfera de hostilidade e desconfiança dentro da Secretaria da Educação, para com a A.P.P...”¹⁶³

¹⁶¹ Idem.

¹⁶² Idem. p. 29.

¹⁶³ APP-SINDICATO. **Atas de reuniões da diretoria A.P.P. 1954 a 1966**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 13. p. 67.

Como se pode perceber, a questão afetiva vai mudando de deferências respeitadas com as autoridades, e mesmo muitas vezes com a própria diretoria da associação, para manifestações de maior hostilidade, ligadas às crescentes frustrações com as prementes necessidades salariais, devido à inflação. Prestar atenção a esses aspectos emocionais e afetivos pode, segundo Ansart “... apesar das dificuldades, tornar a história menos obscura.”¹⁶⁴ Mais ainda, podemos perceber, com a aparente irracionalidade dos xingamentos aos representantes do governo e da direção, que as ações levadas a cabo nem sempre são explicadas por estratégias ou táticas puramente racionais. É preciso estar atento para a “... manifestação das relações entre os afetos e as ações”¹⁶⁵, percebendo que os primeiros podem motivar as segundas.

Concretamente, nada se conseguiu de melhoria salarial em 1964, e o número de presentes nas assembleias voltou a cair.

Ainda em 1965, entre os meses de junho e novembro, o presidente Ocyron Cunha licenciou-se para participar da campanha política. Percebe-se pelas atas das assembleias que ele não explicou para os associados – embora tenha explicado para os diretores – os motivos de seu afastamento. Na assembleia de 22 de maio registrou-se que “o sr. Presidente... ainda deu conhecimento de que vai licenciar-se de junho a outubro, por motivos que vai apresentar no sábado vindouro.”¹⁶⁶ Na assembleia seguinte, a presidente em exercício “... deu ciência aos presentes do licenciamento do prof. Ocyron por motivos particulares...”¹⁶⁷

Essa questão é certamente relevante dado que a proximidade com questões políticas é uma das grandes críticas feitas ao grupo - ligado ao PT – que dirige a A.P.P. desde os anos 1990. O argumento é o de que ‘antes’ a Associação não se imiscuía em tal seara o que, podemos perceber, não procede. Ocyron já participara ativamente da campanha de Bento Munhoz. Segundo a DOPS “na campanha política do Prof. Bento Munhoz da Rocha neto, o fichado fundou o ‘Comitê do Zé Ninguém’, de apoio aquela candidatura...”. Pior ainda, segundo o órgão, foi que, no dia da instalação do referido comitê, o fichado “promoveu uma passeata pelas ruas da Capital sem dar ciência às autoridades, tudo sob a inspiração do comunista Luiz Geraldo Mazza, jornalista, atingido pelo Ato Institucional”.¹⁶⁸

¹⁶⁴ ANSART, Pierre. ANSART, Pierre. Das identidades de ofício às identidades de classe: um devir paradoxal? (1820-1848). IN: SIXAS, Jacy Alves; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion (orgs.) **Razão e paixão na política**. Brasília: UNB, 2002. p. 215.

¹⁶⁵ ANSART, Pierre. Em defesa de uma ciência social das paixões políticas. In: **História Questões de debates**. Cristianismo 2000 anos. v. 17, n. 33. Curitiba, UFPR: 2000. p. 165.

¹⁶⁶ APP-SINDICATO. **Atas de reuniões da diretoria A.P.P. 1954 a 1966**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 13. p. 42.

¹⁶⁷ Idem. p. 44.

¹⁶⁸ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Ocyron Cunha**. p. 4.

Como, apesar do constante aumento no número de associados, a situação financeira da entidade não ia nada bem – a diretoria atual herdara uma dívida de mais de um milhão de cruzeiros com diferentes credores, e a empresa Móveis Cimo estava acionando judicialmente a entidade por Cr\$400.000,00 que lhe eram devidos¹⁶⁹ -, não era possível contratar e manter funcionários administrativos. Essa situação levou os diretores a “insistir novamente com o Sr. Secretário de Educação para designar professores a serviço desta Associação...”, conseguindo, pela Portaria nº 3867, de 22 de julho, a designação das seguintes professoras “Miriam Mattar, Mari Ignez Marins, Iolanda Siqueira, Dolores Idelina Carcereri de Souza, Alcynia Simões Araújo, e já todas trabalhando aqui desde o mês de julho.”¹⁷⁰ Essas pessoas eram todas professoras e algumas, como Alcynia Simões, vieram a compor a direção seguinte da entidade.

O afastamento do presidente Ocyron Cunha permitiu a assunção da primeira – e, por muitos anos, única - mulher à presidência da A.P.P., a professora Elvira Meireles. Apenas em 1988 uma mulher, a professora Izolde Andreatta, foi eleita para o cargo de presidente. Isto significa dizer que em 41 anos de existência a associação que representa uma categoria composta majoritariamente por mulheres, foi conduzida por uma delas apenas durante 5 meses. É notório que havia muitas mulheres na composição das chapas que dirigiram a entidade até 1988, mas a presidência, como cargo de maior prestígio e poder, não era acessada por elas. A única que tentou ser eleita para o cargo até então, em 1963, foi derrotada.

Esse não é um fenômeno exclusivo da A.P.P., ou mesmo do magistério. Antes, como nos mostrou Yves Cohen, é um fenômeno do século XX, caracterizado por ele como o “século dos chefes”. Segundo o mesmo, seu livro é “... um estudo da fabricação ativa da sociedade como reunião de hierarquias dirigidas por chefes. Esses chefes são quase que totalmente homens. Todo esse discurso é dito estritamente no masculino, como se ser chefe fosse um atributo normal da virilidade”.¹⁷¹ Nesse sentido, é como se apenas os homens pudessem dirigir a entidade porque ser “chefe” era sinônimo de ser homem e – exceção que parece confirmar a regra – as mulheres só pudessem acessar essa condição devido a alguma exigência excepcional e, ainda assim, por um curto período de tempo.

Em fevereiro de 1966 Curitiba sediou o sétimo Congresso Nacional de Professores Primários do Brasil, instituído pela Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB),

¹⁶⁹ Idem. p. 45

¹⁷⁰ Idem. p. 81.

¹⁷¹ COHEN, Yves. Por que chamar o século vinte de ‘o século dos chefes’? IN: **Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, v.05.03: 963 – 981, dezembro, 2015. p.973

que modificara seu estatuto dois anos antes para que entidades como a A.P.P. – que representavam diversos níveis de ensino – pudessem se filiar. Nesse congresso, o presidente da A.P.P., Ocyron Cunha, foi eleito presidente também da CPPB. Como já apontamos, posteriormente presidiria a APUFPR e seria reitor da Universidade Federal do Paraná, além de ter sido eleito membro do Comitê Executivo da Confederação Mundial de organizações de professores.¹⁷² Como se pode perceber, o capital político de presidir a A.P.P. podia render dividendos consideráveis, e essa circulação dos dirigentes entre diversas entidades também é uma prática que permaneceu durante todo o período pesquisado, e que não desapareceu até hoje. Ou seja, os dirigentes não circulam apenas nas direções da própria entidade, mas por outras entidades e instituições, de forma que a palavra “renovação”, bastante utilizada, raramente faz sentido de fato.

Ainda em 1966 foi instalado um consultório médico na A.P.P., que já oferecia, desde bastante tempo, cursos de datilografia, de corte e costura, realização de bailes e coquetéis, tardes dançantes, festas juninas etc. Esse conjunto de atividades que parece estranho à concepção sindical mais recente e que procura caracterizar, pejorativamente, o associativismo docente pré Novo Sindicalismo de “assistencialista” precisa ser entendido, entretanto, como parte da conjuntura da época. A concepção do associativismo docente incluía normalmente a prestação de serviços como uma obrigação.

As relações com o governo, chefiado por Paulo Pimentel desde o início de 1966 continuavam bem – apesar de o presidente aparentemente ter feito campanha novamente para o candidato derrotado, Bento Munhoz da Rocha - e levaram a A.P.P. a oferecer um almoço em homenagem ao governador e ao secretário de educação, Lauro Rego Barros. A Sociedade Juventus ficou tão lotada que foi necessário cancelar várias listas de presenças.¹⁷³

Esse evento precisa ser analisado certamente pela ótica de relações institucionais onde a entidade associativa, mesmo pretendendo ser mais próxima de uma concepção sindical, mantinha relações de proximidade com o seu patrão, no caso o poder público e seus representantes. Mas, ao mesmo tempo, precisa ser vista como uma estratégia de ação, nos limites das concepções associativas de então. Nesse sentido, vale a pena analisar as falas anotadas em ata, da representante da associação e do representante do Executivo.

Segundo a ata, o professor Ocyron Cunha estava na Coréia do Sul, em evento da Confederação Mundial de Professores, e a professora Elvira Meireles o representou no ato. Em sua fala, ela teria dito à Pimentel “... animada por este ambiente de cordialidade, eu solicitaria a

¹⁷² DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Ocyron Cunha**. p. 4.

¹⁷³ ANJOS, Amâncio Luiz Saldanha dos. Op. Cit. p. 37.

V.Excia que, à semelhança do que vem fazendo em diversas cidades do Interior, despachando com autoridades locais, despachasse também com o Professorado uma vez por ano... talvez no Dia do Professor.”¹⁷⁴

Ao responder, o governador teria dito considerar a proposta “tentadora” e que iria pensar no assunto. Como se pode observar, a sugestão não foi seguida e o “ambiente de cordialidade” teve duração efêmera – na prática acabou em 1968 com a grande greve dos professores -, mas o evento mostra-nos também uma possível estratégia de ação, em que ao mesmo tempo em que se prestigia o chefe do Executivo, fazem-se lhe pedidos. Talvez a imagem de Getúlio Vargas discursando para os trabalhadores e concedendo o aumento, que custara o ministério à Jango, em 1954, possa ser uma boa comparação para o tipo de estratégia que tencionamos descrever.¹⁷⁵

De toda forma, parece limitada a visão de um associativismo simplesmente pelego, como seria pejorativamente denominado pelos entusiastas do Novo Sindicalismo a partir de final dos anos 1970 no Paraná, ou a consideração de que apenas em 1968 começou-se a viver “o final da fase pelega e a gestação da fase de afirmação social da entidade, enquanto espaço de reivindicação da categoria”.¹⁷⁶

Assim, entendemos que uma forma de olhar para essa relação entre a categoria, representada pela sua entidade, e o governo como patrão, é o conceito de paternalismo, tal como trabalhado por Thompson. Ao analisar a aplicação do termo para as relações sociais do campo inglês no século XVIII, o autor percebe que a descrição de uma hegemonia absoluta partindo das “casas grandes” dos senhorios rurais, aos quais todos respeitavam e obedeciam, era mediada de diversas formas por uma cultura própria dos menos favorecidos e que implicava mais que o mando, uma certa reciprocidade.

Isto seja, sem negar um efetivo domínio de classe por parte dos mais poderosos, Thompson chama a atenção para o fato de que “a hegemonia, inclusive quando se impõe com sucesso, não impõe uma visão da vida totalizadora; melhor dizendo, impõe viseiras que

¹⁷⁴ APP-SINDICATO. **Atas de reuniões da diretoria A.P.P. 1954 a 1966**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 13. p. 95.

¹⁷⁵ Em 1954 João Goulart, Ministro do Trabalho concedeu aumento de 100% no salário mínimo, irritando os patrões e gerando tantas reações contra Vargas que lhe custaram a demissão do Ministério. Algumas semanas depois, em um comício no dia 1º de maio, o próprio presidente anunciou o mesmo aumento. Certamente a presença dos trabalhadores a prestigiá-lo influenciou na decisão, que lhe custou novos problemas. Ver: GOMES, Angela Castro. **O aumento do salário mínimo e a saída de Jango do Ministério do Trabalho**. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NoGovernoGV/Salario_minimo_e_saida_do_ministerio_do_trabalho Acesso em 30/04/2019

¹⁷⁶ SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. **O associativismo na construção da identidade social dos professores: o caso do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1986. p. 60

impedem a visão em certas direções enquanto a deixam livre em outras.”¹⁷⁷ Assim, embora o governo fosse obviamente o lado mais forte da relação, não significa que se impunha pura e simplesmente sobre a categoria, ou que a visão conservadora do mesmo simplesmente se espraiasse para os professores e fosse cegamente seguida por eles.

Como já enunciamos, mesmo com um histórico de relações de cordialidade, não faltaram momentos de embates mais tensos, de respostas mais ríspidas e cobranças. Assim como a confiança e a deferência estratégicas demonstradas por ocasião do almoço descrito acima; momento de agradecer o patrão e de fazer solicitações, aproveitando o clima de festa.

Adotar o termo paternalismo para pensar estas relações não significa transportar para a análise um conceito que define interações sociais no campo, em um outro espaço e outro século, como uma espécie de coringa conceitual sem tempo e sem espaço, que explica tudo. Pensamos sua utilidade por analogia e com uma possibilidade que é própria dos conceitos, isto é, a capacidade de iluminar outras relações sociais que não aquelas próprias de onde ele foi pensado inicialmente. Assim, nos ajuda a noção de uma relação onde, como Thompson observara na relação gentry-plebe “...nos encontramos não tanto com uma renhida e inflexível batalha entre antagonismos irreconciliáveis, como com um “campo de forças” social.”¹⁷⁸

Isto é, o governo não atendia reivindicações apenas por que possuísse algum tipo de bondade inata ou porque a associação possuía uma ideologia conservadora que os representantes do estado aprovavam e que os beneficiava; e nem os representantes da associação externavam essa cordialidade com os governantes apenas porque fossem “pelegos” ou ingênuos. A ideia de um campo de força social, aqui, é trazida para pensar uma relação onde ambos os lados reconhecem a força do outro. O governo sabia que era mais forte e a associação sabia que era mais fraca, porém, havia limites para os governantes em desafiar a força do professorado, e estes sabiam que o poder público reconhecia estes limites. Assim como havia limites às reivindicações dos professores, e sua associação também estava ciente deles.

Essa ideia de um campo de forças, em uma relação que é paternalista, cordial e também estratégica, parece-nos mais interessante que a ideia de um associativismo pelego, pronto sempre a servir o governo em troca de nada. É claramente perceptível, por exemplo, que o patrimônio da associação aumentou extraordinariamente, e que sem a ajuda do estado isso não teria sido possível.

¹⁷⁷ THOMPSON, Edward Palmer. A sociedade inglesa do século XVIII: luta de classes sem classes? IN: Tradição, revolta e consciência de classe: estudos sobre a crise da sociedade pré-industrial. Barcelona: Editorial Crítica, 1984. p. 60.

¹⁷⁸ Idem. p. 40.

2.2 O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO: PAUTA CENTRAL DOS PROFESSORES.

Uma das principais pautas era ainda no almoço em homenagem ao governador – e depois - o Estatuto do Magistério. A primeira menção a esse item remonta ao ano de 1954, quando, organizando-se para a “Primeira Semana de Reivindicações”, a diretoria apontou diversos itens, como a exigência de que os professores lecionassem nas zonas em que residiam, a questão da demora na tramitação de processos, e o sexto item era “ideias do Estatuto do Professor, sua organização”.¹⁷⁹ A próxima menção a esse item, como mostramos anteriormente, ocorrera apenas em 1964 quando, após um “drible” do governo, a direção da entidade ficou em maus lençóis com sua base, ficando apenas com a promessa de que o poder público iria estudar a possibilidade ‘imediatamente’, e a fúria dos associados.

Em 1965, o tema voltou à tona. Em assembleia no dia 3 de abril o Estatuto do Magistério estava na ordem do dia, e rendeu debates entre os 61 presentes no ato. Em 1966, novamente voltou-se a falar do assunto e uma assembleia foi convocada especialmente para esse fim, no dia 25 de junho, com o comparecimento de apenas 25 sócios. Diante disso, resolveu-se criar uma comissão que estudasse e fizesse um esboço de proposta a ser apresentada ao governo.¹⁸⁰

Os debates em torno do Estatuto do Magistério foram centrais na pauta do professorado até pelo menos o final dos anos 1970 e são parte central também desta tese, dada sua relevância durante o período pesquisado. O fato de a assembleia convocada para o primeiro debate sobre o tema ser esvaziada, refletia um pouco o clima de pouca mobilização característico da entidade e dos professores na época. O gradual aumento no interesse da categoria pelo tema do Estatuto do Magistério nos anos seguintes, vai mostrando e provocando, também, um aumento das presenças e mobilizações.

As eleições internas de 1966 ocorreram novamente com chapa única. Observando a documentação, pode-se perceber que algumas professoras, e especialmente o nome de Elvira Meireles, eram presença assídua em reuniões, assembleias e quaisquer outras atividades. Elvira Meireles, por exemplo, foi encarregada de fechar acordo com a empresa Móveis Cimo para que esta retirasse a ação judicial que movia contra a A.P.P., compunha a comissão responsável por reelaborar o Estatuto da A.P.P. em 1967, tentou a organização do boletim informativo da entidade praticamente sozinha, foi responsável por realizar os primeiros contatos com o novo secretário de educação do governo Pimentel, Carlos Alberto Moro e substituiu o presidente em

¹⁷⁹ APP-SINDICATO. **Atas de reuniões da diretoria A.P.P. 1954 a 1966**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 13. p. 95. p.7.

¹⁸⁰ Idem. p. 95.

diversas oportunidades. No entanto, o nome escolhido para presidir a chapa seguinte, do mesmo grupo, não foi o seu.

Obviamente, como apontamos anteriormente, estamos diante de uma questão de gênero, já analisada em relação à chefia como um atributo essencialmente masculino. Assim, já em 1966 um dos professores que compunham a direção, Eduardo Machado, afastou-se após fazer críticas ao governo e ser reprovado pelos demais, e em seu lugar entrou o professor Ismael Fabrício Zanardine, que já vinha participando das reuniões de direção, como ouvinte, desde o dia 2 de outubro de 1965¹⁸¹. Pode-se perceber claramente que estava sendo preparado um nome para disputar a presidência, e – infere-se -, não poderia ser o de uma mulher, mesmo que esta fosse um quadro notadamente competente e com muito mais tempo que os nem 12 meses do escolhido. Tal questão pode ser confirmada quando, já em 2 de abril de 1966, Zanardine comunicou que era candidato a presidente na próxima eleição e pediu desligamento do cargo que ocupava, voltando a frequentar as reuniões na condição de espectador.¹⁸²

O ex Assistente Social da A.P.P., Ismael Fabrício Zanardine, foi eleito presidente tendo em sua diretoria, como de costume, diversos integrantes de outros mandatos pelo mesmo grupo dirigente. A posse ocorreu no Dia do Professor e ainda nesse ano foi criada a Federação dos Professores do Paraná.

A proposta de criação do Estatuto do Magistério continuou viva. A A.P.P. constituiu uma comissão para acompanhar a tramitação da proposta na Assembleia Legislativa. A possível aprovação do mesmo nos moldes em que os professores desejavam acarretaria em incremento das despesas do estado, uma vez que o objetivo era disciplinar a carreira e, obviamente, melhorar os vencimentos do magistério. Ocorre que, entre outras questões, a receita pública do estado não estava “... crescendo com a mesma intensidade de anos recentes, quando o café impulsionava a renda estadual em escala muito maior...”.¹⁸³

Por outro lado, dado o apoio prestado ao golpe de Estado, as relações políticas do governador Ney Braga – e de seu sucessor Paulo Pimentel - com o governo federal estavam fortalecidas e “a oposição estadual manteve-se bastante tímida e, mais que isso, o debate parlamentar até então existente praticamente desapareceu.”¹⁸⁴ Ou seja, se havia dificuldades para o governo no campo econômico, elas quase inexistiam no campo político, o que se confirma em

¹⁸¹ Idem. p. 83.

¹⁸² Idem. p. 92.

¹⁸³ MAGALHÃES, Francisco. Op. cit. p.152.

¹⁸⁴ AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista**. São Paulo: Símbolo, 1978. p. 112.

1966, com a criação da ARENA e do MDB como resultado do AI-2: 37 dos 45 deputados estaduais se filiaram ao partido do governo.¹⁸⁵

A associação foi recebida pela gestão Ocyron com aproximadamente 1580 sócios, e entregue à gestão Zanardine com quase 3500, segundo contagem de novembro de 1966.¹⁸⁶ Talvez por esse motivo, a A.P.P. recebeu, em 1967, uma proposta da Imobiliária Carvalho para a venda de lotes na praia de Itapoá aos associados. Aceitando a proposta, em contrapartida, a entidade ganhou dez lotes, ou meia quadra, no local, parte integrante de seu patrimônio até hoje, e onde se localiza uma colônia de férias.

No ano seguinte, a imobiliária doou dois lotes a serem sorteados pela A.P.P. As prestações dos lotes puderam ser consignadas em folha e a associação retinha 5% sobre as cobranças. Essa questão é importante para ilustrar o fato de que as relações com o governo eram ainda ágeis e facilitadas, pois essas negociações se deram de forma rápida. Mais ainda, o poder público contribuía consideravelmente com a entidade, visto, por exemplo uma verba de Cr\$ 15.000.000,00 recebida via Plano Trienal de Educação e Cr\$ 6.000.000, 00 recebidos via a recentemente criada FUNDEPAR (Fundação Educacional do Estado do Paraná) ainda em 1966.¹⁸⁷

As gestões em torno do Estatuto do Magistério continuaram pelo ano de 1967. O governo publicou uma portaria, 7.082/67, criando uma comissão especial para elaborar um ante projeto que deveria ser, depois, enviado à Assembleia Legislativa. Representando a associação constavam os nomes dos professores Ocyron Cunha, Osias Bóris Feiges, Euclides Migliari; Guido Arzua e Benedito João Cordeiro que, “... sob a coordenação do Dr. Roberto Linhares da Costa e da assessoria da Diretoria de Administração, deverão compor a referida comissão.”¹⁸⁸ Os trabalhos foram concluídos e o projeto de lei foi enviado à Alep pelo governador. A A.P.P. entrou em assembleia permanente para acompanhar a tramitação, e no dia 20 de agosto

... compareceu o senhor Secretário de Educação e Cultura, acompanhado dos membros da comissão da elaboração do Ante-Projeto do Estatuto do Magistério, ocasião em que fez entrega do mesmo à Diretoria. Compreendendo a alta significação do comparecimento honroso para a A.P.P., do Titular da Pasta da Educação, a fim de entregar pessoalmente o ante-projeto da Carta-Maior para o professorado, a professora Elvira Meireles, de Relações Públicas, agradeceu esta deferência em nome da A.P.P. (Grifos Nossos).¹⁸⁹

¹⁸⁵ MAGALHÃES, Francisco. Op. cit. p.156.

¹⁸⁶ APP-SINDICATO. **Atas de reuniões da diretoria A.P.P. 1954 a 1966**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 13. p. 95. p. 99.

¹⁸⁷ OGLIARI, Izaias, Op. Cit. p.05

¹⁸⁸ APP-SINDICATO. **Atas de assembleias gerais de 10/61 a 09/72**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 19. p. 53.

¹⁸⁹ Idem. p. 57.

Imediatamente foram feitas várias cópias do documento e reuniões para avaliá-lo. E passou-se a colocar sugestões da direção e da base para seu aprimoramento, uma vez que aparentemente a redação final da proposta enviada pelo Executivo limitava as reivindicações da associação. Começou-se, também, a fazer gestões junto aos deputados no sentido de inserir emendas criadas pela entidade. Em reunião da diretoria, em 7 de outubro “o Presidente da A.P.P... comunicou que, em conversa com o Deputado Jorge Nasser, este prometeu pedir vistas na Assembleia Legislativa... e que, se as Emendas colocadas pela Associação não constasse, do Ante-Projeto, seria este devolvido à A.P.P.”¹⁹⁰

A associação criou então uma comissão para acompanhar a tramitação da proposta do Estatuto e de um Nível Universitário na carreira, presidida pelo professor Argemiro Karling, de Londrina. Em assembleia ainda em novembro de 1967 “o prof. Argemiro comunicou que teve ciência de que as emendas da A.P.P. não foram incluídas no Estatuto, e o Plenário declarou que espera saber pelo Sr. Governador, do andamento do Estatuto do Magistério.”¹⁹¹ O ano terminou com uma assembleia, no dia 21 de dezembro, onde, relatando uma audiência com o governador sobre o assunto, o presidente da entidade afirmava que o mesmo recebeu “com simpatia” as propostas e “expôs as dificuldades” financeiras do estado “no entanto, deixou transparecer boa vontade e pediu que a comissão ainda se avistasse com o Secretário de Governo.”¹⁹²

Indo ao secretário, este disse não ter as respostas de imediato e solicitou que a comissão as deixasse por escrito, prometendo responde-las brevemente. A comissão então elaborou as seguintes questões: “há previsão orçamentária para cobrir as despesas com o N.U.? [nível universitário]”; “A carreira de promotor tem início com 450 cruzeiros novos, e o professor vai ao Nível 22 com apenas 470?”; “O senhor Secretário admite como possível a aprovação para logo do Estatuto do Magistério? Uma vez aprovado o estatuto, a Secretaria do Govêrno admite seja o Quadro do Magistério desvinculado do quadro geral do funcionalismo?”¹⁹³ que, obviamente, ficaram sem respostas.

Se em 1964 a A.P.P. não foi afetada e sua direção continuou mantendo o mesmo padrão de atitude em relação ao governo do estado, em 1968 - ano também emblemático para o regime - a entidade esteve no centro de um acontecimento inusitado: uma greve de professores em plena ditadura; e em um estado onde sua associação – ou pelo menos a direção da mesma que,

¹⁹⁰ APP-SINDICATO. **Atas de reuniões da diretoria A.P.P. 1967 a 1973**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 13. p. 13.

¹⁹¹ APP-SINIDICATO. **Atas de assembleias gerais de 10/61 a 09/72...** p. 61.

¹⁹² APP-SINDICATO. **Atas de reuniões da diretoria A.P.P. 1967 a 1973...** p. 18.

¹⁹³ Idem.

lembramos, nunca enfrentara concorrência de uma oposição organizada fora do grupo conservador - e o governo, pareciam ter ótimas relações.

2.3 O “CONGRESSO” DO MAGISTÉRIO DE 1968.

O ano de 1968 não foi emblemático apenas no Brasil. Esse ano é lembrado, entre outras coisas, pelas lutas populares em Paris, protestos contra a Guerra do Vietnã, o movimento *hippie* e a contracultura. No Brasil, as lutas estudantis com a morte do secundarista Edson Luis e a passeata dos cem mil, no Rio de Janeiro, marcam fotografias emblemáticas da resistência ao regime. E, quase no final do ano, o AI-5 como a resposta do poder militar sobre a sociedade. Para Maria Helena Moreira Alves, os acontecimentos desse ano e o AI-5 como seu desfecho, são tão significativos que inauguram uma nova fase da ditadura, o que ela chama de “segunda fase de institucionalização”¹⁹⁴, ou, em outras denominações, os “anos de chumbo”.

No Paraná, estado onde em 1966 a ARENA havia feito quase o total de votos para o Legislativo, e que em 1964, segundo o general Ítalo Conti “desordem não houve. Não havia risco de perturbação da ordem institucional”¹⁹⁵, os estudantes também viraram notícia e causaram preocupações aos órgãos de segurança.

Assim como o movimento da A.P.P., o movimento dos estudantes era bastante surpreendente pelo papel recente da UPE, uma vez que essa entidade, desde 1965, apoiava o regime imposto. A diretoria da UPE era avaliada pela DOPS como sintonizada com os ideais pós-64. Na eleição de 1966, a chapa situacionista era avaliada positivamente uma vez que “seu candidato é o atual Vice-Presidente de uma gestão sintonizada com os ideais revolucionários de 31 de março. Os membros desta chapa são todos democratas autênticos, ardorosos e prometem uma boa gestão”.¹⁹⁶

O então ministro da educação era o paranaense e ex reitor da UFP (sigla da entidade à época) Flávio Suplicy de Lacerda. Lacerda propôs uma lei que levou seu nome – Lei Suplicy -, aprovada pelo congresso e sancionada pelo presidente Castelo Branco em 9 de novembro de 1964, sob o número 4.464¹⁹⁷. Essa lei enquadrava a UNE e as organizações estudantis de base

¹⁹⁴ MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (194-1984)**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

¹⁹⁵ DUTRA, José Carlos. Op. Cit. p. 203.

¹⁹⁶ CAMPOS, Névio de; SOUZA, Eliezer Felix de. Maio de 1968 na Universidade Federal do Paraná (UFPR). IN: **Projeto História**, São Paulo, v. 63, pp. 205-239, Set.-Dez., 2018. p. 214.

¹⁹⁷ BRASIL. Lei 4.464 de 9 de novembro de 1964. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html> acesso em 05/03/2019.

no lema “estudante é para estudar”, cerceando a livre organização dos movimentos ao trocar, por exemplo, a UNE por um “Diretório Nacional de Estudantes”, com sede em Brasília e que só poderia se reunir nas férias. Suplicy ficou conhecido, ainda, por seu papel nos chamados “acordos MEC-USAID”, uma cooperação técnica entre essa agência estadunidense e o governo brasileiro.

Sua política agressiva em relação ao Movimento Estudantil, reflexo do governo estabelecido, colocava sua figura em rota de colisão com o mesmo. Apesar do clima ditatorial, entretanto, essa fase da ditadura é descrita ainda com algumas possibilidades de organização e reivindicação. E a UNE, assim como alguns setores da Igreja Católica e políticos liberais que inclusive haviam apoiado o golpe, começavam a ensaiar um começo de resistências e protestos. Embora não seja o objetivo do texto, é importante lembrar que 1968 é um momento crítico, mas que não nasceu de si mesmo e tem antecedentes que ajudam a entendê-lo. Nas palavras de Bourdieu “a intenção científica... visa recolocar o acontecimento extraordinário na série dos acontecimentos ordinários, no interior dos quais ele se explica”.¹⁹⁸

Lacerda permaneceu ministro até janeiro de 1966 e, em 1967 voltou à reitoria da Universidade Federal do Paraná. Nesse período, também, setores mais à esquerda chegaram à presidência do DCE desta universidade e, no ano seguinte, à presidência da UPE, com Vitório Sorotiuk e Stênio Sales Jacob, respectivamente. E os primeiros enfrentamentos com o novo reitor vieram por conta do corte de verbas do restaurante universitário. Em 1968, em março, a morte do estudante Edson Luis de Lima Souto também reverberou no Paraná, na forma de protestos contra a ditadura.

Em maio de 1968, a criação de um curso de engenharia pago levou a verdadeiras batalhas campais entre estudantes e policiais. A imprensa estadual repercutiu esses protestos, publicando as notas dos estudantes e a argumentação do reitor sobre as anuidades. Um artigo de Rafael Rosa Hagemeyer mostra esses conflitos e a derrubada – literalmente – do busto do reitor, que teve seu nariz cerrado e foi arrastado pelos estudantes.¹⁹⁹

Apesar da repressão e da prisão, ou decretação de preventiva, dos principais líderes, os estudantes continuaram organizados e o episódio da “chácara do alemão” (tentativa de organizar um congresso da UNE em Curitiba, dois meses após o ocorrido em Ibiúna e 4 dias após a promulgação do AI-5, mas que já era conhecida dos órgãos de segurança e foi impedida pelos

¹⁹⁸ BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Florianópolis: UFSC, 2013. p. 209.

¹⁹⁹ HAGEMEYER, Rafael Rosa. 1968: o ano da derrubada do ensino pago no Paraná. IN: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **1968 faz 30 anos**. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp; São Carlos: Editora da Universidade de São Carlos, 1998. pp. 95-128.

mesmos) foi uma última tentativa de resistir pacificamente a um regime que mostrava sinais cada vez mais claros de intolerância à oposição.

O movimento dos professores foi de menor duração e separado do movimento estudantil. As pautas dos professores eram mais corporativas e não visavam a derrubada da ditadura, o nacionalismo ou algum tipo de emancipação popular. A situação de crise econômica e o status do magistério eram os móveis mais visíveis do movimento. Embora alguns órgãos de imprensa tenham sugerido que havia participação de estudantes nas passeatas organizadas pelos professores, os líderes do movimento e a associação negavam qualquer aproximação com o movimento estudantil. Em nota distribuída à imprensa os professores afirmavam que “... já distribuimos comunicado nesse sentido, mas voltamos a repetir: não temos ligação alguma com movimentos estudantis, que possuem outras causas para defender.”²⁰⁰ Por que os professores não aceitavam a ligação de seu movimento com os protestos dos estudantes?

Em 1968, o clima era de agitação política e social no país. Ocorreram greves e manifestações como em Osasco e Contagem, além de protestos contra o regime militar. Segundo Boris Fausto o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) obtivera resultados favoráveis, conseguindo reduzir a inflação e promover o crescimento do PIB. Este último, em 1968, cresceu 11,2% contra 4,8% em 1967. Mas essa melhora na economia se fez também por motivos que iam além da capacidade econômica dos novos ministros (Octávio de Gouveia Bulhões e Roberto Campos). Para Fausto “foi o regime autoritário que permitiu a Campos e Bulhões tomar medidas que resultaram em sacrifícios forçados, especialmente para a classe trabalhadora, sem que esta tivesse condições de resistir”.²⁰¹ Entre estas medidas estava a correção de salários em percentual sempre inferior à inflação, uma típica política de arrocho.

Ao mesmo tempo, visando controlar os gastos dos estados, foi criada uma lei que os proibia de se endividar sem autorização federal. Ainda em 1966 fora aprovada a Emenda Constitucional nº 18, proibindo os estados de instituir empréstimos compulsórios, e dificultando ainda mais a situação econômica do Paraná. Na análise do IPARDES, o governo Pimentel preocupado “... com as causas da repetência e da evasão escolar lança uma campanha com o slogan ‘nenhuma criança sem escola e nenhuma escola sem professora’. Essas duas preocupações vem acompanhadas de uma terceira: a falta de verbas para o setor.”²⁰²

Essa situação levava os professores estaduais a verem sua renda e seu status social diminuir sensivelmente. Essa não foi necessariamente uma questão isolada do Paraná. Ferreira

²⁰⁰ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12.

²⁰¹ FAUSTO, Boris. Op. Cit. p. 473.

²⁰² IPARDES. **O Paraná reinventado**. p. 60.

e Bittar sugerem que já se haviam passado “... os ‘anos dourados’ da educação brasileira, cujo auge foi o final da década de 1950.”²⁰³

O que ocorria, na verdade, era que a inflação ia corroendo os salários de uma categoria que sempre fora, via de regra, mal remunerada e que, diante das dificuldades financeiras do estado do Paraná, não parecia estar em vias de ter alguma melhora nesse sentido. Paula Perin Vicentini e Rosario Genta Lugli apontam as contradições na evocação de algum período da História do Brasil, em que os professores tenham tido algo como ‘anos dourados’. Segundo elas “a alusão ao passado glorioso do magistério... tem como marcas a vagueza quanto ao período que se refere e a tentativa de generalizar para toda a categoria a situação de maior prestígio e melhores vencimentos na carreira.”²⁰⁴

Certamente alguns professores, em alguns níveis e circunstâncias específicos, poderiam receber melhores vencimentos e possuir prestígio social mais elevado – esse parece ser o caso, inclusive, de grande parte dos sócios fundadores da A.P.P. –, mas esses casos parecem ter sido sempre excepcionais. De qualquer forma, não parece ter sido em época alguma o caso do magistério primário que, diga-se, representava uma grande parcela dos associados na entidade.

Assim, uma época em que “o professor primário tinha o mesmo valor e a mesma retribuição monetária do promotor e do delegado de polícia”²⁰⁵ sempre que é mencionada, é remetida a um passado indefinido. Se Ferreira e Bittar o remetem aos anos 1950, publicações e falas de professores nessa década, coletadas por Vicentini e Lugli, mostram que expressões semelhantes eram utilizadas, mas se referindo aos anos 1940, ao início da República ou outro período. Seu mérito é muito parecido com o que Thompson observa em relação aos pobres do campo inglês, que identificavam no passado épocas em que os senhores eram mais generosos; o caso é que esse ‘bom paternalismo’ “aparece sempre retrocedendo a um passado ainda mais primitivo e idealizado”.²⁰⁶

Na prática, portanto, uma situação que sempre fora ruim estava piorando sensivelmente naquele período histórico. Mais que a questão salarial do magistério e a deterioração em seus níveis de vida, Romanelli já identificava no início dos anos 1960 uma crescente demanda por educação, cuja defasagem em relação ao ofertado – especialmente no ensino superior – levou ao chamado “drama dos excedentes”, em que os alunos passavam nos vestibulares, mas não

²⁰³ FERREIRA Jr., Amarilio; BITTAR, Marisa Op. Cit. p. 65.

²⁰⁴ VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. Op. Cit. p. 162.

²⁰⁵ PEREIRA, Luis. **O professor primário metropolitano**. Rio de Janeiro; CBPE, 1969. p. 188.

²⁰⁶ THOMPSON, Edward Palmer. Op. Cit. p. 19.

havia vagas suficientes.²⁰⁷ Segundo Hagemeyer, a questão dos excedentes também foi um móvel das lutas estudantis de 1968, em Curitiba.

Se a crescente demanda por educação era um problema e os governos estaduais estavam atentos a isso, no Paraná a situação aparece com contornos próprios e mais dramáticos, uma vez que sua população cresceu em torno de 5,5% ao ano entre 1940-50; 7,3% no período 1950-60 e 5,0% entre 1960-70²⁰⁸, taxas muito superiores à média do país e ligadas ao surto cafeeiro. Para ter ‘nenhuma criança sem escola e nenhuma escola sem professora’ – reforçando o discurso do magistério como profissão feminina – eram necessários recursos. E o professorado precisava receber por seus serviços.

A aprovação de um Estatuto do Magistério, com um plano de carreira, era vista como prioritária pelos professores e pela A.P.P., como a questão mais relevante de seu exercício profissional e uma saída para o crescente minguar de seus vencimentos associado, como vimos, ao aumento do número de escolas, de alunos e de professores, enquanto as verbas para o setor diminuía.

Estudando o percurso passional da revolta – uma variante do percurso da cólera - na Análise do Discurso, Lara e Matte sugerem que, ao lado dos estados de coisas, existem “estados de alma” vivenciados pelos sujeitos e que podem ser analisadas pela semiótica das paixões, ramo da A.D. surgido nos anos 1980/90.²⁰⁹ Embora esse tipo de análise privilegie um enfoque individual, vale lembrar que, como sugere Pierre Ansart, as paixões políticas (que nos interessam aqui) “...son, indudablemente, coletivas... pero simultáneamente individuales... Así, la pasión política tiene la singularidade de mantener relaciones poderosas y confusa entre el sujeto y su grupo...”.²¹⁰ Assim, entendemos que, para além dos estados de coisas, a categoria do magistério, representada pela A.P.P., vivenciava também estados de alma coletivos, afetos e emoções políticas que foram determinantes para a forma como suas ações se desenvolveram.

Em qualquer percurso passional o estado inicial do sujeito é a espera. Ela atua como “elo entre os dois eixos justamente porque ela compreende a relação de um sujeito com uma imagem-fim: a expectativa do sujeito em relação ao percurso”.²¹¹ A espera supõe, inicialmente,

²⁰⁷ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 8ªed. Petrópolis RJ: Vozes, 1986. p. 197.

²⁰⁸ IPARDES. **Paraná: características demográficas e projeção da população por microrregião até 1990**. Curitiba, 1983. p. 1.

²⁰⁹ LARA, Gláucia Muniz Proença; MATTE, Ana Cristina Frick. Op. Cit.. p. 141.

²¹⁰ ANSART, Pierre. **Los clínicos de las pasiones políticas...** p. 279.

²¹¹ LARA, Gláucia Muniz Proença; MATTE, Ana Cristina Frick. Op. Cit. p. 142

a fidúcia, ou seja, o sujeito “... acredita que o percurso tem um desfecho determinado, que afetará seu estado de junção com um objeto abstrato ou concreto.”²¹² A sequência – confiança, espera, frustração, descontentamento, agressividade, explosão - supõe um conjunto de estados de alma sucessivos que podem terminar em revolta, cólera, agressividade ou mesmo resignação; ou seja, o percurso pode ser interrompido ou ter seu final modificado.

Ao pensar a relação da categoria do magistério com o governo do estado, tomamos como mote a questão econômica, que afetava diretamente a mesma. Vendo a aprovação do Estatuto do Magistério como uma solução para os seus problemas, a categoria, representada pela A.P.P., a princípio confiava que o governo, como “sujeito de fazer” o aprovaria. Essa confiança, no percurso descrito, levou à espera fiduciária, como uma espécie de certeza da conjunção com a “imagem-fim”. A questão econômica importa, entre outras coisas porque, como sugere Ansart:

Hoje em dia, nas sociedades industriais, a avidez pelos bens é imanente a todo sistema econômico, seja na sua produção, seja em seu consumo. Para os produtores, industriais, comerciantes, o desejo de aquisição é a primeira motivação e a forma concreta de racionalização (formam-se estudantes secundários, em seguida, os alunos universitários, para que possam ser eficazes e remunerados de maneira conveniente). Para os consumidores, a publicidade não cessa de associar a felicidade e a realização pessoal aos prazeres do consumo. A vida econômica, o desenvolvimento, a luta contra o subdesenvolvimento funcionam, pode-se assim dizer, a partir dessa motivação essencial que é o desejo de aquisição.²¹³

É possível perceber que, apesar do “drible” levado em 1964, as expectativas quanto à criação do Estatuto e de um nível de carreira que contemplasse os professores com graduação – nesse caso, os licenciados – ainda eram bastante otimistas. De certa forma, a confiança de que, cedo ou tarde essas pautas seriam atendidas aparece em várias reuniões de diretoria – embora cada vez menos nas falas da base. Assim, ainda em 1967, na última assembleia do ano, o ex presidente Ocyron Cunha, diante de contínuas manifestações de insatisfação do plenário – inclusive com propostas de greve - propunha “... um voto de confiança ao Govêrno do Estado, pelo professorado estadual, na esperança de que, no prazo máximo de 30 dias, enviar o Ante-Projeto do N.U. para o professor licenciado à Assembleia Legislativa.”²¹⁴ No ano seguinte, já em fevereiro, ainda se anotava na reunião da diretoria que “... considera-se a A.P.P. vitoriosa

²¹² Idem.

²¹³ ANSART, Pierre. Em defesa de uma ciência social das paixões políticas... p. 160.

²¹⁴ APP-SINDICATO. **Atas de assembleias gerais de 10/61 a 09/72**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 19. p. 62.

em virtude dos contatos com o Exmo Sr. Governador do Estado, pois o mesmo declarou ser esta a sua intenção, em atender os anseios da classe.”²¹⁵

Infelizmente, não há registro algum em ata, nem de reuniões de direção nem de assembleias, sobre o movimento de 1968. O mesmo durou de 15 a 29 de outubro; a última reunião de diretoria registrada aconteceu em 6 de agosto, sendo a seguinte de 30 de outubro; e a última assembleia geral da categoria, registrada em ata, aconteceu no dia 14 de outubro. No entanto, a comparação dos registros desses dois tipos de atas mostra claramente uma diferença de postura em relação aos encaminhamentos. De um lado, percebe-se que a direção continuava seguindo o mesmo *modus operandi* - fazer os contatos e esperar a ação positiva do Executivo -, enquanto os registros de assembleias mostram as falas da base bem menos confiante no governo, e mais disposta a fazer pressão usando de outros expedientes para além de contatos, memoriais e reuniões.

Ainda em 17 de agosto, uma assembleia geral com aval da direção contabilizara 204 presentes. Era o segundo maior público registrado em uma assembleia da categoria na história; e sem a presença de representantes do poder público. Os assuntos eram o Nível Universitário e o Estatuto do Magistério. A crer no registro em ata, entretanto, foi dada uma maior ênfase à construção da colônia de praia em Itapoá que aos outros assuntos. No mês seguinte, no dia 9, outra assembleia ocorreu, e a ordem do dia começava com a “apreciação do abaixo assinado enviado à Diretoria da A.P.P., encabeçado pelo professor Angelo Vicentini, e contendo assinaturas e solicitando convocação de Assembleia Geral”.²¹⁶ Ou seja, a assembleia foi chamada pela base. Registrou-se a presença de apenas 53 associados e isso, podemos inferir, tem a ver com a falta de divulgação, pela direção, de uma assembleia que não fora chamada por ela.

A reunião foi considerada, apesar do baixo quórum, como uma sessão da assembleia permanente. O professor Angelo Vicentini tomou a palavra e afirmou que “a classe está sendo vilipendiada, referiu-se à diferença de vencimentos de funcionários”; e sugeriu “informar ao Serviço de Informações do Exército o que está acontecendo... solicitar imediatamente o Estatuto; regulamentação de vencimentos.”²¹⁷ Pode-se perceber a confiança no exército - embora as propostas de Vicentini tenham sido todas rejeitadas - mesmo por parte dos professores que se mostravam mais radicalizados. Podemos inferir, também, que a indignação deste professor em especial, tenha se dado por indisposições do mesmo com a DOPS. Isto porque, já no final da assembleia, aprovou-se a proposição do professor Nicolau Barros de “envio de ofício ao

²¹⁵ APP-SINDICATO. *Atas de reuniões da diretoria A.P.P. 1967 a 1973...* p.21.

²¹⁶ APP-SINDICATO. *Atas de assembleias gerais de 10/61 a 09/72*. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 19. p. 68.

²¹⁷ Idem.

Secretário de Segurança Pública, contendo repúdio a atitude da DOPS pela prisão ao professor Vicentini”²¹⁸ em virtude de declarações e entrevistas que o mesmo havia dado sobre a situação dos professores no Paraná.

No dia 14 de outubro, um dia antes, portanto, do início do movimento de 1968, outra assembleia foi convocada a pedido dos associados. O motivo: declarações de professores à imprensa afirmando não ser necessário o Estatuto do Magistério, e a tomada de medidas contra os mesmos. Obviamente, para além desta pauta específica, debateu-se a situação do magistério e, com o “plenário tumultuado”, mais uma vez levantaram-se vozes em favor de uma greve à qual, segundo Ocyron Cunha “a A.P.P. não tem condições para organizá-la, por falta de tempo e de meios de divulgação.”²¹⁹ Nessa assembleia apareceu pela primeira vez uma fala do professor Olien Zétola, que seria o líder do movimento congressista desse ano, propondo que a A.P.P. não participasse de festividades oficiais relativas ao Dia do Professor, em sinal de protesto. Pode-se perceber claramente que não havia intenção, da direção, em endurecer as ações contra o poder público, mas a base já em duas assembleias seguidas propusera greve, embora nas duas oportunidades esta não tenha sido aprovada.

Como apontamos, o movimento congressista de 1968 não possui registro algum em ata. Por outro lado, foi amplamente coberto pelos principais jornais do estado, com acompanhamento diário, o que nos permite outra fonte de informações onde, inclusive, registraram-se declarações oficiais da A.P.P. e entrevistas com lideranças. Recorremos, também, a outras documentações, como os registros da DOPS, e à excelente dissertação de Melissa Colbert Bello, já citada.

Em 1967 já se encontrava na Alep um anteprojeto do Estatuto do Magistério, mas em outubro de 1968 ainda estava sem sinais de votação e aprovação. Assim, para o dia 12 de outubro, segundo Bello, foi convocada uma assembleia de professores cuja pauta era o Estatuto do Magistério. A assembleia deliberou pela criação de uma “Comissão Coordenadora da Campanha Reivindicatória, que tinha como lema ‘Magistério com amor e justiça’. O dia foi então escolhido para nominar o movimento que ali se iniciava: Movimento 12 de Outubro.”²²⁰

A comissão definiu a programação das comemorações relativas ao dia do professor, incluindo uma missa campal, uma ‘passeata silenciosa’ e a entrega de um memorial ao governo sobre a situação da categoria – situação da ‘classe’, segundo a documentação da época –, e a necessidade de acelerar o processo de tramitação do projeto de lei do estatuto. Como se pode

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ Idem. p. 74.

²²⁰ BELLO, Melissa Colbert. Op. Cit. p. 90.

perceber, havia a expectativa de que o sujeito de fazer (o governo) pudesse levar o percurso à conjunção entre o sujeito de espera (professores) e a imagem-fim (um Estatuto que resolveria seus problemas).

O presidente da entidade à época, Ismael Fabrício Zanardine, enviou ofício à DOPS, no dia 14, informando sobre a programação. Segundo o ofício, a Associação teria “a honra e o dever de comunicar” a decisão à delegacia e, mais ainda, os professores sairiam “em silêncio”²²¹ da praça Tiradentes até o local de realização da missa. A proposta ordeira fica evidenciada: os professores não saíam, como os estudantes, em passeatas barulhentas e desordenadas. A reivindicação ordeira diferenciava os mestres dos alunos, e não era apenas uma estratégia política ou sindical: o apego à ordem expressava a visão da categoria sobre si mesma e como professores deviam se comportar em relação às autoridades. Nesse sentido, Vicentini e Lugli afirmam sobre as associações docentes do período que:

Quer seja fazendo apelo ao caráter sacerdotal da docência, quer seja procurando representá-lo como uma atividade profissional, tais associações buscavam, de diferentes formas, tornar o trabalho realizado pelos professores mais valorizado e, assim obter maior reconhecimento social que deveria se traduzir também em uma melhor remuneração. Tais objetivos, entretanto, não poderiam comprometer a preocupação em manter o respeito quanto às autoridades constituídas, nem o suposto ideal de neutralidade política, presentes inclusive nos sindicatos organizados por professores da rede particular.²²²

Apesar da organização e ordem da proposta inicial, a preparação para o movimento do dia 15 de outubro de 1968 parece ter sido intensa, e já com alguns sinais de impaciência do professorado, ou seja, a fé da espera ia se esgotando conforme o tempo ia passando e o Estatuto não virava lei. Segundo o Diário da Tarde, em nota do dia 13, os professores estavam se movimentando para terem as reivindicações atendidas “mas já convocaram um congresso com colegas de todo o Paraná para, no caso de não serem atendidos, esclarecerem a opinião pública e, inclusive, paralisarem as aulas.”²²³ Como se pode perceber, as expectativas não eram as melhores e já haviam sido programados os passos seguintes em caso de uma (provável) negativa do governo.

²²¹ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT94b.12. p. 06.

²²² VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. Op. Cit. p. 105.

²²³ MAGITÉRIO DECIDIDO. Diário da Tarde, 13 out. 1968. IN: DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Professores**. PT1604. 194. p. 29.

No dia 15 de outubro o programa acabou sendo um pouco modificado. Em virtude da proibição de realização da missa campal pelas autoridades de segurança, a mesma realizou-se na Catedral - os professores estavam todos trajando preto, um gesto simbólico de luto pelas condições da categoria – e, ao final da missa decidiram realizar uma passeata até o Palácio Iguazu. O Jornal O Estado do Paraná relata que “... às 14 horas começou na catedral uma missa celebrada pelo padre Gustavo Ferreira, que fez menção a situação econômica dos professores e ao seu movimento...às 15 horas... começou uma passeata silenciosa sem cartazes, sem gritos...”²²⁴

Ao chegar no Palácio, o grupo de cerca de 1500 professores – pouco mais de 500 segundo o jornal O Estado do Paraná, de propriedade do então governador, Paulo Pimentel – foi recebido pelo chefe da Casa Militar, que permitiu apenas a entrada de uma comissão. O governador recebeu a mesma, composta pelos professores Ismael Zanardine (presidente da A.P.P.), Elvira Meirelles, Maria Luiza Merckle, Djalma Mainguê, vereador Flávio Horizonte da Costa, Ocyron Cunha, Wilson Comel, Nicolau Barlaz Barros, Olién Zétola, João Batista Gnoato, Faustino Fávaro e Osvaldo Portelia para a entrega do memorial preparado. Segundo Ogliari “o governador jogou a culpa da não aprovação nos deputados...”²²⁵ pois estes se recusavam a aprovar o item relativo à lista tríplice para eleição de diretores de escolas, e a parte relativa às remoções de professores.

Essa ‘desculpa’ do Executivo fazia muito sentido. Estudando como foram preenchidos os cargos de diretor de escolas estaduais no Paraná, Tereza Canhadas Bertan afirma que “... os diretores eram ‘indicados’ para o exercício da função pelos prefeitos, vereadores, deputados ou chefes políticos. Essa era a forma externa do exercício de poder local e regional, que durou até fins da década de 60.”²²⁶ A instituição da lista tríplice, portanto, restringia a possibilidade de deputados – e outros atores políticos – indicarem conhecidos e correligionários para dirigir os estabelecimentos estaduais de ensino.

Podemos inferir que na questão da remoção – possibilidade de os professores solicitarem vaga em outros estabelecimentos de ensino, de acordo com seus interesses e possibilidades – algo parecido ocorria; pois era comum os amigos e parentes de políticos serem alocados onde bem entendiam, sem critérios técnicos e regras estabelecidas. Ademais, era um risco sempre presente o uso da remoção como forma de punição a professores que não se

²²⁴ PROFESSOR teve..., O Estado do Paraná, 16 out. 1968, Caderno 1, p. 8.

²²⁵ OGLIARI, Izaias. Op. Cit. p. 07.

²²⁶ BERTAN, Tereza Canhadas. **Os cargos de direção das escolas públicas do Paraná**: a trama das relações de poder. (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação. São Paulo: UNICAMP, 1996. p. 45.

enquadrassem nos preceitos dos poderes estabelecidos. Aliás, esse expediente continua sendo muito utilizado em municípios onde a remoção organizada e eleições de diretores ainda não existem de forma legal. A prática consiste em enviar aqueles que não se enquadram, ou aderem a protestos e greves, para trabalhar nas escolas mais distantes de suas casas, geralmente em comunidades rurais com acesso difícil.

Assim, após ouvirem o governador, o grupo de professores dirigiu-se à Assembleia Legislativa, para questionar os deputados estaduais sobre o Estatuto. Novamente apenas a comissão pode entrar e, mesmo assim, não foi encontrado nenhum deputado presente. Apareceram então alguns deputados do MDB, que instaram à permissão para que todos os docentes entrassem e, imediatamente, iniciou-se outra sessão da Assembleia Permanente da A.P.P., aberta em 12 de outubro pelos mesmos.²²⁷ Algum tempo depois o presidente da Alep, Erondy Silvério, da ARENA, recebeu os professores e lhes forneceu o anteprojeto do Estatuto. De posse do documento, os professores decidiram estudá-lo, uma vez que, segundo eles, ninguém da categoria fora convidado a participar de sua elaboração.

Os professores se declararam em Congresso Permanente, o qual seria encerrado apenas com a aprovação do Estatuto. Segundo a professora Maria Luiza Merkle, ocupante do cargo de vice-diretora de Ensino Primário da A.P.P., a realização do Congresso havia sido prevista, a princípio, para iniciar no dia 18 de outubro “visando dar ao governador e às demais autoridades, relacionadas ao ensino, a oportunidade de atender as reivindicações da classe.” Ocorre que, segundo ela “... elementos mais exaltados, em plena Assembleia Legislativa, coordenaram a antecipação do movimento.”²²⁸

Essa declaração pública demonstra a existência de dois posicionamentos divergentes em relação aos encaminhamentos. Embora a direção tenha acatado a decisão tomada, a porta voz, integrante da chapa, parece transferir os ‘elementos mais exaltados’ para o outro grupo, deixando claro que os seus – ou seja, a direção – preferiam dar mais tempo às autoridades. Quem seriam os ‘elementos exaltados’?

Como se pode perceber, alguns integrantes da comissão recebida pelo governo não eram membros da diretoria da A.P.P. Entre eles estava Olien Zétola, professor que assumiu a presidência do Congresso – com a qual a direção claramente não quis se comprometer, embora tenha

²²⁷ PROFESSOR FOI ÀS RUAS REIVINDICAR ESTATUTOS. Diário do Paraná, 16 out. 1968. IN: DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Professores**. PT1604. 194. p 27.

²²⁸ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Professores**. Tribuna do Paraná. A greve começou de surpresa e quer a decisão dos deputados. 17 de outubro de 1968. PT604.194. p.26.

retido para um dos seus o papel de relações públicas, controlando assim o que seria dito à imprensa. Também estavam presentes professores como Adyr de Lima, Rubens de Oliveira e Dino Zambenedetti, que teriam papel destacado na oposição interna a partir de então. A clara animosidade da direção com a postura desses docentes pode estar relacionada, também, à derrota que esta sofreu nas proposições. Possivelmente foi a primeira vez em uma assembleia que a direção viu suas propostas serem derrotadas e teve que assumir a proposição contrária ajudando, inclusive, a dar encaminhamento executivo à mesma.

Embora não possamos afirmar com certeza absoluta, a pasta da A.P.P. na DOPS parece ter sido inaugurada em 1968. O primeiro documento, em ordem cronológica, constante da mesma é um ofício do presidente Zanardine comunicando sobre uma assembleia da associação que seria realizada em agosto e, a partir daí as páginas seguem com os mais diversos informativos – recortes de jornal, ofícios, relatórios reservados de outras forças de segurança como o SNI e CENIMAR, relatórios de agentes da DOPS, memoriais entregues ao governo etc. – a partir do Congresso do Magistério. Demoramo-nos sobre esse acontecimento porque, como fica claro na tese, ele é crucial para a história da relação entre magistério e poder público no estado e, também, para a história da A.P.P. e de suas disputas internas e encaminhamentos políticos. A quantidade de material coletado e armazenado pela DOPS sobre o assunto parece confirmar essa afirmação.

Os professores não se declararam em greve. Estavam reunidos em um Congresso ao qual nomearam “Movimento 12 de outubro”. A mídia impressa e o governo, entretanto, perceberam claramente a radicalidade nova do movimento. Assim, o jornal Tribuna do Paraná, por exemplo, anotou em editorial que “a greve começou de surpresa”²²⁹ embora os professores insistissem que o movimento não era político e nem “... contra quaisquer pessoas ou autoridades”.²³⁰

No mesmo dia 15 de outubro, a A.P.P. distribuiu um panfleto intitulado “Comunicado à Classe: Congresso” no qual informava que a decisão havia sido tomada por unanimidade e convocava “o comparecimento de todos os colegas do ensino primário, médio e superior para estudar e discutir os problemas do Estatuto do Magistério, melhores níveis de vencimento, nível

²²⁹ A GREVE COMEÇOU DE SURPRESA E QUER A DECISÃO DOS DEPUTADOS. Tribuna do Paraná 17 de outubro de 1968. DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Professores**. PT604.194. p.26.

²³⁰ PROFESSORES PARALISAM ESCOLAS. Diário do Paraná. 17 de outubro de 1968. DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Professores**. p. 22.

universitário e outros assuntos de interesse da classe”.²³¹ O panfleto era assinado pelo “Movimento 12 de outubro”.

Uma reivindicação que também entrou na pauta foi o fim da interferência política no ensino. As dificuldades de negociação com o Executivo e com os deputados foi grande. Já no dia 17 de outubro a Secretaria de Educação e Cultura baixou uma portaria determinando aos diretores o rigoroso controle dos livros ponto e o lançamento das faltas dos professores “congressistas”, uma vez que a adesão ao movimento havia sido extremamente significativa em Curitiba, e que os professores se movimentavam para conseguir a adesão das outras associações do interior. Em resposta, os docentes decidiram que a revogação do lançamento de faltas era também condição para seu retorno à sala de aula.

Nesse sentido, a maioria dos diretores de escolas se recusaram a lançar as faltas, sendo chamados para conversas na Secretaria de Educação e Cultura e, muitos deles demitiram-se após essas reuniões. Logo o governo identificou também a prática, por grande número de professores, de comparecer às escolas, assinar o livro ponto e depois voltar ao Congresso.

Por outro lado, segundo a Tribuna do Paraná, os deputados estaduais:

... não vão deliberar sobre (sic) pressão. Não querem debater a respeito do Estatuto do Magistério de afogadilho, ‘matéria que necessita de acurados estudos e amplos debates’. Os deputados não gostaram de ver as galerias lotadas de professores, em todos instantes cercando os parlamentares, invadindo as dependências reservadas à presidência e às secretarias da Casa, ‘para discussões inconsequentes e prejudiciais ao andamento normal dos trabalhos legislativos’.²³²

Em resposta os professores, apoiados pela A.P.P., ampliaram as mobilizações e conseguiram a adesão de quase todas as associações do interior, num claro desafio ao governo estadual. Este, por outro lado, procurava reforçar o problema causado nas escolas, destacando que os alunos é que estariam sendo prejudicados com a ausência dos professores.

Ao mesmo tempo, a DOPS movimentava-se para acompanhar os acontecimentos. Os agentes do órgão passaram a produzir relatórios sobre as reuniões dos professores, que aconteciam no Edifício Asa, então sede da entidade. Essa prática parece ter sido inaugurada também

²³¹ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 234.

²³² DEPUTADOS REPUDIAM AS PRESSÕES. Tribuna do Paraná. 18 de out. de 1968.

com o Congresso do Magistério, uma vez que não há em nenhum outro local pesquisado, relatórios anteriores a esse movimento. Assim, embora não existam – provavelmente se perderam – atas produzidas pela A.P.P. disponíveis sobre essas reuniões do Congresso/Greve, podemos ter a visão dos acontecimentos pela ótica da polícia política. Esses relatos, embora sempre carregados da subjetividade do agente e de sua forma de ver o mundo, trazem informações como locais e horários de reuniões, nomes de participantes, trechos de discursos proferidos nas assembleias, e que são de extrema relevância para nossa pesquisa. Ademais, acompanhando os relatos no tempo, é possível perceber mudanças na percepção da DOPS sobre os professores e suas reivindicações e movimentos.

Assim, já no dia 16 de outubro, a reunião dos congressistas foi acompanhada por um informante, segundo o qual haviam no local aproximadamente 200 pessoas para a assembleia, que se iniciou às 20 horas e durou até às 23. O assunto debatido foram os vencimentos da categoria e um projeto de lei a ser apresentado pelo deputado Jacinto Simões, abonando as faltas dos professores.²³³ Esse fato evidencia que, mesmo sendo a ínfima minoria, havia alguns apoios ao movimento na Alep; ademais, os professores elaboraram um documento destinado ao clero católico e solicitando apoio à sua causa. Assim, embora sob pressão do Executivo e do Legislativo estaduais – nos dias seguintes, inclusive, as escolas foram cercadas de policiamento para impedir piquetes -, o movimento buscou apoios expressivos na sociedade civil. E contava com editoriais favoráveis em alguns dos jornais impressos mais relevantes da época.

No dia 18 um relatório dava conta de que, no dia anterior, houvera sessão do Congresso e destacava as falas dos professores presentes. Esses nomes eram grafados em caixa alta nos relatórios e, nos anos seguintes, vários deles tiveram fichas e - em vários casos – pastas individuais, abertas no órgão; além de constarem frequentemente em pedidos de informações de órgãos estaduais e do setor de informações como SNI (Sistema Nacional de Informações), CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), etc. Segundo o informante, a sessão foi aberta pelo presidente do Congresso, Olien Zétola. Em seguida sucederam-se vários oradores e, a certa altura, um professor de nome “Garrett ou Carretti... acrescentou que fossem à luta, pois contavam com o apoio de uma força (sic) muito mais poderosa, e que esta força era nada mais nada menos que o exército.”²³⁴

²³³ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. pp. 11-12.

²³⁴ REUNÃO DOS PROFESSORES DO DIA 17 DE OUTUBRO DE 1968. RELATÓRIO. DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. pp. - 10.

Se foi por conta dessa afirmação relatada ou não, não podemos saber, mas fato é que alguns dias depois o comandante da 5ª Região Militar à época, coronel Milton Pedro de Carvalho, divulgou comunicado negando qualquer interferência no movimento. Segundo a Tribuna do Paraná “exército nega interferência”²³⁵ e esclarecia em seguida que, previamente, uma comissão de docentes acompanhada por elementos do SNI, procurara o órgão para esclarecer que o movimento era restrito “à classe dos professores”; já de acordo com O Estado do Paraná: “exército não apoia greve do professor”.²³⁶ Obviamente que seria difícil uma manifestação de apoio das forças armadas a um movimento paredista, mesmo que ordeiro e feito por uma classe com grande apoio popular. Mas, por outro lado, não ter a hostilidade do Exército certamente contava muito.

Com a manutenção do movimento, no dia 19 a imprensa noticiava uma tentativa de acordo feita pelo governo frente à comissão de professores congressistas. Pela proposta, o Estatuto do Magistério seria aprovado em 10 dias caso os docentes retornassem às aulas. A proposta foi recusada pelos professores, uma vez que não havia garantia da implementação das mais de 200 emendas feitas por eles ao projeto. A recusa levou os deputados a uma nova declaração pública, segundo a qual:

Quando da eclosão do citado Congresso de Professôres (sic) que, em última análise, implicou em greve não-declarada, com prejuízos manifestos aos alunos e suas respeitáveis famílias, esta Casa foi pressionada a urgenciar a tramitação da matéria e, mais ainda a ampliá-la no sentido de concessão imediata, ao magistério, de reajuste de vencimentos, o que só poderia efetivar-se como decorrência da aprovação prévia do Estatuto... a Mesa da Casa, reunida com a liderança política do Governo (sic) e na presença do Senhor Secretário de Educação e Cultura, propôs à Comissão do Congresso que, na hipótese de os professores retornarem à regência de suas classes – fato absolutamente imperativo em obediência à lei e ao bom-senso – a Assembleia Legislativa aprovaria o Estatuto do Magistério em dez dias... lamentavelmente, tal proposta... foi rejeitada pelo Congresso, que assim preferiu abrir luta frontal contra os Poderes públicos, desafiando e desrespeitando, por via de subversão aberta, a ordem democraticamente construída... o Legislativo Estadual – bem esclarecida sua posição e adiantando que não apreciará nenhuma matéria de interesse do magistério sem a completa normalização das aulas injustificadamente paralisadas – vem apelar... ao retorno às atividades normais do magistério para com isso impedir que se desencadeiem consequências funestas e imprevisíveis ante a proporção dos acontecimentos.²³⁷

²³⁵ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Professores**. PT604.194 p. 38.

²³⁶ Idem. p.41.

²³⁷ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 41.

Os professores alegadamente ordeiros que fizeram passeata silenciosa no dia 15, agora eram chamados de subversivos pelos poderes Legislativo e Executivo. Seguiram-se, nos dias seguintes, diversas notas de jornal elaboradas tanto pelos professores congressistas quanto pelo governo. Diariamente, também, noticiava-se a adesão de cidades do interior ao movimento, apesar das ameaças e apelos do governo do estado. Segundo notícia da Gazeta do Povo, uma professora denunciou em uma sessão do congresso que “esposas de candidatos a vereador pela ARENA estavam batendo de porta em porta, dizendo-se em nome da Associação dos Professores do Paraná, conclamando aos pais para que façam os seus filhos retornar às aulas.”²³⁸

No dia 27 de outubro, a Alep votou o anteprojeto do Estatuto do Magistério, aprovando-o em primeira instância. Os professores, no entanto, resolveram continuar em Congresso até que se aprovasse, também, o quadro de vencimentos e fossem anistiadas as faltas dos congressistas. Segundo o presidente do movimento, Olien Zétola, o movimento continuaria devido a “a aprovação do Estatuto do Magistério Público que está sendo aprovado não conter as emendas defendidas pelos professores...”²³⁹

No dia 28, uma segunda-feira, ocorria uma sessão do Congresso em Ponta Grossa e o governador dirigiu-se ao local, sendo recebido pelos professores e se comprometendo com a criação do Estatuto e do quadro de vencimentos, bem como a anistia dos faltosos. Para os presentes a essa reunião ficou um clima de fim do movimento; mas como as lideranças de Curitiba não se encontravam, uma comissão se deslocou até a capital para comunicar as promessas feitas em Ponta Grossa. Os professores ouviram – foi gravada uma fita de aproximadamente 30 minutos com a fala de Pimentel -, e decidiram continuar o movimento até que as promessas fossem efetivadas.

Apenas no dia 30 uma longa reunião entre representantes do poder público e das lideranças do Congresso levou à assinatura de um acordo, que posteriormente foi levado à votação no plenário do movimento, no Edifício Asa, sendo aprovado pelo mesmo. Segundo editorial da Gazeta do Povo, do dia 31 “os professores entendem que ‘esse foi um exemplo de como se deve fazer uma reivindicação seguindo uma linha racional de luta’.”²⁴⁰

Foram rapidamente criadas comissões para agradecer aos segmentos que contribuíram com o movimento dos professores. Setores da Igreja Católica, que intermediaram negociações,

²³⁸ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Professores**. PT604.194. p. 61.

²³⁹ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Professores**. PT604.194. p. 57.

²⁴⁰ PROFESSORES VOLTAM ÀS AULAS NA SEGUNDA. Gazeta do Povo. 31 de out. de 1968. DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Professores**. PT604.194. p. 65.

comerciantes que contribuíram financeiramente, associações de pais que prestaram apoio político e setores da imprensa que fizeram uma cobertura mais afinada com a categoria. Entre esses últimos deve-se notar o jornalista Osman de Oliveira que, em sua coluna “Notícias e rumores”, na Gazeta do Povo, sempre elogiava os professores e questionava o governo.

O fato é que a A.P.P. não apenas lhe agradeceu como pediu votos para sua candidatura a vereador de Curitiba, nas eleições de 15 de novembro de 1968. Na pasta individual do professor Olien Zétola, presidente do Congresso, foi arquivado um panfleto assinado por ele e o presidente da A.P.P. Ismael Zanardine, onde ambos pedem que “na cédula única escreva: OSMANN DE OLIVEIRA ou coloque o nº 2142, vote e arranje outro voto. Quanto mais votos Osmann de Oliveira obtiver tanto mais alto falará por nós.”²⁴¹ Como se pode perceber, a entidade e seus associados, ou ao menos seus líderes, nunca deixaram de participar do jogo político.

Esse movimento de 16 dias constitui certamente um marco na história da instituição A.P.P. e, quiçá, da educação no estado do Paraná; minimamente porque o magistério estadual enfrentou com sucesso o poder público, obrigando autoridades de diferentes esferas à manifestação e ao posicionamento. E a lição de “como fazer uma reivindicação” seria seguida outras vezes inspirada no exemplo desse caso. Não por coincidência, a próxima greve de professores, que aconteceria 10 anos depois, em 1978, também foi denominada inicialmente de “Congresso do Magistério”.

A grande vitória dos professores, entretanto, ficou mais na aparência; para usar uma expressão já relatada antes, foi uma vitória ‘mais moral do que monetária’. O Estatuto do Magistério foi aprovado e sancionado pelo governador alguns dias depois. Mas o que foi essa lei - 5871 de 8 de novembro de 1968 – ficaria bem claro já a partir de sua promulgação. Houve um bom aumento salarial para os professores licenciados²⁴², mas estes eram uma ínfima minoria, sendo que grande parte da categoria era de suplementaristas²⁴³. O Estatuto era pródigo, também, de medidas disciplinares e proibições. Uma delas, sintomática, era a proibição de o professor “referir-se desrespeitosamente, por qualquer meio, às autoridades constituídas e aos atos da administração.”²⁴⁴

²⁴¹ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Olien Zétola**. p. 3.

²⁴² Esse termo designava os professores que haviam cursado alguma licenciatura, ou seja, que possuíam diplomas obtidos em universidades ou faculdades.

²⁴³ Aqueles que pegavam as aulas “suplementares”, isto é, professores contratados temporariamente para trabalhar nas turmas que não haviam sido pegadas pelos concursados e que recebiam um salário igual, independente da formação.

²⁴⁴ PARANÁ. Lei 5871 de 8 de novembro de 1968. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério e dá outras providências. Disponível em <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=10245&codItemAto=103637> acesso em 18/03/2019.

Ademais, segundo Ogliari, embora tenha sido aprovado na íntegra, o Estatuto não foi regulamentado e o Quadro Próprio do Magistério, construído por uma comissão paritária, conforme acordo ao final do Congresso “foi substituído pelo governo, prejudicando sensivelmente os professores.”²⁴⁵ Outro item que também era caro ao movimento foi a lista tríplice para eleição de diretores de escolas. Segundo Ogliari, o artigo 14 do Estatuto foi revogado por iniciativa do deputado Paulo Poli; já segundo Bertan “insatisfeitos com essa forma de escolha, os deputados do Paraná revogaram, durante a década de 70, a lista tríplice do Estatuto do Magistério, por iniciativa do deputado Aníbal Khury.”²⁴⁶ O fato é que, imediatamente, a luta pela implementação da lei e a diminuição de seu esvaziamento tornou-se central na pauta da A.P.P.

Podemos dizer que o percurso da revolta, enquanto categoria, entrava em uma espécie de compasso de espera. Uma vez que o Estatuto fora aprovado, poder-se-ia considerar a injunção com a imagem-fim realizada. No entanto, as regulamentações necessárias impunham um novo período de expectativa na ação do sujeito de fazer, o governo. E, progressivamente, o que houve de fato foi um contínuo esvaziamento da lei e não sua regulamentação embora, obviamente, o processo de reivindicação que levou à sua conquista talvez seja tão ou mais importante que ela mesma.

Mas o Estado, após o retorno às aulas, tomou suas providências no sentido de não permitir que um movimento dessa magnitude voltasse a se repetir; e fez isso por meio da instauração de processo administrativo a alguns professores congressistas. Grande parte deles, aliás, teve inauguradas suas fichas na DOPS, nas quais, diga-se, quase nada se encontra anotado, algumas tem apenas uma página de anotações, uma vez que, efetivamente, não professavam ideais “antirrevolucionários” ou de esquerda. Alguns, como o vereador de Curitiba, Flávio Horizonte da Costa – que trocou o MDB pela ARENA em pleno exercício do mandato -, eram abertamente simpatizantes do regime.

O final de 1968, mais especificamente o dia 13 de dezembro, trouxe a resposta da linha dura militar às mobilizações contra o governo que vinham movimentando a sociedade brasileira, com a promulgação do Ato Institucional nº 5. Obviamente que já havia uma legislação pautada na Doutrina de Segurança Nacional e que colocava mecanismos de exceção e punição na ordem do dia – como o Decreto-Lei n 314 de 1967, pelo qual “o aliciamento de pessoas nos locais de trabalho ou de ensino” era crime contra a Segurança Nacional – e que poderia ser usada para

²⁴⁵ OGLIARI, Izaias. Op. Cit. p. 08.

²⁴⁶ BERTAN Tereza Canhadas. **Os cargos de direção das escolas públicas no Paraná**: a trama das relações de poder. (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação. Campinas, SP: UNICAMP, 1996. p. 48.

intimidar os professores. Mas certamente que o AI-5 elevou as possibilidades de repressão em muitos níveis.

Para Codato “... o golpe político-militar de 31 de março/1 de abril de 1964 somente se concretiza como regime ditatorial-militar em 13 de dezembro de 1968, após a edição do Ato Institucional nº 5.”²⁴⁷ Esse ano, portanto, é um divisor de águas no período ditatorial e marca o sucesso da proposta da linha-dura em fechar o regime. A nova política adotada - o “regime de 1968” – era de tolerância zero com manifestações sociais de qualquer natureza porque estas, na sua lógica, eram demonstrações da influência do comunismo e os trabalhadores “estariam sendo influenciados contra o regime por grupos clandestinos e subversivos.”²⁴⁸ Nessa ótica, própria da Guerra Fria, havia um inimigo interno dentro das “fronteiras ideológicas” do ocidente cristão, e todas as armas deveriam ser usadas para combatê-lo.

Já em 26 de fevereiro de 1969, e baseado nos poderes conferidos ao presidente pelo AI-5, foi baixado o Decreto-Lei nº 477, o qual “define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências” como um instrumento criado especificamente para reprimir no âmbito da educação.

Assim, dentro do “novo” espírito pós 1968, o Estado não poderia perdoar os agitadores que o desafiaram logo antes do AI-5, e uma sindicância de âmbito estadual foi aberta. A Secretaria de Educação e Cultura solicitou à DOPS possíveis informações em fichas dos professores Stálin Passos, Ismael Fabrício Zanardine, Angelo Vicentin, Niquelson Rodrigues dos Santos, Flávio Horizonte da Costa, Olien Zétola, Wagner Hage, Gelta Gelbrick Pereira, Nivaldo Niebhur Pereira e Marcelino Cotoski “... visto que esta Subcomissão instaurou sindicância contra os mesmos na forma do Decreto Federal nº 63.888/68 para apurar eventuais atividades subversivas a atentatórias ao Decreto nº 314, de 13 de março de 1967, no âmbito de suas atividades funcionais estaduais.”²⁴⁹

Embora as fichas da maioria dos professores citados não contivessem dados subversivos, os que ainda não possuíam anotações tiveram abertas suas fichas. Stálin Passos [um nome como esse, na Guerra Fria, certamente levantava questões...] era servidor lotado na Secretaria de Educação e Cultura, tendo sido diretor de escola nomeado pelo governo; Ismael Zanardine presidia

²⁴⁷ CODATO, Adriano Nervo. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. IN: **História: Questões & Debates**, Curitiba, n;40, p. 11-36. UFPR, 2004. p.12.

²⁴⁸ REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984**. Londrina: UEL, 2001. p. 90.

²⁴⁹ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Professores**. PT 1604.194. p. 2.

a A.P.P. e era integrante do grupo político ligado ao ex presidente Faustino Fávoro, que claramente não tinha simpatia alguma pela esquerda, ou subversão. Dos professores citados, apenas Olien Zétola possuía mais perfil de militante, mas, mesmo assim, como veremos à frente, com características mais liberais.

De qualquer forma, o passado dos mesmos foi vasculhado para além do Congresso. Nos relatórios que a DOPS enviou ao SNI – a pedido deste último órgão – aparecem informações da década de 1950 até 1968, prática comum da ditadura na qual, como aponta Padrós:

(...) desenvolveu-se uma prática de vasculhar, no passado das pessoas, suas simpatias políticas, a existência de militância sindical ou estudantil, ou qualquer outra atitude que colocasse em questão sua fidelidade ao novo regime, tornando-as pouco confiáveis, o que, em determinado momento da ditadura, poderia significar novo critério de estigmatização²⁵⁰.

Em 1970 o professor Nivaldo Niebhur Pereira requereu ao presidente da subcomissão de sindicância que havia apurado as denúncias do estado contra os professores congressistas que escrevesse um atestado, explicando que o mesmo figurara no referido processo apenas como testemunha, não se encontrando sobre ele “... denúncia nem proposição de medida punitiva.”²⁵¹

Embora os trabalhos da sindicância tenham terminado sem maiores resultados no sentido de encontrar subversivos, ela colhia dividendos no sentido de intimidar futuros movimentos ao criar problemas para os participantes do Congresso, mesmo aquelas lideranças que aderiram devido às pressões dos “elementos exaltados”. Assim, o perigo de uma estigmatização futura, como argumentado por Padrós, poderia ser usado como elemento de dissuasão de novas greves – ou Congressos – de docentes.

Reproduzimos abaixo uma tabela, elaborada por nós, com os nomes e funções dos dirigentes e cargos dos componentes do grupo a que denominamos conservador ao longo dos primeiros 22 anos de existência da A.P.P. Como se pode perceber, esse grupo não enfrentou concorrência eleitoral de fato por uma oposição sistematizada, ao longo dessas mais de duas décadas no comando da entidade. Como veremos adiante, 1968 foi um ano decisivo também nesse

²⁵⁰PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. IN: FICO, Carlos [et.al.]. **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 159.

²⁵¹ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Professores**. p. 16. PT 1604.194.

sentido, pois a partir de então outro grupo extremamente forte se formaria e iria iniciar a disputa pela direção da A.P.P. Era o grupo a que denominamos de *oposição liberal*.

QUADRO 1 – Nomes e funções de dirigentes do grupo Conservador e das chapas concorrentes entre 1947 e 1969.

PERÍODO	NOME	FUNÇÃO	GRUPO
1947-1954 (Chapa única)	<i>Faustino Fávaro</i> (1º) <i>José Scheinkmann</i>	Presidente Secretário	“Conservador”
1954-1961 (Chapa única)	<i>José Scheinkmann</i> <i>Dyonil Bond Carneiro</i> Flávio Molleta Maurer Ariosvaldina A.Lourenço Tufi Salum <i>Marina Adam Villela</i> Rosinha Macedo	Presidente 1º assistente 2º assistente Secretária Tesoureiro Conselho Fiscal Conselho Fiscal	
1961-1963 Chapa vencedora	<i>Faustino Fávaro</i> (2º) Oswaldo Pilotto Neide Guimarães Palisant Lydio Scardini <i>Ocyron Cunha</i> Francisco Genaro Cardoso Luiz Gonzaga Saul <i>João Manoel Mondrone</i> <i>Marina Adam Villela</i> João Eugênio Baggio Lizette C. Roscamp <i>Dyonil Carneiro Bond.</i> Alex Rebelo Schaitza Dirce Massolin Pacheco	Presidente 1º vice-pres. 2º vice-pres. 1º diretor Cultural 2º diretor Cultural 1º secretário 2º secretário 1º tesoureiro 2º tesoureiro 1º bibliotecário 2º bibliotecário Conselho Fiscal Conselho Fiscal Conselho Fiscal	
Chapa perdedora (?)	José Alexandre de Moura Negrini.	Presidente	

	(Não há registro de quem seriam os outros integrantes, e nem ata de apuração de votos, o que pode indicar desistência.)		
1963-1966 Chapa vencedora (Unidade e ação) “Movimento Renovador Independente”	<i>Ocyron Cunha</i> <i>Ismael F. Zanardine</i> Marli M. R. Guimarães <i>Elvira Meireles</i> <i>Lauro Esmanhoto</i> <i>Maria Luiza Merkele</i> Irene Margarida Sprenger Maria Olga Mattar Newton C. A. da Costa Iolanda Siqueira Maria de Lourdes Gaspar Eulália F. Massinham <i>João Manoel Mondrone</i> Selma Bremer <i>Antonio dos Santos Filho</i> já era da comissão de elaboração do Estatuto do Magistério nesse período.	Presidente; Vice-Pres. assist. social; V.P. rel. públicas V. P. dep. social; V. P. jurídico; Secretária. V.P. finanças V.P. cultura V.P. Ensino Sup. V.P. Ensino Médio V.P. Ens. Primário Conselho Fiscal Conselho Fiscal Conselho Fiscal	
1963-1966 Chapa perdedora (XV de outubro)	Olga de Melo Regis Joel Lauch Maria Batista Galvão Rui A. Vieira Nilza de Oliveira Lourdes Marçal de Andrade José A. Moura Negrini Manoel Oliveira Teixeira	Presidente V.P. rel. públicas Secretária. V.P. finanças V. P. dep. social; V.P. cultura Vice-Pres. assist. social; V. P. jurídico;	

	Elisa de Carvalho Amaral P. de Oliveira Mariza Correa de Oliveira Inah Lobo Jopert Euclides Migliari Judith Real Prado	V.P. Ensino Sup. V.P. Ensino Médio V.P. Ens. Primário Conselho Fiscal Conselho Fiscal Conselho Fiscal	
1966-1969 (Chapa Única)	<i>Ismael F. Zanardine</i> <i>Elvira Meireles</i> <i>Lauro Smanhoto</i> Marilene T. Maganhoto (ou Smanhoto) Alcynia Simões de Araújo Lúcia C. Franklin Antônio Garcia Miguel Wook Djalma Maingué <i>Maria Luiza Merkele</i> Mirian Mattar Maria Helena Nogueira Ignez Marins Nice L. Cardoso	Presidente; V.P. relações públ; V.P. cultural; Secretária V.P. finanças V.P. assist. Social V.P. jurídico V.P. Ens. Superior V.P. Ens. Médio V.P. Ens. Primário. V.P. social Conselho Fiscal Conselho Fiscal Conselho Fiscal	

Elaborado pelo autor.

Obs.: Os nomes em itálico se referem a dirigentes com mandatos em mais de uma diretoria, todos integrantes do grupo Conservador.

Já apontamos que uma das principais características desse grupo que comandou inicialmente a entidade era a proximidade com o poder público. Embora o movimento de 1968 tenha sido extremamente significativo, as reações de ambas as partes bastante duras, e o resultado final decepcionante para boa parte da categoria e dos dirigentes, um fato nos leva a entender que o pensamento do grupo de forma alguma ia na direção de algum rompimento com o governo, ou a exposição de teses contrárias ao regime militar.

Em dezembro de 1968 foi lançada a última versão do estatuto da A.P.P. e em seu preâmbulo constava o seguinte:

Esforcem-se todos, quanto possam, para que não fique, no Paraná, nenhum Professor fora do nosso corpo social: a Associação numerosa e forte, será a classe prestigiosa e acatada, o *Governo tranquilo e confiante na nossa cooperação, a Pátria engrandecida pelos nossos esforços conjugados* para um fim comum (grifo nosso).²⁵²

O apelo à ordem e a tranquilidade do governo em relação ao magistério não poderia ser mais explícito. Os estatutos sempre expressaram, entre outras coisas, o pensamento político e social do grupo dominante na entidade – e isso ajuda a entender as reformulações propostas quando novos grupos chegavam ao poder – e essa epígrafe, inclusive, pode ser encontrada por muitos anos depois estampando os ofícios e requerimentos da A.P.P. ao governo.

²⁵² APP-Sindicato. **Estatutos da Associação dos Professores do Paraná 1968**. Curitiba: A.P.P.: 1968.

3. OS ANOS DE 1968 A 1976: TRANSIÇÕES.

3.1 AS ELEIÇÕES DE 1969

Como já apontamos, o ano de 1968 foi decisivo na conjuntura mundial e nacional. No Paraná, e especialmente para a história da Associação dos Professores do Paraná, também. Um dos resultados da greve – ou Congresso – foi o surgimento de uma importante oposição interna na entidade, capitaneada pelo professor Olien Zétola, que presidiu o mesmo. O fato de presidir o Congresso do Magistério dava à oposição, já de saída, uma grande exposição pública que, de outra maneira, levaria muito tempo para ser construída.

Findo o movimento, não parecia que Zétola iria se colocar em oposição ao grupo dirigente. Pode-se perceber que assinou em conjunto com o presidente da entidade (Ismael Zanardine) o manifesto de apoio ao candidato a vereador em Curitiba, Osman de Oliveira e, mais que isso, seguiu organizando as tratativas com o governo e reuniões com a base juntamente com o mesmo. Como vimos, a aprovação do Estatuto - que parecera ser a solução dos problemas do magistério - acabou criando uma série de questões em aberto e reforçando as características punitivas. Esses impasses demandavam constantes explicações das lideranças para as bases e cobranças em relação ao poder Executivo.

É importante lembrar, entretanto, que as condições de reivindicação após o fim do Congresso do Magistério – e especialmente após o AI-5 – haviam mudado bastante, e as chances de pressionar o governo eram agora muito menores. Até porque, como apontamos, vivia-se o momento de retaliação das lideranças do movimento; e se não houve punições físicas, prisões ou algo do gênero, não podemos relegar o poder de intimidação que os processos abertos poderiam ter. Ademais, como ficou claro, para o grupo que continuava a dirigir a A.P.P. o interesse era se reaproximar do governo, e não propor novas manifestações ou reivindicações com caráter mais efetivo.

Em 1969 terminava o mandato da diretoria atual e novas eleições foram marcadas para 15 de novembro. Em uma reunião da diretoria, ocorrida no dia 7 de agosto, “deliberou-se que a A.P.P. não apresentaria chapa oficial.”²⁵³ Observando outros momentos de disputa percebemos que a expressão ‘chapa oficial’, nesse caso, significava que nenhum membro da atual diretoria se colocava como candidato a presidente, e nenhum deles organizaria uma nova chapa.

²⁵³ APP-SINDICATO. *Atas de reuniões da diretoria de 1967 a 1973*. Caixa 13. p. 43.

Em outros momentos, o grupo no poder lançou presidentes e chapas, denominadas como ‘oficiais’ pelo fato de serem encabeçadas por pessoas com cargos no momento atual.

De toda forma, o professor e ex vereador pela ARENA, Flávio Horizonte da Costa, membro atuante do grupo a que denominamos conservador e próximo de Faustino Fávoro, aparecia como secretário (ou vice-presidente) de finanças na chapa “Tradição, coleguismo e renovação”, apoiada pela atual situação, o que mostra que o grupo conservador manteria influência na chapa.

No dia 13 de novembro a diretoria realizou reunião para referendar o registro das duas chapas que se apresentaram para o pleito, a já mencionada “Tradição, Coleguismo e Renovação” presidida por Antônio dos Santos Filho – também membro atuante do grupo conservador e próximo a Fávoro -, e uma outra, que se denominava “Congresso”, presidida por Olien Zétola, que presidira o Congresso do Magistério no ano anterior, e se declarava como oposição.

Como Zanardine e Zétola haviam trabalhado juntos no Congresso do Magistério e, minimamente, assinaram juntos o manifesto de apoio à candidatura de Osman de Oliveira, e continuavam a trabalhar pela implementação do acordo (que o governo vinha protelando desde então), não deixa de causar surpresa a montagem dessa chapa como oposicionista; embora, também, o grupo que Zétola representava durante os protestos fosse claramente mais radicalizado. Infelizmente, não dispomos de documentação que nos permita analisar o momento em que um grupo se decidiu pela ruptura. Não há atas de um congresso ou reunião – embora certamente tenha ocorrido uma, ou várias – em que, diante das condições postas, alguém propôs que era hora de romper com o atual grupo dirigente.

Assim, embora oficialmente o grupo conservador não tivesse uma chapa, a presença de Antônio dos Santos Filho e Flávio Horizonte da Costa de um lado, e a autoproclamação de ‘oposição’ no outro, indicam que havia uma chapa de situação. Não dispomos, também, de material de propaganda das eleições, com exceção de dois panfletos arquivados pela Dops, em que cada uma das chapas apresenta seus componentes e os cargos dos mesmos.

Os nomes das chapas indicam parte do pensamento e posicionamento de seus dirigentes quanto a como as coisas deveriam se passar. Por um lado, a escolha da tradição e do coleguismo como lemas podem mostrar um apelo conservador – já que, afinal, este se baseia na importância de uma tradição a ser conservada -, e de que não devem haver conflitos entre os integrantes do segmento que, no limite, são colegas. A renovação pode ser mostrada pelo fato de vários integrantes estarem se candidatando ao primeiro mandato na diretoria.

Por outro lado, a escolha do nome ‘Congresso’ faz remeter ao movimento que ocorrera em 1968. Ao mesmo tempo em que conferia notoriedade ao presidente da chapa, que presidira

o movimento, e indicava uma forma de agir em relação às reivindicações da categoria que, diferente da tradição, fora bastante inovadora. Fora a primeira vez que a categoria do magistério enfrentara diretamente o poder público, e o nome da chapa parece indicar uma disposição de manter essa forma de reivindicação no futuro.

O Estado, no entanto, não deixou de vigiar os professores “congressistas” que montaram chapa. Um relatório de 2 de maio de 1969, de caráter confidencial, elaborado pela 2ª Seção da Polícia Militar e enviado ao SNI, DOPS e DPF (Departamento de Polícia Federal), apontava que “ao que tudo indica, este grupo tem por primeiro objetivo a colocação de professores ‘Congressistas’ à frente da direção de todos os estabelecimentos de ensino e, com isto, doutrinar o corpo docente...”.²⁵⁴ Mais grave ainda – na ótica da repressão -: alguns professores participantes do Congresso haviam lançado “... uma apostila de Organização Política e Social, na qual citavam a GREVE como o único meio legal de conseguir as coisas. Essa apostila, em todo o seu teor, está de acordo com a doutrina Marxista.”²⁵⁵ Nessa ótica, à excelente relação do grupo conservador com o Estado e mesmo a simpatia de seus integrantes pelas políticas ditatoriais, opunha-se uma clara desconfiança do Estado em relação aos congressistas.

Se não podemos acompanhar a campanha em si dispomos, no entanto, da ata de apuração dos votos. E esta indica uma grande movimentação de interessados. As duas chapas credenciaram delegados para acompanhar a apuração e parecia haver genuíno interesse em vencer, isto é: embora aparentemente ambas tenham se originado de um mesmo grupo, de um racha interno, não havia a percepção de que qualquer um vencendo as coisas estariam bem.

Encerrada a apuração, “verificou-se o seguinte resultado: Chapa “Tradição, Coleguismo e Renovação”, 581 (quinhentos e oitenta e um votos); Chapa “Congresso”, 490 (quatrocentos e noventa votos).”²⁵⁶

Apesar da derrota da oposição, essa eleição é de extrema importância por ter sido a mais disputada até então – possivelmente a única a ser realmente disputada – e por mostrar que havia mais grupos capazes de se organizar e montar chapas, mesmo que nascidos de divergências internas. A posse da nova diretoria aconteceu em 2 de janeiro de 1970 e seu mandato se estenderia até janeiro de 1972, uma vez que o atual estatuto previa mandatos de apenas 2 anos.

²⁵⁴ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Professores**. PT604.194. p. 18.

²⁵⁵ Idem. p. 19.

²⁵⁶ APP-SINDICATO. **Atas de assembleias gerais de 10/61 a 09/72**. Ata da Assembleia Geral Extraordinária para a eleição da Diretoria e Conselho Fiscal da Associação dos Professores do Paraná, para o biênio 1970-1971. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 19. p. 88.

Foi uma vitória importante e de afirmação da situação. Embora o grupo oposicionista tenha se destacado no movimento de 1968 – que aconteceu, entre outras coisas, devido ao radicalismo de alguns professores que não quiseram mais esperar novas negociações -, o momento histórico e político do país não parecia propício à oposições e contestações, como estivera um ano antes. Se, por um lado, os instrumentos legais como o AI-5 permitiam esmagar as oposições usando de violência, por outro vivia-se o chamado “milagre econômico” brasileiro, e o momento era mais para as situações. Ademais, a oposição, que estivera juntamente com o outro grupo tentando implementar os acordos de 1968, não obtivera grande sucesso nas negociações, o que certamente colocava dúvidas sobre a capacidade da mesma em realmente dar melhor andamento às pautas da categoria.

A economia crescia a mais de 9% ao ano, e havia um clima de confiança no governo por parte dos trabalhadores e da classe média. Embora a questão do Estatuto do Magistério e de uma tabela de vencimentos estivesse em aberto, podemos apontar o momento de espera fiduciária em relação ao sujeito de fazer, dentro da semiótica das paixões, como uma explicação para confiar em quem estava mais próximo do governo. Isto é, se o governo que derrubara Goulart era capaz de fazer a economia crescer, também seria capaz de trazer melhorias para a carreira do magistério. E o Paraná aparecia, como já apontamos, na condição de um estado que apoiara o golpe e possuía ótimas relações com o governo federal.

Derrotada a oposição no pleito, não há indícios de que a mesma tenha continuado a se organizar para disputar a associação em assembleias e reuniões. A chapa eleita assumiu a direção em 02 de janeiro de 1970 e, ao que consta no livro de atas, foi realizada apenas uma assembleia em 2 anos de mandato – em 31 de janeiro de 1970 – sem que o fato pareça ter despertado algum tipo de contrariedade.

A maior parte das informações sobre essa gestão aparecem nas atas de reuniões de diretoria, o que indica um certo elitismo na tomada de decisões, que não eram referendadas por assembleias. Por outro lado, na assembleia indicada acima, foram registradas as presenças de apenas 9 pessoas²⁵⁷ o que, somando, não dá nem a quantidade de membros da diretoria.

Essa aparente apatia de todos que não estavam de alguma forma envolvidos com o “aparelho” da associação, como já apontamos acima, pode estar relacionada com o momento político de otimismo em relação à economia e de riscos para atividades oposicionistas. Parece um daqueles momentos que Ansart descreve como um “período histórico de paz”, em que “os

²⁵⁷ APP-SINDICATO. *Atas de reuniões da diretoria de 1967 a 1973*. Caixa 13. p. 88.

cidadãos estão mais interessados no fluir de sua vida pessoal do que nos grandes problemas políticos, que lhes dizem respeito apenas indiretamente.”²⁵⁸

Obviamente, do ponto de vista de uma observação global da sociedade e com o distanciamento histórico e temporal, sabemos que se viviam os anos de chumbo, isto é, que a “guerra suja” contra a oposição armada estava em seu auge, e que as práticas mais abomináveis contra os direitos humanos eram levadas a efeito com a proteção institucional do Estado. Embora, como lembra Fausto, os grupos armados estivessem de fato isolados da massa da população “... cuja atração por suas ações era mínima, para não dizer nenhuma”.²⁵⁹

Para além do pouco ou nenhum entusiasmo despertado pela oposição – se a oposição armada desfrutava de praticamente nenhuma simpatia, a oposição pacífica, nesse momento, pode ser bem compreendida no fato de que o governo precisou “emprestar” dois senadores da ARENA para que o MDB pudesse existir -, a economia melhorava sensivelmente e “o PIB cresceu na média anual, 11,2% tendo seu pico em 1973, com uma variação de 13%. A inflação média anual não passou de 18%.”²⁶⁰ Segundo Fausto, ainda, “isso parecia de fato um milagre.”²⁶¹ Do ponto de vista de boa parcela da população, portanto, esse era um período em que a classe média ia ao paraíso e, nas palavras de Florestan Fernandes, “se já houve, alguma vez, um paraíso burguês, este existe no Brasil, pelo menos depois de 1968”²⁶²

Nesse sentido, o que propomos é que, por alguns anos, findo o entusiasmo com o Congresso/greve de 1968 – seja pela intimidação de várias lideranças com maior capacidade de contestação, seja pelo entusiasmo de parte da população com o momento econômico, a Copa do Mundo de Futebol de 1970 e o conhecido ufanismo do regime nesse momento -, as reivindicações da categoria entraram em um compasso de espera; no sentido de que a melhor direção para a entidade seria aquela que esperasse a iniciativa do governo, confiando que a diretoria faria o melhor se não o contestasse.

Do ponto de vista da A.P.P., esta melhorou drasticamente sua arrecadação com um aumento das mensalidades de Cr\$0,50 para Cr\$1,00, que permitiu aumentar em 20% os salários de seus funcionários e que, aparentemente, foi decidido e aplicado pela direção, sem gerar questionamentos de parte dos associados. As professoras Elvira Meireles e Irene Sprenger foram escolhidas, respectivamente, como Secretária Geral e Tesoureira da CPB, e Ocyron

²⁵⁸ ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas**. p. 126.

²⁵⁹ FAUSTO, Bóris. Op. Cit. p. 483.

²⁶⁰ Idem. p. 485.

²⁶¹ Idem.

²⁶² FERNANDES Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar. 1975. p. 359.

Cunha foi eleito para o Comitê Executivo da CMOPE (Confederação Mundial de Organizações de Professores).

Do ponto de vista das reivindicações do magistério, continuaram as gestões – infrutíferas - por regulamentação do Estatuto do Magistério - na verdade reivindicava-se um novo estatuto -, por melhores salários e concursos públicos. De acordo com a pauta do “I Encontro dos Professores do Paraná”, realizado no Instituto de Educação de Maringá, reivindicava-se também o restabelecimento da lista tríplice para diretores (pauta da greve de 1968 que, como vimos, foi abortada pela Alep), estabilidade para os professores suplementaristas, nova sistemática para os concursos de remoção.²⁶³ ‘Naturalmente’ nenhuma dessas pautas foi atendida, mas a relação da entidade com o governo não se abalou, como prova o fato de que, em 1971, mais um funcionário foi cedido pela SEEC (Secretaria de educação e Cultura), para auxiliar no departamento jurídico da AP.P. De certa forma, parecia que 1968 fora um abalo em uma relação paternalista que depois foi retomada; isto é, o que Thompson denomina um “equilíbrio paternalista” foi aparentemente restabelecido em níveis anteriores.

Esse ano de 1971 é também um marco na história da educação brasileira por conta da publicação da Lei 5692/71, que reestruturou a Educação Básica. Essa lei encontrava-se inserida na chamada Teoria do Capital Humano, que chegara à base do regime militar por meio da Escola Superior de Guerra. Essa formulação era parte da chamada DSN (Doutrina de Segurança Nacional), formulada nos Estados Unidos e inserida no Brasil via ESG, instituição criada em 1949 e inspirada no National War College estadunidense.²⁶⁴ A princípio, a ideia era a de que se tornava necessário preparar as “nações livres” para um novo tipo de guerra em que o inimigo, comunista, poderia estar infiltrado no território, e todas as armas deveriam ser utilizadas para enfrentar esse perigo sorrateiro.

A doutrina foi trabalhada nesses moldes até 1967, quando o conhecido secretário de defesa estadunidense, Robert McNamara, publicou um estudo onde afirmava que a essência da segurança nacional era o desenvolvimento. No Brasil, imediatamente acrescentou-se a palavra e esse conjunto de ideias passou a ser denominado “Doutrina de Segurança Nacional e *Desenvolvimento*”. Entendia-se que a miséria e a pobreza eram bons fermentos para as ideias comunistas, e que o desenvolvimento dos países era um remédio eficaz na prevenção desse perigo.

²⁶³ OGLIARI, Izaiais. Op. Cit. p. 10.

²⁶⁴ BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. IN: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). O Brasil republicano. O tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 20.

E é justamente na questão do desenvolvimento que a educação entrava e, como receita, a teoria do capital humano, elaborada por Theodore William Schultz nos anos 1950, também nos Estados Unidos. Segundo essa teoria, há relação direta entre qualificação, força de trabalho e crescimento econômico²⁶⁵ e, portanto, a oferta de uma boa educação – dentro dos preceitos doutrinários da Ditadura e sua concepção de cidadão e democracia – era condição essencial para desenvolver o país e elevá-lo, de fato, à condição de grande potência. Segundo Nádia Gaiofato Gonçalves “dentro da lógica da ESG, o Desenvolvimento contribuiria para melhores condições econômicas e sociais da população, favorecendo a Segurança Nacional.”²⁶⁶

A criação da lei 5692/71, em que pesem os seus aspectos positivos, portanto, não foi pensada como uma forma de resolver os graves problemas sociais que a falta de políticas educacionais acarretava, mas como parte de um projeto de poder onde a equação desse problema era necessária. Em outras palavras, não interessava tirar os cidadãos da miséria e da ignorância via educação, mas sim transformá-los em parte útil do projeto de desenvolvimento e afastá-los da esquerda. Segundo Moreira Alves, os formuladores de políticas entendiam que esse desenvolvimento poderia demorar e “... pode ser necessário o sacrifício de sucessivas gerações.”²⁶⁷

Deixando de lado avaliações positivas ou negativas da referida lei, suas consequências já são bastante estudadas e conhecidas, mas duas delas se articulam mais precisamente com nosso objeto nesta tese. Por um lado, o que ficou conhecido como massificação do ensino e, por outro, a obrigatoriedade que a nova lei apresentou em relação à criação dos Estatutos do Magistério que, entendemos, tiveram profundas consequências na história política e institucional da educação brasileira como um todo, e da A.P.P.

Até então, a LDB de 1961 estruturava o grau primário com 4 anos e o ginásio também com 4; mas este último só poderia ser acessado pelos alunos via concurso de admissão. Com a Lei 5692, publicada em 11 de agosto de 1971, juntavam-se os antigos primário e ginásio em um único ciclo de 8 anos, criando o chamando 1º grau de ensino, que agora era obrigatório. E os três anos do que era o antigo colegial, se transformaram no 2º grau.²⁶⁸

Assim, iniciou-se institucionalmente um processo – que teria sua implementação de fato iniciada em 1972 – em que a quantidade de alunos atendidos poderia ser drasticamente ampliada

²⁶⁵ GONÇALVES, Nádia Gaiofato. A Escola Superior de Guerra e a Lei 5.692/71: Discursos Governamentais e implementação da Lei no Paraná. IN: GONÇALVES, Nádia Gaiofato; RANZI, Serlei Maria Fischer (orgs.) **Educação na ditadura civil-militar: políticas, ideários e práticas (Paraná, 1964-1985)**. Curitiba: UFPR, 2012. p. 23.

²⁶⁶ Idem. p. 24

²⁶⁷ MOREIRA ALVES, Maria Helena. Op. Cit. p.51.

²⁶⁸ FERREIRA JR Amarílio; BITTAR Marisa. Op. Cit. pp. 65/66.

em um curto espaço de tempo e, conseqüentemente, a quantidade de professores para atendê-los, também. Mais ainda, havia carência de espaço físico para abrigar os novos contingentes humanos que estavam chegando, o que levou à “... ampliação de unidades escolares de modo irrestrito, concomitantemente ao aumento do número de turnos, em decorrência do aumento do aumento do número de matrículas e a criação de escolas anexas.”²⁶⁹

Os novos contingentes de alunos eram oriundos das classes populares e nunca haviam tido acesso garantido à escolarização formal por um tempo tão longo. Por outro lado, o suprimento da demanda por profissionais para trabalhar com esses novos públicos precisava ser rápido, o que levou às chamadas licenciaturas curtas. Não foram os melhores espaços os destinados para aqueles que estavam chegando na condição de alunos, e nem a melhor formação para aqueles contingentes que agora poderiam ser professores. Estamos falando, conforme Ferreira Jr. e Bittar dos “professores formados nos cursos de licenciaturas curtas das faculdades privadas noturnas...”²⁷⁰

Essas características, de modo geral, compõem o que se convencionou chamar de massificação do ensino, durante a ditadura militar, o que comporta uma dimensão de classe à qual se soma também um importante componente de gênero: a ampla maioria desses novos professores era composta por mulheres.

O problema da massificação foi particularmente sentido no Paraná, devido ao seu grande aumento populacional nessas décadas. De acordo com Lima et. al., a população do estado era de 1 milhão e 236 mil pessoas em 1940, e saltou para 4 milhões e 268 mil em 1960, um crescimento de mais de três milhões, com uma taxa superior a 70% por década. No mesmo período, a população do Brasil cresceu em torno de 30% a cada década.²⁷¹ Ou seja, mesmo antes da publicação da Lei 5692/71, já havia forte demanda educacional no estado para suprir mesmo o ensino primário, que era obrigatório a partir dos 4 anos e formado por 4 séries.

Obviamente que esse surto populacional estava ligado à expansão da lavoura cafeeira, cuja produção saltara de 932 mil sacas em 1940 para 21 milhões em 1966.²⁷² E levava os governantes preocupados em povoar e – depois – industrializar, a também ter em conta o problema educacional como uma grande demanda. Essa constatação ajuda a entender por que o Paraná protagonizou uma grande greve em 1968, mesmo antes do problema da massificação

²⁶⁹ CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. Lei 5692/71: Formação de professores e implicações na organização da escola. IN: GONÇALVES, Nadia Gaiofato; RANZI, Serlei Maria Fischer (orgs.) Op. Cit. p. 89.

²⁷⁰ FERREIRA JR Amarílio; BITTAR Marisa. Op. Cit. p. 70.

²⁷¹ LIMA, Jandir Ferreira de, RIPPEL, Ricardo, STAMM, Cristiano. Notas sobre a formação industrial do Paraná – 1920 a 2000. IN: **Publicatio UEPG** Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, 15 (1) 53-61, jun. 2007 p. 55.

²⁷² MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista. Op. Cit. p. 120.

do ensino se tornar uma questão nacional; pois, se havia pressão pela ampliação da oferta, essa não se fazia sem custos e, muitas vezes, os salários não eram os melhores.

Pode-se observar a massificação como um fenômeno precoce no estado também em relação ao número de professores. Em 1960 havia um total de 21.444 professores atuando nos diferentes níveis de ensino das redes pública e particular, do primário ao superior; em 1970, esse total já era de 52.757²⁷³. Esses números, como apontamos acima, não podem ser desvinculados de características de classe e gênero.

Por um lado, como apontam Ferreira Jr. e Bittar, grande parte dos novos professores “... originou-se de determinadas frações das classes médias e baixas ou das camadas dos trabalhadores urbanos...”²⁷⁴, por outro, o crescimento foi extremamente maior no número de professoras. Dos números apontados acima, por exemplo, em 1960 já havia um total de 3413 homens e 18031 mulheres. Desta já ampla maioria, no entanto, o grande percentual – 17.397 – se concentrava no primário, enquanto no secundário havia 662 homens e 429 mulheres e, no superior, 316 homens e 51 mulheres. Ou seja, nos graus de ensino com maior salários e prestígio, os homens eram maioria.

Essa tendência se manteve, uma vez que em 1970 eram 8532 homens e 44.225 mulheres, mas 38.607 delas estavam atuando no primário; enquanto no secundário eram 2.833 mulheres e 4317 homens e, no superior, 613 homens e 260 mulheres. Obviamente salta aos olhos que o crescimento percentual de mulheres no secundário e superior foi maior que o de homens, mas, em número absolutos, estes ainda predominavam amplamente nesses dois níveis de ensino.²⁷⁵

Parte da explicação para a chamada feminização do magistério, encontra-se no desprestígio social e financeiro dos primeiros níveis e na (falsa) noção de escola de criança como lugar de cuidado e, portanto, onde as mulheres “naturalmente” têm mais aptidão para trabalhar. Nos anos seguintes, com a expansão universitária ocorrida no período ditatorial, percebe-se que o aumento do número de vagas como professor universitário levou a que progressivamente o nível secundário – agora médio -, fosse sendo deixado pelos homens e ocupado por mulheres. Os homens vão continuar a ser a maioria na docência universitária e o ensino fundamental se torna um terreno em que, em média, se tem 80% de mulheres atualmente.

Assim, a expansão do ensino que ocorreu no Paraná após essa nova LDB acentuou algumas características que já estavam delineadas antes, devido à peculiaridade da incrível expansão populacional do estado até os anos 1970. Podemos dizer que, cada vez mais, o ensino

²⁷³ BELO, Melissa Colbert. Op. Cit. p. 64.

²⁷⁴ FERREIRA Jr. Amarilio; BITTAR, Marisa. Op. Cit. p. 72.

²⁷⁵ BELLO, Melissa Colbert. Op., cit. p. 64.

básico público foi ocupado por mulheres (questão de gênero), oriundas de famílias pobres ou de classe média baixa (questão de classe). E, como já discutimos antes, dentro da A.P.P. a presidência era sempre ocupada por homens e, todos eles, ligados ao 2º grau e/ou Ensino superior (uma vez que muitos, como Faustino Fávoro, atuavam nos dois níveis de ensino).

Esse crescimento pode ser verificado também no quadro de sócios da A.P.P. A entidade foi fundada por 50 professores em 1947 e constantemente, ao longo dos anos, havia referências à necessidade de ampliar o número de sócios e, claro, garantir a manutenção dos pagamentos de mensalidades em dia, como forma de não ocorrerem apertos financeiros. Até o final dos anos 1960 havia o hábito de registrar em ata a admissão de novos sócios, o que nos permitiu perceber a evolução numérica dos mesmos ao longo dos anos. Assim, em 1964 o diretor Lauro Esmanhoto queixava-se de que, enquanto o CPP (Centro do Professorado Paulista) possuía 35.000 associados, a A.P.P. possuía apenas 1500²⁷⁶, o que a deixava com uma arrecadação pequena.

Em dezembro de 1964 o número de sócios já chegava a 2537 e em março do ano seguinte, a 3011. A última contagem de sócios anotada em atas de reuniões de direção é de outubro de 1969, quando o seu número estava em 5200. Somada a ampliação da quantidade de associados com as majorações de descontos realizadas na gestão de 1970-71 – saltou de Cr\$0,50 para Cr\$1,00 e depois para Cr\$ 2,00 -, uma reunião da gestão “Tradição, Coleguismo e Renovação” podia ostentar a conclusão de um contador, em outubro de 1970, segundo o qual “sobre (sic) a situação financeira da A.P.P., ela é ótima, pois não temos dívidas e sim um saldo de Cr\$ 11.000,00 depositados e mais Cr\$ 5.000,00 ou Cr\$6.000,00 em faturas a receber do Estado.”²⁷⁷ E um dos últimos atos dessa gestão foi a aprovação da construção de uma colônia de praia em Guaratuba – com substancial aporte do poder público estadual, diga-se.

O ano de 1971, de acordo com o estatuto vigente, teria uma nova eleição para diretoria a ocorrer em 20 de novembro. Inscreveram-se duas chapas: “Magistério Unido” presidida novamente por Faustino Fávoro e a qual trazia em seus quadros, inclusive, a conhecida poetisa Helena Kolody,²⁷⁸ além de pessoas que já haviam composto outras direções no grupo conservador; e “Comunicação”, presidida pelo professor Ruben de Oliveira – membro importante na mobilização do Congresso, mas que não compusera a chapa de mesmo nome em 1969. Não encontramos registros de quem seriam os outros integrantes dessa chapa, embora

²⁷⁶ APP-SINDICATO. **Atas de reuniões da diretoria A.P.P. 1954 a 1966**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 13. p. 44.

²⁷⁷ APP-SINDICATO. **Atas de reuniões da diretoria de 1967 a 1973**. Caixa 13. p. 60.

²⁷⁸ Em outros tempos, na gestão 1961-1963, e também sob presidência de Fávoro, Oswaldo Pilotto, primo do conhecido educador paranaense Erasmo Pilotto estivera como dirigente da A.P.P.

possamos inferir que o professor Adyr de Lima era um deles, uma vez que foi designado como fiscal da mesma no dia da apuração, e se tornou um membro destacada da Oposição Liberal nos anos seguintes, sendo inclusive liberado para se dedicar apenas à A.P.P. em determinados momentos.

Embora não tenhamos o registro completo dos componentes da chapa opositora, sabemos que era ligada ao grupo de congressistas que já havia se organizado para a disputa em 1969. Não há registros de que o grupo tenha continuado a disputar a associação em assembleias entre 1969 e 1971, mas o fato de uma mesma facção concorrer em duas eleições seguidas é inédito; e mostra uma oposição que, se não estava organizada no cotidiano da entidade, possuía forte tendência a se organizar.

A ata que registra a apuração está bastante completa, e mostra claramente que a disputa foi muito acirrada. O clima inicial da apuração estava tranquilo, até que começaram a aparecer votos duplicados para a chapa “Magistério Unido”, isto é, numa mesma urna, um único eleitor depositava dois votos para a chapa de Fávares em seu envelope. Inicialmente “a mesa, consultados os dois cabeças de chapa, decidiu pela aceitação de apenas 1 (um) voto.”²⁷⁹

Ocorre que o problema se repetia em todas as urnas que iam sendo abertas, e todos os votos duplicados eram para a mesma chapa, não sendo registrado nenhum caso que favorecesse a chapa ‘Comunicação’. Ruben de Oliveira protestou, solicitando à mesa que passasse a anular todos os casos de votos duplos, e Fávares reagiu exigindo que a decisão inicial de considerar um dos dois votos encontrados fosse mantida. Abriu-se um bate-boca envolvendo inclusive outros membros dos dois grupos e pessoas que estavam trabalhando na escrutinação. Importante ressaltar que alguns desses escrutinadores – portanto, pessoas que não eram ligadas a nenhum dos grupos – futuramente aparecerão compondo o grupo da Oposição Liberal, o que nos leva a inferir que os fatos ocorridos nessa noite podem ter pesado na escolha do lado político interno. É o caso, por exemplo, de Mário Gabriel Choinski e Izaias Ogliari.

Finda a apuração dos votos, a chapa ‘Comunicação’ recebeu 374 votos e a chapa ‘Magistério Unido’ 428, uma vitória por diferença de 54 votos. Dessa vez, porém, diferentemente do que ocorrera após a eleição de 1969, a oposição continuaria articulada e passaria a disputar a entidade em todas as assembleias. Mais ainda, como se verá, ela tornou a disputa cotidiana e não apenas em momentos eleitorais.

A chapa presidida por Faustino Fávares tomou posse em janeiro de 1972 e uma de suas primeiras providências foi a implementação de “... uma nova mensalidade, de Cr\$ 2,00 para

²⁷⁹ APP-SINDICATO. Livro Atas do Departamento Social da A.P.P. 1963-1966. Curitiba: APP-SINDICATO. Pasta nº 26. p. 14.

Cr\$4,00, a ser descontado no mês de julho”²⁸⁰ perfazendo a mensalidade sindical um aumento de 400% em 6 meses e elevando a arrecadação financeira da entidade; novamente sem o registro de legitimação em assembleia.

Já em fevereiro de 1972, o governo anunciava que, a partir de então, todos os professores suplementaristas deveriam apresentar certidões da DOPS para poder lecionar. As mesmas deveriam ser entregues aos diretores no início de cada ano letivo. No caso da disciplina de Educação Moral e Cívica, qualquer professor, mesmo sendo efetivo, deveria apresentar a certidão²⁸¹. Esse fato não parece ter gerado nenhum tipo de rejeição ou desaprovação por parte da direção da entidade. Podemos inferir que, dada sua orientação ideológica, o grupo conservador não desaprovava a medida. No final dos anos 1970, um reforço a essa medida gerou repúdio tanto da direção (que era outra) como da base.

Em 1972 iniciavam-se de fato, também, os ditames da nova Lei de Diretrizes e Bases, da qual já comentamos a massificação do ensino como uma de suas consequências. Mas ela também impactava o ensino em geral – e a própria associação – devido à obrigatoriedade que preconizava, no artigo 36: “em cada sistema de ensino, haverá um estatuto que estruture a carreira de magistério de 1º e 2º graus, com acessos graduais e sucessivos, regulamentando as disposições específicas da presente Lei e complementando-as no quadro da organização própria do sistema.”²⁸² Essa lei trazia novo alento na esperança da categoria para a reformulação do Estatuto que haviam conseguido com o Congresso/greve de 1968 e, quiçá, reforçava a importância da “espera fiduciária” como um voto de confiança no governo ditatorial; e reforçava a importância de estar na situação, já que a espera estava se mostrando vantajosa.

Assim, a nova gestão de Fávoro como presidente iniciava-se com o caixa reforçado, em um governo com o qual possuía clara afinidade ideológica, e boas expectativas em relação ao Estatuto do Magistério. No entanto, por razões que vamos mostrar, essa foi a última vez que uma chapa do grupo conservador comandou a A.P.P até o presente ano de 2020. Um prognóstico desses certamente teria sido refutado tanto pelos situacionistas mais pessimistas, quanto pelos mais otimistas opositores da época.

²⁸⁰ APP-SINDICATO. **Atas de reuniões da diretoria de 1967 a 1973**. Caixa 13. p. 83.

²⁸¹ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores Licenciados do Paraná**. p. 81.

²⁸² BRASIL. LEI 5692/71. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Disponível em <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-5692-71> acesso em 22/09/2019.

3.2 A PROPOSTA DE DIVISÃO GEOGRÁFICA E OS NOVOS ESTATUTOS.

Embora a A.P.P. fosse a mais antiga e financeiramente a mais forte, não era a única associação de professores que existia no estado. Várias associações foram criadas em diferentes municípios e com jurisdição sobre diferentes regiões, algumas maiores, outras menores. Algumas com uma existência longa e outras com ciclos bastante curtos de existência. Inventariá-las e contar a história de cada uma seria objeto para outro estudo – ou outros estudos, no plural – certamente ainda a ser(em) feito(s) e de extrema relevância para a obtenção de um quadro completo do associativismo docente no Paraná. Cabe assinalar que, mesmo que apenas tangencialmente na maior parte das vezes, a ‘irmã mais velha’, a A.P.P. acabava tocando as outras em diversos momentos de sua existência. Quando não muito, para a participação em debates e palestras onde membros de uma associação convidavam os de outras; quando muito, no caso do Congresso de 1968, onde as associações do interior aderiram maciçamente ao movimento chamado e coordenado pela A.P.P.

Embora existissem diversas outras associações, a A.P.P. estendia-se também pelo interior e possuía sócios em vários municípios para além de Curitiba, onde sua atuação era mais sentida. Não era incomum que um mesmo professor fosse associado em duas associações, o que gerava questões a respeito das jurisdições.

Assim, num inventário rápido e impreciso, cuja intenção é apenas passar uma ideia da quantidade de associações, podemos elencar a Associação dos Professores do Norte do Paraná (APNP), fundada no início da década de 1950; Associação dos Professores do Oeste do Paraná (APOPA), fundada em 1968; Associação dos Professores de Palmas (APROPAL); Associação Toledana de Educadores (ATED), Associação dos Professores Licenciados do Norte do Paraná (APLP). Havia mais associações e outras entidades como a União de Professores de Ponta Grossa e, certamente, outras que não inventariamos aqui.

No caso do Congresso do Magistério, praticamente todas as associações trabalharam em conjunto sob a coordenação da A.P.P., mas no restante do tempo, as pautas, que as vezes eram as mesmas, eram reivindicadas por associações que representavam um número menor de associados e possuíam menor peso político.

Em 1972 a A.P.P., através de seu presidente, propôs a união de várias dessas associações em uma única entidade, tendo todas a sigla A.P.P. e a região que representavam;

por exemplo, A.P.P. 2ª Região-Ponta Grossa. A documentação não permite acompanhar integralmente os movimentos realizados para concretizar a ideia, mas permite uma boa noção, especialmente de suas consequências para a política interna.

Segundo Amâncio dos Anjos, a decisão foi tomada no dia 19 de fevereiro de 1972, durante o III Encontro do Magistério, em Londrina, cujo tema era justamente a “Divisão Geográfica das Associações”.²⁸³ Tomou-se a decisão de criar um Conselho de Representantes dos Professores do Paraná (CRPP), cujo estatuto previa que “o estado do Paraná contará com quatorze associações de professores, não específicas, de ação exclusiva e respectiva sobre os seguintes municípios.”²⁸⁴

Outro encontro teria sido realizado em Guarapuava e, segundo o professor Ruben de Oliveira, tomou-se a decisão de – sem consultar a categoria – criar um órgão com jurisdição estadual, e que não seria uma federação, como a ideia inicial. Ora, a questão posta então pela oposição (Ruben de Oliveira) era uma acusação de ilegitimidade. Para Couto, formas extremas de oligarquia seriam aquelas nas quais “...(a) pessoas sem autoridade para decidir decidem (b) para além do que seria aceitável fazer e (c) lançando mão de procedimentos inaceitáveis.”²⁸⁵ Assim, não estava em questão o fato de existir um grupo dirigente, mas o de que, na avaliação da oposição, este grupo não estava agindo de forma correta, estava tomando decisões que iam contra o que a maioria desejava ou, pelo menos, sem consultar a opinião da base.

Do ponto de vista de uma análise da mobilização dos afetos, essa acusação de ilegitimidade era reforçada com recursos emocionais. Afinal, “... é preciso criar conotações desvalorizantes que se tornarão estereótipos designando o adversário por seus fracassos ou, melhor ainda, pelos escândalos nos quais estaria envolvido.”²⁸⁶ Para a facção oposicionista, o comportamento da situação era mais que ilegítimo e, nos meses seguintes, ela agiria cada vez mais para demonstrar que – na sua visão – ele era escandaloso. Parte do sucesso de sua estratégia consistia em convencer a maioria dos associados de que as coisas eram como ela de fato as via; ou como queria que fossem vistas.

Uma questão relevante a ser ressaltada foi a exclusão da APLP do novo movimento. No primeiro momento, em Londrina, que afinal era a sede da Associação dos Professores Licenciados do Paraná, essa entidade participou, mas, ao que consta, foi excluída das

²⁸³ ANJOS, Amâncio dos. Op. Cit. p. 50.

²⁸⁴ Idem. p. 51.

²⁸⁵ COUTO, Cláudio op. Cit. p. 53

²⁸⁶ ANSART, Pierre. A gestão das paixões políticas... p. 185.

negociações seguintes. Não há justificativa ou explicação na documentação, mas a postura mais crítica dessa associação com relação ao governo pode ter sido um dos motivos pois, como se verá, a partir de 1973, os dirigentes da APLP contribuíram para uma maior radicalização na A.P.P. e, no final dos anos 1970, chegaram mesmo a iniciar greves às quais a A.P.P. se viu obrigada a aderir. Não era esse o perfil dos dirigentes das “A.P.P.s” nesse momento.

Para efetivar o novo órgão criado havia ainda alguns passos a serem dados. Primeiramente, foi necessária a criação de um modelo de estatuto que fosse comum à todas as associações - para além do estatuto do próprio CRPP – já que, se não eram associações independentes filiadas a um órgão federador, e sim uma mesma associação com sede em diferentes lugares – embora cada uma comandando o seu próprio território -, precisavam ter os mesmos estatutos. O modelo de estatuto foi debatido e criado com uma rapidez, no mínimo, curiosa.

Outro passo era aprovar a nova forma de organização e os novos estatutos em uma assembleia geral de cada uma das associações. Não parece ter havido problemas em passar as novas condições nas associações menores, mas na A.P.P. as coisas foram menos simples. Em agosto o “Jornal do Professor” – órgão de divulgação que esporadicamente era divulgado –, havia feito uma edição especial noticiando a unificação das associações e a proposta elaborada. Na reunião de direção do mesmo mês, a diretoria resolveu convocar para setembro uma assembleia que referendasse as resoluções tomadas, o que parecia ser tranquilo²⁸⁷.

Um indício de que haveria problemas apareceu já em 21 de setembro – a assembleia fora convocada para o dia 23 – quando uma reunião de direção foi chamada para deliberar estratégias a serem tomadas na assembleia.

De acordo com a ata, a referida reunião foi convocada para “lembrar os temas fundamentais a serem discutidos na Assembleia Geral convocada para o próximo dia 23. Objetividade e brevidade para evitar tumultuação (sic) na assembleia...”²⁸⁸ Essa convocação de última hora sugere que os membros da direção estavam cientes de que haveria contestações ao que fora feito. Essa questão ficou mais evidente com a sugestão de que fosse convidado “... um membro da SEC na Assembleia para dar maior ênfase à reunião... Possivelmente o nome do professor Ocyron Cunha.”²⁸⁹ Ocyron Cunha fora presidente da associação e atualmente ocupava cargos de prestígio na CPPB e na Confederação Mundial de Associações de

²⁸⁷ APP-SINDICATO. *Atas de reuniões da diretoria de 1967 a 1973*. Caixa 13. p. 93.

²⁸⁸ Idem.

²⁸⁹ Idem. p. 94.

Professores além de, ao que se depreende, também exercer funções na Secretaria de Educação e Cultura; e a diretoria avaliava que o peso de sua figura seria relevante para convencer os contrários e referendar a decisão na assembleia.

No dia da assembleia o presidente, Faustino Fávoro, explicou o motivo e agradeceu antecipadamente pela reorganização geográfica ter sido possível. Ato contínuo, passou-se à leitura dos novos estatutos, para o que se convidou o professor Flávio Horizonte da Costa, membro bastante destacado do grupo conservador.²⁹⁰ Antes que a leitura fosse iniciada, o professor Ruben de Oliveira pediu uma questão de ordem onde perguntava se o assunto seria debatido ao final da leitura, no que foi respondido positivamente pelo presidente.²⁹¹ A leitura foi realizada e a matéria posta em discussão, inscrevendo-se imediatamente o professor Ocyron Cunha que apresentou uma resolução ao plenário a qual, como de praxe, leu e entregou cópia à mesa. Embora seja longa, vamos transcrevê-la na íntegra, devido ao seu significado e o que representa na estratégia da direção para aprovar a matéria:

Resolução – Considerando que a finalidade fundamental da Associação dos Professores do Paraná, em obediência ao disposto no artigo 1º dos seus Estatutos é: Promover a união dos Professores do Paraná, sem distinção do curso, grau, credo ou filosofia, visando à defesa dos interesses da classe – Considerando que essa união foi conquistada após mais de vinte e cinco anos de esforços de milhares de colegas – Considerando que essa união se concretizou através da extensão da Associação dos Professores do Paraná a todos os pontos do território paranaense, com a adesão de várias entidades representativas nas diversas regiões do Estado – Considerando que a agora existe no Paraná uma só Associação dos Professores do Paraná, distribuída em sedes regionais, com a mesma estrutura administrativa e financeira, com os mesmos serviços de assistência jurídico-administrativa e outros e com a unidade de ação e política da classe definidas e garantidas através do “Conselho de Representantes” constituído por todos os presidentes das sedes regionais – Considerando que essa união é recebida pela classe como a grande conquista dos seus ideais e dos seus esforços e *não poderia, por isso, ser questionada, discutida ou votada* (grifo nosso)– Considerando que a execução desta nova política da classe, assim como o seu aperfeiçoamento, constituem aspiração e dever de todos os colegas – Considerando, enfim, que os Estatutos da Associação dos Professores do Paraná são a decorrência lógica e o instrumento necessário de execução desta nova política da classe, agora em pleno desenvolvimento, - Resolvem – os membros desta Assembleia Geral Extraordinária celebrar efusivamente a conquista da união da classe e aceitar, através dos novos Estatutos da sua Associação, as responsabilidades que a todos incumbem.²⁹²

²⁹⁰ APP-SINDICATO. **Atas de assembleias gerais de 10/61 a 09/72.** Pasta nº 19. p. 90.

²⁹¹ APP-SINDICATO. **Atas de assembleias gerais de 10/61 a 09/72.** Pasta nº 19. p. 90.

²⁹² Idem.

Após a leitura, segundo a ata “a resolução apresentada pelo professor Ocyron Cunha foi efusivamente aplaudida e todos os associados, de pé, aprovaram a matéria.”²⁹³ A mesa considerou a matéria aprovada e os novos estatutos passaram a valer a partir de então. Embora não haja uma menção explícita a isso na documentação, parece óbvio que Cunha levara a resolução pronta para a assembleia, e que sua inscrição imediatamente após o término da exposição de Costa era parte de uma estratégia acertada de antemão - possivelmente na reunião do dia 21 de setembro - para que, ao contrário do que afirmara o presidente, não houvesse discussão da matéria. A suposta aclamação efusiva do plenário não permitiu que os opositores tivessem chance ou mesmo tempo de se manifestar, uma vez que a assembleia foi imediatamente encerrada, com os agradecimentos de praxe.

Pelos novos estatutos, a antiga A.P.P. com sede em Curitiba se tornava a “A.P.P – 1ª Região”, representando Curitiba e os municípios de Piraquara, Quatro Barras, Colombo, Almirante Tamandaré, Campo Largo, Porto Amazonas, Balsa Nova, Araucária, Mandirituba, Agudos do Sul, Tijucas do Sul, São José dos Pinhais, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Rio Branco do Sul, Serro Azul, Adrianópolis, Paranaguá, Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Guaratuba, Rio Negro, Campo do Tenente, Quitandinha, Pirê, Lapa, Contenda, São Mateus do Sul e Antônio Olinto. A A.P.P. passava a ter jurisdição regional e, segundo o novo estatuto “o Conselho dos Representantes é o órgão coordenador da ação das Apps em plano estadual e nacional incumbindo-lhe traçar as diretrizes de ação coletiva e à margem do Plano de Ação de cada App.”²⁹⁴ Na prática, foi criado um órgão acima da associação, onde se reuniam para deliberar apenas os presidentes de todas as 14 seções regionais criadas.

No dia 27 de outubro um grupo de 50 professores, encabeçados por Adyr de Lima, Ruben de Oliveira, Mário Gabriel Choinski e Izaias Ogliari, enviou um comunicado à presidência, convocando para uma assembleia extraordinária a ser realizada no dia 04 de novembro e cuja pauta eram os estatutos recém-aprovados e ainda não registrados em cartório. A DOPS guardou uma cópia do comunicado, e pode-se ver que haviam mesmo as 50 assinaturas²⁹⁵, o que indica que a movimentação para a realização dessa nova assembleia já estava ocorrendo havia algum tempo; possivelmente logo após a assembleia do dia 23 de setembro.

²⁹³ Idem.

²⁹⁴ A.P.P. Estatutos da Associação dos Professores do Paraná – 1ª Região – Curitiba. IN: APP-SINDICATO. **Atas de assembleias gerais de 10/61 a 09/72**. Pasta nº 19. p. 91.

²⁹⁵ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT94b.12. pp. 33-35.

O edital de convocação foi publicado nos jornais de Curitiba e, no dia 31 de outubro, o grupo dirigente reuniu-se para debater o que fazer diante dos fatos. A direção deliberou e “o solicitado foi indeferido, por contrariar o Estatuto. Por proposta da professora Eliete Moro, ficou igualmente deliberado que seria publicado em jornais da capital, um Edital, comunicando a não realização da referida Assembleia Extraordinária...”.²⁹⁶ Obviamente, os descontentes não haviam solicitado o aval da direção, mas comunicado à mesma que, no salão nobre, haveria uma assembleia convocada por eles. A convocação era fundamentada no artigo 29 do estatuto recém-aprovado, pelo qual “as assembleias gerais extraordinárias serão convocadas pelo presidente... por deliberação da diretoria, do Conselho Consultivo e Fiscal ou mediante requerimento devidamente fundamentado, de pelo menos cinquenta associados”²⁹⁷e, portanto, não era passível de indeferimento pela diretoria.

Embora não haja documentos disponíveis dessa assembleia, a DOPS guardou um relatório, escrito à mão, indicando a “diretoria da ass. Prof. Pr. – 1ª Região Eleitos em Assembleia Geral Extraordinária de 4-11-72”.²⁹⁸ É a primeira anotação desse órgão sobre a A.P.P. desde aquelas referentes ao Congresso de 1968 e seus desdobramentos, o que indica que as dissensões internas não estavam passando despercebidas. Na sequência da anotação, aparecem os nomes dos professores que comporiam essa diretoria: “Pres. Adyr de Lima, = Leonildo Carnevalli, 2º vice Mario G. Choinski, Secretária Maria Sabina Skrobot, Tesoureiro Valdir Dallagnol, Diretores sem pasta: Alsemiro Alves, Cleusa Prinz Salomão, Hugo José Daubermann, Isaias Ogliari e Danylo Chila.”²⁹⁹

Grosso modo, são os nomes daqueles que lideraram o pedido de assembleia. Futuramente, eles apareceriam muito mais vezes e, alguns mais enfaticamente outros menos, comporiam diretorias e apoios da oposição liberal da qual Izaias Ogliari viria a ser o membro mais destacado. A diretoria “oficial” – uma vez que o grupo liberal não conseguiu assumir a direção -, não ficou de braços cruzados e, em reunião do dia 13 de dezembro, portanto a última do ano, decidiu-se “... a contratação de advogados para defender a Associação e a Diretoria, dos ataques de pequeno número de sócios, professores licenciados, conforme é do domínio público, acarretando graves danos morais e materiais.”³⁰⁰ A insatisfação dos descontentes se dava por que a A.P.P., na sua concepção, era uma entidade de âmbito estadual e não aceitavam a perda

²⁹⁶ APP-SINDICATO. **Atas de reuniões da diretoria de 1967 a 1973**. Caixa 13. p. 94/95.

²⁹⁷ A.P.P. Estatutos da Associação dos Professores do Paraná – 1ª Região – Curitiba. IN: APP-SINDICATO. **Atas de assembleias gerais de 10/61 a 09/72**. Pasta nº 19. p. 99.

²⁹⁸ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 2

²⁹⁹ Idem.

³⁰⁰ APP-SINDICATO. **Atas de reuniões da diretoria de 1967 a 1973**. Caixa 13. p. 97.

de jurisdição acarretada pelos novos estatutos e pela criação do CRPP que, entre outras coisas, incluiria perda de recursos financeiros para a associação.

O ano de 1973 começou com a reafirmação das boas relações do grupo conservador com o poder público, uma vez que “ficou definitivamente acertada a transferência da prof^a Gilda Paul Franco, lotada na Escola Profissional Feminina “Rep. Argentina”, para ficar à disposição da Associação dos Professores do Paraná, tendo o sr. Presidente tomado as medidas legais.”³⁰¹ As medidas legais, nesse caso, eram mais obter a chancela do poder público para a cessão da professora.

Mas o ano começou também com as querelas não resolvidas do ano anterior. Afinal, existiam duas diretorias eleitas por meios diferentes, e ambas se julgavam as legítimas representantes da categoria. As reuniões registradas em ata continuaram a ser as do grupo presidido por Fávoro, uma vez que o grupo liderado por Ayr de Lima não conseguiu obter as chaves e material do 14º andar do Edifício Asa. Diante disso, o grupo da oposição liberal optou por entrar com uma ação na justiça requerendo o direito de comandar a entidade³⁰² embora não tenha obtido sucesso.

Em março estava prevista a assembleia ordinária anual de prestação de contas. Convocada a mesma pelos jornais de maior circulação para o dia 31, um dia antes o grupo da oposição liberal enviou um ofício à DOPS, informando que pretendiam impugnar a assembleia por considerá-la irregular e “... impugnar a referida prestação de contas, assim como, também, na mesma oportunidade apontar uma série de outras irregularidades que vem sendo praticadas pela Diretoria em exercício...”.³⁰³ O ofício terminava com a solicitação de que a DOPS enviasse agentes ao local “... a fim de que tudo seja testemunhado.”³⁰⁴

Pode parecer estranho o envio desse tipo de comunicado a um órgão de segurança e – ao menos do que o passado nos legou – o fato repetiu-se uma única vez, no mesmo ano e pelo mesmo grupo; mas a conjuntura dos anos de chumbo certamente impunha precauções e cuidados a quem se pretendesse oposição de qualquer coisa. Como afirma Ridenti “fundamentalmente, qualquer atuação política de oposição nos “anos de chumbo” estava ameaçada pela violência policial”³⁰⁵; e em 1973, em março, o regime ainda exibia toda sua

³⁰¹ APP-SINDICATO. **Atas de reuniões da diretoria de 1967 a 1973**. Caixa 13. p. 100.

³⁰² DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 21

³⁰³ Idem. p. 45.

³⁰⁴ Idem.

³⁰⁵ RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora da Unesp, 1993. p. 255.

força e seu projeto não parecia estar com algum abalo possível. Convinha, então, deixar claro que a causa era justa e fazer questão da presença dos censuradores.

A assembleia foi aberta pelo presidente e o professor Ruben de Oliveira, que assinara o ofício da oposição à DOPS, pediu um aparte solicitando que fosse incluída na ordem do dia a discussão do Estatuto do Magistério, para o que “disse o Sr. Presidente não poder dar ao público, conhecimento do que não tinha sido autorizado pela Secretaria de Educação, onde estavam sendo feitos os estudos dos estatutos...”.³⁰⁶ Insistindo Oliveira no seu pedido, o mesmo foi colocado em votação e não obteve a quantidade de votos necessários, contra o que o requerente solicitou fosse anotado protesto por considerar a votação irregular. De todo modo, percebe-se que a oposição decidira enfrentar a situação em todos os espaços, embora o resultado da votação ainda demonstre a grande força do grupo conservador.

AA.P.P. possuía em sua sede, desde os anos 1950, um salão de beleza, cuja contabilidade sempre terminava em prejuízos. Ao apresentar a prestação de contas do mesmo com déficit de Cr\$7.000,00 a oposição questionou o professor Zedir Cardoso, do Conselho Fiscal, sobre seu trabalho em relação a essas contas, no que foi respondido que “... não era seu dever aconselhar ou desaconselhar a Diretoria.”³⁰⁷ Mais à frente, o presidente foi questionado sobre o planejamento da entidade já que, segundo o estatuto, as Diretorias deveriam apresentar Planos de Ação no início de cada ano, no que foi respondido por Fávoro que “... a diretoria da A.P.P. tinha muita satisfação em sentir que os associados... tinham tão grande conhecimento dos estatutos, que devido ao caos havido de solapar os trabalhos da A.P.P., por certo grupo, não houve a tranquilidade suficiente para se fazer o planejamento...”³⁰⁸

O embate continuou com réplicas e apartes “... frisando (sic) o Sr. Presidente mais uma vez, que os associados deveriam, conforme os Estatutos, fazer parte das reuniões, em vez de pela imprensa e outros meios de comunicação, fazerem propaganda negativa...”³⁰⁹ O plenário ficou tumultuado e “... depois deste aparte, foi suspensa a assembleia por cinco minutos. E não havendo condições, depois de corrido este tempo, de continuar a assembleia, foi a mesma suspensão, para em oportunidade próxima, ser convocada por novos editais...”³¹⁰

Atendendo à solicitação da oposição liberal, a DOPS se fez presente na assembleia e, alguns dias depois, houve recomendação para anotar “... os elementos que estiverem assinalados, que os mesmos tumultuaram a reunião de Prestação de Contas da Ass. Prof. do Paraná, no dia

³⁰⁶ APP-SINDICATO. *Assembleias da A.P.P. de 1973 a 1975*. Pasta nº 19. p.4.

³⁰⁷ Idem.

³⁰⁸ Idem.

³⁰⁹ Idem.

³¹⁰ Idem.

30/3/73, fazendo com que o presidente não pudesse continuar os trabalhos...”.³¹¹ A DOPS concluíra que os elementos da oposição, afinal, eram tumultuadores; e isso teria consequências na apreciação que o Estado fazia desse grupo, inclusive – ou principalmente – depois que o mesmo chegou ao poder na associação.

Em reunião da diretoria no dia 18, a situação financeira da A.P.P. foi apresentada como “excelente, pois para cada cruzeiro de dívida dispõe de CR\$ 4, 42 para pagá-la... apenas 48 % do capital está imobilizado, o que significa que existe uma sobra de 52% deste patrimônio para ser utilizado como capital circulante...”.³¹² A assembleia interrompida em março ficou marcada para continuar no dia 26 de maio; se a situação financeira era excelente, a situação política era o seu exato oposto. Sempre importante atentar para as observações de Bourdieu quando aponta que “... quanto mais o capital político se institucionaliza em forma de postos a tomar, maiores são as vantagens em entrar no aparelho, ao contrário do que se passa nas fases iniciais ou nos tempos de crise...”.³¹³, ou seja, sem julgar moralmente a luta da oposição, parece relevante considerar o quanto existia de relação entre a excelente situação financeira e a péssima situação política.

A assembleia do dia 26 foi aberta e imediatamente a oposição solicitou que a secretária da mesma, sendo membro da diretoria, fosse substituída por outra pessoa; o que levou a um primeiro desentendimento, que terminou com a decisão do presidente de não substituir a componente da mesa. Em seguida “o sr. Presidente pediu ao professor Ulysses Mercer, que lesse o relatório sobre o Exercício de 1972, em resposta às acusações forjadas por membros contrários, e distribuída em forma de boletim na Assembleia do dia 31 de março.”³¹⁴ Durante a leitura da prestação de contas foram registrados diversos pedidos de ordem e protestos, todos negados pela presidência sob a alegação de estarem tumultuando a assembleia. Novos requerimentos, acusações e discussões levaram à interrupção da assembleia sem que a prestação de contas fosse votada pelos presentes.

Cinco dias depois, em 31 de maio ocorreria a sessão de instalação do Conselho Consultivo e Fiscal da entidade, em acordo com os novos estatutos. Dados os acontecimentos das duas últimas assembleias ordinárias e a situação envolvendo a destituição da chapa de Fávares no ano anterior, o presidente enviou um ofício à Secretaria de Segurança Pública, onde afirmava que “tendo em vista a agitação sistemática do seio da classe do magistério público do

³¹¹ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 32.

³¹² APP-SINDICATO. **Atas de Diretoria – 1973 a 1976 – Faustino Fávares**. A.P.P.. Caixa 13. p. 3.

³¹³ BOURDIEU, Pierre. A representação política... p. 195.

³¹⁴ APP-SINDICATO. **Atas de Diretoria – 1973 a 1976 – Faustino Fávares**. A.P.P.. Caixa 13. p. 6.

Paraná promovendo a desunião, o desespero e o ódio”³¹⁵ vinha solicitar “garantia para a sessão de instalação do Conselho Consultivo e Fiscal, marcada para hoje, 31 de maio, às 17:30h. na sede da A.P.P., Edifício Asa, 14º andar.”³¹⁶ O chefe de gabinete da secretaria, general Iridio Stroppa deferiu o pedido e o encaminhou à DOPS, para providências.

Segundo o estatuto então em vigor “o Conselho Consultivo e Fiscal será composto de um representante de cada estabelecimento de ensino, uma vez [que] possua pelo menos 50% de associados em seu corpo docente, das cidades sede e sub-sedes, eleito pelos seus pares e com mandato de dois anos.”³¹⁷ Organizando-se, os membros da oposição conseguiram ser eleitos em suas escolas e, de acordo também com o estatuto, o presidente lhes deu posse como membros efetivos do Conselho. Dessa forma, a oposição liberal adquiriu legalmente o poder de fiscalizar diretamente a diretoria em exercício.

No dia 06 de junho os integrantes do Conselho entregaram um ofício ao presidente, contendo 16 assinaturas e requerendo ao mesmo a convocação de uma reunião extraordinária do órgão, a fim de apreciar possíveis irregularidades na gestão. Uma das primeiras questões levantadas foi a inexistência de um Plano de Ação, que deveria ser apresentado em no máximo 90 dias depois da posse da diretoria eleita; cobrança que também fora feita em 26 de maio em assembleia.

A partir daí os acontecimentos foram elevando rapidamente o nível de tensão entre os dois grupos. Alguns dias depois, professores ligados ao grupo conservador, e pessoalmente à Fávares - mas que não faziam parte da diretoria na gestão atual -, como Tufi Salum, tesoureiro na gestão 1954-61 e Dyonil Ruben Carneiro Bond, que compusera as gestões 54-61 e 61-63, entraram com uma ação na vara cível da comarca de Curitiba, contra a A.P.P., na pessoa de seu presidente. O motivo, segundo os peticionários, era que o presidente Faustino Fávares “... *dada sua vocação democrática, apesar de excessivamente liberal...*” (grifo nosso)³¹⁸, em nome da associação, dera posse no Conselho Consultivo e Fiscal a um grupo de “... elementos facciosos, irresponsáveis e ambiciosos, que não medem meios nem formas de ação para se apoderarem da Diretoria da entidade...”³¹⁹ e, em nome da tranquilidade e da ordem na associação, solicitavam ao juiz que o presidente “... sob pena de nulidade dos atos praticados e responsabilidade pelos

³¹⁵ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 47.

³¹⁶ Idem. p. 49.

³¹⁷ A.P.P. Estatutos da Associação dos Professores do Paraná – 1ª Região – Curitiba. IN: APP-SINDICATO. **Atas de assembleias gerais de 10/61 a 09/72**. Pasta nº 19. p. 92.

³¹⁸ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Conselho de Representantes dos Professores do Paraná**. Pasta 341. 40. p. 22.

³¹⁹ Idem. p. 23.

prejuízos – morais e materiais que forem causados, se abstenha de convocar reunião do referido CONSELHO, até que a Assembleia Geral decida sobre a legitimidade do ato de empossamento...”³²⁰

Sob a alegação de que fora citado na Ação Ordinária promovida pelo grupo de associados mencionado acima, o presidente indeferiu o pedido de reunião, afirmando que seria preciso esperar o resultado da mesma; o que sugere, obviamente, que sua citação na referida ação não fora fortuita.

Parecia claro que a disputa judicial, nascida da intensa luta política que começara no ano de 1972, não seria o último recurso da oposição, e que esta certamente lançaria candidatura para as eleições internas que ocorreriam em outubro. Assim, na reunião de diretoria do dia 22 de junho, “foi lembrado pelo sr. Presidente a necessidade de já haver um estudo sobre o candidato da A.P.P. para as eleições, dia 1º de outubro bem como da chapa.”³²¹ Ao mesmo tempo, é importante perceber o quanto a disputa política tomava a maioria dos espaços da vida da associação e relegava a segundo plano as reivindicações. Assim, o Estatuto do Magistério, pauta central dos professores desde o início dos anos 1960 e que motivara a grande greve/Congresso de 1968, não foi sequer debatido nas assembleias recentes – em parte por que a diretoria se negara a fazê-lo –, e há apenas uma menção rápida ao mesmo nessa reunião de direção.

De acordo com a ata, a presidente da Confederação dos Professores do Brasil, Tereza Noronha, estivera visitando o Paraná e trouxera o modelo de estatuto aprovado no Rio Grande do Sul. A mesma teria afirmado que “a filosofia da lei 5692 é a profissionalização do Magistério... e aconselhava, nos estudos do Estatuto do Magistério do Paraná, prestassem atenção aos seguintes itens: aposentadoria, cargas horárias, início de carreira e permanência.”³²²

No dia 25 de junho foi publicada, no Diário da Tarde, uma convocação para assembleia geral extraordinária, assinada com data de 23/06 pelo Conselho Fiscal, conforme possibilidade prevista no artigo 25, segundo o qual o conselho deveria “fiscalizar os atos da Diretoria para assegurar a sua fidelidade aos dispositivos estatutários; devendo convocar assembleia Geral Extraordinária quando constatar anormalidades que possam comprometer as finalidades da associação.”³²³ Segundo o edital de convocação:

³²⁰ Idem.

³²¹ APP-SINDICATO. *Atas de Diretoria – 1973 a 1976 – Faustino Fávoro*. A.P.P.. Caixa 13. p. 4.

³²² Idem.

³²³ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Conselho de Representantes dos Professores do Paraná**. Pasta 341. 40. p. 97.

As anormalidades constatadas por este Conselho são: a) existência de notificação de falsidade ideológica por adulteração dos Estatutos; b) violações estatutárias referentes ao patrimônio que impediram até a presente data a aprovação das contas do exercício anterior; c) violação estatutária por não convocação de Reunião deste Conselho por pedido baseado no parágrafo 3º, do artigo 24. Tendo em vista o exposto, este Conselho para ressaltar o bom nome da A.P.P. r. 1, convoca Assembleia Geral Extraordinária com a seguinte ordem do dia: 1) Decidir sobre as anormalidades antiestatutárias constatadas; 2) Destituição da Atual Diretoria pela A.G.E. [Assembleia Geral Extraordinária]; 3) Nomeação de uma Diretoria “pro tempore” para organizar as eleições previstas para a data compreendida entre 15/08 e 30/10 do corrente ano; 4) Indicação de uma comissão para as providências legais cabíveis.”³²⁴

A luta política prosseguia. Convém perceber que a intensificação do processo e a exaltação das emoções levavam a situações parecidas com o que ocorrera em 1964, quando membros da direção foram acusados de traidores por grupos da base – desorganizados -; agora, desde os acontecimentos referentes à reorganização geográfica e a mudança dos estatutos, o tom dos discursos subira rapidamente e as palavras utilizadas nem sempre faziam recurso à boa educação; apenas à boa retórica. E a oposição agora era organizada.

Assim, na assembleia de 31 de março, que a oposição informara à DOPS seu desejo de impugnar, circulara um panfleto onde se apontavam as supostas irregularidades praticadas pela gestão Fávoro. A diretoria era acusada de praticar “... violações contra o ESTATUTO, as quais foram endossadas pela inoperância e conivência do Conselho Fiscal” e intimava os associados presentes a aguardar “... que logo mais outras irregularidades de natureza CRIMINOSA serão levantadas nesta assembleia. (não se retire).”³²⁵ Ao mesmo tempo, o presidente afirmara que os associados não deveriam “... fazer propaganda negativa da A.P.P. que desunem a classe.”³²⁶

Na assembleia seguinte, o presidente fizera questão da leitura de um parecer sobre as finanças, para contestar o panfleto que circulara na assembleia anterior. As discussões de ambas terminaram em tumultos e acusações. A ação de parte do grupo conservador na justiça se referia à oposição como “facciosos”, “maléficos”, “viciosos”³²⁷ e os ofícios do presidente à SESP se referiam aos contrários como “agitadores”.

Essas acusações recíprocas com uso de adjetivos pouco recomendáveis para se referir aos adversários, certamente indicam mais que nervos exaltados ou má educação. Para Pierre Ansart “cada momento da vida política é marcado pela difusão de múltiplas mensagens, que

³²⁴ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 51.

³²⁵ Idem. p.46.

³²⁶ APP-SINDICATO. **Assembleias da A.P.P. de 1973 a 1975**. Pasta nº 19. p.4.

³²⁷ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Conselho de Representantes dos Professores do Paraná**. Pasta 341. 40. pp. 17-26.

visam influenciar os vínculos e as repugnâncias, as esperanças e os temores, os sentimentos positivos e negativos em relação a objetivos, instituições ou heróis da cena política³²⁸, ou seja, o uso de qualificações negativas em relação aos contrários visa provocar na base certos apoios e repugnâncias, que são essenciais à manutenção ou mudança do poder dentro do aparelho. E certamente reforçam as identidades ao determinar quem são os outros, e quem somos nós, contribuindo para a formação, fortalecimento, dissuasão ou enfraquecimento de grupos internos.

Mais ainda, segundo Ansart, atrás das “... posições de princípio e das profissões de fé, exprimem-se as rivalidades entre as pessoas, as lutas pelo poder, as ambições individuais que são fundamentalmente indizíveis. Os conflitos implicam uma parte obscura, dando lugar a múltiplas intervenções, invenções e máscaras.”³²⁹ Assim, seria ingênuo tomar os argumentos mobilizados pelos lados em disputa apenas como a expressão do quanto eram interessados nas melhorias da associação ou da categoria. Certamente tais questões estavam sempre presentes, mas é óbvio que a disputa, tal como era travada – tal como em geral são travadas as disputas que não atentam contra os fundamentos do jogo³³⁰ - escondia interesses coletivos e individuais que iam bastante além dos ideais; por exemplo, o interesse de usar a estrutura da associação para impulsionar candidaturas em outros espaços, como a CPPB, reitorias, ou mesmo cargos de vereador ou deputado.

O momento que estamos analisando não é necessariamente o da construção de uma nova figura ou da manutenção da figura do presidente atual; ao contrário, embora os ataques fossem muitas vezes dirigidos diretamente à Fávares, todo o empenho parece estar em desconstruir os grupos adversários, em construir narrativas que “demonstrem” não o quanto esse grupo é bom, mas o quanto o outro é ruim. Embora com as especificidades próprias no caso que analisamos, Ansart já demonstrara que esses apelos exaltados são acontecimentos comuns da vida política – no sentido não de que podem ser encontrados a todo tempo, mas de que sempre existiram em diversos momentos da história -, e que precisam ser levados em conta para compreender de forma mais abrangente quando se a toma por objeto.

De fato, os discursos políticos tendem a ser, em sua essência, discursos de verdade³³¹ ou, ao menos, enunciados com uma posição de sinceridade pelo enunciador, de modo que possam suscitar a crença no público a que se destinam. E o uso de apelos emocionais é um

³²⁸ ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas...** p. 11.

³²⁹ ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas...** p. 127.

³³⁰ BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 90 propõe que o jogo político entre grupos que disputam o poder fica sempre dentro de certos limites que não atentem contra os fundamentos do próprio jogo, isto é, nesse caso, que não colocassem a associação e seus ritos em perigo.

³³¹ CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político.** São Paulo: Contexto, 2008. p. 59.

recurso valioso a acompanhar esses enunciados, contribuindo para evidenciá-los e mobilizar os corpos e mentes “... pela energia do verbo.”³³²

Certamente, a possibilidade de convencer a base da verdade de suas posições e afirmações depende de uma série de questões, que vão além apenas da habilidade dos oradores ou dos escritores de discursos políticos. Mas no caso em questão, a oposição – heterodoxia, nas palavras de Bourdieu – obrigava a situação, ortodoxia, “... à produção do discurso defensivo”³³³ não apenas ao nível político, como também na justiça comum. E, à medida em que os questionamentos aumentavam, o tom das respostas, e das perguntas, subia proporcionalmente.

Assim, a diretoria atual recusou-se a reconhecer o edital de convocação publicado no dia 23 de junho e, mais ainda, lançou uma nota no dia 26 afirmando que “... não será realizada a Assembleia Geral Extraordinária, marcada para as quinze (15) horas do dia 30 de junho corrente na sede social, através de convocação publicada no “Diário da Tarde”, em 25 do corrente, por meio de abaixo-assinado (sem assinaturas).”³³⁴ Mais ainda, no mesmo dia foi enviado um novo ofício ao secretário de segurança pública, general Mário Carneiro Portes, afirmando que:

Já em diversas outras ocasiões esta Associação levou ao conhecimento de V. Exa. fatos de gravidade que vêm se verificando há bastante tempo e que estão prejudicando a normalidade da atuação da mesma, entidade que é de utilidade pública estadual e com patrimônio valioso doado pelo Estado do Paraná, pondo em risco a sua própria sobrevivência ante *o clima de agitação, de desrespeito, de dissensões e ódios sorrteiramente semeado em seu seio.*(grifo nosso)³³⁵

Pode-se perceber que a decisão de pedir ações mais enérgicas dos órgãos de repressão é apresentada como uma posição da associação, e não do representante de um grupo político envolvido em disputa com aqueles que está denunciando. E os adversários são apresentados como inimigos da Associação e não do grupo ou do presidente. Embora não use explicitamente as palavras “comunista” ou “subversivo”, tão próprias ao jargão da época, a pecha de agitadores não deixa de ser aplicada. Mais adiante, no mesmo ofício, o presidente afirma que “a ação da

³³² ANSART, Pierre. A gestão das paixões políticas... p. 121

³³³ BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 90.

³³⁴ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 52.

³³⁵ Idem. p. 50.

Justiça, na qual esta Associação deposita sua confiança, é lenta e prudente, ao passo que a agitação não sente escrúpulos no seu esforço impaciente de conquista do poder.”³³⁶

A alusão aos agitadores que tentam sorrateiramente conquistar o poder, não poderia ser mais explícita da posição política que traz em seu bojo. A chamada Ideologia de Segurança Nacional e Desenvolvimento, analisada por Joseph Comblin, pressupunha justamente que o inimigo era invisível e sorrateiro, demandando das forças de segurança um estado de prontidão quase permanente. Os ‘alertas’ de Fávares sobre a oposição interna da A.P.P. soam quase como uma reprimenda à DOPS que, aparentemente, não estava vendo uma clara manifestação desse inimigo da civilização onde a diretoria de Fávares o percebia tão claramente. Afinal, o inimigo “mascara-se de padre *ou professor*, de aluno ou camponês, de vigilante defensor da democracia ou de intelectual...”.³³⁷

Essa acusação sub-reptícia de que a oposição interna era na verdade uma expressão do grande inimigo da ditadura, o comunismo e, conseqüentemente, afeita à ideologia soviética, pode ser entendida como parte da estratégia de desacreditá-la, tornando suas teses suspeitas “... insinuando que elas obedecem a interesses inconfessáveis, são simpáticas a uma potência estrangeira...”.³³⁸; nas palavras de Ansart, são parte de uma “máquina de fazer descrer” que é sempre mobilizada pelos lados em disputa.

Diante do grave perigo exposto, Fávares solicitava um dispositivo de segurança permanente na sede da A.P.P., a fim de resguardar o patrimônio, e “dispositivo de segurança relativo à pretensão de realização de assembleia irregular no próximo sábado a partir das 15 horas”³³⁹, isto é: o presidente pedia que o secretário de segurança pública usasse a força policial para dispersar a assembleia que a oposição pretendia realizar.

A oposição não insistiu em realizar a assembleia do dia 30 de junho; mas também não desistiu da ideia de depor a atual diretoria. No dia 29 de junho, circulava um novo comunicado à categoria, assinado pelo Conselho Consultivo e Fiscal, convocando para assembleia “... não mais para o dia 30 de junho de 1973, mas em definitivo... no dia 07 de julho próximo vindouro...”.³⁴⁰ Os membros do Conselho convocavam a reunião para o Salão Nobre da A.P.P. no edifício Asa, mas salientavam que a reunião ocorreria em outro local a ser determinado, caso não fosse possível utilizar a sede da entidade.

³³⁶ Idem.

³³⁷ FORTES, Breno Borges. Apud: COMBLIN, Joseph. **A Ideologia de Segurança Nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 55.

³³⁸ ANSART, Pierre. *A gestão das paixões políticas...* p. 185

³³⁹ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 52.

³⁴⁰ Idem. p. 55.

Novamente a diretoria laçou comunicado desautorizando o Conselho, dessa vez “em virtude de ação ordinária, proposta pelo Prof. Antonio Garcia e outros, perante o juízo de Direito da Quinta Vara Cível de Curitiba, sob o nº 7784...”³⁴¹ que colocava o órgão sob juízo e, na concepção do presidente, o desautorizava a convocar reuniões. E novamente, no dia 5 de julho, o presidente solicitou ajuda à Secretaria de Segurança Pública contra “... os poucos associados que vêm, há vários anos, tumultuando esta Associação, na ânsia incontida de conquista-la, com objetivos que tem todas as características de pouco recomendáveis...”³⁴²

Mas desta vez a oposição também recorreu aos órgãos de segurança, enviando um extenso documento onde explicava suas razões para a realização da assembleia convocada pelo Conselho Consultivo e Fiscal. No documento, assinado pelo professor Mario Gabriel Choinski, os opositores afirmavam que “no intuito de preservar a ordem e o respeito às normas institucionais, nos servimos do presente para solicitar à V. Excia. que se digne providenciar a presença de elementos desta corporação na Assembleia Geral Extraordinária...”³⁴³ Afirmavam desejar “... com essa nova solicitação, a harmonia no transcurso da Assembleia, mas também, a garantia de nossos direitos civis e estatutários, e para tanto, nos pomos sob a proteção dessa prestimosa corporação.”³⁴⁴ Importante salientar que o ofício de Fávares foi “enviado à DOPS, para providências”³⁴⁵, mas o da oposição foi enviado “... para conhecimento por ter sido ultrapassada a data fixada e só hoje [10 de julho] chegou ao Gabinete [do Secretário de Segurança Pública]”.³⁴⁶

Se foi realmente pela famosa lentidão da burocracia pública ou pela simpatia ideológica com um dos lados em contenda que o ofício da oposição não foi atendido, enquanto o da situação teve deferimento em tempo hábil, não podemos saber, apenas inferir com algum grau de razoabilidade. Para além dessa questão, salta aos olhos o quanto era difícil fazer oposição no período do milagre econômico, como já salientamos antes. A oposição precisava fazer o enfrentamento deixando claro para os órgãos de segurança “... as posições firmadas pelos participantes da referida assembleia, bem como o comportamento dos mesmos”³⁴⁷, isto é, tomando o cuidado de não parecerem agitadores, como a situação insistia em classifica-los.

³⁴¹ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 63

³⁴² Idem. p. 64.

³⁴³ Idem. p. 67.

³⁴⁴ Idem. p. 67.

³⁴⁵ Idem. p. 65.

³⁴⁶ Idem. p. 68.

³⁴⁷ Idem. p. 66.

No dia marcado, 07 de julho, vários professores compareceram na sede da A.P.P. Fávoro, no entanto, não compareceu e, como o presidente possuía as chaves do Salão Nobre, não foi possível realizar a assembleia no local. Segundo relatório elaborado pelo agente da DOPS Reinaldo R. H. dos Santos – presente por solicitação da situação, e não da oposição – a assembleia foi transferida para o salão nobre do Colégio Senhor Bom Jesus. Embora não exista uma ata confeccionada pelos participantes, existe um extenso relatório elaborado pelo citado agente sobre o que e como se deliberou na referida assembleia.

Apesar de o documento traduzir mais o olhar do repressor, é bastante útil para entender o momento, e suas anotações em geral condizem com atas posteriores elaboradas pela Oposição Liberal – quando na direção – que se referem à essa assembleia. Entre os presentes, o agente destacou os professores Olien Zétola, Ruben de Oliveira, Adir de Lima e Cleuza Prinz Salomão, todos integrantes da Oposição Liberal e que teriam – com exceção da professora Cleuza – notória participação em diretorias nos anos seguintes.

A mesa que dirigiu os trabalhos foi composta pelos professores Olien Zétola, Ayrton Gonçalves Celestino e Mário Gabriel Choinski, sendo Zétola o presidente. A assembleia parece ter começado com uma longa exposição de motivos pelo presidente na qual, obviamente, justificava o que, na visão da oposição, eram falhas da gestão Fávoro. O agente foi anotando o que lhe chamou mais a atenção e, num dado momento, Zétola teria alegado que “... o prof. FAUSTINO FÁVARO alegava que o Conselho Consultivo e Fiscal estava ‘sob judice’ mas para que isso ocorresse era necessário que provasse que os membros eram subversivos e fichados nos órgãos de segurança.”³⁴⁸ Ao que a professora Cleuza Prinz Salomão teria respondido ser impossível, uma vez que muitos estavam “lecionando Moral e Cívica”.³⁴⁹

Esse tipo de afirmação, bem como a sugestão de que os órgãos de segurança acompanhassem a reunião para ver como os opositoristas na verdade não eram subversivos, parece ser mais que apenas uma estratégia para driblar a repressão; embora certamente fosse isso também. Parece haver realmente o sentimento de que ser subversivo era uma espécie de desqualificação à qual os professores repugnavam; afinal, Zétola presidira o Congresso/Greve de 1968 e assinara manifestos repudiando a ligação do movimento dos professores com os estudantes – esses não pareciam ter problemas com o adjetivo –, e buscara o apoio de bispos católicos para intermediar as negociações na época. Então, embora fossem oposição e condenassem a gestão Fávoro pelo que consideravam como falhas graves na gestão da

³⁴⁸ Idem. p. 72

³⁴⁹ Idem.

associação – e obviamente porque desejavam dirigi-la em seu lugar –, não havia condenação de fato a alguns princípios que ainda pareciam comuns à grande parte do professorado.

Ao final, “ficou destituída a atual Diretoria face proposição aprovada pelo plenário por unanimidade. Foi nomeada uma nova diretoria ‘pro tempore’ até as eleições previstas para o período de 15 de agosto até 30 de outubro de 1973.”³⁵⁰ Era a segunda vez, em menos de um ano, que uma assembleia declarava destituída a diretoria presidida por Faustino Fávaro. A nova diretoria era composta por Izaias Ogliari – presidente, Omar Nasser – 1º vice-presidente, Waldir Dallagnol – 2º vice, Maria da Graça Ferreira – secretária, Lourdes Marçal de Andrade (que já havia composto uma chapa de oposição em 1963) – tesoureira e pelos ‘diretores sem pasta’ Maria Rita Sottomaior Bittencourt, Maria de Lourdes da Silva, Silvestre Malinoski, Cleusa Prinz Salomão e Arpalice Cheller. Segundo Ogliari “a A.P.P. não reconheceu, e tudo foi parar na Justiça; além de ações criminais de ambos os lados. O tempo passou, o Judiciário não decidiu de imediato.”³⁵¹

O agente ainda anotou a fala de Ruben de Oliveira, que colocou a sede da APLP em Curitiba à disposição da nova diretoria, já que previa não ser fácil arrancar o poder das mãos de Fávaro. Esse fato é interessante por que mostra uma certa interligação das duas associações, e o trânsito de lideranças entre uma e outra. A APLP, que fora deixada de fora da reorganização geográfica liderada por Fávaro, agora tinha papel decisivo na oposição interna da A.P.P.

3.3 1973: VITÓRIA DA OPOSIÇÃO LIBERAL

Esse ano de 1973 teria também a eleição interna da associação. E, como já apontara Rioux, a convivência com os arquivos desafia o historiador a encontrar com um real bem mais complexo que todos os modelos – o que não significa uma postura rasa de que os modelos são inúteis.

Ocorre que temos chamado a atenção para a questão de gênero, especialmente no tocante à presidência da entidade e como ela era sempre ocupada por homens; inclusive, pode-se perceber que na oposição a situação não era melhor, uma vez que a mesma sempre indicava homens para a presidência e para os cargos mais relevantes. E nomeamos, justificadamente, o grupo que comandou a A.P.P. entre 1947 e 1973 como “conservador”.

³⁵⁰ Idem. p. 73.

³⁵¹ OGLIARI, Izaias. Op. Cit. p. 12.

A disputa pela vaga de presidente na chapa do grupo Conservador nessas eleições acrescenta complexidade ao que temos mostrado até então.

No dia 26 de julho, pouco depois, portanto, da ‘destituição’ da diretoria atual, houve reunião da mesma. Uma das principais pautas da reunião era a escolha do presidente da chapa “oficial” para as próximas eleições internas. O professor Flávio Horizonte da Costa, ex vereador pelo MDB e pela ARENA e membro destacado do grupo conservador desde o início da associação, anunciou que viria à reunião defender sua candidatura. Chegando um pouco atrasado – segundo a ata – ele “... expôs os motivos de sua candidatura, que a seu ver era por direito e merecimento, pois já havia por 2 vezes composto chapas da Diretoria, e que esperava ser agora o candidato nato a presidente.”³⁵²

A professora Leonídia Staut também se colocara previamente como candidata, e agora o grupo precisava decidir entre os dois. Essa disputa, por si só, já é grandemente surpreendente, pois era a primeira vez que uma mulher se colocava como pré-candidata a presidente da entidade em um grupo com chances de vencer – embora esporadicamente, como mostramos anteriormente, a professora Elvira Meireles tenha exercido a presidência por alguns dias. Mais ainda, pelo fato de que isso aconteceu dentro de um grupo extremamente conservador.

Leonídia Staut, ao fazer a defesa de seu nome, entregou à Fávares um documento para que lesse aos presentes. No documento, transcrito na ata, lê-se:

Curitiba. 03 de Agosto de 1973 – Sr. Presidente: Vimos por intermédio deste solicitar de V.S. a gentileza de transmitir aos membros dessa Diretoria as razões de minha decisão de interesse na candidatura à Presidência dessa Entidade. 1º) Necessidade de união através do estudo dos problemas pedagógicos e defesa das aspirações da classe; 2º) Abandonar a luta de interesses de grupos e partir para uma plataforma iniciada nesta gestão, de atendimento aos anseios de aperfeiçoamento científico-pedagógico; 3º) Incentivo do professorado que espera ter alguém que esteja a par de todos os problemas que aparecem na S.E.C. e possibilidade de maior entrosamento; 4º) Solicitação de atendimento aos municípios da 1ª Região com uma interligação maior com a Capital; 5º) Sentir condições de resolver problemas pelo hábito de trabalho constante na atual diretoria; 6º) Incentivo por uma mulher na Entidade onde a maioria de associados é feminina; 7º) Apoio de pessoas influentes dentro da classe que incentivaram-me e comprometeram-se a ajudar-me; 8º) Não tenho nada que desabone minha atuação em qualquer campo; 9º) Interesse efetivo e leal para com os problemas da classe; 10º) Mudança total de interesses e objetivos concorrendo para unificação, proporcionando ao professor maior segurança na dinamização da aplicação da Reforma. Esperando merecer atenção de V.S. quanto à referida solicitação, subscrevemos mui atenciosamente. Leonídia Staut, Vice-Presidente – Relações Públicas. – Ilmo Sr. Faustino Fávares – D.D. Presidente da Associação dos Professores do Paraná. Nesta.³⁵³

³⁵² APP-SINDICATO. *Atas de Diretoria – 1973 a 1976 – Faustino Fávares. A.P.P.* Caixa 13. p. 5.

³⁵³ Idem. p. 6.

Chama a atenção a pobreza de argumentos do advogado e ex vereador Flávio Horizonte da Costa. Ao menos em comparação com o que Staut apresentou. Pode-se pensar que o inusitado de uma mulher presidente era tão grande, que o mesmo não acreditava em poder perder a indicação. Seja como for, o fato de ser mulher, pode-se perceber, foi mobilizado por ela como uma vantagem em uma entidade “onde a maioria de associados é feminina.” Segundo a ata “havendo este impasse de dois candidatos com razões a pesar... fêz-se uma votação entre os membros da Diretoria, sendo escolhida por maioria de votos, a professora Leonídia Staut.”³⁵⁴

Na reunião seguinte os outros membros da chapa foram apresentados, tendo nomes como Dyonil Rubens Carneiro Bond e o próprio Flávio Horizonte da Costa, integrantes de outras diretorias do grupo conservador. Pode-se perceber que a montagem da chapa situacionista foi organizada com os quadros mais experientes do grupo. A ampla maioria dos seus membros já compusera outras gestões. Essa preocupação pode indicar o quanto se estava levando a sério o risco representado pela oposição.

O nome da chapa era “Nossa Chapa” e seu slogan “aperfeiçoamento técnico-pedagógico decorrência de dinâmica e união.” Contra essa chapa inscreveu-se o grupo presidido pelo professor Eduardo Tavares Pereira, cuja chapa chamava-se “Ação Renovadora”.

Pode-se perceber que, embora tenha havido uma disputa interna, não houve racha no grupo conservador, sendo o professor Flávio Horizonte da Costa chamado a compor a chapa de Staut. Se em outras condições essa disputa teria originado duas chapas, não podemos saber – a História não é a ciência do que *poderia* ter acontecido – mas, provavelmente, a existência de uma oposição poderosa e organizada teve papel importante nessa junção entre Staut e Costa. Lembra a análise de Marx sobre a revolução de 1848, citada por Ansart, quando, segundo este último “face à insurreição das classes populares, os partidos da ordem foram atravessados por violentos sentimentos de medo, mas, simultaneamente, esse medo comum calou suas querelas internas e permitiu que eles se unissem contra as classes populares em revolta.”³⁵⁵

Dessa eleição também não existe grande quantidade de material arquivado. Mas os panfletos das chapas são mais organizados do que aqueles recolhidos pela DOPS na eleição de 1969. Também dessa vez a delegacia preocupou-se em arquivar os materiais de campanha, o que nos permite comparar as chapas do ponto de vista de suas proposições. Abaixo, colocamos imagens dos panfletos de cada um dos grupos. Como as imagens foram tomadas ao material

³⁵⁴ Idem.

³⁵⁵ ANSART, Pierre. *A gestão das paixões políticas*. p. 24

em .pdf do DEAP, o corte nas bordas, igual ao da digitalização, e a qualidade da imagem, não são os melhores:

IMAGEM 1: Panfleto de campanha da chapa situacionista.

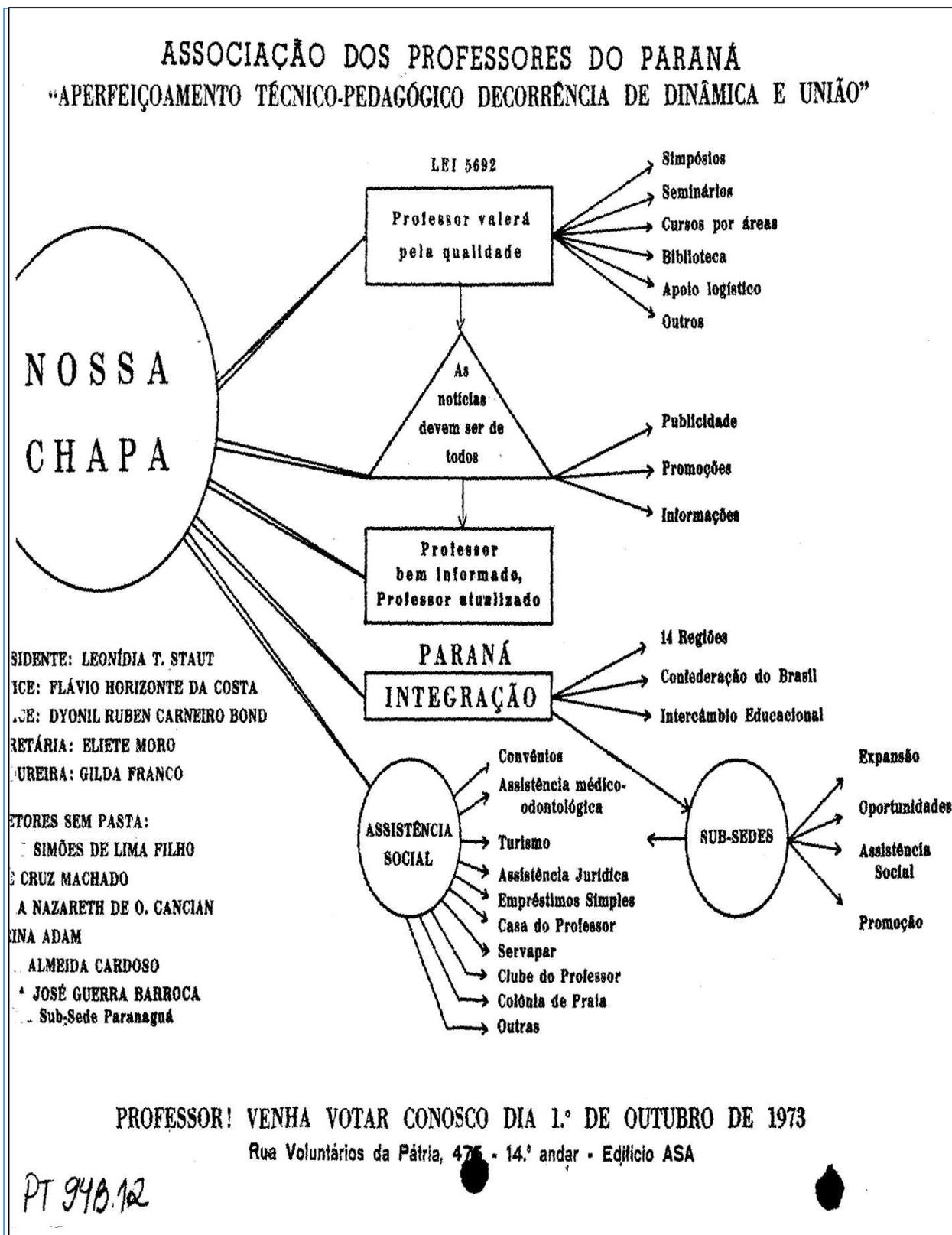
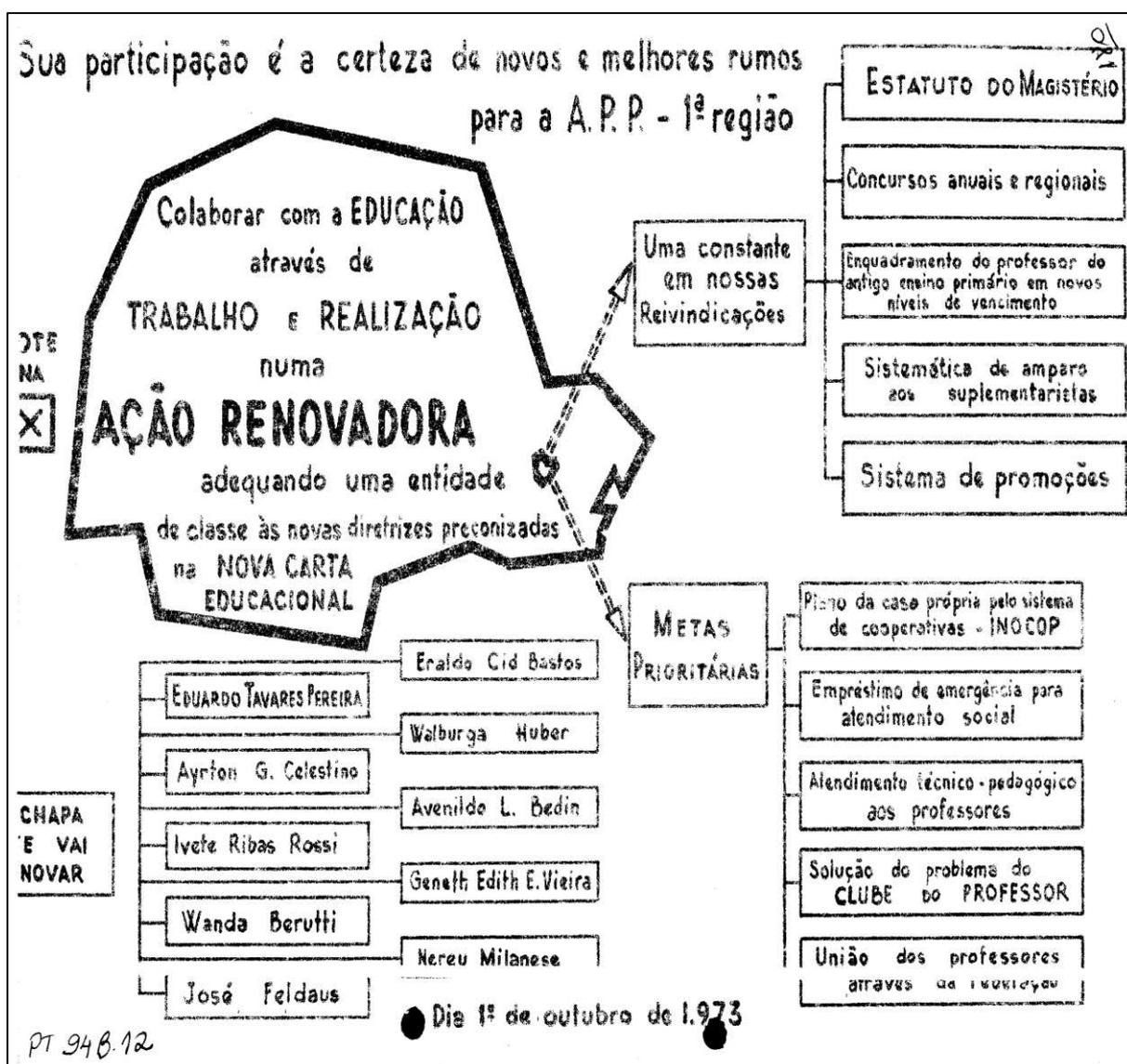


IMAGEM 2: Panfleto de campanha da chapa oposicionista.



Fonte: DEAP/DOPS. PASTA APP. p. 250

Os grupos preocuparam-se em explicitar sucintamente suas propostas e não apenas os nomes dos integrantes. É perceptível que o grupo da oposição tinha propostas de caráter mais reivindicativo, como o Estatuto do Magistério – que ficaram em segundo plano frente aos conflitos políticos internos na última gestão –, as “promoções”, “concursos” e “enquadramento de suplementaristas”³⁵⁶; enquanto a campanha da situação era mais pautada na integração da

³⁵⁶ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: Associação dos Professores do Paraná. PT 94b.12. p. 250.

categoria, sua profissionalização e a aposta em um caráter assistencialista expresso em propostas como “convênios”, “turismo”, “assistência jurídica”, “empréstimos simples” e “colônias de praia”.³⁵⁷

Pode-se perceber que são duas formas bastante diferentes de enxergar as finalidades da associação. Por um lado, é claramente perceptível que os ‘serviços’ colocados como prioridade pela chapa da situação nunca funcionaram adequadamente na entidade. Podem ter existido casos de sucesso em outras associações docentes, mas na A.P.P. sempre foram motivos de preocupação, entre outras coisas, pelos custos envolvidos – como no caso do salão de beleza, sempre deficitário –, e pela pouca fiscalização de como eram aplicados. Essa mentalidade é ainda atrelada ao associativismo docente, tal como praticado até então. Segundo Vicentini e Lugli:

Em linhas gerais, esse modelo caracterizava-se pelo objetivo de melhorar as condições de vida e trabalho dos professores mediante a sua arregimentação em torno de associações profissionais que, além de encaminharem propostas para solucionar os problemas que afetavam a categoria, também tomavam para si essa incumbência, mediante a constituição de uma rede de serviços aos associados para amenizar as suas dificuldades cotidianas.³⁵⁸

Outra característica própria desse associativismo, mas que não desapareceu de fato até hoje, era o apelo à união da categoria, como previsto no slogan de campanha da situação. A união não era colocada apenas como uma necessidade óbvia de qualquer grupo que queira ter sucesso em suas ações – Hannah Arendt entende que o poder é a capacidade humana para agir em concerto³⁵⁹ - mas também “... para atribuir às suas divisões internas o fracasso das tentativas de articulação de caráter mais geral.”³⁶⁰ Ou seja, atribuía-se à chapa da situação o mérito de tentar unir, e os fracassos ficavam na conta daqueles que promoviam a desunião/oposição. A máxima de que “a união faz a força” era também um slogan característico das associações da época, segundo Vicentini e Lugli.

A disputa se daria, então, entre um grupo com mentalidade ainda ligada à tradição do movimento docente até então, e outro que, embora não discordasse de todas as características do conservadorismo situacionista, liderara um movimento - em 1968 – onde se pudera experimentar com algum sucesso a possibilidade de pressionar mais o poder público e arrancar

³⁵⁷ Idem. p. 251.

³⁵⁸ VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. Op. Cit. p. 105.

³⁵⁹ ARENDT, Hannah. Sobre a violência... p. 60.

³⁶⁰ VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. Op. Cit. p. 108.

dele – e não dos recursos da associação –, os benefícios que a categoria precisava. Com o Estatuto do Magistério, enquadramentos, promoções e concursos, por exemplo, os docentes teriam menor necessidade de que a associação oferecesse serviços para ‘amenizar as suas dificuldades cotidianas’.

Ainda no período eleitoral foi tomada uma decisão que causou grande revolta entre os membros da Oposição Liberal no futuro imediato. Em reunião da diretoria no dia 25 de setembro, portanto a menos de uma semana do dia de votação, a direção, presidida por Fávoro, decidiu passar para o CRPP (Conselho de Representantes dos Professores do Paraná) um dos códigos de desconto em folha de mensalidades dos sócios da A.P.P. A entidade possuía dois códigos de desconto, o 226 para os professores da capital (agora A.P.P. 1ª Região), e o 227, para os professores do interior. Segundo a ata “... tendo em vista a comodidade operacional, excluindo a A.P.P.-1ª Região de qualquer responsabilidade e trabalho no controle de suas irmãs do interior, resolveu a Diretoria transferir para o Conselho de Representantes o Código 227.”³⁶¹

As eleições foram bastante disputadas a julgar pelo resultado final. No dia 3 de outubro de 1973 – a eleição ocorreu em 1º de outubro – o jornal “O Estado do Paraná” publicou uma nota referindo-se ao pleito e informando que, por uma diferença de 74 votos, a chapa liderada por Eduardo Tavares Pereira vencera as eleições.³⁶² Foram 1222 votos para a chapa oposicionista Ação Renovadora, e 1148 para a Nossa Chapa.

Segundo a Memória Histórica elaborada por Izaias Ogliari – nunca demais lembrar, a principal liderança da Oposição Liberal – essa atitude de passar o código 227 para o CRPP fora uma espécie de vingança. Segundo ele “o ex presidente, após perder as eleições, propôs ao governo, por ofício, protocolado na Casa Civil em 17.10.73, a passagem do código 227 da APP-1ª região, ao CRPP.”³⁶³ Também no livro de Amâncio dos Anjos - integrante do grupo de esquerda que tomou a A.P.P. nos anos 1990 em oposição ao grupo de Ogliari -, a operação aparece com esses contornos. Segundo ele “pelo fato de não ter logrado êxito na última eleição da APP, o ex-Presidente... tendo fácil acesso junto ao Governo...” propôs em ofício a mudança do desconto e a oposição vencedora “... percebendo a trampolinagem, recorreu judicialmente...”³⁶⁴

³⁶¹ APP-SINDICATO. *Atas de Diretoria – 1973 a 1976 – Faustino Fávoro. A.P.P.* Caixa 13. p. 9

³⁶² O ESTADO DO PARANÁ. Pereira é o novo dirigente. IN: DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: *Associação dos Professores do Paraná*. PT 94b.12. p. 306.

³⁶³ OGLIARI, Izaias. Op. Cit. p. 13.

³⁶⁴ DOS ANJOS, Amâncio Luiz Saldanha. Op. Cit. p. 56.

A decisão de mudar o desconto, conforme registrado em ata, foi tomada antes do resultado das eleições; e sua operacionalização prática foi realizada depois. Embora o período em que aconteceu, e o fato de não passar uma decisão tão importante pelo crivo da base, deixem sérias dúvidas sobre a nobreza do gesto. A indignação dos opositores se dava, entre outras coisas, porque já haviam claramente se colocado contrários à própria criação do CRPP (um dos motivos que parece ter aglutinado essa oposição) e, ao mesmo tempo, assumiriam a associação com uma substancial queda na arrecadação.

De qualquer forma, o resultado dessa eleição não deixa de ser absolutamente surpreendente se o analisamos apenas pelas questões internas da entidade. Afinal, o grupo conservador perdera o poder, após 26 anos de domínio ininterrupto. Por outro lado, em termos da espera pela aprovação do Estatuto do Magistério, de uma perspectiva puramente racional, era mais conveniente, como fora em 1969 e 1971, apostar no grupo que era mais próximo do governo e que tinha mais condições de interlocução. A preferência de uma parcela maior da base – não de toda ela, como o resultado da eleição demonstra – pelas propostas da oposição, não pode ser explicada, portanto, retendo “... da realidade política apenas aquilo que pode ser objeto de uma tradução racionalizante.”³⁶⁵

Existem certamente elementos da conjuntura política e econômica que ajudam a entender melhor esse acontecimento “extraordinário”. E também elementos que demonstram “a manifestação das relações entre os afetos e as ações”³⁶⁶, isto é, que mostram essa ação da maior parte da base como resultado também de questões afetivas. Parte dessas questões estão claramente ligadas ao discurso da oposição, que passou a acusar reiteradamente a situação de cometer ilícitudes na entidade.

A mobilização dos afetos se dava mostrando o ‘mal’ que o grupo conservador fazia ao diminuir a arrecadação da entidade, a acusação de que este não apresentava Planos de Ação – lançando suspeitas sobre a lisura de sua condução financeira -, e, talvez principalmente, a diminuição da jurisdição e do poder político da instituição, ao aceitar entregar as regionais para outras associações e criar uma entidade acima da própria A.P.P. Segundo a Tribuna do Paraná, “a adulteração dos estatutos foi a principal causa que determinou a realização da Assembleia Geral Extraordinária ...”³⁶⁷ que resultou na tentativa de destituição da diretoria de Fávaro em 1973.

³⁶⁵ ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas...** p. 7

³⁶⁶ ANSART, Pierre. **Em defesa de uma ciência social das paixões políticas...** p. 156.

³⁶⁷ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 300. Como se pode perceber, os jornais da época também acompanham os desdobramentos da disputa interna.

Por outro lado, a partir de 1971 os governadores do estado passaram a ser eleitos indiretamente pela Assembleia Legislativa – na prática, indicados pelos beneficiários do regime –, e embora claramente o grupo Conservador fosse mais próximo ideologicamente – como prova a facilidade com que Fávoro conseguiu alterar o desconto do código 227 –, cobrá-los ou pressioná-los era menos simples do que fora em 1968: um governo que não depende da população para se eleger, sente menos obrigação em atender potenciais eleitores. E a proximidade com o Estado, que fora um trunfo importante para esse grupo até então, significava bem menos do que antes, uma vez que quando se tratava das pautas da categoria, especialmente do Estatuto do Magistério, ela claramente não se refletira em concessões. Nesse sentido, se um grupo com ideias um pouco diferentes – nunca é demais lembrar que a oposição liberal não tinha propostas de criticar o governo ou fazer greves – chegasse ao poder, já não havia o temor de que se perdesse a proximidade com o governo, uma vez que esta proximidade claramente não trouxera avanços nas pautas.

1973, também, é o ano em que o ‘milagre’ econômico chegou ao fim. E a crença de boa parte da população no governo ditatorial sofreu sérios impactos. Como aponta Moreira Alves “... em 1973, entretanto, os setores médios começavam a inquietar-se com os primeiros indícios de sérios problemas econômicos”³⁶⁸; o petróleo teve seu preço elevado de três dólares o barril, em janeiro de 1973, para mais de 12 em janeiro do ano seguinte e o Brasil, como grande importador, teve sérios problemas econômicos.

Consequentemente “... as taxas de inflação aumentavam mais rapidamente do que admitia o governo”,³⁶⁹ e aquilo que as pessoas sentem em seus bolsos e salários costuma falar mais alto que as estatísticas. Ademais, essa pressão inflacionária criava mais pressão na aprovação do Estatuto do Magistério e de melhores níveis de carreira, pauta praticamente abandonada nesta última gestão de Fávoro (em parte, claro, devido à necessidade, absolutamente nova, de responder aos desafios de uma oposição bem organizada). Mais ainda, como apontamos, a própria campanha da chapa situacionista nem sequer mencionava o Estatuto, carreira, ou a palavra ‘reivindicação’.

É preciso recordar também o tremendo impacto da “anticampanha” do MDB à presidência da República, cuja eleição indireta ocorreria em janeiro de 1974. Em setembro de 1973, Ulisses Guimarães pronunciou o célebre discurso de lançamento da anticandidatura à presidente e “a imprensa tornou públicas as ideias dos anticandidatos a ponto de aumentar em

³⁶⁸ MOREIRA ALVES, Maria Helena. Op. Cit. p. 177.

³⁶⁹ Idem.

3.500% seu espaço dedicado à oposição”³⁷⁰; obviamente, o fato de o vice presidente de Ulisses ser o presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, possuía um peso nesse fato. Anticampanha porque, embora formalmente fosse permitido à oposição lançar candidatos para disputar os votos do Colégio Eleitoral – o Congresso e delegados das assembleias estaduais –, era amplamente sabido que o candidato oposicionista não tinha a menor chance de se eleger de fato.

Mas vencer não era necessariamente o objetivo do MDB nessa ocasião - segundo o slogan oficial que retratava antiga frase de navegadores romanos “navegar é preciso: viver não é preciso” - e o impacto sobre a opinião pública, essa sim a meta, foi extremamente significativo. Podemos dizer que o partido de oposição criticava mordazmente o governo, e a oposição interna da A.P.P. criticava o grupo que era próximo ao governo. O impacto dessa campanha persistente não pode ser desconsiderado. A oposição interna venceu em 1973, e o MDB foi vitorioso nas eleições legislativas de 1974.

A eleição da A.P.P. foi em outubro, mês em que o “choque do petróleo” bateu com força no país, e certamente o descontentamento com o governo se refletiu no pleito, atingindo o grupo que possuía clara proximidade com o mesmo. Assim, a título de elencar alguns fatores que ajudam a entender essa – apesar de tudo, surpreendente – vitória da Oposição Liberal, podemos apontar a conjuntura econômica, a inflação, a conjuntura política, os fatores internos; esses últimos estimulados por uma oposição agora organizada e que, em seus discursos, apontava os conservadores como um mal a ser combatido, como praticante de atos ilegítimos e atentatórios ao patrimônio da entidade e que, lembremos, já havia ocupado legitimamente o Conselho Consultivo e Fiscal.

A posse da nova diretoria ocorreu em 15 de outubro de 1973 e, mesmo faltando menos de três meses para o final do ano letivo, realizou-se uma assembleia, desdobrada em quatro sessões, e mais quatro reuniões de direção nesse curto período.

Era a primeira vez que ocorria uma transição onde o novo grupo dirigente não possuía vinculação com o anterior, e a partir da segunda reunião pode-se observar um processo de defenestração em relação aos funcionários da entidade, algumas voluntárias e outras impostas. Ainda na última reunião do grupo conservador como direção, alguns funcionários já haviam pedido demissão e, em seguida, outros fizeram o mesmo, caso da bibliotecária, por exemplo.³⁷¹

Ainda em novembro de 1973, no dia 10, foi convocada uma assembleia geral que acabou se desdobrando em quatro sessões. A pauta era extremamente significativa: “1) Leitura da ata

³⁷⁰ Idem. p. 180

³⁷¹ APP-SINDICATO. **Atas de diretoria – 1973 a 1976. Presidente – Faustino Fávaro. A.p.p.** Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 13. p. 12.

da assembleia anterior; 2) Apreciação, reforma e votação dos Estatutos da Associação dos Professores do Paraná; 3) Assuntos Gerais.”³⁷²

A assembleia anterior fora em maio de 1973, e foi encerrada devido ao tumulto, sem que a prestação de contas de 1972 fosse votada pela categoria. A oposição não concordava com a forma como os fatos estavam descritos na ata. E mesmo a ata que aprovara o novo estatuto foi objeto de considerações, sendo aprovada uma sugestão de Romeu Gomes de Miranda para que “a Ata da Assembleia Geral Extraordinária do dia 23-9-72 por não ter sido discutida, nem aprovada em assembleia anterior a esta, seja rejeitada nos termos em que foi redigida... e que após a sua rejeição, os fatos aduzidos nesta assembleia sejam todos fielmente registrados.”³⁷³ Por suposto, ‘fielmente registrados’ significava descritos da forma como o grupo liberal entendia que eles haviam se passado.

Em relação aos estatutos, basicamente, a ideia era substituir o que fora criado em 1972 - para se adequar à reorganização geográfica - e criar um novo. Como já referimos anteriormente, sempre que um grupo diferente chegou ao poder, uma das primeiras providências tomadas foi a de reforma estatutária, propondo documentos afinados com a visão de mundo dos novos dirigentes.

Os membros do antigo grupo dirigente compareceram à assembleia, e já na abertura dos trabalhos o professor Nicolau Barros reclamou que o livro de presenças não estava disponível, e exigiu que a decisão de manter ou não a assembleia coubesse ao plenário “o presidente acatou prontamente a proposição.”³⁷⁴ Ora, o grupo que organiza as assembleias geralmente leva mais pessoas ao plenário, e este derrotou a proposta dos conservadores com a quase totalidade dos votos. Essa disputa em plenário não deixa dúvidas quanto à força organizativa dos novos dirigentes, pois organizar assembleias com plenário favorável é receita básica para conduzir a entidade de acordo com suas pautas e projetos já que, muitas vezes, as assembleias funcionam como forma de legitimar decisões tomadas anteriormente.

Outra questão relevante que foi levantada foi o contrato da A.P.P. com uma prestadora de serviços chamada Servapar. Basicamente, essa empresa organizava os eventos e reuniões da entidade em termos de hospedagem, alimentação e outros serviços necessários. O pagamento da mesma consumia em torno de 40% da arrecadação da entidade, e o grupo Liberal – passaremos a chama-lo assim já que de 1973 em diante não faz mais sentido a alcunha de ‘oposição’ - era amplamente contrário à manutenção do contrato. Na assembleia, não faltaram

³⁷² Idem. p. 7.

³⁷³ APP-SINDICATO. **Assembleias da A.P.P. de 1973 a 1975**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 19. p. 7.

³⁷⁴ Idem. p. 7.

acusações, as vezes veladas e as vezes diretas, à forma como a gestão do grupo conservador lidara com o assunto, indicando sempre suspeita de improbidade administrativa.

Ainda no início do mandato liberal foi apresentado já o novo estatuto. E, entre outras coisas, ele determinava que:

A associação dos Professores do Paraná tem sede própria na cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, à rua Voluntários da Pátria nº 476, Edifício Asa, 14º andar... com jurisdição em todo o Estado e manterá Secções Regionais nas cidades de Ponta Grossa, Londrina, Foz do Iguaçu, Cambará, Paranavaí, Maringá, Mandaguari, Guarapuava, Cascavel, Pato Branco, Umuarama, Campo Mourão e União da Vitória.³⁷⁵

Isso significava que o novo grupo dirigente requeria a volta da jurisdição da entidade sobre todo o estado, como tivera antes da reorganização proposta na gestão Fávoro; e que as outras associações que compunham o CRPP passavam a ser sedes dessa entidade, cuja sede ficava em Curitiba. Esse fato gerou descontentamento entre os presidentes das outras cidades, e tensão que perpassou grande parte dessa primeira gestão liberal.

3.4 1974 A 1976: CONSOLIDAÇÃO DOS NOVOS DIRIGENTES.

Aprovado o novo estatuto em assembleia, cabia registrá-lo em cartório para que então passasse a reger a associação. Por motivos que não ficam claros na documentação – possivelmente a pressão e influência do grupo Conservador e das associações do interior –, o cartório recusou-se a registrar o estatuto. A direção ingressou com ação na justiça e ganhou o direito ao registro. Essa vitória jurídica, entretanto, ainda enfrentaria longa resistência no plano político.

Na assembleia de prestação de contas Fávoro estava presente, e apresentou o relatório do período de janeiro a outubro do ano anterior, que foi reprovado. O Plenário aprovou as contas do grupo liberal e reprovou as do grupo conservador por ampla maioria. Era uma questão política, e não meramente fiscal, e a nova situação continuava mostrando capacidade de mobilização bastante superior.

³⁷⁵ APP-SINDICATO. *Assembleias da A.P.P. de 1973 a 1975*. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 19. p. 22.

Certamente a identificação dos conservadores com o governo tinha sua parcela na explicação do fenômeno. 1974 era o primeiro ano pós-milagre, e a inflação estava crescendo rapidamente sob os efeitos da crise do petróleo – saltaria, oficialmente, de 15,54% em 1973 para 34,55% no ano seguinte³⁷⁶ -, e a manipulação dos números foi depois admitida por governos posteriores; ao passo que os salários não aumentavam e, no caso particular dos professores paranaenses, as gestões em torno do Estatuto não apresentavam sinais de evolução com o novo escolhido do regime a governar o Paraná, Emílio Hoffman Gomes.

O general Ernesto Geisel assumira a presidência recentemente, prometendo uma política de distensão que pudesse culminar, algum dia, na volta à normalidade democrática. A oposição armada havia sido eliminada e o poder paralelo da repressão havia crescido a tal ponto que, muitas vezes, militares de nível hierárquico inferior possuíam tanto ou mais poder que seus superiores. Os dados da economia só pioravam. Estar próximo do governo rapidamente ia se tornando em fator que diminuía o prestígio, ao contrário do que ocorrera até a eleição interna de 1971.

É possível perceber que as falas dos professores nas assembleias iam assumindo um tom de reprovação ao governo. A princípio, todas as críticas se dirigiam ao âmbito estadual - “o professor Vitório disse que a lei 5692 veio para melhorar o ensino do Brasil, mas que infelizmente no Paraná, por falta de condições materiais nas escolas, ela está se transformando em preenchimento de fichinhas”³⁷⁷ -, mas nos anos seguintes, cada vez mais, ao regime ditatorial como um todo. Nas primeiras assembleias são os dirigentes da A.P.P e da APLP – cada vez mais as duas entidades realizavam suas assembleias em conjunto – que tomavam a palavra e teciam críticas. Alguns deles mais radicalizados, outros mais contidos. Com o passar do tempo, mais e mais pessoas da base se pronunciavam e, muitas vezes, de forma mais contundente que os dirigentes.

No dia 30 de março foi aprovado o envio de um memorial ao governo, onde constassem as tentativas já feitas e a falta de diálogo do mesmo com a categoria. A DOPS apreendeu uma cópia do mesmo. Embora com tom respeitoso – e mantendo o cabeçalho herdado da gestão anterior: “a Associação numerosa e forte, será a classe prestigiosa e acatada, o *Governo tranquilo e confiante na nossa cooperação, a Pátria engrandecida pelos nossos esforços conjugados* para um fim comum”³⁷⁸ – é clara a cobrança sobre o Executivo. Em dado momento,

³⁷⁶ De acordo com dados dos IPEA DATA. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> Acesso em 05/05/2020

³⁷⁷ APP-SINDICATO. *Assembleias da A.P.P. de 1973 a 1975*. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 19. p 44

³⁷⁸ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 87.

o texto aponta que o Estatuto, aprovado por ocasião da greve de 1968, era um “conjunto de ordem disciplinar, estabelecendo obrigações e deveres, um misto de código punitivo e disciplinador”.³⁷⁹

Esse tipo de crítica raramente foi realizado nas gestões anteriores. E, se o momento do Estado ditatorial já não era o que fora na época do ‘milagre’, ainda era a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento que o guiava. Nessa ótica, nem mesmo o espírito de distensão poderia desculpar tão grave ‘ofensa’ às autoridades constituídas, e a reação do governo estadual – em esforço conjugado da secretaria de educação, da DOPS e outros órgãos de segurança -, foi bastante em acordo com o espírito da DSN.

Como já apontamos, o grupo liberal vinha sendo monitorado desde o congresso/greve de 1968. A SEC enviou ofício à Secretaria de Segurança Pública – cujo titular era um general do Exército, Mário Carneiro Portes – afirmando que:

a) A Associação dos Professores do Paraná... sob o pretexto de pleitear atendimento de reivindicações da classe, principalmente o envio à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná do Estatuto do Magistério, está acobertando *conhecidos agitadores públicos* e trazendo um *clima de intranquilidade* entre os professores do Estado; b) tem a Associação efetivado várias *reuniões clandestinas* com Diretores, Professores e outros elementos, onde planos são traçados e esquemas são montados com o objetivo último de nos próximos dias, paralisarem as aulas em Curitiba para forçar o Governo Estadual a atender suas reivindicações; c) foi marcada para o próximo sábado, dia 4, uma reunião que contaria com grande número de Diretores e professores e na qual seria acertado um plano de paralização das aulas para os próximos dias de maio. (grifos nossos)³⁸⁰

A SEC enviou o ofício mencionado – nº12/74 – no dia 29 de abril, mas já no dia 24 havia enviado para todos os diretores, dos estabelecimentos de 1º e 2º graus um outro, confidencial, onde se lê “pelo presente e cumprindo superior determinação, passo às mãos de Vossa Senhoria alguns dispositivos legais que dizem respeito ao funcionamento desse estabelecimento de ensino, ao tempo em que solicito a sua melhor atenção para o que neles se contém.”³⁸¹

O ‘ofício’, assinado pelo diretor geral da SEC, Ernesto Knauer, era uma transcrição do Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969 e das penalidades aplicáveis aos diretores. Ao

³⁷⁹ Idem. p. 91

³⁸⁰ Idem. p. 75

³⁸¹ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 76.

final, e sublinhado, lê-se “... ficam terminantemente proibidas reuniões no estabelecimento de ensino sob sua direção, para tratar de assuntos estranhos à administração de ensino, bem como a permanência no recinto escolar de elementos que conturbem ou possam conturbar... a ordem pública.”³⁸²

Apesar do ofício, uma reunião foi realizada e temos o relatório do agente da DOPS que a acompanhou e, inclusive, inseriu-se na discussão dos professores para defender o governo. Segundo o relatório, compareceram apenas 22 pessoas, fato imputado pelo professor Leomar a que “... certamente muitos haviam recebido o ofício CONFIDENCIAL e se retraído”³⁸³; e o agente, verificando que o mesmo era do colégio Pedro Macedo, chegou à elementar conclusão de que o diretor desse estabelecimento havia dado publicidade ao ofício ‘confidencial’.

Certamente que não apenas o ofício ameaçador enviado pela SEC, mas também a presença de um agente da DOPS, inibia os presentes em suas opiniões. Mesmo assim, pode-se perceber que são lançadas críticas e as pessoas que as fazem tem ciência de que terão seus nomes anotados, junto com as palavras. Entendemos que a insatisfação da base estava crescendo e que, com o passar do tempo, diminuía o medo da repressão em face de suas falas. Elas demonstram um grau crescente de decepção por parte dos professores.

A autoridade do governo estadual sobre os diretores – estabelecida porque eram cargos indicados, portanto, de confiança e ao mesmo tempo facilmente substituíveis - e os professores, era claramente posta em questão quando estes participavam, ou permitiam participação, em atos que pretendiam forçar o governo a ceder em algo. As ameaças contidas no ofício, e a presença intimidadora dos agentes da ordem, parecem indicar um passo na direção da violência, ainda que apenas verbal a princípio, da parte de quem sentia diminuir seu poder e autoridade sobre a categoria. Para Arendt “politicamente, o ponto é o de que com a perda do poder, torna-se uma tentação substituí-lo pela violência...”.³⁸⁴ Nesse caso, não ainda violência física mas, como apontamos, intimidação com palavras ‘confidenciais’ e presença física de pessoas que todos sabiam trabalhar para órgãos de informação e repressão.

Segundo Arendt, autoridade, poder e violência não são a mesma coisa; mesmo se muitas vezes encontramos uma combinação de violência e poder.³⁸⁵ Os governantes possuíam uma autoridade decorrente dos cargos que ocupavam, mas o reconhecimento dessa autoridade por aqueles sobre os quais ela se exercia estava diminuindo sensivelmente, como provaria a eleição

³⁸² Idem. p. 77

³⁸³ Idem. p. 80.

³⁸⁴ ARENDT, Hannah. **Sobre a violência...** p. 72

³⁸⁵ Idem. p. 63.

legislativa de 1974. A tentação de usar mais os meios de violência e intimidação à sua disposição, decorria da necessidade de lembrar aos professores, e diretores, que o poder dessa autoridade tinha condições de se manifestar de forma violenta. Porém, quando “... os comandos não são mais obedecidos, os meios de violência são inúteis e a questão dessa obediência não é decidida pela relação de mando e obediência, mas pela opinião e, por certo, pelo número daqueles que a compartilham. Tudo depende do poder por trás da violência.”³⁸⁶ E poder, para a autora, é a capacidade de agir em concerto, e não a de submeter pela força.

Se seguimos o percurso passional da revolta, explicitado anteriormente, podemos inferir também que a confiança e a fidedignidade da espera estavam se desfazendo, e dando lugar à frustração. Ou seja, a conjunção do sujeito de espera (professores) com a imagem-fim (Estatuto do Magistério e melhores salários) era vista cada vez mais como improvável de se conseguir apenas pela espera da ação do governo.

Pode-se perceber, também, que após as derrotas de proposições nas primeiras assembleias, praticamente não se registram mais falas do grupo Conservador nas mesmas. A ampla maioria das pessoas que pedem a palavra – e são cada vez mais – se refere aos problemas da categoria, especialmente a questão salarial, e estratégias para conseguir aprovar o Estatuto do Magistério. A greve, como possibilidade, era cada vez mais aventada, embora sempre combatida pela maioria das plenárias e pelos dirigentes.

A fala de um professor “... se for preciso, está na hora de tomar uma decisão, se for preciso nós temos, nós professores de assumir o comando político... tomar uma situação, ir com uma linha política que é contrária ao Governo estabelecido...”³⁸⁷, pode ser associada também com alguns dados econômicos levantados em assembleia:

Trinta e três por cento (33%) do aumento de custo de vida no ano de hum mil novecentos e setenta e três (1973); dezesseis vírgula dois (16,2%) na alta do custo de vida de fevereiro a abril de hum mil novecentos e setenta e quatro (1974); Inflação de quinze por cento (15%) de janeiro a abril do mesmo ano; alta do leite, do açúcar etc, em maio deste ano. Considerando que o preço da gasolina dobrou em um ano. Prevista, ainda, como certa a alta do petróleo em julho. Os dez por cento (10%) de aumento regulamentados há pouco já foram absorvidos e ultrapassados. Além do mais... sem levar em conta as altas do custo de vida, temos em questão do aumento salarial, uma defasagem de oito meses (8 meses).³⁸⁸

³⁸⁶ Idem. p. 65/66.

³⁸⁷ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 110.

³⁸⁸ APP-SINDICATO. **Assembleias da A.P.P. de 1973 a 1975**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 19. p. 41.

De certa forma, essas preocupações antecipam o que se tornou um grande foco de oposição ao regime no final dos anos 1970, que foi o Movimento do Custo de Vida; embora nesse período o MCV já estivesse se organizando e, possivelmente, o uso da expressão pelo professor Ruben não seja coincidência. Se o Estatuto do Magistério pudera ser abandonado em face das disputas internas no ano de 1972 e boa parte de 1973, agora, sem ‘milagre’ econômico, essa opção era quase inviável, e as disputas internas aconteceriam ao mesmo tempo que a reivindicação.

Segundo Ferreira e Bittar, os professores, nessa época, possuíam em geral uma dupla origem de classe: por um lado “aqueles que sofreram um processo de mobilidade social descendente...”³⁸⁹, isto é, que pertenciam às camadas da classe média alta ou mesmo da elite e que, devido ao processo inflacionário, à massificação do ensino e às políticas salariais, acabaram sofrendo um processo de empobrecimento - ou ‘proletarização’ na linguagem marxista dos autores -; por outro lado, frações para as quais a docência representava mobilidade social ascendente, extraídos de uma classe média baixa ou grupos de trabalhadores urbanos.

Em ambos os casos, seja para não deteriorar ainda mais uma condição financeira que já fora melhor, seja para melhorar um pouco uma que já fora pior, o segmento profissional do magistério não podia se dar ao luxo de esperar muito mais pelas boas iniciativas dos governantes. Podemos dizer que as explosões de greves e protestos que envolveram inclusive os trabalhadores manuais e técnicos no final da década de 1970, já eram quase uma necessidade para os docentes, em 1974.

Por outro lado, o diferencial do atual grupo dirigente, na última disputa eleitoral, fora a promessa de reivindicar do Estado as melhorias que a categoria desejava. Isto é, preso ao próprio discurso, esse grupo não poderia ignorar os anseios da categoria e dedicar-se apenas a combater a oposição o que, de resto, foi um dos problemas da última gestão conservadora. Essa prática – a de lutar para neutralizar as oposições ao mesmo tempo em que luta para conseguir as melhorias que legitimam o grupo perante o montante dos associados -, passou a ser uma constante desde então. Desde 1972, a entidade raramente deixou de ter oposições internas significativas.

Nesse sentido, a análise das condições de reivindicação não pode ser descolada dos fatores internos. Essa é uma condição indispensável para todos os períodos da entidade, mas a

³⁸⁹ FERREIRA Jr., Amarílio; BITTAR, Marisa. Op. Cit. p. 62.

partir do momento em que se tem diferentes facções organizadas, e em condições de disputar, ela ganha ainda mais importância.

Mais que uma organização permanente para disputar eleições, o que o período de 1969 em diante mostrou é que a oposição precisava disputar a entidade sempre. O grupo liberal havia se organizado para – principalmente em 1972 – questionar e apresentar suas ideias em assembleias. Mas estes momentos, de mostrar seus argumentos à base militante, eram precedidos de diversas formas de fustigar a situação. Inclusive apresentando denúncias na justiça comum, justificando-se perante os órgãos de segurança e, em menor medida, usando a imprensa também como uma ferramenta importante para divulgar suas razões contra Fávoro e as assembleias que convocava. Agora, com os conservadores na oposição, a disputa de assembleias se deu apenas nos primeiros momentos e, com as derrotas de todas as suas proposições pelas plenárias, ocorreu um movimento interessante: a imprensa tornou-se um canal privilegiado para expressar os argumentos contrários aos liberais.

Não se abandonou o recurso aos órgãos do estado - não apenas os de segurança, como se pode perceber pela facilidade de Fávoro em trocar os descontos -, mas as assembleias deixaram de ser o fórum onde os grupos se enfrentavam, e este foi de certa forma transferido para a imprensa. As assembleias viraram um terreno quase exclusivo do grupo liberal – que inclusive se organizou para disputar as do CRPP -, enquanto o grupo conservador parece ter eleito a imprensa como seu espaço. Mas a imprensa publicava matérias com versões dos dois lados, permitindo uma disputa equilibrada nesse terreno; e o Estado e os órgãos de repressão iam tendo sua legitimidade cada vez mais questionada.

Outro aspecto relevante para compreender a disputa está no controle das regionais. Hoje, os grupos internos que não assumem a direção estadual conseguem manter algum protagonismo se ganham direções regionais importantes na A.P.P. Essa característica também parece ter começado a se desenvolver nesse momento.

Quando se operou a reorganização de 1972, capitaneada por Fávoro, isso se deu em acordo com praticamente todos os presidentes das outras associações. Os presidentes dessas associações foram beneficiados com a passagem do código 227 para o CRPP, uma entidade que ajudavam a gerir. Segundo Amâncio dos Anjos “o Governo cancelou o código 227, que só retornou à APP-Estadual em função de decisão judicial. Este foi devolvido, todavia, sem os cerca de doze mil sócios, os quais foram canalizados para um novo código, o 220, criado para o CRPP.”³⁹⁰ Na prática, a gestão financeira dessas mensalidades ficou para o Conselho,

³⁹⁰ ANJOS, Amâncio Luiz Saldanha dos. Op. Cit. p. 56

enfraquecendo financeiramente a A.P.P. ; e reconhecer a jurisdição estadual da mesma retiraria esse montante de recursos e sócios do poder do CRPP.

Assim, quando o grupo liberal requereu controle sobre todo o estado e relegou essas associações à atuação regional – o que são hoje os ‘núcleos’ sindicais da A.P.P. -, os presidentes dessas entidades se posicionaram contrariamente, e passaram a atacar a nova situação. A proximidade do grupo liberal com a APLP – segunda maior associação do estado e que fora preterida na reorganização geográfica de Fávares –, ajudava a contrabalançar as forças nesse terreno.

No dia 29 de maio de 1974, a Folha de Londrina publicou uma nota do presidente da associação de professores da 2ª região, Ponta Grossa, com severas críticas à direção da A.P.P. 1ª região, e especialmente ao seu presidente. Alguns dias depois, uma nota oficial em nome da “Associação dos Professores do Paraná” – e não da ‘1ª região’ – assinada pelo presidente, respondia, no Diário do Paraná, ao presidente de Ponta Grossa.³⁹¹

Ato contínuo, o presidente de Londrina – 3ª região – publicou nota na Folha de Londrina, elaborando um histórico da união das associações e da criação do Conselho de Representantes e apontando “é bom que fique bem claro que a desunião apregoada por um grupo insignificante, mal informado, de filosofia duvidosa procura semear no seio da totalidade do magistério para apoderar-se de lideranças que não se impõem, através de calúnias e acusações infundadas.”³⁹²

Essas acusações de parte a parte, beirando o xingamento, realçam a importância dos afetos na política. As “máquinas de fazer descreer”³⁹³, que são também uma característica dos partidos – nesse caso, das facções internas – visam a “... enfraquecer os vínculos e opiniões favoráveis dirigidas às forças adversárias...”³⁹⁴. No caso em questão, os adversários não são vistos apenas como um potencial concorrente que pode tomar as posições do grupo no aparelho, mas são apresentados como um perigo para o próprio aparelho.

A prática de publicar notas na imprensa – ou mandar ofícios à DOPS, como ainda se fazia – não em nome da facção ou de seu representante, mas em nome da entidade, pretendia demonstrar que era a A.P.P. que estava sendo atacada, e não um grupo. Assim, vencer a oposição significava salvar a instituição, e não se pode tergiversar com os – segundo a facção - inimigos do aparelho. A questão, a princípio, não é saber qual dos dois lados está certo; segundo Ansart “a finalidade aqui não é refutar, através de sólidos argumentos racionais, a fraqueza dos

³⁹¹ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 308.

³⁹² Idem. p. 310.

³⁹³ ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas...** p. 184.

³⁹⁴ Idem.

argumentos adversários, mas conduzir os ouvintes a se distanciarem das pessoas e das teses rivais.”³⁹⁵

Pouco depois foi a vez do presidente da 11ª região, em Cascavel, manifestar-se contra Eduardo Tavares Pereira, na Folha de Londrina. Abdala Radi Maftum afirmava em entrevista que as dificuldades em prestar melhores serviços, eram causadas por “... Eduardo Tavares Pereira, presidente da APP-1, de Curitiba, que se arvora em representante de todos os professores do Paraná...”³⁹⁶

A secretaria de educação entrou também em ação, promovendo um processo de responsabilização contra os presidentes da APLP e da AP.P. por suas ações contra o CRPP. Se existissem dúvidas quanto à simpatia dos representantes do poder público – e, portanto, nesse período, da ditadura – em relação à facção conservadora, esse tipo de atitude as eliminaria. Claramente a máquina do Executivo estadual era mais uma vez usada contra o grupo liberal.

Em setembro, o secretário do CRPP denunciava à DOPS agressões que teriam sido praticadas em uma assembleia, em Londrina, contra Diamantino das Neves Fernandes, do grupo conservador “... conturbando, como costumeiramente fazem em todo o Paraná, a ordem pública desrespeitando o Decreto nº 477, onde realmente se enquadram...”³⁹⁷ Em outubro, novo ofício assinado pelo secretário afirmava que:

O resultado da assembleia realizada em Paranavaí gerou um movimento de massa e de classe com elementos ligados aquela diretoria. Que a Diretoria presidida pelo professor Eduardo T. Pereira, é assessorada por elementos nocivos... todos participantes do Movimento de 1968 como ‘cabeças’ indiciados em inquérito pelo Profe. Adv Dyonil Rubens Carneiro Bond.... Que tais elementos pretendem reprisar dentro das classes dos professores, a mesma onda de agitação e tumulto que bem caracterizou, no período anterior a 1964, a vida dos sindicatos e de todas as associações classistas... Ao mesmo tempo que *espera desse órgão providencias a ele afetas no sentido de terminar com esse tipo de movimentação tão prejudicial a sociedade brasileira que vive ora momentos de conturbação por parte do partido de oposição, ao qual temos certeza de estarem eles ligados* (grifo nosso).³⁹⁸

Como se pode ver, a estratégia de denunciar os opositores como subversivos, adotada por Fávares no ano anterior, também não fora abandonada. Mas chama a atenção que a subversão,

³⁹⁵ Idem. p. 185.

³⁹⁶ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 312.

³⁹⁷ Idem. p. 123.

³⁹⁸ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Conselho de Representantes dos Professores do Paraná**. PT. 341. 40. pp. 5 a 8.

nesse discurso, seja associada agora ao MDB e não mais ao genérico ‘comunismo’ embora, claro, toda e qualquer oposição fosse suspeita de professar a ideologia vermelha. Aliás, a partir de 1976 tornou-se recorrente acusar o partido oficial de oposição de acobertar elementos do PCB.

A preocupação demonstrada pelo secretário do CRPP quanto à ligação dos liberais com o MDB, deixa transparecer o clima político que cercava os apoiadores da ditadura na época. Por um lado, no caso interno da A.P.P., eles haviam perdido a direção da 1ª região, a maior e mais rica e, legalmente, eram subordinados a ela, embora não reconhecessem politicamente o fato; em relação à sua postura ideológica de apoio à ordem estabelecida – conservadores, portanto – a campanha política do MDB trazia inquietações pois, de acordo com Moreira Alves “a população reagiu com entusiasmo, e a campanha do MDB ganhou multidão de voluntários”.³⁹⁹

A oposição conseguiu expressiva votação para o senado e a câmara federal. No Paraná, embora Jayme Canet Júnior, da ARENA, tenha sido ‘naturalmente’ eleito de forma indireta em 3 de outubro, o MDB conseguiu eleger Leite Chaves para o senado – vencendo surpreendentemente o candidato do governo, João Mansur –, e fazer 25 dos 54 deputados estaduais, além de 15 deputados federais. José Paulo Neto é enfático ao afirmar que “se 1969 marcou uma inflexão para cima do ciclo autocrático burguês, 1974 marcou-a para baixo”⁴⁰⁰ e as eleições tiveram um papel decisivo nesse processo.

Para além do excepcional sintoma que representava a derrota eleitoral da ARENA, em dezembro o economista liberal Eugênio Gudín proferiu um discurso veemente, criticando a intervenção do Estado brasileiro na economia. Esse discurso serviu de base para o que se convencionou chamar ‘revolta empresarial’, onde alguns representantes do grande capital nacional passaram a fazer coro contra o que consideravam um intervencionismo estatal excessivo. Essa oposição liberal, formada por setores empresariais significativos, representantes da grande imprensa reunidos em torno da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e setores da Igreja Católica – esta última vinha denunciando abusos desde os “anos de chumbo” –, como a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), ajudava a pôr vulto na expressão política do MDB; e era menos simples de ser espancada, torturada ou desaparecida. É perceptível que as oposições estavam mais articuladas e havia recuo de popularidade e legitimidade da ditadura.

³⁹⁹ MOREIRA ALVES, Maria Helena. Op. Cit. p. 188.

⁴⁰⁰ PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. -15ªed.- São Paulo: Cortez, 2010. p. 41.

No início de 1975 foram tomadas duas decisões políticas consideráveis na associação. O professor Adyr de Lima foi convidado para trabalhar como assessor, e optou-se por substituir a professora Adelmê de Oliveira, que representava a associação junto à CPB; esta última era indicada pelo grupo anterior e sua saída constitui, portanto, mais um passo nas defenestrações. Essas decisões estavam tomadas, mas a direção teve o cuidado de referendá-las em assembleia.

As sugestões de substituir Adelmê e contratar Adyr foram apresentadas de forma a não parecerem indicações da diretoria. Segundo a ata da assembleia “... a professora Maria Julia de Oliveira levantou algumas dúvidas a respeito da Confederação dos Professores do Brasil, dizendo que a A.P.P. possui um elemento (prof^a Adelmê)... e este elemento não representa bem e pertence a uma Diretoria anterior...”⁴⁰¹ e, depois, “observando ainda o volume de trabalho que o sr. Presidente tem, foi sugerido o professor Adyr de Lima como assessor técnico da Diretoria...”⁴⁰²

Essa forma de referendar decisões, já tomadas e em andamento, como se fossem sugestões espontâneas das assembleias, indica uma compreensão e habilidade para o jogo político interno. Como prática, seguramente não terminou aí e continua até hoje. Pode-se percebê-la no viés que Bourdieu apreende em Bukharin: a lógica do “quem é contra”⁴⁰³; isto é, dificilmente o aparato montado para uma assembleia – onde, como já mencionamos, o grupo conservador parecia ter desistido de falar -, permitiria que as pessoas se mostrassem contrárias às proposições que tinham o endosso dos dirigentes. Não é uma questão moral, mas de organização e disputa. É um fato e, como salienta Bobbio “... para o estudioso, um fato é objeto de análise, não de desaprovação.”⁴⁰⁴

Foi preciso, ainda, lidar com um problema que já vinha se arrastando havia algum tempo sem solução: a sede do Clube do Professor. Após o fracasso das tentativas de construir um Clube de Campo em 1969, devido à falência da firma Emprol - muitos professores que haviam comprado títulos do mesmo perderam seu dinheiro -, em 1971 a diretoria, comandada por Fávares, resolveu construir um Clube do Professor Paranaense, contratando a Incorporadora Imobiliária Raffo para realizar a obra e termina-la até 1976.

Em 1975 o problema do clube ainda não estava resolvido. Os professores que haviam comprado títulos tinham descontos mensais, mas a sede fora apenas iniciada. Em dezembro, no dia 5, o presidente informou à diretoria que assinara um Termo Aditivo de Contrato com a

⁴⁰¹ APP-SINDICATO. **Assembleias da A.P.P. de 1973 a 1975**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 19. pp. 80/81.

⁴⁰² Idem. p. 81.

⁴⁰³ BOURDIEU, Pierre. A representação política ... p. 202.

⁴⁰⁴ BOBBIO, Norberto. “Oligarquia”. IN: BOBBIO, Norberto (org.). **Dicionário de Política**. Vol.2. 13ªed. Brasília: UNB, 2008. p. 836.

Incorporadora Raffo. O fato causou mal-estar “... uma vez que alguns membros da Diretoria não queriam que se renovasse, ou melhor, aditasse tal contrato...”⁴⁰⁵

Após acalorado debate, a questão foi posta em votação e aprovada por 5 votos a 3, expondo uma divisão interna na diretoria. A assinatura, então, foi levada para debate em assembleia do dia 21 de dezembro. Ruben de Oliveira, liderança importante do grupo liberal, pediu a palavra e frisou que a assembleia não devia aprovar o adendo “...inconveniente e imoral, em nome da classe e, em especial dos adquirentes dos títulos e ser responsável perante a História por esta medida desastrosa...”⁴⁰⁶

Posta a questão em votação nominal, ficou empatada, como se pode observar no anexo da ata onde constam nomes e votos. Cabendo ao presidente o voto de minerva, este decidiu – obviamente – pela manutenção do adendo. No futuro, outra diretoria precisaria acionar a empresa na justiça para reaver o terreno da sede e a escritura do Clube do Professor, pois a mesma não cumpriu os contratos assinados, mesmo com os generosos aditivos.

Esse ano de 1975 é importante também porque, desde 4 de janeiro, a censura prévia à grande imprensa havia sido praticamente abolida e, assim, havia alguma liberdade a mais, especialmente nos jornais de grande circulação. A partir de então, segundo Moreira Alves “... a imprensa assumiu importante papel na ampliação do tímido processo de liberalização.”⁴⁰⁷

No caso do Paraná, é nítido que a própria DOPS passou a coletar mais informações sobre os professores a partir do que era publicado na imprensa escrita. A última vez que um grande volume de notas de jornais sobre os docentes fora guardado no órgão, foi justamente por ocasião da grande greve de 1968, quando houve questionamentos ao governo. A partir de então, os poucos recortes diziam respeito mais às assembleias – que estatutariamente precisavam ser divulgadas com antecedência em jornais de grande circulação -, disputas internas ou notas esporádicas com alguma questão relativa à situação do magistério.

A partir de 1975 é notório que os jornais passaram a ceder um pouco mais de espaço para as demandas e reclamações dos professores, e não apenas para suas disputas internas. Nesse sentido, mesmo nesse terreno onde o grupo Conservador parecia mais à vontade, o espaço dos liberais acabava sendo maior, pelo fato de que eram os dirigentes e, portanto, chamados a falar em nome da categoria e de suas demandas. Seria ingenuidade, por outro lado, não atentar para o fato de que a grande imprensa constituía um componente importante das oposições ao

⁴⁰⁵ APP-SINDICATO. **Atas de diretoria – 1973 a 1976. Presidente – Faustino Fávaro. A.p.p.** Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 13. p. 24.

⁴⁰⁶ Idem.

⁴⁰⁷ MOREIRA ALVES, Maria Helena. Op. Cit. p. 217.

regime, e que seria de esperar dos jornais uma simpatia maior pelo grupo liberal, assim como o governo era mais simpático aos conservadores.

No mês de julho, o Diário do Paraná publicava uma matéria com o título “carreira não mais atrai professores”, onde o presidente da A.P.P. traçava um panorama da situação, sob a ótica da entidade. Segundo Pereira, “a profissão de professor está destinada a desaparecer, caso perdure a situação atual de constantes irregularidades na profissionalização...”.⁴⁰⁸ Para o dirigente, a situação era tão ruim que muitos professores estavam requisitando licenças, tornando o magistério “uma fonte auxiliar de renda” ou simplesmente abandonando a profissão.

A solução seria a aprovação do Estatuto do Magistério, exigência da lei 5692/71 e que, desde sua promulgação “... três secretários assumiram a pasta da educação, cada um deles elaborou o seu anteprojeto, mas nenhum deles satisfaz plenamente as aspirações do magistério.”⁴⁰⁹ Agora o atual secretário prometera novamente e “... o magistério, que já está desiludido com o Poder Público, espera a aprovação do seu Estatuto o mais cedo possível”; mas, acrescentava Pereira “é necessário que este documento satisfaça plenamente as aspirações da classe, ou do contrário a decepção será ainda maior.”⁴¹⁰

Na análise de cunho mais geral elaborada por Vicentini e Lugli, havia se passado um lento, mas contínuo, processo pelo qual as recompensas requeridas pela carreira de professor se deslocaram do plano simbólico para o financeiro.⁴¹¹ Pode-se perceber na exposição do presidente - que agora tinha espaço na grande imprensa e não apenas em memoriais sem impacto político, que eram lidos por alguns poucos professores e meia dúzia de autoridades, se muito -, que a falta de atrativo da carreira é claramente vinculada à questão financeira. Não desapareceu, até hoje, o apelo à importância da educação, do reconhecimento do papel docente na construção do país e do respeito que lhe é devido; mas esses ganhos de ordem simbólica estão claramente em segundo plano. Um slogan de greve ilustra bem a questão: “não há dinheiro que pague o trabalho do professor, mas este trabalho deve ser pago também com dinheiro.”⁴¹²

Quando Pereira relata a desilusão dos professores, podemos perceber um passo importante também no percurso da revolta. Na sequência esboçada, o descontentamento sucede a frustração e é seguido pela agressividade. Obviamente, como já mencionamos anteriormente, essa é uma sequência ideal – para expressar em termos weberianos – e ajuda a pensar a realidade

⁴⁰⁸ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p.137.

⁴⁰⁹ Idem.

⁴¹⁰ Idem.

⁴¹¹ VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. Op. Cit. pp. 172-188.

⁴¹² Idem. p. 185.

que, sendo mais complexa que todos os modelos, pode se apresentar com variações. Para Lara e Matte “... por exemplo, a *insatisfação* e a *decepção* podem prolongar-se em *mágoa* ou *resignação*, não ensejando um *sentimento de falta*.”⁴¹³

Assim, essa desilusão relatada pelo presidente não significava uma certeza de que, em não sendo elaborado e votado o Estatuto, os professores iriam se revoltar contra o governo, como categoria. O que percebemos até então é que o passar do tempo vai mostrando cada vez mais insatisfação, verbalizada em assembleias e reuniões e, agora, também em grandes veículos de imprensa. De fato, com o distanciamento temporal, sabemos que em 1978 a situação desembocou em uma greve – completando um percurso de revolta -, mas isso não era uma certeza em 1975, e nem mesmo uma ação aprovada pelos dirigentes.

O impacto da verbalização dessas insatisfações em canais expressivos da grande imprensa contribuía para seu alcance político, uma vez que até então elas ficavam mais restritas a assembleias; não chegavam em geral a um público mais amplo e, quando chegavam às autoridades, isso se dava pela polícia política ou documentos oficiais que eram lidos por poucos integrantes do governo, se eram.

No mês seguinte, em agosto, o Diário do Paraná voltou a abordar a questão do magistério, trazendo falas dos secretários de governo e de professores. Uma das afirmações mais relevantes foi do secretário de Recursos Humanos, Gastão de Abreu Peres. Segundo ele, “para poder executar uma política de recursos humanos justa e que atenda aos interesses do Estado e dos funcionários, precisamos antes saber quem são e onde estão os funcionários estaduais...”⁴¹⁴ Estava sendo elaborada, segundo os secretários, uma reforma administrativa no governo Jayme Canet Junior, que desse conta de mostrar a real quantidade e localização dos servidores e funcionários.

É interessante notar que parte do discurso oficial da ditadura militar era o orgulho de uma ‘tecnoburocracia’, onde a eficiência técnica substituiria a política e daria maior capacidade na gestão do Estado. O mesmo Eugênio Gudín que principiou a ‘revolta empresarial’ era um dos mais ferrenhos defensores do termo. Para ele, um dos grandes méritos do regime militar fora o “princípio da convocação de técnicos (em vez de políticos) para os ministérios específicos (...). Bem assim vedada a manipulação pelos políticos das verbas orçamentárias e os recursos ao engavetamento indefinido dos projetos do governo”⁴¹⁵. Ou seja, a ideia pregada

⁴¹³ LARA, Gláucia Muniz Proença; MATTE, Ana Cristina Fick. op. Cit. p. 146.

⁴¹⁴ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 141.

⁴¹⁵ GUDÍN, Eugênio. **Reflexões e comentários: 1970-1978**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. p. 166.

era de que, com a ditadura – ou “revolução” - o Estado brasileiro passara a ter eficiência técnica ao invés de populismo ou politicagem.

O Paraná, desde o início, se dispusera a seguir os ditames nacionais e, a crer nessa ideologia, deveria contar com uma administração racional e equilibrada - segundo Parigot de Souza “a filosofia revolucionária que preside a ação governamental, no plano federal, tem servido para nós de fonte permanente de inspiração...”.⁴¹⁶ O que a fala do secretário de recursos humanos revela, entretanto, é que havia bem pouco de técnico na cópia da ‘filosofia revolucionária’. A observar, por exemplo, a questão das nomeações de diretores, já analisadas anteriormente, podemos encontrar práticas como mandonismo e filhotismo que remetem, no mínimo, à República Velha, pois os diretores de escola eram nomeados de acordo com interesses de políticos. Mais que isso, o secretário revelava que o estado desconhecia ‘quem eram e onde estavam’ os servidores.

Em relação ao magistério, que representava então 45% do funcionalismo estadual, os secretários diziam reconhecer as dificuldades. O professor Adyr de Lima afirmou que “um professor suplementarista com 32 aulas semanais, que em 1971 ganhava dez salários mínimos, hoje ganha entre 6 e 4,4...”⁴¹⁷. O secretário concordou, acrescentando que “o achatamento salarial existe e precisa acabar... aliás, este não é um problema de professores, nem paranaense. É um problema nacional.”⁴¹⁸ E a realidade era ainda pior pois, hoje se sabe, os números oficiais de inflação, usados para reajustar o salário mínimo à época, eram sempre manipulados e subestimados. Isto é, o que significava 4,4 salários mínimos em 1975 proporcionalmente era muito menos que essa cifra em 1971.

No início do mês de outubro, uma comissão de diversas associações foi recebida pelo governador Jayme Canet. O mesmo afirmava que não poderia marcar uma data para entrega do Estatuto, o que só poderia ser feito após um recadastramento de todos os funcionários do estado “pois há muitos falecidos, desviados de função etc. que ainda estão percebendo vencimentos...”⁴¹⁹. Se a fala do secretário de recursos humanos, um mês antes, deixara dúvidas quanto à eficiência da tecnoburocracia e da ‘filosofia revolucionária’, essa afirmação do governador é ainda mais contundente. A ser correta a transcrição do que dissera o chefe do

⁴¹⁶ SOUZA, Pedro Viriato Parigot de. Apud: IPARDES. **O Paraná reinventado: política e governo**. Curitiba, 1989. p. 76

⁴¹⁷ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 141.

⁴¹⁸ Idem.

⁴¹⁹ Idem. p. 144.

Executivo estadual, podemos afirmar que, no Paraná da República Velha os mortos votavam e, na ditadura, recebiam salários.

O processo de distensão proposto por Geisel avançava, mas, ao mesmo tempo, a discordância da chamada ‘linha dura’ militar – especialmente os setores ligados à comunidade de informações e órgãos de repressão -, e o claro avanço da oposição no processo eleitoral de 1974, traziam complexidade e dificuldades. Em outubro, o jornalista Vladimir Herzog foi morto nas dependências do DOI-CODI paulista, e a versão oficial, de suicídio, não convenceu a opinião pública. A missa em homenagem a Herzog, celebrada pelo cardeal D. Paulo Evaristo Arns e dois rabinos, reuniu oito mil pessoas na Igreja e trinta mil na praça da Sé, apesar da ocupação militar da cidade.⁴²⁰ Foi a primeira grande manifestação pública contra o regime desde 1968, repudiando a tortura e a ditadura como um todo.

No Paraná, a Operação Marumbi foi desencadeada contra o PCB, partido que não fora para a luta armada e conseguira preservar-se razoavelmente até então. Dezenas de pessoas foram presas – pode-se inferir que, além de demonstrar força, a linha dura queria mostrar que ainda havia inimigos a combater e ela, portanto, se fazia necessária –, e muitas torturadas em pleno processo de ‘distensão’ Segundo René Dotti “... as prisões relacionadas com o Operação Marumbi foram seguramente mais de cem, em pelo menos doze cidades paranaenses”⁴²¹. Leandro Brunello apresenta uma lista com 65 nomes de pessoas que foram indiciadas na operação e os respectivos locais de moradia⁴²². Coordenada pelo comandante da 5ª região militar, Samuel Alves Correa, deixou apreensivos todos que de alguma se manifestaram contra o governo, tendo ligação com PCB ou não.

Assim, embora gradualmente o medo de se posicionar estivesse sendo vencido, como se pode inferir nas falas mais radicalizadas dos professores, o poder repressivo do Estado e dos órgãos de segurança ainda se mostrava forte, embora cada vez menos legítimo.

Em dezembro foi convocada uma assembleia para debater a cópia do anteprojeto de Estatuto do Magistério, que fora entregue aos dirigentes alguns dias antes. A julgar pela avaliação dos professores, especialmente Dino Zambenedetti e Ruben de Oliveira, que eram lideranças amplamente reconhecidas na APP e na APLP, a nova proposta não atendia às expectativas. Esses dois professores haviam participado de uma reunião com deputados e secretários, onde lhes havia sido mostrada a cópia do projeto e, segundo Oliveira “... o Estatuto

⁴²⁰ FAUSTO, Boris, Op. Cit. p. 491.

⁴²¹ HELLER, Milton Ivan. **Resistência democrática: a repressão no Paraná**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Cultura, 1988. p. 370.

⁴²² BRUNELLO, Leandro. **Repressão Política na Terra das Araucárias: a Operação Marumbi em 1975 no Paraná**. (Dissertação de Mestrado). Maringá: UEM, 2006. pp. 65/66.

apresentado lá foi um e no entanto o conteúdo deste é outro... e que não silenciaria diante das enganações do governo.”⁴²³

Se esse ano não havia terminado bem para os professores e sua associação, 1976 iniciou-se com um péssimo decreto do governo do estado sobre suplementaristas. No dia 22 de janeiro, portanto ainda em período de férias escolares, foi publicado no Diário Oficial do Estado o Decreto 1495⁴²⁴, que dispunha sobre as novas regras de contratação de suplementaristas e, na prática, complicava ainda mais a vida desse grupo. No mesmo dia o presidente da A.P.P. convocava para uma assembleia, cujo assunto era o referido decreto “seus efeitos e consequências face ao elevado número de professores que ficarão sem emprego.”⁴²⁵

O decreto, que desempregou aproximadamente 8 mil professores, fora organizado com conhecimento e aval do CRPP, e trouxe uma repulsa da base a esse órgão e, por extensão, aos secretários de educação e de recursos humanos. Ao mesmo tempo, deu maior fôlego a um jornal alternativo, publicado pela subsele da APLP em Londrina, chamado “O Atalho” que teve arquivadas cópias de sua edição com análise do 1495. O jornal (panfleto) surgiu como um órgão oficial da APLP em 1975 e, em sua edição de fevereiro de 1976, trazia a figura de Hitler com a expressão “com vocês, o decreto 1495”.⁴²⁶ Segundo o jornal, os professores que não ficariam sem aulas devido ao decreto “... foram condenados a um regime arbitrário e impraticável de trabalho (44 horas semanais, sem contar o tempo gasto para preparação da matéria, elaboração e correção de provas, estudo, aperfeiçoamento, atualização).”⁴²⁷

Nesse ano seria realizado o XII Congresso Nacional de Professores, do dia 31/01 a 07/02, organizado pela A.P.P. em Curitiba. Pelo material de divulgação, é possível perceber que na comissão de honra constavam o presidente da República, o ministro da Educação (Ney Braga), o governador do estado, o secretário de educação, o presidente da confederação mundial de professores, e o prefeito de Curitiba – indicado pelo governo – Saul Raiz. A julgar pelo fato de que a abertura foi realizada pelo ministro da Educação, e a quantidade de figuras políticas como “convidados especiais”⁴²⁸, a repulsa aos governantes pelo decreto 1495 não foi tão veemente na A.P.P quanto se mostrou na APLP.

⁴²³ APP-SINDICATO. **Assembleias da A.P.P. de 1973 a 1975**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 19. p. 86.

⁴²⁴ PARANÁ. Decreto 1495 de 22/01/1976. Dispõe sobre a contratação de professores para ministrar aulas suplementares. Disponível em <http://celepar7cta.pr.gov.br/seap/legrh-v1.nsf/4efc6270e615309f83256992005ba9ce/6796ec7ee7f3b34603256a8d00695e1e?OpenDocument> acesso em 05/05/2020.

⁴²⁵ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 71.

⁴²⁶ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores Licenciados do Paraná**. Pasta 92ª. 11. p.67

⁴²⁷ Idem.

⁴²⁸ Idem. p. 294.

Em relação ao Estatuto do Magistério, a A.P.P. elaborou outra proposta, que foi entregue ao então presidente da Assembleia Legislativa, Paulo Afonso Alves de Camargo. Ao mesmo tempo, ficou decidido que os professores iriam se manter em contato permanente com a Assembleia Legislativa “... acompanhando todos os movimentos na tramitação de tão importante documento...e que na hora certa, deveríamos mobilizar todo o magistério... e fazer presença na Assembleia Legislativa quando o anteprojeto fosse para plenária.”⁴²⁹

A última reunião de direção registrada em 1976 – e a próxima é apenas em 1978! – foi para discutir as eleições internas que, segundo o novo estatuto, deveriam ocorrer em 27 de setembro desse ano. É uma ata breve onde a principal discussão se deu em torno de definir o que era um cargo público de confiança, uma vez que quem estivesse lotado em um não poderia fazer parte das chapas que se inscrevessem. Afinal, decidiu-se que “... cargo público de confiança é função gratificada ou cargo em comissão.”⁴³⁰

No dia 12 de outubro, uma Assembleia Geral Extraordinária foi convocada. O principal ponto de pauta era a “Ratificação das decisões tomadas pelo C.C.F. – Conselho Consultivo e Fiscal em reunião realizada no dia 05/10/76. 4 – Assuntos gerais.”⁴³¹ Segundo o presidente, dado o período eleitoral, inscreveram-se duas chapas. Ele, presidente, “deferiu e registrou a chapa “Magistério Unido é Decisão”, encabeçada pelo professor Izaias Ogliari, por achar-se a mesma conforme os estatutos, e indeferiu o registro da chapa “Novo Rumo” encabeçada pela professora Leonídia Staut...”.⁴³² A justificativa para o indeferimento da chapa concorrente era que a mesma contrariava o estatuto, por ter em seus quadros pessoas com cargos de confiança no governo, caso da própria presidente.

O grupo Conservador articulava-se para voltar a disputar a entidade, e com o mesmo nome que já havia sido proposto em 1973 à presidência: a professora Leonídia Staut. O cuidado em definir o que era um cargo de confiança, na reunião de julho, parece agora se justificar pela expectativa de que o nome da atual oposição seria esse. Frente ao indeferimento de sua chapa, a mesma recorreu à justiça comum, conseguindo uma liminar que suspendia as eleições, na 10ª vara de Curitiba.

Suspensas as eleições, o presidente “... convocou o Conselho Consultivo e Fiscal que é o poder constituído da A.P.P... O Conselho Consultivo e Fiscal opinou para que houvesse uma

⁴²⁹ APP-SINDICATO. **Atas de Diretoria – 1973 a 1976 – Faustino Fávoro.** A.P.P. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº13. p. 27.

⁴³⁰ Idem. p. 28

⁴³¹ APP-SINDICATO. **Atas de Assembleias Gerais da A.P.P. 03/1976 a 1978. Presidente Eduardo Pereira.** Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 19. p. 3.

⁴³² Idem. p. 4.

eleição através do mesmo, e a decisão levada para o referendo da classe em uma Assembleia Geral Extraordinária.”⁴³³ Vale lembrar que o presidente do conselho, na época, era o professor Ruben de Oliveira, membro destacado do grupo liberal. A pauta referente à ratificação da decisão do conselho, portanto, se tratava de referendar a eleição, realizada pelo mesmo, de uma diretoria provisória.

Segundo a ata “o assunto foi colocado em discussão pelos presentes e finalmente votado, tendo a matéria sido aprovada por unanimidade.”⁴³⁴ Nesta mesma assembleia, ainda, tomou-se a decisão de romper com a Incorporadora Raffo e acioná-la judicialmente, por conta do descumprimento do contrato que previa a construção da sede do Clube do Professor.

Uma matéria do jornal Estado do Paraná, intitulada “carros oficiais na campanha da APP”, trazia falas do presidente da associação afirmando que a chapa oposicionista - “Novo Rumo” – fora montada pela Secretaria de Educação. Segundo ele:

Todo o magistério, não só da Capital mas também do Interior do Estado, está denunciando, através de telefonemas e mesmo pessoalmente a participação dos secretários da Educação, Francisco Borsari Neto, e dos Recursos Humanos, Gastão de Abreu Pires, não só no que diz respeito à elaboração da outra chapa inscrita para as eleições da APP, mas também na propaganda eleitoral que vem sendo efetivada pelos seus componentes.⁴³⁵

A propaganda estava acontecendo, apesar da suspensão das eleições, porque havia expectativa de que logo sairia sentença definitiva sobre o caso, e de que a eleição poderia ser realizada. Da parte da chapa oposicionista havia, claro, a expectativa de que a justiça derrubasse o indeferimento da mesma pelo presidente atual. Ainda segundo Pereira, a presidente da outra chapa, ocupando cargo de confiança no governo estadual, estaria percorrendo as escolas com carro oficial e realizando entrega de merenda escolar, como forma de campanha.

Não há entrevistas ou material que traga a versão da outra chapa sobre o assunto. Assim, o que temos, até com certa abundância, são as falas do grupo liberal, denunciando a oposição e justificando suas atitudes – indeferimento da outra chapa e eleição de uma provisória – em face da situação. Apesar disso, parece bastante razoável supor que era de interesse do governo estadual recolocar, no comando da maior associação de trabalhadores do estado, pessoas com

⁴³³ Idem.

⁴³⁴ Idem.

⁴³⁵ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 315.

ideologia próximas da sua, conservadora. Contribuem para essa perspectiva o acompanhamento efetivo que a DOPS realizava do grupo liberal desde que era oposição, a partir de 1968 na verdade, e a clara antipatia que os órgãos de governo raramente escondiam em relação à forma de atuar e se expressar desse grupo.

Usar os bens públicos para fazer política a favor dos seus não era incomum na ditadura. Analisando as eleições de 1976, já sob a égide da ‘Lei Falcão’ – que praticamente impedia o livre debate nos meios de comunicação – Moreira Alves afirma que “... toda a burocracia do Estado central e dos diferentes estados foi colocada à disposição dos interesses eleitorais da ARENA,”⁴³⁶ Mais ainda, abriam-se estradas em municípios controlados pela ARENA e cortavam-se fundos dos municípios sob controle do MDB. Ainda segundo ela:

As finanças do Estado foram colocadas à disposição de candidatos da ARENA. Eles podiam usar carros oficiais, gasolina, funcionários públicos para trabalho em suas campanhas, mimeógrafos, papel etc. Embora os candidatos não pudessem falar pela televisão ou pelo rádio, nada impedia que governadores, ministros ou o próprio presidente da República fizessem-no em seu nome.⁴³⁷

A vitória eleitoral da ARENA, apesar de tudo isso, foi por uma margem bastante apertada. Em relação à A.P.P., a diretoria provisória, que tinha Ruben de Oliveira como presidente, ficou na direção da entidade até 1978, tornando inúteis os esforços eleitorais que o governo, segundo os liberais, estava fazendo para ajudar seus indicados. Embora o nome liberal para a presidência fosse já o de Izaias Ogliari, este viria a comandar a A.P.P somente a partir de 1978 e seria o principal nome do grupo até 1993.

Esse ano começou com uma notícia difícil para os professores, especialmente os suplementaristas, com o decreto 1495 sendo lançado em período de férias. E terminou com outra, pior: no dia 22 de dezembro, portanto novamente em período de férias e com zero chance de mobilizar a categoria, o então governador, Jayme Canet Junior, sancionou a Lei Complementar 7⁴³⁸, criando um novo Estatuto do Magistério. O detalhe é que foram vetados praticamente todos os artigos que se referiam a tabela salarial, promoções, lista tríplice para

⁴³⁶ MOREIRA ALVES, Maria Helena. Op. Cit. p. 191.

⁴³⁷ Idem.

⁴³⁸ Lei complementar 7 de 22 de dezembro de 1976. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Ensino de 1º e 2º. graus, de que trata a Lei Federal nº. 5.962, de 11 de agosto de 1971, e dá outras providências. Disponível em <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=7682&codItemAto=67826> acesso em 11/05/2020.

diretores, contratação de suplementaristas pela CLT...; isto é, tudo que representasse algum ganho real para os docentes, em um ano cuja inflação oficial fechou em 46, 26%. A partir do ano seguinte, os esforços da A.P.P. e da APLP seriam para tentar derrubar os vetos do governador na Assembleia Legislativa do estado.

Essa foi também a última vez que uma chapa do grupo conservador tentou disputar a entidade por meio de eleições. A manutenção de uma diretoria provisória com elementos do grupo liberal, mostra a força que os mesmos haviam adquirido e consolidado, em nosso modo de ver, sua posição como facção política dominante. O período de 7 anos, entre 1968/69 e 1976, portanto, é o de uma verdadeira transição interna, iniciada com o Congresso/greve de 1968, e finalizada com a tentativa frustrada dos conservadores em retornar à direção, em 1976.

Entendemos que, nesse lapso temporal, houve também uma ‘transição’ em relação à legitimidade da ditadura e ao governo do país; uma vez que se saiu de uma grande legitimação do regime e seu ‘milagre’ econômico, para uma derrota eleitoral significativa em 1974, e o início de um processo de distensão em 1975. Embora a linha dura tenha passado a executar (mais) atos terroristas – tortura e morte de Manoel Fiel Filho, prisão do bispo de Nova Iguaçu, atentados a bomba etc. - para não perder o poder, vemos essa atitude, com Arendt, como a demonstração de que o poder de fato (a concordância da opinião do maior número), estava na verdade escapando de suas mãos. Nesse sentido é que nomeamos o capítulo como ‘transições’, no plural.

Abaixo, reproduzimos um quadro com nomes e funções dos grupos e pessoas que disputaram e/ou dirigiram a entidade entre 1969 e 1976.

QUADRO 2 – Nomes e funções de dirigentes dos grupos que disputaram e dirigiram a A.P.P. entre 1969 e 1976.

1970-1971	Antônio dos Santos Filho	Presidente	Conservador
Chapa	<i>Flávio Horizonte da Costa</i>	Vice-Presidente	
Vencedora		Finanças	
eleita em 1969.	Judith Dantas Pimentel	V.P. Jurídico	
<i>(Tradição,</i>	Wermer Barthelmess	V.P. Ens. Superior	
<i>coleguismo e</i>	Elsi Gabardo Costa	V.P. Ens. Médio	
<i>renovação)</i>	Elvira Assis Brum	V.P. Ens. Primário	
	Leda Portugal Portela	V.P. Secretaria	
	Marly Gross dos Santos	Dep. E. Primário	

	Hôda Elias Salamuni Marcia Cavalcanti Adelmê de Oliveira	Dep. Ass. Social Dep. Re. Públicas Dep. Social	
Chapa perdedora (<i>Congresso</i>)	<i>Olien Zétola</i> <i>Ayrton Gonçalves Celestino</i> Elza Volpi Rohn Angelo Visintini José Laurindo Pereira Celina Fórnea Odolar de Paula Marina Sabina Skrobot Nourieh Silva Ivone Medeiros Gelta Gelbeck Pereira Lourival Branco Dione Augusto Wood	Presidente V.P. Secretaria V.P. Finanças V.P. Ens. Superior V.P. Ens. Médio V.P. Ens. Primário V.P. Jurídico V.P. Ass. Social V.P. Dep. Social V.P. Dep. Cultural Conselho Fiscal Conselho Fiscal Conselho Fiscal	Oposição Liberal
1972-1973 Chapa vencedora, eleita em 1971 (<i>Magistério</i> <i>Unido</i>)	<i>Faustino Fávaro</i> (3º mandato) Leonídia Staut <i>Gilda Paul Franco</i> Leony Rocco Cecy de Moraes Helena Kolody João Rodini Filho José Pires Braga Ulysses Mercer Vidal Vanhoni <i>Eliete Moro</i> <i>Zedir Almeida Cardoso</i> Maria A. M. Schwartz Celmira A. Morais	Presidente V.P. Rel. Públicas V.P. Secretaria V.P. Finanças V.P. Dep. Social V.P. Dep. Cultural V.P. Ass. Social V.P. Dep. Jurídico V.P. Ensino Médio V.P. Ens. Superior V.P. Ens. Primário Conselho Fiscal Conselho Fiscal Conselho Fiscal	Conservador

1972-1973 Chapa perdedora (Comunicação)	<i>Ruben de Oliveira</i> (Não há registro de quem seriam os outros integrantes da referida chapa).	Presidente	Oposição Liberal
1973 – 1976 Chapa Vencedora eleita em outubro de 73 (Ação Renovadora)	Eduardo Tavares Pereira <i>Ayrton Gonçalves Celestino</i> Ivete Ribas Rossi José Feldhaus Vanda Berutti Genet Edith. E. Vieira Avenildo Luiz Bedin Walburga Huber Eraldo Cid Bastos Nereu Milanese	Presidente 1º Vice Presidente 2º V. P. Tesoureiro Secretária Diretores sem pasta	Oposição Liberal
1973 – 1976 Chapa Perdedora (Nossa Chapa)	Leonídia Staut <i>Flávio Horizonte da Costa</i> <i>Dyonil Ruben C. Bond</i> <i>Eliete Moro</i> <i>Gilda Paul Franco</i> Aidê Cruz Machado Maria Nazareth O. Cancian <i>Marina Adam Vilela</i> <i>Zedi Cardoso</i> <i>Pedro Simões de L. Filho</i>	Presidente 1º Vice Presidente 2º V.P. Secretária Tesoureira Diretores sem pasta	Conservador

Elaborado pelo autor.

Obs.: os nomes em itálico são de pessoas que participaram de mais de uma diretoria ou chapa.

4. O PREDOMÍNIO LIBERAL E O DESAFIO DA ESQUERDA (1977 A 1982).

4.1 O ‘PESADO ÔNUS’ DO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO.

Os vetos do Executivo ao Estatuto do Magistério levaram os professores a depositar suas esperanças em uma possível – mas improvável – derrubada dos mesmos pela Assembleia Legislativa, concentrando esforços em convencer os deputados. É possível inferir o grau de frustração que reinava na categoria em virtude dessa atitude. Para o governo do estado a publicação dos vetos, às vésperas do natal do ano anterior, dava um largo tempo de tranquilidade, em virtude do período de férias; porém, a reação dos professores sem dúvida era esperada.

Remetemos novamente à análise do percurso passional da revolta. A sequência seria: espera fiduciária; frustração; descontentamento; agressividade. Nesse sentido, pode-se afirmar que a categoria vivia o momento do descontentamento “... ao saber impossível a realização de seu querer e infundadas suas crenças, o sujeito passa ao estado de insatisfação e de decepção (ou crise de confiança no outro que não cumpriu sua parte no contrato) ...”⁴³⁹. O sujeito de fazer, agora, se deslocou para a Alep, uma vez que os deputados haviam aprovado um projeto bastante promissor – no entendimento da categoria – e que fora enviado e desfigurado pelo governador.

O jornal oficial da APLP, “O Atalho”, que agora trazia também a marca A.P.P., publicou um boletim especial em fevereiro de 1977, com uma análise de todos os itens vetados. Segundo o mesmo, Jaime Canet Jr. “escolheu 24 de dezembro, véspera de Natal... para presentear o magistério com vetos que mutilaram o Estatuto, transformando-o num código penal”.⁴⁴⁰ Agora, continuava, seriam necessários 2/3 dos votos dos deputados para rejeitar estes vetos com que o governador brindou o magistério”. Certamente não é possível afirmar que algo como confiança, ou espera fiduciária, estivesse instalado em relação aos deputados; era a última tentativa de conseguir o Estatuto nos moldes desejados, e a ARENA havia fechado questão em torno da manutenção dos vetos. A edição especial terminava chamando todos para a assembleia conjunta do dia 26 de fevereiro.

Na assembleia conjunta em Londrina, aprovou-se como pauta a retirada dos vetos pelo governador. Ao mesmo tempo, aprovou-se um manifesto bastante radicalizado – pelo menos

⁴³⁹ LARA, Gláucia Muniz Proença; MATTE, Ana Cristina Fricke. Op. Cit. p. 146.

⁴⁴⁰ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: Associação dos Professores Licenciados do Paraná. Pasta 92.a. 11. p. 54.

até o momento nunca haviam sido endereçadas oficialmente palavras tão duras aos governantes – assinado pelos presidentes das duas entidades, transformado em panfleto e, em 17 de março, publicado inclusive na Folha de São Paulo.

O manifesto começava com uma avaliação bastante pessimista em relação às expectativas para o ano letivo que se iniciava, “mais um ano letivo começa e, além do quadro negro que é nosso material de trabalho, encontramos um quadro muito mais amplo e mais negro, que é a situação da Educação brasileira.”⁴⁴¹ Para justificar a introdução, argumentava-se que o governo do estado vinha reduzindo progressivamente o investimento em educação, transferindo a responsabilidade para os alunos, que eram obrigados a realizar rifas, festas e promoções; que as universidades eram “reduto de uma minoria”; que “o poder aquisitivo do professorado foi reduzido pela metade só nos últimos 8 anos” e que havia “politicagem em todos os níveis da Educação, reduzindo as escolas em feudos de caciques políticos.”⁴⁴²

A questão da interferência política foi endossada alguns dias depois, com uma denúncia publicada no jornal O Estado do Paraná. Segundo a matéria, o diretor do Ginásio Estadual Machado de Assis, Aroldo Teixeira de Almeida, foi convocado pelo prefeito recém-empossado de Barboza Ferraz, para uma reunião com os professores da escola. O prefeito afirmava textualmente que o diretor era um cargo político e “... talvez seja do interesse da política, que o prefeito tenha na direção do colégio uma pessoa de sua confiança.”⁴⁴³ Foi feita votação de uma lista tríplice onde Almeida ficou em primeiro com ampla margem, mas mesmo assim o prefeito insistia em substituí-lo. Segundo o diretor denunciante, que demitiu-se e enviou carta à SEED explicando o fato, a educação do estado “... desceu mais um degrau na degradação paulatina a que tem sido levado pela politicagem.”⁴⁴⁴

Esses fatos ajudam a ilustrar o grau de frustração na categoria, e mesmo a revolta, que em grande parte já estava instalada. Mais ainda: os professores, ao fazer e assinar denúncias públicas, sabiam dos riscos que corriam e, mesmo assim, continuavam denunciando. Ainda em março, a DOPS recolhia panfletos – estes apócrifos -, em Maringá, que convidavam a parar no dia 31, coincidentemente ou não, aniversário do golpe de Estado de 1964.

No dia da votação para derrubada ou manutenção dos vetos do governo, os professores ocuparam as galerias da Alep, apesar do presidente da casa tentar impedir – atitude dos parlamentares que é muito comum até hoje. ‘Naturalmente’ a maioria arenista da casa manteve

⁴⁴¹. DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 326.

⁴⁴² Idem.

⁴⁴³ Idem. p. 327.

⁴⁴⁴ Idem.

os vetos, que tiveram votos contrários apenas da bancada do MDB e de alguns poucos arenistas, sem conseguir os 2/3 necessários.

Nas assembleias seguintes, é possível perceber que existia uma clara radicalização da base. Já em abril se propunha a realização de um congresso (greve) nos moldes do que ocorrera em 1968; aprovando-se, porém, apenas a criação de uma comissão que se encarregaria de pensar a viabilidade disso. Os nomes dos integrantes da comissão, segundo o agente que acompanhava a assembleia “não foram dados a conhecer por questões de segurança.”⁴⁴⁵ Essa assembleia ocorreu no dia 02 de abril de 1977 e contava com a presença de poucos professores; os motivos, segundo o informante, eram a distância a percorrer e “... o pronunciamento do presidente na véspera.”⁴⁴⁶

As eleições municipais do ano anterior, embora tenham dado vitória à ARENA, em números absolutos, deixaram o MDB confortável em cidades maiores e nas regiões mais industrializadas. O processo de distensão prosseguia com avanços e recuos. Visando contentar a linha dura, Geisel enviou ao Congresso a Emenda Constitucional nº 7, com intuito de controlar o judiciário e retirar o julgamento de policiais militares de tribunais civis. O Congresso rejeitou a emenda no dia 30 de março e, dois dias depois, o presidente a fechou, com base no Ai-5.⁴⁴⁷

No dia 1º de abril, desgavetado o AI-5, o presidente realizou um pronunciamento comunicando que pusera o Congresso em recesso. Nos dias seguintes, junto aos seus assessores de confiança, foi editado o *Pacote de Abril* que, na prática, garantia para a Arena o controle do congresso nas temidas eleições de 1978. E nos meses seguintes, também, foram cassados mais parlamentares do MDB. Se não havia garantia para parlamentares eleitos, como poderia haver para professores em greve?

Nesse sentido, vale pensar a diferença entre a radicalidade nova das bases e a postura moderada das lideranças. Segundo a Polícia Federal “a mesa diretora portou-se de maneira até surpreendente, pois era esperado manifestações como greve e passeatas, o que ela combateu, pedindo cautela pois que o Brasil atravessa uma fase difícil e temos que reivindicar nossos direitos de maneira correta e coerente...”⁴⁴⁸. Se os dirigentes da A.P.P. e A.P.L.P., apesar de concitarem à moderação, mostravam-se também indignados com os vetos ao Estatuto, a outra grande associação de professores, o CRPP, distribuiu uma nota à imprensa afirmando que

⁴⁴⁵ DEAP/DOPS. **Documentos/Informações referentes à: Associação dos Professores Licenciados do Paraná.** Pasta 92.a. 11. p. 42.

⁴⁴⁶ Idem.

⁴⁴⁷ MOREIRA ALVES, Maria Helena. Op. Cit. pp. 192-193.

⁴⁴⁸ DEAP/DOPS. **Documentos/Informações referentes à: Associação dos Professores Licenciados do Paraná.** Pasta 92.a. 11 p. 72.

“muitos anos se passaram até que viesse a lume o Estatuto do Magistério... apesar de algumas imperfeições, o Conselho entendeu que devia aceita-lo.”⁴⁴⁹ Esses dirigentes, durante a votação que manteve os vetos, estavam sentados em lugar de honra na Alep e dando, portanto, seu aval ao que se realizou naquele momento.

No entanto, a disposição das bases - inclusive as do CRPP - para uma greve, só crescia. Os agentes da Polícia Federal (não era apenas a DOPS que acompanhava assembleias e fazia relatórios) anotaram que o número de presentes nas assembleias estava crescendo “... na assembleia de 11 e 12 de dezembro próximo passado, compareceram 80 professores. Já nesta assembleia a frequência foi de 215...”⁴⁵⁰. Mais ainda, em março, numa reunião conjunta da A.P.P. e APLP “dentre os presentes, no entanto, 80% era favorável a deflagração de uma greve geral de toda a classe (cerca de 40.000 professores) como única solução para comover as autoridades estaduais”.⁴⁵¹

Esse aumento do número de presentes nas assembleias e a disposição que era percebida para a greve, contrastavam com a postura dos dirigentes que “concitaram a classe a reivindicarem os seus direitos dentro da lei e da ordem e que fosse evitada a greve, por ser anti-constitucional (sic).”⁴⁵² Por outro lado, fica evidente uma certa consciência das bases, também, de que a solução dos problemas da educação – e do país – não passava apenas pela esfera estadual. Em uma assembleia do CRPP – cujos dirigentes haviam, oficialmente, aceitado os vetos -, diante de manifestações de insatisfação do plenário, a direção insistiu que era preciso reivindicar “... à luz da lei e da ordem, sob pena de serem mais prejudicados. ” Em resposta, e o informante anotou isso em caixa alta, “o plenário manifestou-se dizendo: não acreditem no governo; que há um clima de insegurança; que o governo do estado nada resolve sem uma consulta prévia ao Presidente da República. (grifo nosso)”⁴⁵³

Esta é a primeira crítica registrada em assembleia onde os problemas apareciam em nível nacional. A referência à obediência dos estados ao poder central, ao presidente, mostra que o descontentamento atingia também o governo federal. É provável que essa crítica já existisse na base, mas esta é a primeira vez que ela é formulada publicamente e diante dos órgãos de repressão – se tivesse sido feito antes, certamente os mesmos teriam anotado. E isso diz muito para os rumos da entidade e da categoria a partir de então, pois as críticas que antes eram

⁴⁴⁹ Idem. p. 75.

⁴⁵⁰ Idem. p. 74

⁴⁵¹ Idem. p. 30

⁴⁵² Idem.

⁴⁵³ Idem. p. 34.

dirigidas ao governo do estado apenas, passavam agora a contestar também a condução do país como um todo.

Em relação às tentativas de conter o ímpeto das plenárias, a primeira impressão que se tem é a de que esse descompasso mostrava bases de luta e direções pelegas, (para usar o jargão sindical). Isto é, o ímpeto de fazer ações mais radicalizadas seria sempre contido por lideranças que, na verdade, defendiam os interesses do patrão – ou os seus próprios -, enquanto os trabalhadores da base seriam sempre mais progressistas e/ou radicais.

Entretanto, é importante ressaltar que, até o ano anterior, o número daqueles que se manifestavam a favor de medidas mais duras - embora viesse crescendo desde 1974 - era sempre minoria nas assembleias; a maioria, mesmo insatisfeita, repudiava a ideia. No início de 1977 e mesmo com o aumento da frustração em relação ao governo, o professor Ruben de Oliveira – reconhecidamente alguém que falava mais duro contra o governo – recebeu de um grupo, liderado por Elisário Cattoni, ofício alertando que, na opinião de professores de Londrina, “as entidades de classe promotoras de assembleias pelo Estado não devem encabeçar qualquer tipo de movimento de paralisação de aulas na forma de Congresso Permanente.”⁴⁵⁴

Mesmo o órgão de divulgação da APLP, “O Atalho”, acabou tendo problemas devido ao momento político. O informativo passou a publicar conteúdos cada vez mais críticos e ácidos contra o governo, gerando atritos com a própria direção dessa associação; em 1977 a entidade era dirigida pelo professor Argemiro Aluísio Karling, do mesmo grupo de Zambenedetti. Na opinião da AESI (Assessoria Especial de Segurança e Informações) da Universidade Estadual de Londrina, isso se dava porque “a sub-sede da APLP em Londrina, encontra-se dominada por um Grupo de Professores Esquerdistas, que formam a ala radical da APLP, os quais não concordam com as diretrizes emanadas pela direção geral..., considerada como ala moderada.”⁴⁵⁵

O jornal precisou mudar de nome, passou a denominar-se “Água Corrente”. E, em novembro de 1977, a P2 escrevia em relatório que, durante uma assembleia, exemplares do informativo foram distribuídos, embora “segundo o professor Argemiro Karling... o mesmo está sendo impresso clandestinamente, por alguns professores, sem o consentimento da Associação.”⁴⁵⁶

⁴⁵⁴ APP-Sindicato. **ATAS DAS REUNIÕES DA DIRETORIA DA APP DURANTES OS ANOS DE 78/79/80/81/82 DE 24/06/78 A 20/02/82.** Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº13. p. 30.

⁴⁵⁵ DEAP/DOPS. **Documentos/Informações referentes à: Associação dos Professores Licenciados do Paraná.** Pasta 92.a. 11. p. 47.

⁴⁵⁶ Idem. p. 50

Mesmo assim, a oposição ‘base radical X direção pelega’ precisa ser pensada com mais cuidado. Mesmo quando lançamos mão da Teoria das Elites para pensar o fato, inegável, de que os grupos que dirigiram a A.P.P. foram sempre pequenos em comparação com o número de associados/sindicalizados, não o fazemos na perspectiva – inversa a esta - de que um grupo toma o poder e permanece ali para sempre, devido à apatia dos liderados. Isto é, não existe um dado absoluto e imóvel que possa apontar as direções como pelegas e as bases como radicais; nem o seu oposto: direções radicais e bases apáticas.

Citando pesquisas empíricas que procuram verificar a validade da tese segundo a qual – seguindo Mitchels – as lideranças se tornam conservadoras e procuram limitar bases progressistas, Jorge Ventura aponta um estudo de Miriam Golden, onde a mesma conclui que, na maior parte dos casos estudados, os dirigentes propõem pautas mais radicais que os delegados e a base, embora “substantivamente, vimos que dirigentes sindicais radicais não representam necessariamente trabalhadores radicais, e que os sindicatos podem ser mais radicais do que os empregados que procuram representar.”⁴⁵⁷

O que existe de fato, segundo o texto de Ventura, é um relacionamento de mão dupla, onde os dirigentes precisam prestar contas de seus atos, embora possuam uma ampla margem de liberdade ao negociar; mas não um descolamento absoluto onde importam apenas os interesses pessoais dos mesmos, ou sua possível subserviência aos patrões. Nesse sentido, olhamos para a atitude dos dirigentes neste momento levando em conta a conjuntura política repressiva e o seu temor, bastante explícito, de liderar um processo de greve, embora com apoio da ampla maioria da base; e não apenas como atitudes pelegas ou conservadoras. O risco associado à coisa política, à tomada de decisões difíceis e à exposição exigiria um conteúdo adicional de coragem que, para Arendt, é a mais cardeal das virtudes políticas, por isso tão necessária e, ao mesmo tempo, rara.

Um fato novo é que as assembleias desse início de ano tiveram uma ampla cobertura da grande imprensa. Segundo o relatório da Divisão de Polícia Federal em Londrina, a assembleia de abril foi coberta pela “... TV Tibagi de Apucarana; Jornais: Diário do Norte; Folha de Londrina; Folha de São Paulo”⁴⁵⁸ Isso se deve certamente ao clima de mais liberdade nas publicações e também ao significado e peso políticos do segmento docente no estado.

⁴⁵⁷ GOLDEN, Miriam. Apud VENTURA, Jorge. Trabalhadores, Sindicatos e Democracia: Um Ensaio Bibliográfico sobre Democracia Sindical. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 41, 1,º semestre de 1996, pp. 85-107. p. 96.

⁴⁵⁸ DEAP/DOPS. **Documentos/Informações referentes à: Associação dos Professores Licenciados do Paraná**. Pasta 92.a. 11. p. 74 (relatório da divisão de Polícia Federal de Londrina)

Ainda nesse período, uma das figuras de maior destaque nas assembleias era sempre o professor e advogado Eliud José Borges. Ele era associado à A.P.P. e atuava também no Departamento Jurídico. Em praticamente todas as assembleias, a discussão acabava se encaminhando para a busca de soluções que envolvessem o judiciário. Em uma assembleia, já no início dos trabalhos, um professor se manifestou dizendo que “... os professores estavam presentes à Assembleia para decisão e não para outros assuntos, convocado ainda o Dr. ELIUD BORGES – ASSESSOR JURÍDICO DA APLP, para pronunciar-se sobre as medidas a serem tomadas legalmente.”⁴⁵⁹

Essa não é uma característica apenas da associação do Paraná, mas parece ser também de outras associações docentes na época, e mesmo do sindicalismo brasileiro em geral. Ricardo Pires de Paula diz que, em relação à APEOESP, uma das grandes críticas do chamado Novo Sindicalismo era dirigida justamente à troca da mobilização por ações judiciais: “... se propunha a prestar a seus associados orientação, assistência e providências de ordem individual e jurídica, o que resultou na caracterização da entidade como apêndice do seu departamento jurídico...”⁴⁶⁰ E a tese de Denise Paraná sobre Lula relata um episódio em que, numa assembleia de metalúrgicos em 1975, o presidente da entidade, Paulo Vidal diz “agora vamos entregar para o nosso advogado... para resolver nosso problema.”⁴⁶¹

Nesse sentido, vale mobilizar a análise de Thompson sobre os trabalhadores ingleses e a disputa entre a lei e o costume. Progressivamente, os proprietários foram conseguindo legalmente o direito de cercar terras comuns, e a população, que inicialmente reagia com violência, mais e mais vezes ia aos tribunais para defender seu direito baseado no costume, na *lex loci*, onde quase sempre perdia; embora algumas (raras) vezes ganhasse. Segundo ele, no entanto, as vitórias do cidadão humilde “... sobre os poderosos ou a realeza, foram certamente infrequentes. Mas uma ou duas delas foram bem longe, fornecendo legitimação popular à lei e endossando a retórica do constitucionalismo, fundamento da segurança da propriedade fundiária.”⁴⁶²

Ou seja, nessa linha, recorrer ao judiciário legitimava a ação desse poder como a autoridade para resolver o problema. Ocorre que, dadas as condições políticas – da Inglaterra setecentista ou do Brasil ditatorial – as chances de perder eram sempre maiores; e isso, progressivamente, legitimava a ação da lei, mesmo sendo ela injusta. Como pudemos perceber

⁴⁵⁹ Idem. p.42

⁴⁶⁰ FASSONI, Laurita Fernandes. APUD: PAULA, Ricardo Pires de. Op. Cit., p. 24.

⁴⁶¹ PARANÁ, Denise. **Lula, o filho do Brasil**. -3ªed.-. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 118.

⁴⁶² THOMPSON, E. P. “Costume, lei e direito comum”. IN: _____ **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 p. 98.

acima, mesmo em um momento de radicalização ainda era o advogado o ser que parecia capaz de trazer a melhor solução para o problema o que, entendemos, reforça a noção de que, para grande parte do professorado, radicalizar era mover uma ação judicial.

De certa forma, pode-se inferir que, se nas gestões do grupo conservador a categoria apostava na proximidade com o governo para conseguir seus objetivos, agora era o departamento jurídico que parecia ser a grande solução. Em relação ao Estatuto do Magistério, como vimos, nem um nem outro trouxeram resultados. É verdade que o setor jurídico obteve vitórias importantes para a A.P.P. – como a retomada do código 227, a retomada do Clube do Professor ou a derrota de Leonídia Staut em sua pretensão eleitoral – mas raras vezes, ao que consta, em reclamações trabalhistas ou direitos para a categoria. Mais vitórias jurídicas importantes nesse sentido virão depois, com o enfraquecimento da ditadura e no período democrático. E mesmo nesses últimos períodos, um bom levantamento talvez mostrasse mais derrotas que vitórias no Judiciário.

Foi pelo Judiciário, ainda, a última tentativa do grupo conservador de interferir na A.P.P. Como já comentamos antes, o novo papel da imprensa na distensão tornou-a, também, o terreno onde as teses contrárias ao grupo liberal apareciam. E o assunto era o – ainda - polêmico Clube do Professor. No dia 07 de novembro, a Gazeta do Povo publicou matéria sobre a suspensão de uma assembleia de professores por um oficial de Justiça. O motivo fora o ingresso da professora Leonídia Staut – impedida judicialmente de disputar a presidência da A.P.P. – com uma ação, alegando que a assembleia, que envolveria a A.P.P. e o Clube do Professor, era ilegal, porque o presidente do clube, Dino Zambenedetti, havia se apossado ilegalmente do cargo. A denúncia envolvia ainda a acusação de “atos de vandalismo” operados pelo presidente na sede do Clube.⁴⁶³

No dia 9, uma extensa matéria do Correio de Notícias – “a estranha briga dos professores” - trazia o atual presidente da A.P.P., Ruben de Oliveira, não apenas rebatendo as acusações, mas também acusando a Incorporadora Raffo de arrecadar valores e não construir a sede, motivo pelo qual já havia decidido cobrar as multas contratuais. Na Gazeta do Povo, Oliveira afirmava, ainda, que a A.P.P. (e não o grupo liberal) estava enfrentando “um tripé, formado pela

⁴⁶³ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 348.

Incorporadora Raffo Ltda... Leonídia T. Staut, associada da Associação dos Professores do Paraná e do Clube do Professor e funcionária de confiança da Secretaria de Educação e Cultura; e pelo secretário de Recursos Humanos, Gastão de Abreu Peres...”⁴⁶⁴

Alguns dias depois, o advogado da incorporadora, junto com o representante do CRPP, tentou invadir o clube, dizendo representar o secretário Gastão de Abreu Peres e com ordens judiciais para prender Ruben de Oliveira e Dino Zambenedetti. Ato contínuo, nova reportagem algum tempo depois, com o presidente da A.P.L.P. acusando o secretário de tumultuar o magistério, juntamente com o presidente do CRPP e a professora Leonídia. Esta última, no dia seguinte, reuniu a imprensa para se defender e o título da matéria foi “Professora responde e complica Abreu Peres”⁴⁶⁵. Segundo os representantes do grupo liberal, a sede do clube não fora erguida por que Staut, a Raffo e Abreu Peres desviavam o dinheiro arrecadado dos sócios, motivo pelo qual a A.P.P. ingressou com mandado de segurança, e ganhou, obrigando a Secretaria de Recursos Humanos a devolver mais de um 1 milhão e 500 mil cruzeiros que arrecadara ilegalmente do Clube.

Até o mês de março de 1978, a A.P.P. frequentemente denunciava nos jornais a venda de títulos frios do Clube, realizada, segundo a entidade, usando seu nome, mas pelo mesmo “tripé” acusado anteriormente. Ao final, a A.P.P. fez um acordo com a empresa e assumiu o Clube do Professor e seu patrimônio, concluiu a sede e este hoje é administrado por ela. Como se pode observar, o recurso à justiça funcionava em questões como essa, mas, por exemplo, quando ingressou com ação para dar estabilidade aos suplementaristas, o objetivo não foi conseguido judicialmente. De todo modo, esse caso foi a última tentativa realmente séria do grupo Conservador em fazer alguma oposição aos liberais, usando o judiciário e a imprensa como suportes, mas sendo derrotado nos dois espaços.

A antipatia do governo ao grupo liberal era nítida, e entendemos que foi um dos grandes motivos para o afastamento do mesmo em direção à oposição aberta. Em maio, foi convocada uma assembleia com caráter comemorativo pelos 30 anos de existência da A.P.P. e “... a professora Nedy disse que realmente é forte, num dia em que se pensava em comemorar os 30 anos de fundação da A.P.P., ver tamanhas injustiças cometidas contra a classe por um governo prepotente.”⁴⁶⁶ Em seguida os dirigentes da gestão anterior foram convidados a falar, e o professor Eduardo Tavares Pereira “ disse do atrelamento da Associação ao Governo até a *atual equipe*

⁴⁶⁴ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 347.

⁴⁶⁵ Idem. p. 355.

⁴⁶⁶ APP-SINDICATO. **ASSEMBLEIAS APP. ATAS DE ASSEMBLEIAS GERAIS DA A.P.P. 03/1976 A 1978 PRESIDENTE EDUARDO PEREIRA**. Curitiba: APP-Sindciato, pasta nº 19. p. 8.

assumir, ou seja, até 1974, e que isto prejudicou em muito os professores. Será preciso, portanto, um trabalho desdobrado para recuperar o tempo perdido. Aplaudido pelos presentes...”⁴⁶⁷

Agora, isto é, depois dos vetos ao Estatuto do Magistério, ficava nítido que descolar-se do governo constituía em ganho político, como mostram os aplausos à fala de Pereira na assembleia. Até 1973 estar próximo ao governo era fator que capitalizava internamente, mas isso mudara bastante, e esse cálculo político não poderia passar despercebido por um grupo que demonstrava grande sagacidade e organização.

Se, por um lado, era nítida a antipatia dos representantes do governo pelo grupo liberal, e as frequentes tentativas de interferir na entidade em favor dos conservadores; por outro lado, a postura firme do MDB em relação ao Estatuto do Magistério, e a defesa das pautas dos professores, levavam nitidamente a uma simpatia maior, ao menos dos dirigentes, pelo partido de oposição. Obviamente, não se pode esquecer que Zambenedetti, por exemplo – nesse momento presidente da A.P.L.P. e, na gestão seguinte, vice-presidente da A.P.P. – fora um dos fundadores do MDB em Londrina, e dirigiu o Instituto de Previdência do Estado (IPE) na gestão de José Richa.

Embora se declarassem neutros em questões político partidárias, seria ingenuidade demais acreditar que as mobilizações da associação não favoreciam a oposição à ditadura. Assim como acreditar que essa oposição era um dado de princípios dos liberais desde sua organização na A.P.P.: como já mostramos, sua ida para a oposição de fato foi um processo.

Em reportagem de setembro de 1977, onde se mostrava indignado com a situação dos professores, especialmente devido aos vetos do governador no Estatuto do Magistério e à vigência do decreto 1495/76, Ruben de Oliveira tecia elogios ao deputado Eneas de Faria, por sua defesa em relação aos professores, e ao deputado Maurício Fruet, autor de um projeto de lei de contagem de tempo de serviço.⁴⁶⁸ E nas eleições seguintes, em 1978, o ex presidente da A.P.P., Eduardo Tavares Pereira, e o atual presidente da A.P.L.P., Dino Zambenedetti, foram lançados candidatos “do magistério” à deputado federal e estadual, respectivamente; pelo MDB. Em assembleia de maio de 1978, ainda presidente

O prof. Ruben falou sobre o seu pronunciamento político nos jornais e televisão nos últimos dias, dizendo que falou em termos pessoais a respeito da indicação do prof. Dino Zambenedetti e do prof. Eduardo Tavares Pereira para fazerem a dobradinha do

⁴⁶⁷ Idem.

⁴⁶⁸ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 344

magistério nas próximas eleições, com o apoio da classe e solicitou o referendo da classe que foi aprovado pela Assembleia.⁴⁶⁹

Obviamente o pronunciamento na imprensa não fora fortuito, e nem “em termos pessoais” como se justifica. É evidente o peso que possuía em termos eleitorais o elogio de candidaturas pelo presidente da associação. O fato é que, depois de 4 anos na direção, pela primeira vez o grupo liberal dava mostras públicas de que optou pelo partido de oposição à ditadura. Dada a situação do magistério e a frustração em relação à melhores condições de vida e carreira, não há registro de críticas a isso na base, ao contrário, pode-se supor que tal fato tenha sido bastante bem recebido, embora o discurso de neutralidade política tenha continuado presente e forte.

Analisando a insatisfação e as propostas de greve dos professores em uma assembleia, o informante da Polícia Federal concluía que “ao que tudo indica, o Estatuto do Magistério, deverá se tornar um pesado ônus político para o Governo do Estado, que ao vetar alguns artigos que representavam conquistas sociais e econômicas para a classe, desfigurou-o na sua essência...”⁴⁷⁰ Entendemos que o ônus político foi para o regime ditatorial como um todo, pois uma de suas consequências mais evidentes foi a aproximação aberta da categoria, especialmente dos dirigentes liberais, com o MDB e a oposição.

4.2 A GREVE/CONGRESSO DE 1978 E INDÍCIOS DE UMA OPOSIÇÃO DE ESQUERDA.

Um dos itens mais caros aos professores na versão do Estatuto que desejavam, era a remoção. No projeto enviado pelo Executivo à Alep – e depois vetado pelo próprio governo – estavam descritas regras para remover o professor de uma escola à outra. Sem regras claras, as remoções se tornavam uma arma política nas mãos do Estado, que podia – como muitas prefeituras fazem até hoje – simplesmente deslocar os professores mais ‘inconvenientes’ para outros estabelecimentos; fosse a desejo de um secretário, deputado, vereador ou diretor. Ou, ao contrário, deslocar aqueles que lhes eram subservientes para espaços melhores, mais próximos de suas casas etc.

⁴⁶⁹ APP-SINDICATO. ASSEMBLEIAS APP. ATAS DE ASSEMBLEIAS GERAIS DA A.P.P. 03/1976 A 1978 PRESIDENTE EDUARDO PEREIRA. Curitiba: APP-Sindicato, pasta nº 19. p. 12.

⁴⁷⁰ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: Associação dos Professores Licenciados do Paraná. Pasta 92.a. 11. p. 86.

Juntamente com a eleição de diretores – também vetada pelo governador – era um dos elementos que permitia o fim, ou ao menos uma parcela menor, da interferência política na educação. Não bastassem os vetos ao Estatuto do Magistério, e a absoluta falta de regulamentação mesmo daquilo que fora aprovado, o ano iniciava-se com uma série de remoções arbitrárias ex-offício, perpetradas pelo governo do estado. Em 1976, o jornal Panorama publicara as palavras do deputado arenista Dácio Leonel: “é absolutamente válido trocar de cargos as pessoas que não sejam políticas e não defendam o Governo. Fizemos isso na Inspeção em Londrina e pretendemos fazer em todas as escolas...”⁴⁷¹.

O presidente da associação foi aos jornais denunciar que a remoção estava sendo comunicada verbalmente aos professores, apenas em uns poucos casos por escrito. Nas palavras do presidente eram “remoções absurdas, tratando o mestre como um brinquedo, tirando-o abruptamente de uma escola para outra” e afirmava estranhar que “na terra de sua excelência, o ministro da educação, Ney Braga, o professorado ainda não foi atendido.”⁴⁷² É a primeira vez que um dirigente lançava publicamente críticas às autoridades do governo federal; embora na base tais críticas já tivessem aparecido antes, como pontuamos acima.

Essa postura mais independente em relação ao governo, alardeada pelos liberais, não pode ser desvinculada também do fator financeiro. Em dezembro de 1978 a entidade contava com 7.761 associados, e em maio desse mesmo ano as mensalidades cobradas foram elevadas para 30 cruzeiros – embora não exista registro do valor anterior, alguns professores propuseram 25, o que supõe algo em torno de 20 cruzeiros -, em um aumento, portanto, bastante substancial. Ainda em maio foi aprovado o início da construção da colônia de praia em Guaratuba, que pertence ao patrimônio da entidade até hoje.⁴⁷³ Agora a associação podia bancar suas próprias despesas - e expandir seu patrimônio - sem precisar recorrer aos cofres públicos, o que era praticamente impossível na maior parte do período em que os conservadores a dirigiram.

Outro fator importante é que, em 1978, a A.P.P. passou a publicar quinzenalmente um boletim no jornal O Estado do Paraná. Além de demonstrar poderio financeiro, já que era uma página inteira, denominada “Jornal da Educação”⁴⁷⁴, era um espaço para apresentar suas demandas ao grande público, e onde se faziam críticas às políticas educacionais, ou à falta delas.

⁴⁷¹ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: Associação dos Professores Licenciados do Paraná. Pasta 92.a. 11. p. 144.

⁴⁷² DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: Associação dos Professores do Paraná. PT 94b.12. p. 359.

⁴⁷³ APP-SINDICATO. ASSEMBLEIAS APP. ATAS DE ASSEMBLEIAS GERAIS DA A.P.P. 03/1976 A 1978 PRESIDENTE EDUARDO PEREIRA. Curitiba: APP-Sindicato, pasta nº 19. p. 10.

⁴⁷⁴ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: Associação dos Professores do Paraná. PT 94b.12. p. 368.

A imprensa escrita, que fora usada para atacar o grupo liberal, se tornara em instrumento de propaganda do mesmo. Diferente do jornal O Atalho, da APLP, que precisara inclusive mudar de nome, nesse espaço as críticas eram menos ácidas, porém não sofriam censura alguma. E o texto era totalmente elaborado pelos diretores liberais, cujos nomes apareciam no canto inferior direito.

Vencidos os prazos para Leonídia Staut e sua chapa recorrerem, após derrota em segunda instância, cabia à atual diretoria, provisória desde o final de 1976, organizar novas eleições, que foram marcadas para o mês de maio. Os conservadores não apresentaram chapa – nenhum outro grupo apresentou – e, portanto, depois de 1969, era a primeira vez que as eleições tinham chapa única. Se olharmos para os resultados, podemos perceber que a falta de concorrência parece ter desestimulado o comparecimento. Na sub-sede de Paranaguá, compareceram 50 votantes, sendo 48 votos para a chapa única “Magistério Unido é Decisão” e 2 em branco; em Curitiba, para a direção geral, foram 65 votos para a chapa única e 4 em branco.⁴⁷⁵ Na eleição de 1973, os votos válidos somados haviam chegado a 2730.

A eleição, na prática, foi mais um referendo, e o resultado, apesar do pouco comparecimento, não apresentava nenhuma surpresa. A falta de chapas do grupo conservador demarca, em nosso entendimento, uma consolidação do poder dos liberais na entidade. O grupo conservador possuía uma série de outros nomes além de Staut – esta continuava ocupando cargo de confiança na Secretaria de Educação e Cultura -, que poderiam fazer frente aos liberais, mas ninguém se apresentou. Por um lado, boa parte de seus quadros mais competitivos estava agora ligada ao CRPP – último reduto dos conservadores e que vinha tendo problemas na base por sua aceitação dos vetos ao Estatuto - e às associações regionais, que se opunham à A.P.P., mas que não a disputavam; não eram associados à “1ª região”.

Por outro lado, como comentamos no segundo capítulo, a expansão do Ensino Superior no país levava ao deslocamento dos melhores salários e condições, que antes se concentravam mais no ensino secundário. Vários professores atuavam tanto no secundário como no superior, caso, por exemplo, de Zambenedetti, Fávoro, Argemiro Karling, Ocyron Cunha, e outros. Estes espaços no ensino superior acabaram sendo ocupados por professores homens e, em sua maioria, os quadros conservadores mais competitivos eram homens que, ademais, desde 1974, podiam optar pela Dedicção Exclusiva na universidade federal. Se tomarmos o caso de dois dos conservadores mais representativos, Faustino Fávoro e Ocyron Cunha, podemos perceber isso

⁴⁷⁵ APP-SINDICATO. ASSEMBLEIAS APP. ATAS DE ASSEMBLEIAS GERAIS DA A.P.P. 03/1976 A 1978 PRESIDENTE EDUARDO PEREIRA. Curitiba: APP-Sindicato, pasta nº 19. p. 14.

com mais clareza: em 1978 Cunha assumiu a reitoria da UFPR⁴⁷⁶ e Fávoro era tesoureiro da APUFPR entre 1977 e 1979.⁴⁷⁷

A chapa, liderada por Izaias Ogliari e tendo Dino Zambenedetti como vice presidente, além de nomes históricos do grupo liberal, como Olien Zétola, líder do congresso de 1968, assumiu já no dia 21 de maio. No mesmo dia ocorreram eleição, apuração e posse, apressando os ritos, afinal, o grupo era o mesmo. Na primeira reunião de diretoria definiu-se que a linha de ação seria “... diplomática, coerente, perseverante e atuante, mas inflexível no que diz respeito aos direitos dos professores.”⁴⁷⁸ Ogliari compunha a chapa quando da primeira tentativa de destituição de Fávoro, em 1972, já era o nome liberal à presidência quando da segunda tentativa de destituição de Fávoro, em 1973, continuou sendo na eleição suspensa de 1973, presidiu a entidade de 1978 a 1985, fez seu sucessor, e voltou a presidi-la entre 1991 e 1993.

Sem a regulamentação do Estatuto – mesmo ‘mutilado’ – e com uma inflação que encerrou 1977 em 38,78%, e chegaria a 40,81% em 1978⁴⁷⁹, a insatisfação dos professores foi elevada. Mais que descontentamento, redundou em revolta aberta, completando um percurso que se iniciara pela confiança e espera fiduciária na ação do poder público. Na verdade, levou a um acontecimento extraordinário: uma segunda greve de professores em plena ditadura militar. Obviamente, esse ‘acontecimento extraordinário’ só pode ser explicado – como ensina Bourdieu – se o colocamos em uma série de acontecimentos ordinários nos quais se insere.

A questão da inflação viria a ser tema de muitas discussões nos anos seguintes, mas 1977 tem uma importância histórica singular nesse sentido. Segundo Boris Fausto:

Em agosto de 1977, o governo admitiu que tinham sido manipulados os índices oficiais de inflação referentes a 1973 e 1974. Como eles regulavam os índices de reajuste salarial, verificou-se que os assalariados haviam perdido 34,1% de seu salário real naqueles anos. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema iniciou uma campanha para a correção dos salários.⁴⁸⁰

A Campanha de Reposição das Perdas Salariais foi importante, entre outras coisas, porque mostrou para os trabalhadores que os sindicatos podiam ser mais que entidades de

⁴⁷⁶ <http://memoriasparana.com.br/ocyron-cunha/> acesso em 06/06/2020

⁴⁷⁷ <https://www.apufpr.org.br/files/personalizado/1006.pdf> acesso em 06/06/2020

⁴⁷⁸ APP-Sindicato. **ATAS DAS REUNIÕES DA DIRETORIA DA APP DURANTES OS ANOS DE 78/79/80/81/82 DE 24/06/78 A 20/02/82**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº13. p. 1.

⁴⁷⁹ <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> acesso em 06/06/2020

⁴⁸⁰ FAUSTO, Boris. Op. Cit. p. 499.

assistência social e jurídica. Segundo Margaret Keck “antes dessa campanha, como as reivindicações sindicais tendiam a ser feitas a nível jurídico, era necessário haver, mais do que mobilização e organização dos operários nas fábricas, boas relações com os advogados dos sindicatos.”⁴⁸¹ Essa mobilização, segundo Moreira Alves “abriu caminho para as greves que se seguiram em 1978, 1979 e 1980.”⁴⁸²

Em 1978, além da explosão de greves, houve também eleições legislativas, uma vez que o Pacote de Abril mantivera como indiretas as eleições para governador; e também a sucessão presidencial (indireta). Esta última fora ‘extraoficialmente’ lançada com a tentativa de golpe de Estado do general Sylvio Frota, e sua consequente demissão por Geisel, em outubro de 1977. De certa forma, foi uma última tentativa de articulação política da linha-dura para retomar a presidência. Geisel indicou Figueiredo, general de três estrelas rapidamente promovido com o óbvio intuito de ser candidato – havia uma regra informal, de que os generais presidentes precisavam ter quatro estrelas – e, mesmo assim, a efervescência política continuava. O candidato do MDB era outro general, Euler Bentes Monteiro [o Brasil, realmente, não é para principiantes], com uma plataforma que incluía até mesmo liberdade sindical e direito de greve.

Por outro lado, a situação econômica só se deteriorava. Os trabalhadores iam sendo rapidamente empurrados à piores condições de vida e, para Moreira Alves “é importante dizer que os trabalhadores *White collar* e de classe média eram atingidos pelas mesmas políticas de arrocho salarial. Por exemplo, em 1978, os professores dos prósperos Estados de São Paulo e Paraná ganhavam o equivalente a 226 dólares por mês.”⁴⁸³

Em maio, 100 operários da fábrica Saab-Scania em São Bernardo do Campo, compareceram ao trabalho, bateram cartão e cruzaram os braços. Rapidamente seu exemplo foi seguido por diversas outras fábricas da região e, na 9ª semana havia mais de 245 mil trabalhadores em greve, em 9 cidades da região. Ao longo de vários anos de debates, os sindicalistas haviam chegado a duas importantes conclusões: nada nas leis de greve indicava que comparecer ao trabalho, ligar as máquinas e não trabalhar era legalmente uma greve; os metalúrgicos não eram considerados um setor essencial pela Lei de Segurança Nacional.⁴⁸⁴

Embora surpreendidos a princípio – “talvez por falta de hábito, muitas pessoas consideraram a greve anormal, fantástica”⁴⁸⁵ -, governo e empresários não demoraram a agir.

⁴⁸¹ KECK, Margaret Elizabeth. PT – **A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. p. 97.

⁴⁸² MOREIRA ALVES, Maria Helena. Op. Cit. p. 246.

⁴⁸³ Idem. p. 250.

⁴⁸⁴ Idem. p. 248.

⁴⁸⁵ Idem. p. 249.

Houve negociação, mas também houve repressão. Entre as medidas tomadas foi publicado, no dia 4 de agosto, o decreto-lei nº 1632 que dispunha sobre “... a proibição de greve nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional”⁴⁸⁶ assinado pelo ainda presidente, Ernesto Geisel.

No Paraná, se olharmos os anos mais recentes do regime, podemos perceber que 1976 iniciou-se com o decreto 1495; 1977 com a notícia dos vetos do governador ao Estatuto do Magistério; e 1978 com as remoções ex-ofício. O ano seguinte, 1979, iniciar-se-ia com a publicação da exigência de antecedentes criminais, ao invés dos já solicitados antecedentes políticos, para todos os professores, a ser obtida na DOPS, e dispensa de mais de 3 mil professores suplementaristas.

A situação era de radicalização, e o exemplo de organização e luta dos metalúrgicos do ABC não passava despercebido. Uma assembleia da APLP estava marcada para o dia 5 de agosto (um dia depois da publicação do decreto de Geisel), em Londrina. Se no ano anterior o fechamento do Congresso, e o pronunciamento do presidente em 1º de abril, haviam esfriado um pouco os ânimos para participar de uma assembleia marcada para o dia seguinte, 2 de abril, dessa vez decidiu-se pela greve, ou melhor, Congresso, com decreto 1632 e tudo. Atentemos para o que a AESI (Assessoria Especial de Segurança e Informações) da UEL nomeava ‘um grupo de professores esquerdistas que formam a ala radical da APLP’ e o papel que possivelmente teve nessa decisão. É um fato relevante, ainda mais se considerarmos que Zambenedetti era frequentemente chamado de ‘esquerdista’ e ‘comunista’, e agora havia um grupo tão a esquerda que o mesmo passou a ser considerado moderado.

No dia 8 de agosto, apesar de já existirem pastas como “APP, APLP, Professores”, a DOPS abriu uma pasta específica “Greve dos Professores do Paraná Agosto/78”. Embora não houvesse ainda uma decisão de todas as associações, a decisão de Londrina já motivara essa providência. O primeiro documento anexado, no mesmo dia, era um informe produzido pelo DOI (Departamento de Operação de Informações) a pedido do Ministério do Exército, cujo título era “líderes do movimento grevista do magistério” onde a professora Edezina de Lima Oliveira⁴⁸⁷ – futura integrante do PT na cidade – aparecia em destaque, uma vez que, segundo outros informes, era líder da ‘ala radical’. No mesmo dia, os agentes informavam a adesão de diversas escolas de Londrina e municípios vizinhos.

⁴⁸⁶ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1632-4-agosto-1978-350976-norma-pe.html> acesso em 07/06/2020

⁴⁸⁷ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Greve dos Professores do Paraná Agosto/78**. Pasta 1071. 130.

Vale ressaltar que, entre as 5 lideranças docentes de Londrina destacadas pelos órgãos de repressão no dia 08, apenas Edezina era mulher; na relação dos estudantes, são duas mulheres. Em uma lista posterior, aparecem 9 nomes, sendo duas mulheres. Na reunião realizada em Curitiba, foram arrolados os nomes de todos que compuseram a mesa e tiveram falas, apenas Neide Azevedo Lima, que não era docente e liderava o Movimento Feminino pela Anistia no Paraná, foi chamada à mesa.

Uma greve localizada, apenas com a participação da cidade de Londrina ou apenas com os professores licenciados, que eram os sócios da APLP, certamente seria fraca demais. E o comando de Londrina decidiu ir à Curitiba, tentar convencer a A.P.P. Foi marcada uma assembleia conjunta da A.P.P., A.P.L.P, ATED (Associação Toledana de Educadores) e APROPAL (Associação dos Professores de Palmas) para o dia 10 de agosto. As manchetes de jornal eram “espera-se pela capital”⁴⁸⁸, “Curitiba decide hoje”⁴⁸⁹ e mostravam a enorme expectativa em torno do assunto. A 9 de agosto, a diretoria da A.P.P. se reuniu para debater:

Agradecendo a presença de todos, disse o presidente ter recebido um telefonema do secretário da Educação e cultura para uma audiência amanhã, dia 10, as 9:00 horas, com a Diretoria da APP, a fim de tratar do movimento dos professores no Norte, suas reivindicações e da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na sede da APP, dia 10, as 20 horas. Decidiu-se solicitar ao governo um imediato e real atendimento pronunciamento, pois a tendência do professorado de Curitiba também é de entrar em Congresso.⁴⁹⁰

Segundo a ata, todos os diretores presentes concordaram que era importante encontrar-se com o secretário, mas ponderaram que o governo dificilmente iria atender às reivindicações da categoria. E perguntavam-se, ato contínuo “neste caso, qual seria a posição da cúpula da entidade? ” Afinal, decidiu-se que “caso decidam pelo Congresso, a associação não deverá encabeçá-lo, devendo a assembleia escolher os elementos para coordenar e liderar o movimento. Todos concordaram...”⁴⁹¹

Em 1968 a diretoria do grupo conservador não se comprometeu, também, em liderar o movimento, reservando-se o cargo de relações públicas do mesmo e dominando sempre as comissões de negociação. Agora, o grupo que liderara aquele processo e tinha em sua diretoria

⁴⁸⁸ Idem. p. 118.

⁴⁸⁹ Idem. p. 122.

⁴⁹⁰ APP-Sindicato. **ATAS DAS REUNIÕES DA DIRETORIA DA APP DURANTES OS ANOS DE 78/79/80/81/82 DE 24/06/78 A 20/02/82.** Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº13. p. 5.

⁴⁹¹ Idem.

inclusive o presidente do Congresso de 1968, Olien Zétola, resolvia tomar a mesma atitude. Embora não existam atas dessa greve, assim como 10 anos antes, o relatório da DOPS aponta que “... por proposta do professor Ruben de Oliveira foi transformado (sic) a reunião para Congresso de Professores, com a conseqüente paralisação das aulas nos estabelecimentos escolares do Estado, proposta essa aprovada por unanimidade de votos pelos aí presentes.”⁴⁹² Ao final do relatório, e contrariando a decisão da direção no dia anterior, o agente informa “... cujo coordenador ficou sob responsabilidade do próprio presidente da Associação dos Professores do Paraná (sic).”⁴⁹³

Ruben de Oliveira, já apontamos, era um dirigente que sempre se pronunciava de forma mais ríspida em relação ao governo estadual, assim como Zambenedetti. Este último era vice-presidente da A.P.P. nessa gestão, e possuía grande influência na APLP, fundada por ele. Zambenedetti aparece também como um dos “mentores intelectuais”⁴⁹⁴ do movimento grevista em Londrina, em relatório de 8 de agosto [a expressão “mentor intelectual” remete à noção de planejamento de crimes no jargão policial; e assim as greves eram vistas pelas forças de repressão respaldadas, ainda, pelo recente decreto presidencial]. Embora Ruben de Oliveira não fosse mais o presidente e nem estivesse na direção, sua proposta de adesão à greve/Congresso pode ser entendida pela proximidade de posicionamento com Zambenedetti que, embora não estivesse na direção da APLP, certamente trabalhava como ‘mentor intelectual’ para convencer lideranças de Curitiba, sabendo que a diretoria da A.P.P. não queria se comprometer com o movimento.

Referindo-se a uma assembleia conjunta em 16 de maio de 1977, a DOPS pudera anotar que:

A situação em realce no PARANÁ, ainda não tomou rumos contrários à ordem pública “... face à atuação moderadora dos Presidentes da APP e APLP, RUBEN DE OLIVEIRA E ARGEMIRO ALUÍZIO KARLING, respectivamente, os quais, toda vez que os ânimos adquirem características de extrapolação e desordem, agem energeticamente e tem conseguido, até agora, controlar os mais agitados e repudiar qualquer manifestação ou reivindicação de caráter puramente contestatório.”⁴⁹⁵

⁴⁹² DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Greve dos Professores do Paraná Agosto/78**. Pasta 1071. 130. p. 35.

⁴⁹³ Idem. p. 36.

⁴⁹⁴ Idem. p.18.

⁴⁹⁵ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores Licenciados do Paraná**. Pasta 92.a. 11. p. 37.

Agora, pouco mais de um ano depois, o professor Ruben não fizera esforço para conter a base e, possivelmente, se o fizesse não obteria resultados positivos. Referindo-se à greve dos metalúrgicos desse ano, Lula criticava o fato de que algumas pessoas a tenham considerado ‘fantástica’ por não estarem acostumadas a ver os trabalhadores lutando por seus direitos. Em relação à greve dos professores do Paraná, podemos perceber que as condições para esse movimento ‘extraordinário’ já vinham sendo colocadas havia bastante tempo e que, em parte, não haviam eclodido antes pela relutância dos dirigentes.

A observar a decisão dos diretores da A.P.P., em 9 de agosto, ainda não aconteceria uma greve. Mas, como apontamos anteriormente, a realidade é mais dinâmica que a mera imposição da vontade dos dirigentes sobre as bases. Embora seja verdade que na maior parte do tempo os dirigentes oligarcas tenham ampla liberdade – afinal, as bases precisam trabalhar e não podem dedicar-se a controlar o aparelho o tempo todo, não são ‘liberadas’ – isso não é uma lei absoluta e incontestável das organizações de massa. Arendt afirma que esperar conter as ações humanas dentro de leis absolutas, como se elas pudessem ser sempre previsíveis, é uma empreitada intelectual que resulta em doutrinas (‘ciências’ talvez) “... cuja própria popularidade parece consistir em que elas oferecem um refúgio confortável, especulativo ou pseudo-científico em relação à realidade.”⁴⁹⁶

Observando as rebeliões estudantis nos Estados Unidos dos anos 1960, ela afirma que “uma rebelião estudantil quase exclusivamente inspirada em considerações morais decerto pertence àqueles eventos totalmente inesperados desse século.”⁴⁹⁷ Acrescentaríamos que a eclosão de uma greve de professores ‘na terra de sua excelência o ministro da educação’ um dia depois da publicação de um decreto presidencial que as proibia no serviço público, e em plena ditadura militar, também pode ser olhada desse viés, embora, como apontamos, diversos fatores viessem já de longa data se acumulando para provocá-la.

Analisando o caso de São Paulo, Vicentini e Lugli dizem que “diferentemente da greve promovida em 1963, as greves realizadas no final dos anos 1970 foram deflagradas à revelia das duas principais associações docentes do estado (o CPP e a APEOESP)”⁴⁹⁸ No Paraná, de certa forma, podemos afirmar com segurança que esta greve foi à revelia da A.P.P. (das lideranças) embora depois a direção tenha assumido o movimento e Ogliari se tornasse seu coordenador.

⁴⁹⁶ ARENDT, Hannah. **Sobre a violência...** p. 45.

⁴⁹⁷ Idem.

⁴⁹⁸ VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. Op. Cit. p. 200.

Nesse ano, segundo Moreira Alves, ocorreram três greves de professores no país. Uma delas foi no Paraná, geralmente visto como um bastião da ordem e do conservadorismo. Como os metalúrgicos haviam mostrado no ABC, um requisito fundamental, além de toda preparação, organização ou capacidade, para fazer uma greve nesse momento histórico, era a coragem. Não aquela dos heróis, mas a dos homens e mulheres ‘comuns’ que ousam dizer sua palavra e realizar seu ato, apesar de tudo. É certo que não se tratava de uma ditadura totalitária e que havia, nas palavras de Arendt “um mínimo de poder político”⁴⁹⁹ a ser exercido pelos professores na época. Mas esse mínimo requeria ação para tornar-se em possibilidade de reivindicar.

Apesar de ter sido um movimento bastante pacífico e ordeiro, sem passeatas e sem movimentação de rua, haviam comissões pequenas que percorriam as escolas procurando dialogar com os professores que não aderiram, ou que estivessem voltando a dar aulas. O governo estadual não se acanhou em colocar policiais à frente dos estabelecimentos de ensino para impedir essas ações. No dia 12 de setembro, o professor Ruben de Oliveira foi preso quando entregava panfletos com o título “Carta Aberta ao Povo do Paraná”, em nome do movimento de greve. Em seu auto de qualificação e interrogatório, fez questão de registrar que considerava sua detenção uma coação moral e que “do momento da sua detenção às 19:30 horas até o presente horário 04:00 horas não lhe foi servido qualquer tipo de alimentação.”⁵⁰⁰

Havia dois tipos de manifestos e panfletos organizados e publicados pelos coordenadores do Congresso. Melhor dizendo, dois tipos de público a que se destinavam. Alguns, como este que Ruben de Oliveira distribuía ao ser detido, eram destinados aos pais e alunos, buscavam justificar a greve e conseguir compreensão e apoio dos mesmos, e da opinião pública em geral. Procuravam mostrar que as pautas eram justas e o governo estava em débito com os professores. Eram intitulados “carta aberta ao povo de Curitiba”⁵⁰¹; “Boletim Oficial do Congresso dos Professores”⁵⁰²; “Segunda carta aos professores de Curitiba”⁵⁰³, etc.

O outro tipo era de ‘circulação interna’. Eram nomeados de “carta aos mestres”⁵⁰⁴ ou começavam com o título “colegas professores”⁵⁰⁵ e visavam convencer os professores a se manter no movimento, ou aderir ao mesmo.

⁴⁹⁹ ARENDT, Hannah. **Responsabilidade e Julgamento...** p. 108.

⁵⁰⁰ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Movimento dos Professores do Paraná**. Pasta 1407. 166. p 94.

⁵⁰¹ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Greve dos Professores do Paraná Agosto/78**. Pasta 1071. 130. p 52.

⁵⁰² Idem. p. 61.

⁵⁰³ Idem. p. 86.

⁵⁰⁴ Idem. p. 91.

⁵⁰⁵ Idem. p. 63.

Uma análise rápida dos argumentos utilizados, nos leva a pensar a partir da gestão das paixões políticas. Podemos inferir que o movimento definia-se, basicamente, contra dois inimigos: o governo e os professores recalcitrantes. Ao se referir ao governo (estadual) os manifestos usavam expressões como “... notícias enganosas divulgadas por fontes do governo”⁵⁰⁶, “não podemos educar sob ameaças e humilhações”⁵⁰⁷, “denunciamos a farsa do diálogo”⁵⁰⁸ “o Governo queria apenas fugir outra vez de sua responsabilidade para com a Educação”⁵⁰⁹. Denunciavam ainda o impedimento de acesso aos meios de comunicação, como jornais, rádio e TV para expor suas razões ao público (de fato, é notório que as notícias de jornal sobre essa greve estão ligadas ao início e às negociações que a encerraram, não parecendo haver uma cobertura ampla como houve em 1968; não há sequer publicações da página que a A.P.P. pagava em ‘O Estado do Paraná’).

Em relação àqueles que não aderiam ao movimento, as expressões eram de apelo, mas também de acusação. Assim, na ‘carta aos mestres’ lê-se “Até quando permanecerás nessa passividade?... Até quando trairás a tua consciência profissional?... Até quando farás questão de prejudicar, dividir e desunir a tua classe?... Onde está a tua coragem, o teu brio, a tua personalidade?”⁵¹⁰ Perguntava-se, em seguida, se os educandos não interpretariam a atitude do recalcitrante como covardia. Esse material é bastante curioso, uma vez que em greves posteriores não se registra uma agressão tão explícita aos que continuaram trabalhando. Mas mostra também que o convencimento não prescinde de elementos de ordem afetiva.

A temática da coragem foi explorada também em outros documentos de circulação interna. Estamos falando de um movimento grevista em plena ditadura, e logo após Geisel baixar um decreto proibindo paralisações no serviço público; certamente, aderir requeria coragem, sendo mais simples continuar trabalhando. Miranda lembra que o governo ameaçava aplicar a Lei de Segurança Nacional, promover demissões sumárias e processos administrativos⁵¹¹; e importa lembrar o impacto das barreiras policiais em frente às escolas.

A temática da covardia mereceu também um material exclusivo. É o panfleto intitulado “confissões do professor covarde”⁵¹²:

⁵⁰⁶ Idem. p. 86.

⁵⁰⁷ Idem. p. 96.

⁵⁰⁸ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Greve dos Professores do Paraná Agosto/78**. Pasta 1071. 130. p. 109.

⁵⁰⁹ Idem.

⁵¹⁰ Idem. p. 91

⁵¹¹ MIRANDA, Romeu Gomes de. **PEQUENO HISTÓRICO DA MOBILIZAÇÃO DA APP-SINDICATO AS GREEVS**. Curitiba: APP-Sindicato. 1986. p. 2.

⁵¹² DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Greve dos Professores do Paraná Agosto/78**. Pasta 1071. 130. p. 98.

Confesso, acima de tudo, que sou COVARDE em não aderir ao Congresso... Instigo os educandos contra meus colegas em Congresso, tentando convencê-los de que devem ser como eu: só e sempre aplaudir as autoridades, os superiores... Percebo gritarem: Covarde! Se não sabe defender nem a sua própria profissão, que profissionais vai fazer de nós? Medroso, palerma, traidor, parasita, bajulador, fracassado... Me colocando contra eles e a favor das autoridades, estou suscetível mesmo de virar um Chefe, um Inspetor de Ensino e, até, por que não, um Secretário de Estado, quando não precisarei mais de ter consciência ou de usá-la.⁵¹³

Ansart recomenda que “é preciso pesquisar quais meios são comumente utilizados para provocar as emoções políticas e guiar os sentimentos pela via definida por seus gestores.”⁵¹⁴ Nesse caso, provocar o desprezo pelas atitudes do governo e forçar a adesão à greve passava por um trabalho de convencer, não apenas que os congressistas estavam certos, mas de que os representantes do poder público e os ‘traidores’ estavam errados. E as palavras usadas para descrever os inimigos nesses manifestos, vão muito além de argumentos racionais – embora estes também não faltassem – para provar a validade de suas teses.

Embora adotasse o mesmo nome da greve de 1968, “Congresso”, esse movimento diferiu bastante em diversos aspectos. Elencamos três que auxiliam nossa análise. Primeiramente, o envolvimento da Igreja Católica, já registrado 10 anos antes é verdade, mas que agora envolvia elementos dessa instituição que se haviam aperfeiçoado nos últimos anos, principalmente o seu movimento de base. Como “instituição em crise”⁵¹⁵ que perdia continuamente fieis para as denominações pentecostais e neopentecostais, a Igreja Católica decidira, a partir do Concílio Vaticano II e das conferências de Medellín e Puebla fazer uma, “opção preferencial pelos pobres.”⁵¹⁶ Como parte dessa política, o movimento de bases e a criação das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), levou à uma maior participação dos leigos e trabalhos nas periferias.

Se é verdade que entre 1974 e 1982 a igreja brasileira tornou-se “a mais progressista do mundo”⁵¹⁷ há que se pensar, mas é certo que nos movimentos grevistas a partir de 1978 ela teve

⁵¹³ Idem.

⁵¹⁴ ANSART, Pierre. A gestão das paixões políticas. p. 69.

⁵¹⁵ SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 11.

⁵¹⁶ GABRIEL, Moisés Nascimento. **Deus e os pobres: de Jó à Teologia da Libertação: um percurso de solidariedade divina com os marginalizados.** (Dissertação de mestrado). Belo Horizonte: Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, 2006. p. 109.

⁵¹⁷ MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985).** São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 170.

papel fundamental. Em 1968, os professores solicitaram apoio e auxílio de bispos católicos como mediadores entre eles e o governo. Em 1978 não apenas “a mediação da greve foi feita por D. Romeu Alberti”⁵¹⁸, que depois seria homenageado como sócio benemérito da A.P.P., como os professores do interior do estado “se reuniam em lugares cedidos por Igrejas”.⁵¹⁹ O advogado da A.P.P. nessa época, Wagner Rocha D’Angelis, era membro também da Comissão Justiça e Paz do Paraná – havia reclamações de que sua dedicação na Comissão levavam, inclusive, a estar pouco presente no departamento jurídico da entidade.

Por outro lado, dessa vez os professores não entendiam mais que os estudantes “possuem outras causas para defender”, como afirmavam em 1968. No primeiro Congresso, os professores se recusavam a aceitar qualquer ligação com o movimento estudantil. Certamente sua visão como categoria diferenciada, acima dos trabalhadores manuais – embora às vezes aparecessem como “boias-frias do ensino”⁵²⁰ –, e o conservadorismo reinante, cumpriam um importante papel nesse sentido; mas agora, em 1978, tanto na assembleia que deflagrou a greve em Londrina como na de Curitiba, os agentes da DOPS anotaram a presença de “membros do DCE/FUEL”⁵²¹ e “diversos Diretórios Acadêmicos da capital”⁵²² como participantes.

Embora esta tenha sido uma greve sem passeatas – segundo Romeu Gomes de Miranda “... ficamos limitados ao interior da APP... não saímos às ruas, não foi feita nenhuma passeata, nem concentração, nem acampamento, nem coisa nenhuma e aqui dentro, não incomodávamos o governo.”⁵²³ e, de certa forma, ainda mais ‘ordeira’ do que fora a de 1968, pode-se perceber que a participação do Movimento estudantil foi muito grande. Na pasta da greve e nas pastas das associações estão anotados diversos panfletos e manifestos de apoio organizados pelos estudantes.

É verdade que o movimento estudantil vinha se reorganizando desde, pelo menos, 1975, e voltava rapidamente a se mostrar um importante foco de descontentamento em relação ao regime. No Paraná, eles engrossaram manifestações e greves dos professores pelos anos seguintes, e promoveram suas próprias greves também. Apesar da aceitação dos estudantes, no entanto, não parece que as visões destes e dos professores sobre o movimento, a política e o país fossem muito próximas, ao menos nesse ano.

⁵¹⁸ OGLIARI, Isaias. Op. Cit. p. 16.

⁵¹⁹ MIRANDA, Romeu Gomes de. Op. Cit. p. 2.

⁵²⁰ VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. Op. Cit. p. 201.

⁵²¹ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Greve dos Professores do Paraná Agosto/78**. Pasta 1071. 130. p. 18.

⁵²² Idem. p. 28.

⁵²³ MIRANDA, Romeu Gomes de. Op. Cit. p. 3.

E o terceiro aspecto que destacamos é a pública e expressiva participação de membros do MDB em reuniões do Congresso. Embora fosse minoria na Assembleia Legislativa do estado e no Congresso Nacional, não se pode desprezar o aporte de recursos - ou mesmo simplesmente de auxílios como automóveis, disponibilidade de assessores e suporte jurídico, ou ajuda de custo para impressão de panfletos -, que um número grande de mandatos parlamentares pode proporcionar. Em uma reunião do dia 12 de setembro, realizada na Igreja Nossa Senhora de Guadalupe, em Curitiba, o agente da DOPS destacava que, além de D. Romeu Alberti, havia políticos presentes.

Em uma longa lista aparecem, ordenados, o deputado federal Paulo Marques, seguido de 12 deputados estaduais e 5 vereadores de Curitiba, todos do MDB. Em seu discurso, o deputado Nilso Sguarezi afirmou que “o político sofre o mesmo arbítrio que levou o professor Ruben a ser preso. Isso tudo interessa à ditadura.”⁵²⁴ O que se percebe com clareza nas falas anotadas, é que os deputados procuravam criticar o regime, enquanto as falas dos professores, mesmo a do professor Ruben, que fora preso por conta da greve, se prendiam mais à questão salarial e eram dirigidas especificamente ao governo do estado. O único que fez uma fala questionando as dificuldades impostas quando da prisão de Ruben – incomunicabilidade, mentiras sobre a localização real -, foi Wagner Rocha D’Angellis; possivelmente dada sua ligação com a Comissão Justiça e Paz.

Para Moreira Alves “uma análise das reivindicações dessas greves [de 1978], de seus resultados e da reação do governo... leva à conclusão de que os grevistas pretendiam sobretudo elevar seus níveis salariais.”⁵²⁵ Isto seja, ainda não era um momento de percepção dos movimentos também como instrumento político embora, na avaliação de Mattos “... ao se oporem à legislação salarial e sindical, extrapolaram o campo estritamente econômico e ganharam uma dimensão política importante.”⁵²⁶

Se olharmos para os manifestos lançados pelos professores congressistas e pelos estudantes – estes últimos não foram chamados a compor mesas e/ou falar em nenhum dos documentos que consultamos -, podemos perceber algumas diferenças significativas nesse sentido; até porque o movimento estudantil, tecnicamente, não estava ainda reivindicando um aumento de salários para si, sendo seu envolvimento de caráter não corporativo.

⁵²⁴ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Greve dos Professores do Paraná Agosto/78**. Pasta 1071. 130. p. 45.

⁵²⁵ MOREIRA ALVES, Maria Helena. Op. Cit. p. 252.

⁵²⁶ MATTOS, Marcelo Badaró. Op. Cit. p. 70.

No seu primeiro manifesto, o Diretório Acadêmico Rocha Pombo (DARP), de Curitiba, reproduzia o cabeçalho do documento dos professores que chamava para a assembleia de 10 de agosto, e listava as reivindicações dos mesmos, hipotecando seu apoio. Já nas semanas seguintes, enquanto os manifestos dos professores enfatizavam a injustiça de sua situação salarial e pediam compreensão e apoio aos pais e alunos afetados⁵²⁷, os representantes do movimento estudantil afirmavam, por exemplo, que:

Nos últimos anos os Trabalhadores Brasileiros e os estudantes vem sendo submetidos à uma violenta repressão policial e econômica, traduzidas por uma série de atos de exceção e por uma política econômica voltada para os interesses de uma minoria que detém uma forte concentração de renda e que se colocaram a soldo de Empresas Multinacionais. No entanto esta situação não poderia se manter indefinitivamente. O grande descontentamento acumulado, aliado à Crise Econômica que corrói a estabilidade do Regime, levaram nos últimos tempos à ditadura militar a uma crise profunda e incontrolável.⁵²⁸

Logo abaixo, no mesmo manifesto, estão listadas em caixa alta algumas pautas, como “pela liberdade de organização e expressão”, “pela anistia ampla e irrestrita”, “contra o ensino pago”, “pela constituinte democrática e soberana” e “pelas liberdades sindicais”. Já as reivindicações dos professores, expressas em panfletos distribuídos para a população, eram 4: “salário inicial de Cr\$ 5.000,00; estabilidade para os suplementaristas com mais de 10 anos de serviço; concurso para 1º e 2º graus; regulamentação imediata do Estatuto do Magistério”⁵²⁹. Uma análise mais crítica nos levaria a notar que, em 1968 requeria-se também o ‘fim da interferência política no ensino’ e a lista tríplice para eleição de diretores, enquanto agora, 10 anos depois, as coisas se resumiam mais à questão financeira.

Da parte dos professores, portanto, era um movimento mais corporativo e voltado para os salários e as condições de vida da categoria, e que dialogava basicamente com pais, alunos e governo; embora aceitasse o apoio da ala mais progressista da Igreja Católica e do Movimento Estudantil. Já da parte dos estudantes, parece haver a expectativa de que apoiar o movimento dos professores era importante para chamar a atenção, não só para os problemas da educação, mas de toda a sociedade.

⁵²⁷ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Greve dos Professores do Paraná Agosto/78**. Pasta 1071. 130. p. 74.

⁵²⁸ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Greve dos Professores do Paraná Agosto/78**. Pasta 1071. 130. p. 55.

⁵²⁹ Idem. p. 74.

Na pasta da greve dos professores de 1978, a quantidade de material sobre os estudantes é extremamente significativa. Parece algo óbvio devido ao apoio dos mesmos aos docentes; mas entendemos que o tipo de pauta lançado pelos estudantes responde mais diretamente por essa atenção ‘especial’ dos órgãos de repressão. Certamente o impacto do movimento estudantil nesse mesmo Paraná, e no Brasil como um todo, no final dos anos 1960, estava ainda bastante vivo entre os defensores da ditadura; e buscar coisas como uma constituinte, ou liberdades sindicais, parecia mais perigoso que reivindicar melhores condições de vida sem questionar o regime.

Essas pautas dos estudantes parecem encontrar eco em um pequeno número de professores nesse momento e, não por acaso, aglutinados na sub-sede de Londrina da APLP (ousamos inferir que o mito interno da APP, até hoje, de que o ‘pessoal do norte’ é sempre radical, tenha começado por aí). Em setembro, realizava-se, de 6 a 10, portanto durante a greve, a “IV Semana de Atualidades” com o tema “Brasil Livre”. Entre os organizadores estavam a prefeitura de Londrina – governada pelo MDB desde 1973 –, o Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos, o DCE da UEL (FUEL ainda) e a “Associação dos Professores Licenciados do Paraná – (Sub-Sede de Londrina)”.⁵³⁰ As pautas eram “carestia”, “organização popular”, “anistia”, “independência nacional”, “reforma agrária” e “redemocratização”.

Eram pautas que não constavam na greve do magistério e mostram que, ainda uma ínfima minoria, havia já professores que estavam integrados a essas bandeiras de luta mais gerais - e progressistas. Entendemos que as divergências em torno da publicação do jornal O Atalho – ele teve o nome trocado para “Água Corrente” mas continuou com críticas ao regime, razão pela qual teve que ser editado de forma praticamente clandestina a partir de meados de 1977 –, e o tipo de reivindicações proposto por esse grupo radicado em Londrina, são os primeiros sinais de uma facção interna mais à esquerda.

Embora a entidade desse núcleo mais à esquerda fosse a APLP, e não a A.P.P., o fato de que as duas entidades trabalhavam juntas desde a posse do atual grupo liberal, e que a partir de 1979 ficou evidente o caminho para unificação - efetivada em 1981 –, nos leva a perceber o embrião de uma chapa de esquerda que efetivamente disputou a direção da entidade, já unificada, em 1982; e na qual estava o nome do professor Mario Sergio Ferreira de Souza, então um jovem militante londrinense.

A greve em si foi encerrada no dia 17 de setembro, após um acordo mediado por D. Romeu Alberti. O ‘Congresso’ continuou reunindo professores na sede da A.P.P. para debater

⁵³⁰ Idem. p. 108.

os problemas do magistério. Mas em 25 de outubro a diretoria já demonstrava insatisfação com a continuidade do movimento. Olien Zétola entendia que “por ser um movimento temporário, o congresso deveria acabar e a Associação assumir a cobrança das promessas...”⁵³¹ e ficou decidido pela diretoria que “... poderia continuar, com boletins, notas oficiais etc., desde que não impliquem em despesas para a entidade, inclusive em pagar horas extras a funcionários, deslocando-os para abrir a associação em horas e dias que não há expediente.”⁵³² Havia limites para o grupo liberal suportar, no quesito movimento social.

Avaliações posteriores dos resultados mostram visões diferentes, de acordo com o pertencimento político dos professores que as realizaram. Ogliari, em sua ‘Memória Histórica’ da A.P.P. organizada quando era presidente pela segunda vez, em 1983, afirma que houve suspensão de alguns professores suplementaristas e a demissão de efetivos; mas que os efetivos “voltaram às funções, por ordem judicial” e os suplementaristas “cumpriram a suspensão, mas o novo Governo [Ney Braga, em 1979] revogou as suspensões, com o conseqüente pagamento”⁵³³. Ainda, segundo ele, conquistou-se “ressurgimento moral do magistério (sic); concurso de ingresso de 1ª a 4ª série; concurso de promoção de 5ª a 8ª e 2º grau; implantação da gratificação de regência de classe de 1ª a 4ª série.”⁵³⁴

Já o professor Romeu Gomes de Miranda, membro da oposição de esquerda, em uma avaliação realizada em 1986, afirmava que “as hesitações da diretoria da época não faziam com que os professores se sentissem confiantes e encorajados a ir em frente”, e que “a greve encerrou-se em Curitiba, numa assembleia no dia 17 de setembro de 1978, com poucas vantagens...”⁵³⁵

4.3 TEMPOS DE “ABERTURA(S)” E GREVES.

A aceitação do apoio dos estudantes, ainda que com o cuidado de evitar assumir suas pautas, foi um primeiro passo em um processo mais amplo, que levou os dirigentes do grupo liberal a aceitar dialogar e compor com outros segmentos sociais. De certa forma, podemos

⁵³¹ APP-SINDICATO. ATAS DAS REUNIÕES DA DIRETORIA DA APP DURANTES OS ANOS DE 78/79/80/81/82 DE 24/06/78 A 20/02/82. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº13. p. 7.

⁵³² Idem.

⁵³³ OGLIARI, Isaias. Op. Cit. p. 16.

⁵³⁴ Idem.

⁵³⁵ MIRANDA, Romeu Gomes de. Op. Cit. p. 3.

inferir que ao processo de “abertura” política iniciado na gestão Geisel, correspondeu um processo próprio da A.P.P., iniciado algum tempo depois. Inicialmente, como percebemos na greve de 1978, era também uma abertura “controlada” que aceitava o apoio, mas recusava as pautas.

A criação e maior expressão de movimentos populares, urbanos e rurais, seculares e eclesiais, era uma realidade que vinha se configurando, segundo Eder Sader, pelo menos desde 1972, com os clubes de mães de periferia⁵³⁶. A maior projeção da oposição de elite (CNBB, ABI, OAB, MDB, órgãos empresariais) “dificultou a ação repressiva do Estado, abrindo espaço para a organização de base.”⁵³⁷

Ao passo que o movimento popular se reorganizava, ressurgia – ou mesmo “entrava em cena” pela primeira vez, a depender do enfoque de análise – as pressões que ele causava levavam a uma elevação qualitativa nas possibilidades da luta por anistia política e o restabelecimento pleno da democracia o que, por outro lado, era combatido por uma linha dura militar ainda bastante ativa e poderosa.

A pauta da Anistia Política mobilizava amplos setores da sociedade e, a crermos nas evidências que conseguimos levantar, entrou na A.P.P. – assim como diversas outras pautas mais gerais da sociedade - pela oposição de esquerda. Como já mencionamos anteriormente, a greve de 1978 permitiu vislumbrar essa oposição pela primeira vez com algum sucesso embora, segundo integrantes da mesma, o movimento tenha sido criado e “... lançado publicamente em fevereiro...”⁵³⁸ de 1979. Ou seja, grupos mais dispersos que eram contrários à condução política pelos liberais, só passaram a agir em coordenação a partir desse ano.

Segundo ata de reunião da direção da entidade em 03 de março de 1979 “... em seguida, levantou-se a questão de um movimento denominado MOIP. Todos concordaram que é um movimento de uns pouquíssimos, que não conhecem a atuação do atual grupo que dirige a A.P.P...”⁵³⁹ E os dirigentes concluíram que “... surgiram repentinamente demonstrando interesses excusos (sic). Portanto, enquanto a Diretoria não vir nenhum documento assinado por eles, ignorá-los-á.”⁵⁴⁰

⁵³⁶ SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁵³⁷ MOREIRA ALVES, Maria Helena. Op. Cit. p. 227.

⁵³⁸ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 399.

⁵³⁹ APP-SINDICATO. **ATAS DAS REUNIÕES DA DIRETORIA DA APP DURANTES OS ANOS DE 78/79/80/81/82 DE 24/06/78 A 20/02/82**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº13. p. 13.

⁵⁴⁰ Idem.

O primeiro registro que encontramos de alguma participação efetiva da A.P.P em movimentos que fossem além do corporativismo, é uma reunião, em março de 1979, em solidariedade ao movimento grevista dos metalúrgicos do ABC paulista “organizado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia de Curitiba... contará com a presença de membros de diretórios acadêmicos de Curitiba, do Movimento Independente de Organização dos Professores (sic)...”⁵⁴¹. Também estariam presentes membros da Oposição Sindical dos Jornalistas, da Associação de Apoio ao Índio, pessoal dos bairros etc.

De todo modo, mesmo uma oposição mais elitista, ou mais liberal, sabia reconhecer a importância desses aliados na luta política pelo fim do autoritarismo. O grupo liberal que comandava a A.P.P. passou a, especialmente depois de 1979, aceitar e incentivar essas organizações populares e grupos de esquerda da sociedade civil. Assim, no dia 19 de setembro de 1979, matéria do jornal “O Estado do Paraná” informava sobre uma reunião, organizada pela UNE e com presença de movimentos sociais, do “Comitê de Defesa da Amazônia”, a ser realizada no dia seguinte, na sede da A.P.P, no edifício Asa.⁵⁴² As reuniões do CBA-Curitiba passaram a acontecer na sede da entidade, e várias palestras e seminários com temáticas que afrontavam a ideologia vigente, também.

Contando com uma sede própria em local privilegiado no centro de Curitiba, e com boa saúde financeira, a A.P.P. e sua sede parecem ter se tornado uma espécie de referência geográfica e institucional para organizações e movimentos de oposição na cidade, e no estado.

Ainda em setembro, decidiu-se pela organização de um seminário sobre “Educação e Classes Trabalhadoras”, que efetivamente foi realizado no mês de outubro, e contou com a participação do professor Carlos Rodrigues Brandão. Segundo o jornal Gazeta do Povo, o mesmo teria afirmado em sua fala que “a escola nada mais é do que um espaço de domesticação(sic) que controla a crítica e a liberdade” e “... uma maneira de fazer permanecer o homem a serviço do capital.”⁵⁴³ Falas como essa na sede da associação seriam impensáveis até bem pouco tempo antes.

A maior mobilização da categoria e o visível processo de rebaixamento salarial e piora nas condições de trabalho, certamente ajudam a explicar esse clima de aceitação de outros sujeitos em uma caminhada comum, o reconhecimento de que a educação não é um problema só de professores, e de que salários e carreira não eram os únicos problemas da sociedade. Segundo

⁵⁴¹ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes a: **Comitê Brasileiro pela Anistia de Curitiba**. PT. 261h.29. p. 122.

⁵⁴² DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 392.

⁵⁴³ Idem. p. 402.

o Movimento de Oposição Independente dos Professores, a entidade precisava ampliar seu leque reivindicatório e “as discussões que hoje se realizam em âmbito exclusivo da cúpula diretiva da associação, deveriam contar com a participação da grande maioria dos professores. Falta um trabalho de base, uma visão dentro de cada escola.”⁵⁴⁴

Esse discurso do grupo oposicionista era claramente alinhado ao processo eclosão de movimentos sociais: pelo custo de vida, movimento sindical, de classes médias, feministas, de bairros, popular da sociedade civil, entre outros, e do sucesso dos grevistas que construíam comissões de fábrica em São Paulo e no ABC paulista. Um discurso de organização pela base, caro à esquerda da época. Declarando-se “independente em relação ao governo, às classes dominantes e aos seus partidos”, notadamente professores como Edezina de Lima e Romeu Gomes de Miranda foram importantes membros do PT após o fim do bipartidarismo, estando entre os primeiros filiados em suas cidades.

Em seguida, na mesma matéria onde os integrantes do MOIP se manifestavam, o dirigente da A.P.P., Cleto Tamanini, do grupo liberal, afirmava que “temos tradição reivindicatória no magistério do Paraná e estamos mesmo a frente de outros estados, a ponto de sermos oposição e já termo também oposição...”⁵⁴⁵ Como se pode perceber, a noção de que haviam sido eleitos pela oposição e “derrubado pelegos” em 1973, fazia com que o grupo liberal ainda se visse como oposição interna, mesmo dirigindo a entidade desde então. Tamanini considerava injusta a noção da oposição como “independente” pois, segundo ele “... independentes do Governo nós sempre fomos e provamos.”

Nesse ano haveriam eleições internas na APLP, cuja sede agora ficava em Maringá. Duas chapas foram montadas, uma liderada pelo professor Dino Zambenedetti e outra pela professora Edezina de Lima Oliveira, então presidente da sub-sede de Londrina, e ambos importantes lideranças na greve de 1978. Pautando o assunto na direção da A.P.P. “... o professor Izaias falou das eleições da APLP; em 6/5/79 em Maringá. A A.P.P. apoiará, todos foram concordes, a chapa do prof. Dino, pois com ele será possível continuar o trabalho conjunto A.P.P. – APLP.”⁵⁴⁶ No dia 08 de maio, o jornal ‘O Estado do Paraná’ noticiava “licenciado elege Zambenedetti”; o resultado da votação foi de 239 votos para a chapa “Imapa” e 127 para a chapa “União”.

⁵⁴⁴ Idem. p. 399.

⁵⁴⁵ Idem.

⁵⁴⁶ APP-SINDICATO. ATAS DAS REUNIÕES DA DIRETORIA DA APP DURANTES OS ANOS DE 78/79/80/81/82 DE 24/06/78 A 20/02/82. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº13. p. 14.

Essa disposição de apoiar um membro do grupo liberal para a entidade com a qual a associação vinha trabalhando, em relação estreita, desde 1972, quando o grupo era ainda oposição, parece ser o início de um processo em que os dirigentes liberais da A.P.P. passaram a intervir sistematicamente em outras entidades, e cujo desfecho, dois anos depois, foi a unificação de todas as associações do magistério estadual da Educação Básica.

Assim, em reunião do mês de novembro, Ogliari informava a diretoria da A.P.P. que o secretário executivo do CRPP, Heráclito Machado Sandano, estava solapando – em sua visão – os trabalhos da A.P.P. e da APLP, e “por isso estamos lançando chapas nas regionais do CRPP e já vencemos em Paranaíba, e em Maringá e Londrina foi feita uma composição. Estamos trabalhando bastante em Ponta-Grossa...”⁵⁴⁷ Estavam presentes membros do Conselho que pretendiam montar oposição no mesmo e compor com o grupo liberal da A.P.P. Em janeiro de 1980 “o Presidente falou da vitória que obtivemos na Regional do CRPP em Ponta Grossa e especialmente da vitória na presidência do CRPP, por termos conseguido a maioria das regionais, sendo eleito Presidente o Prof. Sebastião de Paula Vieira.”⁵⁴⁸

A partir de então as três entidades, A.P.P., APLP e CRPP possuíam dirigentes ligados ao mesmo grupo político. Inclusive este último passou a figurar junto na “Página da Educação”, mantida pela primeira e, alguns meses depois, em assembleia do dia 25 de maio, mudou seu nome para APMP (Associação do Pessoal do Magistério do Paraná)⁵⁴⁹. O grupo liberal ainda tentou, com o professor Eduardo Tavares Pereira, ocupar a direção da APUFPR e o conselho fiscal da ASPP; ambas tentativas sem sucesso, mas parte de uma estratégia clara de ampliar o domínio do grupo sobre o máximo de entidades possíveis.

Vale ressaltar uma mudança interessante não apenas na postura de aceitar caminhar ao lado de outros grupos sociais – possivelmente ligada também ao fato de que a massificação do ensino trouxe para a categoria pessoas de origem social menos elitista, e menos ciosas de se diferenciar dos trabalhadores manuais -, mas também nos discursos que se faziam de forma oficial em relação ao governo e à situação do país. Se os dirigentes ainda evitavam assumir um palavreado mais crítico nesse momento – faziam-no em momentos esporádicos -, as publicações da Página da Educação, que eram assinadas por todos e, portanto, diluíam a responsabilidade, entravam definitivamente em um clima de críticas pesadas.

⁵⁴⁷Idem. p.22

⁵⁴⁸ Idem. p. 24.

⁵⁴⁹ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 441.

Quando o governo passou a exigir um atestado de antecedentes criminais em substituição ao atestado da DOPS – nada mudava, já que os “crimes ideológicos” continuariam a constar no novo atestado -, a reação da entidade, em seu espaço de divulgação, foi bastante contundente; surpreendente até. A nota, depois replicada pelo jornal O Estado do Paraná em outra edição e sem custos, dizia, entre outras coisas:

É a sede de “mordida” que existe no governo. É a *substituição do pau-de-arara pelo choque elétrico*. Ou seja: acabam com o *malsinado e fascistóide atestado ideológico* mas passam a exigir o atestado de antecedentes criminais (o qual, por sua vez, está incorporando, também, *as tais anotações políticas*).

Por falar nisso, algum dia você imaginou que está permanentemente *à mercê de mentecaptos*? Que, sem mais sem menos, *qualquer policial* pode “sujar” a sua ficha com anotações às vezes absurdas? Você já pensou *no nível intelectual, na qualidade de formação de um cara* que pode prejudicá-lo pro resto da vida? (grifos nossos)⁵⁵⁰

Como se pode ver, as referências a métodos de tortura, à vigilância política e ideológica e à insegurança trazida pelos órgãos de informação, que poderiam anotar coisas na ficha da pessoa sem que esta sequer soubesse, são críticas muito diretas e fortes ao regime ditatorial como um todo. Uma entidade cujos dirigentes um dia haviam falado nos ‘salutares e honestos princípios morais’ da ‘revolução de 64’, agora se manifestava de forma oficial criticando acidamente as práticas do mesmo. Não é um caso isolado da A.P.P. certamente - em 1979 diversas entidades e categorias da sociedade civil já tinham bastante claro para si que a ditadura precisava acabar – mas, dada a formação e história dessa entidade específica, não deixa de chamar a atenção. Mostram que a postura oposicionista era assumida cada vez mais claramente, embora os dirigentes ainda tivessem algum cuidado em falar contra o governo a nível pessoal, preferindo fazer isso em nome da entidade.

Ney Braga voltara ao governo do estado em meio à grande expectativa por parte dos docentes, dessa vez indicado pela ditadura – ou “eleito” de forma indireta pelo colégio eleitoral dos deputados estaduais – e havia a expectativa de que a categoria fosse melhor atendida. Ainda no final do governo Canet, criticando à submissão da pasta de educação ao setor de recursos

⁵⁵⁰ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 375.

humanos, uma nota da Página da Educação “... haverá novo governo, novo secretário e, certamente, as coisas vão mudar”.⁵⁵¹ Nesse caso, “melhor atendido” significava principalmente melhorias salariais devido à inflação galopante e à piora nas condições de vida, uma vez que a inflação em 1979 fora, segundo dados do IPEA, de 77, 25% e em 1980 chegaria a 110, 24%.⁵⁵²

Como lembra Ogliari em suas memórias, logo os professores perceberam que o novo governo “... só procurava manter bom diálogo, mas pouca coisa de concreto...”⁵⁵³.

A direção da A.P.P. resolveu organizar encontros regionais em várias cidades do estado. Para um encontro na região sudoeste no dia 03 de julho de 1980, foi convidado o ex secretário de Educação do estado, Cândido Martins de Oliveira, e também o jurista Dalmo de Abreu Dallari. Este último, sequestrado e esfaqueado no dia anterior – em plena visita do Papa João Paulo II - por grupos terroristas de extrema direita, não pôde comparecer. A Igreja Católica brasileira vinha a um bom tempo prestando auxílio aos perseguidos políticos e, agora, seus sacerdotes e representantes – Dallari era presidente da Comissão de Justiça e Paz – passavam a ser também atacados fisicamente.

Esse fato gerou uma nota pública extremamente contundente, assinada pelas três associações de professores e publicada na imprensa. Segundo a nota, reproduzida em partes também em um ofertório dedicado ao Papa:

Porque neste País o que fala mais alto, ainda é a lei da força, ao invés de ser a força da Lei. Mas até quando este povo permanecerá sob o tacão da lei-do-mais-forte? Até quando os milhares de Dalmo Dallari deste país continuarão a ser ameaçados, espancados, torturados, sequestrados e presos? Até quando os defensores dos injustiçados, dos sem-terra, dos espoliados, dos índios, dos operários, viverão sob contínuas ameaças da lei da força?...

Levemos, por isso, nossa integral solidariedade ao colega prof. Dalmo Dallari, ex presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos, e que justamente nesta hora em que João Paulo II nos prega a justiça, a paz e o amor, é vítima da mais torpe e ignominiosa ação das forças repressivas.⁵⁵⁴

É certamente a mais dura crítica lançada pelas entidades estaduais da educação ao regime ditatorial. Sem meias palavras, ficava claro o repúdio à ditadura militar e à ação terrorista

⁵⁵¹ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 457.

⁵⁵² IPEA DATA. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> acesso em 29/09/2020

⁵⁵³ OGLIARI, Isaias. Op. Cit. p. 16.

⁵⁵⁴ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 457.

das forças de repressão. Algum tempo depois, com o episódio de expulsão do padre italiano Vito Miracapillo, as entidades voltariam a soltar nota criticando o regime e defendendo a Igreja.

Cândido Martins de Oliveira, em seu pronunciamento durante o encontro, instou os professores a se filiarem aos novos partidos políticos que surgiam depois que a Lei Orgânica dos Partidos, de 1979, extinguiu a ARENA e o MDB. Ao discorrer sobre o tema “Política partidária e educação” o ex secretário afirmou que “na oportunidade em que novos partidos políticos surgem, os professores devem inverter o processo e, ao invés de ficar subordinados ao tacão do chefe político, ingressar definitivamente na área partidária para influenciar os destinos da Educação”⁵⁵⁵

O clima político e social do país na época pode ser medido pelos fatos que se sucediam nesse curto espaço de tempo: extinção do bipartidarismo, visita do Papa, sequestro de um importante jurista ligado à Igreja, professores fazendo encontros com cunho reivindicatório e sendo instados a participar de partidos políticos, associações manifestando publicamente repúdio ao terror de Estado; no dia 27 de agosto, ainda, uma bomba explodiu na sede da OAB e, em 4 de setembro, o Congresso estendeu, por ordem do Executivo, o mandato de vereadores e prefeitos por mais dois anos.

Insatisfeitos com a tática de Ney Braga - prometer muito e não fazer nada -, os professores decidiram pressionar o governo através de uma nova greve. Antes, porém, foi articulada um dia de paralisação em 12 de setembro para “... testar a capacidade de mobilização, testar a receptividade dos professores às reivindicações”⁵⁵⁶ O resultado do “teste” foi um ato gigantesco na “Boca Maldita”, acompanhado de perto pela DOPS que, inclusive, ressaltou a presença de várias pessoas que eram assíduos frequentadores de seus fichários, como Antonio Narciso Pires de Oliveira.

Em seu relatório, elaborado no dia 13, o agente de segurança Gerson Guedes afirmava que, em sua chegada, encontrara uma grande aglomeração de “estudantes, professores e curiosos”. Em dado momento, perdendo-se de seus companheiros “... fui interpelado por um elemento de estatura média (+ ou - 1, 65), barbudo e de cabelos castanhos, para saber o que era o ‘embrulho’ que encontrava-se em meu poder.”⁵⁵⁷ Acercaram-se várias pessoas, inclusive um deputado que o agente nem lembrava quem era e “nessas alturas do acontecimento, o povo

⁵⁵⁵ Idem. p. 441.

⁵⁵⁶ MIRANDA, Romeu Gomes de. **PEQUENO HISTÓRICO DA MOBILIZAÇÃO DA APP-SINDICATO AS GREVES**. Curitiba: APP-Sindicato, 1986. p. 3/4.

⁵⁵⁷ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 170.

gritava – Terrorista, vamos linchá-lo! – também, o primeiro elemento, não se via mais presumindo-se que o mesmo somente agitou o pessoal, e depois ‘saiu fora’.⁵⁵⁸ Com ajuda de policiais, o agente da repressão conseguiu sair do local – sem mostrar o embrulho que carregava [uma câmara fotográfica, um rádio, uma bomba?] – e, possivelmente, demoraria a aceitar outras missões parecidas.

Esse relato é interessante por várias razões. O povo cercando a DOPS é certamente uma delas. Outra tem a ver com a descrição do “tipo” que abordou e denunciou o agente. Em 22/08/1978, a Folha de São Paulo publicou um artigo, assinado por José Maria de Lima e intitulado “Os ‘bóias-frias’ do ensino”.⁵⁵⁹ Contrastando com o final dos anos 50 onde, segundo o autor, haviam “venerandas senhoras, carregando 20, 30 anos de sacrifícios no ensino das primeiras letras; no ginásio e colegial, respeitáveis professores de terno e gravata, professoras bem trajadas...”⁵⁶⁰ agora ele evocava a imagem de um seu amigo, Joaquim Ferreira Estima “aluno de Geografia da USP, dava aulas como precário em escolas estaduais... magro, barbudo, roupas amassadas, sempre duro, mas dedicado, profundamente dedicado ao magistério, ele representava o modelo de professor, da década de 70.”⁵⁶¹

Vicentini e Lugli fazem referência à iconografia das greves de professores desse período, e apontam que “era a figura do jovem professor, barbudo e cabelos compridos, com jeans e camiseta ou camisa de mangas curtas, estampada, que se sobressaía no conjunto de manifestantes.”⁵⁶² Isso, segundo às autoras – e também o autor do artigo na Folha –, devido ao processo de empobrecimento, salários depreciados, inflação alta e aulas em várias escolas.

O agente da DOPS não disse, provavelmente o calor do momento nem lhe permitiu verificar, se o ‘sujeito barbudo e de cabelos castanhos’ que o interpelara, era um professor. Mas a presença desse ‘tipo’ de manifestante no ato do dia 12 de setembro – e era um ato de professores – pode indicar, no mínimo, que senhores e senhoras bem trajados e compostos já não eram a maioria em atos de professores no estado. Acompanhando uma tendência de desvalorização e empobrecimento que era nacional, é bem possível que pessoas magras, barbudas, de cabelo despenteado e trajando camisa estampada e jeans, fossem uma confortável maioria de docentes nesse ato.

⁵⁵⁸ Idem.

⁵⁵⁹ LIMA, José Maria de. Os bóias-frias do ensino. Folha de São Paulo, 22/08/1978. P. 17. Disponível em <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6680&keyword=ensino&anchor=4323633&origem=busca&originURL=&pd=e54aad67f823e3851123368e10dd34da> Acesso e 30/09/2020.

⁵⁶⁰ Idem.

⁵⁶¹ Idem.

⁵⁶² VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. Op. Cit. p. 202.

Em que pese a curiosa atuação da polícia política, esse ato acabou mostrando que os professores e a comunidade em geral estavam bastante receptivos à ideia de uma greve. Após troca de acusações entre dirigentes da associação e o atual secretário da educação, pela imprensa, e mesmo discussões acaloradas sobre o tema na Alep – segundo o deputado do PDS (Partido Democrático Social)⁵⁶³, Ayrton Cordeiro, “mãos oposicionistas estavam agindo frente as associações de classe...o PMDB pretendia... obter vantagens políticas...”⁵⁶⁴ - ela eclodiu em uma assembleia, em Ponta Grossa, no dia 05 de outubro. Curiosamente - ou não - nesse dia o secretário de educação estava na cidade, para a convenção do PDS estadual.

O início do movimento foi marcado para 8 de outubro, mas ainda não era uma ‘greve’, ao menos segundo seus organizadores. Fazer greve na ditadura era complicado. Segundo Romeu Gomes de Miranda “... o advogado, Dr. Wagner, propôs que se desse o nome de MEJ – Movimento Educação e Justiça.”⁵⁶⁵ Assim, os docentes realizaram um Congresso em 1968, outro em 1978 e agora, em 1980, um movimento por educação e justiça. Segundo matéria do jornal Diário do Paraná publicada no dia 07, o presidente da A.P.P. afirmava que o

Movimento Educação e Justiça é perfeitamente legal, pois além de reivindicar o que está em lei, é apoiado pelo Estatuto do Magistério que no capítulo II, artigo 82, inciso 1 que diz respeito aos deveres em sua letra ‘G’ diz que cabe ao professor ou especialista em educação sugerir providências que visem a melhoria do ensino e ao seu aperfeiçoamento; e a letra ‘R’ diz: levar ao conhecimento da autoridade superior irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ou função.⁵⁶⁶

Do ponto de vista discursivo, era um primor. Pensando com Certeau, uma tática⁵⁶⁷ interessante para justificar uma greve, justa, em tempos de leis injustas. Era justo, mas ilegal do ponto de vista da ditadura e, portanto, o uso de uma lei que desfavorecia os professores – um Estatuto do Magistério desfigurado e recheado apenas de deveres, cujas regulamentações ainda eram pendentes no que dizia respeito aos direitos -, como uma arma do inimigo que se estava

⁵⁶³ Com o fim do bipartidarismo, a ampla maioria dos políticos da antiga ARENA, foi para o PDS, criado justamente para representar a ditadura no novo cenário e apostando que a oposição que se aglutinara no MDB agora seria dividida em vários partidos.

⁵⁶⁴ DEAP/DOPS. Documentos/informações referentes a: **Associação dos Professores do Paraná (cópias de jornais)**. PT 94a. 12.p. 47.

⁵⁶⁵ MIRANDA, Romeu Gomes de. Op. Cit. p. 4.

⁵⁶⁶ OGLIARI, Izaias. IN: DEAP/DOPS. Documentos/informações referentes a: **Associação dos Professores do Paraná (cópias de jornais)**. PT 94a. 12. p. 40

⁵⁶⁷ Ver CERTEAU, Michel de. **As artes de fazer: a invenção do cotidiano**. -3ªed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

voltando contra ele. A justificativa, quase uma pilhéria, dos professores, era que estavam levando ao conhecimento do governo as irregularidades de que tinham conhecimento, ao mesmo tempo em que “sugeriam” providências do mesmo, em pleno acordo com o que preconizava o Estatuto vigente.

As reivindicações – ou sugestões de providências - dos professores eram: piso de 3 salários mínimos; 72% de aumento; avanços diagonais; reajuste semestral; inclusão dos inativos aos benefícios pleiteados; elevação PA-1 para PB-2 às normalistas; cumprimento do Estatuto do Magistério.⁵⁶⁸ O Estatuto do Magistério, como se vê, ainda era um tema que acompanhava a categoria, aliás, era um objeto de reivindicações desde os anos 1950.

Um diferencial dessa greve em relação ao movimento de 1978 é que, segundo Romeu Gomes de Miranda, “alguns professores ligados a um movimento de oposição dentro da APP, propunham que formassem regionais em Curitiba, e não mais ficar dentro da APP...”⁵⁶⁹. Apesar da oposição da direção, a ideia foi aprovada e os professores se reuniam “quase sempre em uma Igreja” e levavam o movimento para todos os cantos da cidade. Por outro lado, também, houve passeatas e protestos de rua. No dia 21 de outubro, após uma assembleia em Curitiba, 15.000 pessoas marcharam em direção ao Palácio Iguazu; “chegando lá a polícia nos aguardava com enorme contingente de cães e policiais...”⁵⁷⁰

Um acontecimento curioso, certamente não isolado, mas o único de que restaram provas, é a denúncia de uma professora contra seus colegas grevistas. Uma professora chamada Maria Bernadete de Aquino Pereira, apresentava à SEED (o papel da denúncia é timbrado) uma declaração de que, ao término da segunda aula, fora dado sinal de saída e a mesma fora “agredida por palavras e ameaças”⁵⁷¹ por sua colega Ezilda Abdala. Anexava à denúncia também listas assinadas por seus alunos provando que ministrara as aulas, e declarações de alunos sobre o que fora conversado com a professora Ezilda em uma reunião.

O fato ocorreu no dia 22/10/80. Denunciava ainda que a secretária da escola não permitiu dar o sinal de início das aulas e que a “porta que dá acesso às classes” foi fechada. Segundo ela, a colega Ezilda reuniu os alunos para justificar o movimento grevista. São sete páginas de denúncias e lista de presenças de alunos.

⁵⁶⁸ APP-SINDICATO. **Reivindicações e conquistas obtidas através da luta da APP, pelos professores do Estado do Paraná**. Curitiba: APP-SINDICATO, s/d.

⁵⁶⁹ MIRANDA, Romeu Gomes de. Op. Cit. p. 4.

⁵⁷⁰ Idem. p. 5.

⁵⁷¹ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Greve dos Professores Movimento Educação e Justiça – 1980 Pasta 02**. PT 1069a. 130. p. 51.

Certamente são questões que continuam muito presentes nos movimentos até hoje (o autor, como observador participante de várias greves, pode atestar). Mas nesse momento da história, mostra um fato que é bastante comum nas ditaduras, isto seja: a transformação de cidadãos em informantes. O material aparentemente foi encaminhado à SEED mas, “naturalmente” foi arquivado também na DOPS.

Diante dos impasses da greve - o governo se recusava a atender todas as pautas da categoria - foi chamada uma assembleia em Maringá, no dia 28 de outubro. Segundo o jornal “O Estado do Paraná”, compareceram 8 mil professores. Em entrevista, antes do início da assembleia, Dino Zambenedetti defendia e apostava no fim do movimento. Certamente não estava falando por si, mas pelo grupo político que agora dirigia as três associações do estado; e essa postura renderia consequências importantes na política interna da entidade. Apesar de tudo, a assembleia votou pela manutenção do movimento e, “ao final, os presidentes das entidades classistas não conseguiram disfarçar sua irritação pela decisão de continuar a greve. Eles defendiam o retorno amanhã ou na próxima segunda-feira.”⁵⁷² A próxima segunda-feira, no caso, seria o dia 3 de novembro.

A base aprovou não apenas a continuidade do movimento – das 178 cidades presentes, apenas a delegação de Ponta Grossa votou pelo fim – mas também a realização de uma nova assembleia, em Curitiba, alguns dias depois “que será acompanhada pelo acampamento dos docentes em frente ao Palácio Iguazu. Cada professor deverá levar no mínimo 6 livros didáticos velhos para serem jogados defronte à sede governamental como forma de protesto.”⁵⁷³

No dia 30 pela manhã, o governador recebeu pessoalmente a comissão de negociação no palácio. Segundo o jornal “O Diário do Paraná” todas as garantias dadas pelos secretários foram assinadas pelo governador em um documento entregue às três entidades e prometendo, ainda “que todos os dispositivos do Estatuto do Magistério devem ser regulamentados com urgência e entrem em vigor plenamente.”⁵⁷⁴ As 10:00 da manhã, em torno de 5.000 professores reuniram-se em assembleia no estádio Couto Pereira [grandes assembleias em estádios de futebol foram uma invenção dos grevistas do ABC e, no Paraná, não nasceram em 2015], e decidiram retornar às aulas no início da semana seguinte, ou seja, no dia 3 de novembro, data que os presidentes já haviam defendido no dia 28. O acampamento e o depósito de livros velhos na

⁵⁷² DEAP/DOPS. Documentos/informações referentes a: **Associação dos Professores do Paraná (cópias de jornais)**. PT 94a. 12. p. 100.

⁵⁷³ Idem.

⁵⁷⁴ Idem. p. 103.

escadaria do Palácio Iguaçu foram evitados; a pergunta que ficava no ar era sobre quem, de fato, conseguira malograr essa ação.

A realização da assembleia do dia 28, em Maringá, foi apontada como o motivo de os presidentes não terem conseguido encerrar a greve antes. Em entrevista para o jornal *Gazeta do Povo*, no dia 29, Cleto Tamanini avaliava que “se a assembleia não tivesse sido realizada em Maringá, onde o movimento paredista ainda é muito forte, talvez a decisão fosse outra.”⁵⁷⁵ Ora, Maringá possuía um núcleo da APMP que era presidido pela professora Maria Aparecida Arruda Venci, eleita no processo de tomada do antigo CRPP pelo grupo liberal, mas com um perfil mais à esquerda; pessoa que figuraria por bastante tempo no noticiário relativo à A.P.P., no ano seguinte.

Mesmo com o governador assinando pessoalmente os acordos que puseram fim à greve, o fato é que o cumprimento do mesmo ia se arrastando com o passar do tempo. Em janeiro de 1981, os professores entregaram um memorial ao governo, segundo o qual “de todas as audiências com Vossa Excelência, e Memoriais entregues, pouca coisa os professores obtiveram.” Lembrava que o Movimento Educação e Justiça continuava, embora não estivessem em greve, e continuava “prevendo-se uma nova paralisação das aulas, caso Vossa Excelência não determine a agilização das reivindicações...”⁵⁷⁶

Nos ofícios e memoriais entregues até 1978, geralmente repetia-se a frase que fora acoplada ao estatuto em 1968, mas agora (e não conseguimos identificar se foi exatamente em 1980 ou nesse material de janeiro de 1981) a parte sobre o “governo tranquilo e confiante na nossa cooperação” fora suprimida, e o cabeçalho do material dizia simplesmente: “esforcem-se todos, quanto possam, para que não fique, no Paraná, nenhum Professor fora do nosso corpo social: a Associação numerosa e forte, será a classe prestigiosa e acatada.”⁵⁷⁷

De certa forma, esse ato ‘simples’ de retirar do material a parte que falava em cooperação com o governo, simboliza um rompimento importante. Durante grande parte da gestão do grupo liberal essa frase fora mantida, o que reforça a constatação de que sua ida para a oposição ao governo do estado – e ao regime como um todo – foi um processo, e que não estava dada quando os mesmos assumiram a entidade.

Após uma série de encontros e assembleias, no dia 23 de agosto os professores voltaram a se reunir, e decidiram parar as aulas a partir de 14 de setembro. O discurso era o de que o MEJ

⁵⁷⁵ Idem. p. 101.

⁵⁷⁶ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Greve dos Professores Movimento Educação e Justiça – 1980 Pasta 02**. PT 1069a. 130. p. 59

⁵⁷⁷ Idem.

nunca havia parado e essa greve seria mais uma etapa do mesmo, seria o ‘MEJ’ 2. A pauta da greve/movimento era bastante parecida com a do ano anterior, em virtude do parco atendimento da mesma pelo governo.

No dia 30 de setembro, uma nova assembleia decidiu por uma passeata em Curitiba e, novamente, por um acampamento em frente ao palácio. Segundo Miranda, a proposta foi aprovada com dificuldade, enfrentando grande oposição dos diretores das três associações. Um forte aparato policial foi montado para impedir que os docentes se estabelecessem e “a polícia foi nos empurrando, quiseram prender professores, muitos interferiram e arrancaram os professores dos braços da polícia...”⁵⁷⁸ No final das contas, foi montado o “Hotel Sereno”.

Alguns dias depois houve assembleia em Ponta Grossa. Uma parte dos professores ficou no acampamento, para mantê-lo. Enquanto acontecia a assembleia, a polícia invadiu o acampamento e prendeu vários professores. Numa ação coordenada, os ônibus que voltavam do interior eram parados para “revistas” que não aconteciam, mas exigiam muito tempo para terminar devido aos desembarques e exigências feitos aos passageiros. A viagem de Ponta Grossa a Curitiba, que levava uma hora e meia, durou 6 horas “... despejava a gente na rodoferroviária e a gente não sabendo de nada. Quando chegamos ao Centro Cívico, o acampamento tinha sido dissolvido e vários professores presos.”⁵⁷⁹

No dia seguinte, um manifesto do MEJ II, assinado pela APP, APLP, APMP E UPES (agora não havia repúdio à presença dos estudantes), afirmava que “... o Governo do Estado reprimiu brutalmente, por forte aparato policial... Força brutal atingiu crianças, professoras grávidas e idosas, professores, alunos e membros da comunidade solidários com o movimento.”⁵⁸⁰ E reforçava, ainda, que ao retornarem de Ponta Grossa “... os ônibus foram sequestrados e um foi detido.”⁵⁸¹

No manifesto, o apelo emocional dirigido à sociedade como um todo é bastante visível. Certamente a imagem de crianças, idosos e mulheres grávidas sendo espancadas por forças policiais tende a causar repúdio e comoção, obtendo da sociedade em geral um apoio que era indispensável à continuidade do movimento; e mesmo provocando a adesão de possíveis recalcitrantes, cuja indignação poderia ser provocada também com esse tipo de notícia sobre a repressão violenta ao movimento.

⁵⁷⁸ MIRANDA, Romeu Gomes de. Op, cit. p. 6.

⁵⁷⁹ Idem. p. 7.

⁵⁸⁰ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **MOVIMENTO DOS PROFESSORES DO PARANÁ**. PT1407.166. p. 7.

⁵⁸¹ Idem.

O fato acabou aumentando a adesão à greve, os professores refizeram o acampamento e marcaram uma vigília para o dia 7, em frente à Catedral. O número de entidades que subscreviam a chamada para a vigília é impressionante e mostra, ao mesmo tempo, o processo de “abertura” – menos lenta, mas mesmo assim gradual – da associação a outros movimentos sociais e populares. Subscreviam o manifesto a Federação das Associações de Bairros; Movimento Contra a Carestia; UPE; UNE; DCEs da UCP (Universidade Católica do Paraná) e da UFPR; UPES; CECOMA; CDAMA; Sindicato dos Economistas; Engenheiros Agrônomos; Sindicato da Construção Civil; Associações de Bairros: Vila Formosa, Barigui, Parque Industrial, Tatuquara, Vila Nossa Senhora das Graças, Vila Maria; Conselho das Associações; Associação de Vendedores Ambulantes; Associação dos Profissionais de Assistência Social; Associação dos Biólogos; Associação de Genética; Sociedade Paranaense de Ciências Naturais; AM da CIC; Associação dos Professores da UFPRr; CAHS; Grêmio do CEP; CAOdentologia; CAEngenharia Civil; DAFESP, CEU, Coordenação do Congresso de Mulheres de Curitiba, PT, PDT, PMDB.⁵⁸²

Os partidos de oposição também subscreviam o manifesto, o que ajuda a repensar a ideia de uma entidade totalmente avessa à política partidária até a chegada do grupo ligado ao PT, que a dirige desde 1993. Inclusive, no ano anterior, representantes dos três partidos mencionados haviam se reunido na sede da entidade para formar uma frente institucional de apoio aos sindicatos, contra as políticas repressivas da ditadura.⁵⁸³

Esse relato da violência policial contra os professores, entretanto, não aparece nas memórias “oficiais” da APP-Sindicato. A agressão sofrida no ano de 1988 foi, e é – todos os anos o dia 30 de agosto de 1988 é ritualizado com paralisação de aulas e passeatas na cidade de Curitiba – lembrado oficialmente pela entidade; mas em nenhum momento, antes da realização da pesquisa para a tese, fomos informados de que 1988 não fora a primeira agressão. É possível que, proporcionalmente, o “30 de agosto” – que inclusive é o nome do jornal oficial da entidade desde os anos 1990 – tenha sido maior. É verdade que existem também imagens de vídeo e fotos desse último momento, e o número de pessoas presentes, em torno de 15 mil, era superior.

Mas é certamente curioso, para dizer o mínimo, que esse ato de violência não seja lembrado nas memórias oficiais. No livro que celebra os 70 anos, a menção ao ano de 1981 é a seguinte “1981 – Ocorre a quinta greve da categoria. Em maio é promovida a unificação das três associações do Estado em torno da APP. As demais eram a Associação dos Professores

⁵⁸² Idem. p. 16.

⁵⁸³ DEAP/DOPS. Documentos/informações referentes a: **Associação dos Professores do Paraná (cópias de jornais)**. PT 94a. 12. p. 27.

Licenciados do Paraná (APLP) e a Associação do Pessoal do Magistério do Paraná (APMP).⁵⁸⁴ [na verdade, a unificação ocorreu em dezembro desse ano].

No ano seguinte, inclusive, “o prof. Ruben lembrou que o dia 03 de outubro é o aniversário da desmobilização do acampamento dos professores no Centro Cívico, e que deveríamos oficializar esta data na Entidade, para que todos os anos fosse lembrada.”⁵⁸⁵ Essa ritualização da data não chegou a ser encenada pelos liberais, mas a de 1988 foi e continua sendo ritualizada pelo grupo de esquerda [assim como, depois de 2015, o 29 de abril].

Como já discutimos no início da tese, a seleção dos acontecimentos relevantes para a história da entidade é uma operação que não tem neutralidade – nem se pode exigir isso de fato – e que, certamente, se inclui nas disputas de memória e, conseqüentemente, de poder.

A greve foi encerrada após uma controversa assembleia no Colégio Estadual do Paraná, no dia 10 de outubro. Segundo o relato de Romeu Gomes de Miranda “quando o prof. Izaias, que estava dirigindo a mesma, pôs em votação, ficou difícil dizer quem estava vencendo, não dava para ajuizar. Foi pedida nova votação, mas não foi concedido...”⁵⁸⁶ Estas controvérsias e disputas de narrativa sobre o encerramento das greves não são incomuns na vida da entidade. De toda forma, já no ano anterior ficara a sensação de uma manobra dos presidentes para encerrar a greve num tempo mais curto, frustrando o desejo da oposição, que desejava a continuidade do movimento.

Uma avaliação interessante para o contexto político da época foi a de que “essa greve de 81, foi a que deu maior salto na organização da entidade, deu maior adesão, foi a que mais conseguiu mexer com a opinião pública e, tenho certeza, derrotou o governo Ney Braga; permitindo o avanço e a subida do PMDB ao governo...”⁵⁸⁷ É uma avaliação que insere a associação na luta pelo fim da ditadura, e onde a eleição de governos de oposição em estados importantes, como Paraná e São Paulo, em 1982, teve papel decisivo. Para além das avaliações e do noticiário, a quantidade de pastas da DOPS sobre os professores estaduais e suas greves atesta a importância que o regime dava às ações da categoria.

O fim da greve trouxe muitas críticas à direção das três entidades. Uma delas, em especial, a da presidente do núcleo de Maringá da APMP, Maria Aparecida Arruda Venci. A professora passou a criticar acidamente os dirigentes das três entidades, Sebastião de Paula Vieira,

⁵⁸⁴ KÜNZLE, Maria Rosa Chaves; FERRAZ, Marcos (orgs.). **70 anos de luta e resistência em defesa da educação pública**. Bauru (SP): Canal 6, 2017. p.54.

⁵⁸⁵ APP-SINDICATO. **Atas de reuniões da diretoria da APP, anos 82 a 84**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 19. p 13.

⁵⁸⁶ MIRANDA, Romeu Gomes de. Op. Cit. p. 7.

⁵⁸⁷ Idem. p. 7.

Dino Zambenedetti e Izaías Ogliari, acusando-os de pelegos, de fazer o jogo do governo e de dirigirem as associações com vistas à perseguição de interesses pessoais.

Nesse sentido, o trabalho já bastante avançado de unificação das três associações – todas dirigidas agora pelo mesmo grupo político -, sofria críticas de dois matizes. À direita (ainda com os últimos espasmos do grupo conservador) o professor Heráclito Machado Sandano, ex dirigente do CRPP, afirmava que os presidentes pretendiam “um engodo para açambarcar o patrimônio existente nas associações regionais, como de Ponta Grossa, Londrina, Maringá e Paranavaí, subtraindo-lhes suas autonomias administrativas e legais.”⁵⁸⁸ Por outro lado, à esquerda, a presidente de Maringá afirmava, por exemplo, que os presidentes pretendiam se perpetuar no cargo e dirigiam a associação com vistas a pretensões eleitorais para o ano de 1982.⁵⁸⁹

Nas diversas pastas da DOPS que armazenavam dados relativos aos professores, existem recortes de jornal que aludem à desavença entre a professora ‘Cidinha’ e os presidentes. Devido às suas críticas, organizou-se contra ela um processo de expulsão da APMP, que seria decidido em uma assembleia marcada para o dia 13 de dezembro de 1981, em Ponta Grossa. Na mesma assembleia seriam escolhidos os delegados das associações para o Congresso da CPB (Confederação dos Professores do Brasil) da qual o presidente da A.P.P., Ogliari, era também vice-presidente, e seria votada a unificação das três entidades.

A condução do processo de expulsão seguiria um rito, no mínimo, curioso. A votação do processo de expulsão seria feita com base no estatuto da APMP. Segundo o presidente Sebastião de Paula Vieira, Venci era acusada de violar o artigo V “perderá a condição de sócio quem (...) comprovadamente trabalhar contra a APMP ou praticar atos incompatíveis com os objetivos estatutários e com os deveres de sócio”.⁵⁹⁰ Ela respondia dizendo que “... uma coisa é criticar o dirigente e outra, bem diferente, é se posicionar contra a entidade.”⁵⁹¹

O julgamento, na assembleia, seria feito na primeira parte da mesma, seguindo o estatuto da APMP e, à tarde, seria votada a unificação das entidades, que não previa esse motivo de expulsão. Embora a função do historiador seja a de compreender, e não de julgar, é quase impossível não corroborar as palavras da professora, de que se tratava de uma “manobra sórdida”. Ademais, segundo ela, a realização da assembleia em 13 de dezembro, quando os professores estavam atarefados com o fechamento do ano letivo, tendia a esvaziar a mesma, permitindo que

⁵⁸⁸ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12. p. 450.

⁵⁸⁹ DEAP/DOPS. Documentos/informações referentes a: **Associação dos Professores do Paraná (cópias de jornais)**. PT 94a. 12. p. 180.

⁵⁹⁰ Idem. p. 181.

⁵⁹¹ Idem.

os dirigentes aprovassem os novos estatutos – que na visão dela davam poder e “regalias” demais aos presidentes -, eleger os delegados que desejavam para o congresso da CPB, e expulsá-la.

No dia seguinte à expulsão, um grupo de professores de Londrina foi aos jornais denunciar o que considerava um abuso. O presidente Ogliari teria acusado a professora de ser opositora da associação e do regime; deste último, a mesma parecia concordar pois, segundo ela “temos procurado divulgar trabalhos de Paulo Freire, Darci Ribeiro, Almino Afonso, dentro de uma filosofia de que uma educação deve ser popular... isso tem proporcionado uma mudança de consciência da qual consideramos a educação de base”.⁵⁹² Mas, na visão dos apoiadores da professora, o grupo dirigente lançara mão de métodos próprios da ditadura “lembrando ter sido sua expulsão realizada em data coincidente com o 13º aniversário da promulgação do AI-5.”⁵⁹³

Segundo Ogliari, ela “... representava uma corrente radical do movimento além de se constituir em opositora ao governo e ao regime...”.⁵⁹⁴ Como apontamos, o surgimento de lideranças mais combativas, numa postura mais radicalizada à esquerda, era incompatível com o ideal do grupo liberal, por mais que este não concordasse com o regime militar. Ademais, a mobilização do argumento de que a ideologia da professora contrariava a ditadura para justificar sua expulsão da entidade, não deixa de soar com algum cinismo, uma vez que os próprios liberais aceitavam e estimulavam – nessa época - falas e movimentos contrários à continuidade do regime autoritário.

Acusando os dirigentes de “corruptos e adeptos da TFP” (Tradição, Família e Propriedade)⁵⁹⁵ a professora os acusava ainda de manobrem com vistas a tirar seu nome de uma possível disputa eleitoral interna em 1982, uma vez que era uma liderança bastante reconhecida no norte do estado. Como se pode ver, é preciso colocar aspas na abertura política do grupo liberal nesse momento.

De fato, a assembleia de 13 de dezembro fez as três coisas: a partir da tarde desse dia existia apenas uma associação de professores no estado e o novo Estatuto aprovado teria plena vigência a partir das eleições marcadas para maio do ano seguinte, com eleição para a direção geral e os 23 núcleos sindicais então criados; os delegados foram eleitos para o congresso da CPB; a professora Venci foi expulsa da APMP, não podendo ser associada à nova entidade criada a partir de então.

⁵⁹² Idem. p.186.

⁵⁹³ Idem. p. 184.

⁵⁹⁴ Idem.

⁵⁹⁵ Movimento de extrema direita fundado pelo intelectual conservador Plínio Corrêa de Oliveira, de cunho católico e anticomunista.

Venci, entretanto, não se deu por vencida. No Congresso da CPB, em janeiro de 1982, não podendo se pronunciar por não ser delegada, ela afixou cartazes e recortes de jornal na entrada do plenário, e distribuiu 2 mil panfletos entre os presentes, denunciando Ogliari, Zambenedetti e Vieira. O movimento causou comoção e delegações de diversos estados se solidarizaram, repudiando o fato de que apenas os 3 presidentes tinham direito à palavra, enquanto a professora expulsa não poderia falar. Os dirigentes paranaenses exigiram a retirada do material do Congresso, mas os presentes aprovaram por unanimidade a criação de uma comissão com presidentes de associações de todo o país para virem ao Paraná investigar o caso.⁵⁹⁶

A eleição interna da A.P.P. foi em maio. Venci havia solicitado associar-se à nova entidade então criada, mas no dia 14 de julho de 1982, em reunião “a Diretoria, por unanimidade, negou o pedido de filiação da professora Maria Aparecida Arruda Venci à APP, acatando o parecer do Departamento Jurídico sobre o assunto e ainda por ter, a mesma, feito novas acusações aos dirigentes das três entidades sucedidas pela APP...”⁵⁹⁷

Embora a comissão não tenha sido instalada de fato, as repercussões das deliberações do Congresso continuaram. Em dezembro “o sr. Presidente informou, ainda, sobre a fusão do 4º núcleo, referiu-se à aquisição do telefone daquele núcleo e comunicou a implantação da nova associada, profa. Maria Aparecida Venci.”⁵⁹⁸ Embora não tenha conseguido concorrer nas eleições, ela acabou sendo integrada ao quadro de associados da APP.

4.4 1982: AS OPOSIÇÕES VÃO À LUTA

O ano de 1982 foi bastante decisivo, não apenas para a Associação dos Professores do Paraná, agora uma entidade única com atuação em todo o estado, mas para o regime militar e o país como um todo.

Antes das eleições para cargos públicos ocorreu, em maio, a eleição interna da nova entidade de professores. Pela primeira vez em sua história, a A.P.P. teria eleições não apenas para a direção estadual e a subsede de Paranaguá, mas em todos os 23 núcleos sindicais que haviam se formado durante o processo de fusão com a APLP e a APMP.

⁵⁹⁶ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **ASSOC. DOS PROFESSORES LICENC. DO PARANA**. PT 92b. 11. p. 49.

⁵⁹⁷ APP-SINDICATO. **Atas de reuniões da diretoria da APP, anos 82 a 84**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 19. p. 13.

⁵⁹⁸ Idem. p. 17.

Dessas eleições não há material algum na DOPS. Do ano de 1982, o órgão anotou basicamente fatos relativos à greve dos docentes. Também no arquivo estadual da APP-sindicato nada consta sobre a mesma, a não ser a ata de registro das chapas e, mesmo assim, não tivemos acesso à mesma⁵⁹⁹.

Assim, pudemos acessar apenas um recorte da Folha de Londrina, onde aparecem os resultados preliminares da eleição com a vitória já confirmada para a chapa situacionista, e as atas que registraram as duas chapas, com os nomes dos integrantes das mesmas.

Para a disputa da direção geral inscreveram-se as chapas, “Integração” encabeçada por Izaias Ogliari e contando com a presença de Ruben de Oliveira (ex presidente com grande influência na entidade), e Carlos Renato Fürstenberger, ex presidente da regional de Ponta Grossa da APMP; e “Oposição” encabeçada pelo professor Romeu Gomes de Miranda e contando com pessoas de posicionamento mais à esquerda, mas ainda com pouca expressão na A.P.P. como um todo.

Essa eleição, pela primeira vez, possuía um adicional interessante que compõe o xadrez político interno até os dias de hoje: era importante ganhar a direção estadual, mas também conquistar o máximo de núcleos sindicais possíveis, pois os presidentes de núcleos exercem considerável poder interno e, conforme o tamanho e organização dos mesmos, podem liberar dirigentes, realizar despesas consideráveis e influenciar o processo político local e regional. Os maiores núcleos sindicais da época eram Londrina, Ponta Grossa e Maringá, não apenas pelo tamanho das cidades-sede, mas também pela herança de bens das antigas associações sediadas nos mesmos. Eles estão entre os mais poderosos até hoje.⁶⁰⁰

Como já se pode inferir em trechos anteriores da tese, as disputas em torno dessas eleições começaram bem antes. O surgimento do MOIP, em 1979, pode ser apontado como um marco inicial do processo. É possível perceber nas atas de assembleias a volta das disputas. Lembramos que, após a ascensão do grupo liberal, os conservadores deixaram de tornar as assembleias em espaço de disputa, preferindo outros canais, como a imprensa e o judiciário; a oposição de esquerda, no entanto, talvez pela sua proximidade com o PT e as políticas de base, passou a se organizar para disputar proposições.

⁵⁹⁹ Ela nos foi enviada pelo professor Mário Sérgio Ferreira de Souza – pelo que lhe somos imensamente gratos – mas o local onde está guardada não é o arquivo oficial, uma vez que o consultamos longamente e, inclusive, na pandemia, solicitamos à funcionária responsável que conferisse se por acaso não havíamos deixado de scanear algum material.

⁶⁰⁰ Em termos de poderio financeiro e número de associados o maior núcleo sindical atualmente é Curitiba Norte; o mesmo foi criado em 2002, após um processo de reorganização geográfica.

Os votos da oposição nas assembleias, a princípio, eram sempre em pequena quantidade. Eles começam a ser anotados nas atas das mesmas em 1980, logo após a criação do MOIP. Nesse ano já se havia avançado decisivamente para a unificação das entidades, e a direção da A.P.P estava organizando uma reformulação do seu Estatuto – aprovada em 13 de dezembro de 1981, como apontado acima – que pudesse dar conta da nova realidade da entidade única. Os artigos iam sendo lidos nas assembleias e eram aprovados, rejeitados ou emendados; uma dinâmica aliás presente em reformulações e congressos do movimento sindical até hoje.

Na assembleia do dia 17 de maio de 1980, os artigos 16 a 21 foram aprovados “com 4 abstenções, sem emendas”⁶⁰¹. Na sequência, a professora Maria Helena e o professor Romeu levantaram questões de ordem, que foram superadas no plenário. Outros termos do estatuto foram sendo aprovados, às vezes por unanimidade e outras por 6 votos contrários. A repetição do padrão de votação, sempre 6 ou 4 votos contrários, dá uma dimensão do tamanho da oposição interna em termos numéricos e, uma vez que o grupo conservador não disputava mais as assembleias desde muito tempo, infere-se que eram da oposição de esquerda. Em maio, ao decidir quem seriam os representantes da categoria no recém-criado Conselho do Magistério, a direção indicou os professores Izaias Ogliari e Dino Zambenedetti. Foram aprovados com 6 abstenções.⁶⁰²

Detendo o processo de fusão das associações, de criação do novo estatuto, e de organização das novas eleições, a situação estava em confortável vantagem. Segundo alguns professores de Londrina e Maringá, o processo contra Maria Venci tivera como principal objetivo tirar da disputa um nome forte da oposição, mesmo que com atuação de caráter apenas regional.

No dia 27 de maio de 1982 compareceram para votar aproximadamente 8300 professores. 6317 votaram para a chapa situacionista “Integração” e 1620 para a chapa “Oposição”. Inscreveram-se 30 chapas para disputar os 23 núcleos criados, o que supõe a existência de 23 chapas regionais de situação e 7 de oposição. A oposição conseguiu vencer em Maringá, Londrina e Umuarama.

No núcleo de Londrina, a oposição venceu na disputa regional, mas a situação venceu na disputa estadual. As outras cidades-sede de núcleos eram Apucarana, Arapongas, Assis Chateaubriand, Cambará, Campo Mourão, Cascavel, Cianorte, Cornélio Procópio, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Ivaiporã, Jacarezinho, Mandaguari, Palmas, Paranaguá, Paranavaí, Pato Branco, Ponta Grossa, e União da Vitória.

⁶⁰¹ APP-SINDICATO. **ATAS DE ASSEMBLEIAS GERAIS, ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS DA APP-SINDICATO DE 14/10/78 A 23/04/82**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 19. p 8.

⁶⁰² Idem. p. 15.

Todas essas cidades possuem sedes de núcleos sindicais regionais da APP-Sindicato até hoje; embora atualmente o número de sedes seja 29 devido a processos de reorganização e desmembramento de núcleos sindicais que eram considerados geograficamente muito abrangentes.

Maria Aparecida Arruda Venci não conseguiu compor a chapa que disputou o núcleo de Maringá, uma vez que só foi reintegrada em dezembro. Mas com a renúncia da presidente eleita, voltou à presidência do mesmo por decisão unânime da diretoria regional. Apesar disso, o resultado dessa eleição deixava poucas margens a dúvidas sobre o amplo domínio do grupo liberal sobre a entidade como um todo. A esquerda levaria ainda bastante tempo até conseguir representar uma ameaça de fato a esse domínio.

Diferente dos sindicatos que foram criados após a onda do “Novo Sindicalismo”, mais especificamente após o impacto criado pelas greves do ABC, nos sindicatos e associações como as dos professores - que já tinham uma trajetória bastante longa - os ideais oposicionistas, de renovação e rompimento com o passado demoraram a frutificar. No caso da A.P.P., como se viu, o grupo liberal já reivindicava para si o termo “oposição”, mesmo depois de alguns anos à frente da entidade. Na A.P.P., assim como na CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), apenas nos anos 1990 é que grupos de esquerda conseguiram chegar à direção. Isto é, a onda inicial do “Novo Sindicalismo” foi mais forte nos sindicatos metalúrgicos da grande São Paulo e em entidades criadas depois de 1978, embora tenha influenciado decisivamente as oposições nas associações de professores.

A nova entidade, muito mais fortalecida em material humano, sócios e recursos, passou a ter papel ainda mais decisivo nas questões políticas do estado. Em agosto de 1982, uma assembleia no Colégio Estadual do Paraná, presidida por Izaias Ogliari, contabilizava a presença de 13 entidades do funcionalismo público estadual. Um manifesto previamente assinado por 10 dessas entidades – eram todas associações, uma vez que a legislação ditatorial não permitia ainda a criação de sindicatos no serviço público – trazia um relato da situação de mobilização nas mesmas e “... manifestaram seu integral apoio e participação no movimento dos professores públicos estaduais.”⁶⁰³

Embora não tenha logrado êxito em colocar nomes de seus quadros nas direções de outras associações do funcionalismo, é inegável um certo papel de liderança da A.P.P. nesse movimento de greve; até pela experiência que os professores acumularam nesse tipo de ação ao longo dos anos. E não menos porque a categoria da Educação experimentou primeiro e desde

⁶⁰³ APP-SINDICATO. ATAS DAS ASSEMBLEIAS GERAIS, ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS DA APP-SINDICATO DE 08/08/82 A 27/04/85. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 19. p.5.

tempos, as agruras de rebaixamento salarial, empobrecimento e precarização que nesses últimos anos da ditadura começavam a chegar com força em extratos mais prestigiados do funcionalismo. Assinavam o manifesto mencionado, por exemplo, a Associação dos Engenheiros Agrônomos, Associação de Médicos Veterinários e Associação dos Delegados de Carreira.

Ao mesmo tempo em que precisavam participar da disputa interna, os grupos organizados – ou facções – possuíam em comum o consenso sobre a necessidade de redemocratizar o país. E, nesse sentido, o voto, que fora crucial para marcar a ascensão da insatisfação popular em 1974, trazendo alento e esperança ao MDB, também estava cercado de expectativas nesse ano. Assim, 1982 é decisivo também nesse aspecto, uma vez que foram realizadas eleições gerais no Brasil. Segundo Moreira Alves:

Todos os partidos legalmente reconhecidos participariam com candidatos a vereadores, prefeitos (exceto nas capitais de estados e nos municípios considerados de interesse da segurança nacional, onde as eleições permaneciam indiretas), deputados estaduais, deputados federais, senadores e governadores. As eleições seriam livres, por sufrágio universal direto e secreto. Eram consideradas as eleições mais importantes na história brasileira recente...⁶⁰⁴

Para além dos incessantes ataques terroristas da linha-dura - foram 10 atentados à bomba em 1976, 10 em 1977, 15 em 1978, pelo menos 4 em 1979, 46 atos de violência praticados pela extrema-direita em 1980 e o ato talvez mais emblemático, em 1981: atentado à bomba no Riocentro -, o governo, sob a batuta do general Golbery, modificou profundamente as regras eleitorais, visando garantir controle do processo de abertura.

Mesmo com os vícios do processo (“voto formiguinha”⁶⁰⁵, denúncias de fraude na contagem do Rio de Janeiro, encontro de urnas em bueiros no Rio Grande do Sul), a oposição, capitaneada pelo PMDB, venceu em diversos estados e municípios. Segundo Moreira Alves, os partidos de oposição “juntos... ganharam o controle de cerca de 80% do Produto Nacional Bruto, distribuído por 60% do território, ocupados por 58% da população.”⁶⁰⁶

⁶⁰⁴ MOREIRA ALVES, Maria Helena. Op, cit, p, 278.

⁶⁰⁵ Sistema de fraude com voto impresso onde o primeiro eleitor de uma fila previamente combinada deposita uma cédula falsa na urna, e traz a cédula verdadeira, já preenchida, para o próximo da fila, que o deposita. Assim, cada eleitor da fila vai recebendo uma cédula verdadeira, já preenchida, que deposita, e preenche outra para entregar ao próximo. Mesmo sacrificando o primeiro voto, todos os eleitores previamente comprados/manipulados darão seu voto ao candidato beneficiado pela fraude.

⁶⁰⁶ Idem. p. 287.

O senado, no entanto, continuava sob controle do PDS, e a maioria da oposição, na Câmara dos Deputados, era pequena.

No Paraná o PMDB saiu vitorioso, elegendo Álvaro Dias, que conseguiu vencer o ex governador Ney Braga, ao senado. José Richa venceu para o governo estadual o candidato Saul Raiz, ex prefeito de Curitiba, do PDS. A prefeitura de Curitiba continuou com o regime, uma vez que as novas regras eleitorais não permitiam eleição direta para prefeitos das capitais (talvez apenas por isso). Essas vitórias oposicionistas certamente contaram com a contribuição das contínuas greves de professores no estado, que ajudaram a desgastar a imagem do regime e dos seus representantes.

Nesse ano de 1982, ainda, os professores do Paraná fariam uma nova greve, entre 8 e 21 de setembro. A convocação para a assembleia que definiu a greve por tempo indeterminado foi assinada agora por 17 entidades do funcionalismo.

Ainda antes do início do movimento, o governo do estado pressionara os docentes com a ameaça de usar a Lei de Segurança Nacional contra quem viesse a aderir. De fato, no decorrer da greve, foram abertos inquéritos pela Polícia Federal e os dias de paralisação foram descontados, mesmo os professores tendo realizado reposição das aulas.⁶⁰⁷ Percebe-se que o processo de “abertura” da ditadura continuava misturando liberalização e repressão. Sendo um pouco sarcástico, pode-se dizer que os grevistas experimentavam, em relação ao governo, o que a dirigente “Cidinha” provara em relação aos dirigentes das entidades.

A tentação de usar meios de violência quando o poder está sendo perdido, fica bastante evidente nesse caso; ao menos se considerarmos, como Arendt, que o poder é a capacidade humana para agir em concerto. Para ela “onde os comandos não são mais obedecidos, os meios de violência são inúteis e a questão dessa obediência não é decidida pela relação de mando e obediência, mas pela opinião e, por certo, do número daqueles que a compartilham.”⁶⁰⁸ Nesse sentido, os apelos à violência, mesmo que apenas sob a forma de inquéritos, indicam que o poder do Estado sobre essa categoria estava sendo corroído, isto é, na opinião da maioria dos integrantes, esse governo não possuía mais a legitimidade necessária.

Embora os professores não tenham experimentado atos de tortura ou morte participando de greves e manifestações, o apelo à inquéritos na PF não deixava de ser um passo significativo. Os espaços da associação passaram a ser usados com mais frequência para manifestar repúdio à atos de violência das forças repressivas, como ocorrera no caso do sequestro de Dalmo Dallari. Em assembleia no dia 24 de outubro, “o presidente da APP abriu a sessão com um minuto de

⁶⁰⁷ OGLIARI, Izaias. Op. Cit. p. 18.

⁶⁰⁸ ARENDT, Hannah. Sobre a violência... p. 65-66.

silêncio em memória do Deputado Heitor Alencar Furtado, assassinado barbaramente dois dias antes...”⁶⁰⁹

O deputado, do PMDB, foi assassinado por um policial em plena campanha à Câmara Federal, levando tensões ao processo eleitoral. Na mesma assembleia, os professores aprovaram uma moção de repúdio pela prisão do jornalista – e professor – Juvêncio Mazzarollo, preso em Foz do Iguaçu como incurso na famigerada Lei de Segurança Nacional, por fazer críticas às elites locais em seu jornal. Segundo a moção “não se pode falar em democracia enquanto estivermos a presenciar fatos vergonhosos e humilhantes como os da condenação do prof. Juvêncio, ou dos inqueritos que estão respondendo muitos professores, por participarem do movimento reivindicatório da classe.”⁶¹⁰ A corrosão do poder da ditadura, pode ser percebida também para além da categoria docente, e os jornalistas que publicizavam a corrupção e a violência do regime eram alvos bastante óbvios.

As avaliações dos resultados dessa greve de setembro, naturalmente, eram diferentes para a situação e a oposição. Na avaliação do então presidente, Ogliari, foram bastante positivos. Já para o professor Romeu Gomes de Miranda, não foram tanto assim. Para este último, a expectativa em torno da eleição de José Richa, do PMDB, levava os docentes e optarem por apostar na posse de um candidato da oposição, que prometia realizar uma série de melhorias para o magistério.

Assim como em 1979 ocorrera uma grande expectativa em torno da saída de Jayme Canet Júnior e a posse de Ney Braga – editorial da Página da Educação não hesitava em dizer que Canet fora o “sinal vermelho” da Educação, e incitava os professores a esperar pelo “... sinal verde, prometido pelo futuro governo”⁶¹¹ -; agora havia enorme expectativa com a possibilidade de eleger, pelo voto direto, um político da oposição que parecia se comprometer com as pautas do magistério, e superar a frustração que fora o governo Ney Braga. Em campanha, Richa afirmava que “... os professores viram seus salários serem defasados ao mesmo tempo em que as condições de trabalho se agravavam”⁶¹²

Embora o discurso oficial na entidade fosse de neutralidade política, o fato de contar com ‘soldados fiéis’ do PMDB na direção certamente contou bastante, tanto para a realização da greve, como para a campanha política. Segundo Bertan “em 1982, na campanha ao governo

⁶⁰⁹ APP-SINDICATO. ATAS DAS ASSEMBLEIAS GERAIS, ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS DA APP-SINDICATO DE 08/08/82 A 27/04/85. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 19. p.10.

⁶¹⁰ Idem. p. 12.

⁶¹¹ DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: Associação dos Professores do Paraná. PT 94b.12. p. 386.

⁶¹² BERTAN, Tereza Canhadas. Op. Cit. p. 51.

do Estado do Paraná, a Associação de Professores do Estado tomou posição, apoiando o candidato José Richa, do PMDB.”⁶¹³

Após um processo longo, a entidade havia se voltado decididamente contra o regime, e os discursos de respeito e deferência pelas autoridades políticas foram perdendo força. Não é demais afirmar que a atuação da estrutura e legitimidade da associação dos professores foi extremamente importante para a resistência e superação da ditadura no estado. Aliás, por outro lado, parece correto concluir que, não fora a ditadura, dificilmente as posições de conservadorismo predominante nos inícios da entidade seriam superadas.

Esse ano terminava com enorme expectativa dos professores pelo novo governo, que ajudaram a eleger. Não só: ajudaram a compor; Dino Zambenedetti foi convidado a exercer cargo de confiança na diretoria administrativa do IPE (Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná) e Maria Aparecida Arruda Venci foi trabalhar na SEED, em Curitiba. Novos embates viriam, novas pautas e enfrentamentos, alianças, acusações, ressentimentos, greves e lutas.

Em 1982, depois de longos anos, a A.P.P como entidade passou a ser amplamente favorável ao fim da ditadura e à luta por democracia. A postura de proximidade com os governos estabelecidos enfrentava resistências, principalmente na base e – podemos afirmar – nunca deixou de ser reavivada, seja para criticar a proximidade da gestão liberal com os governos do PMDB, ou a das gestões da esquerda com os governos do PT. Se pode ser um mérito, nenhum desses dois partidos e grupos apostava que os princípios do golpe de 1964 eram ‘salutares e honestos’.

QUADRO 3 – Nomes e funções de dirigentes do grupo liberal e das chapas concorrentes entre 1976 e 1982.

PERÍODO	NOME	FUNÇÃO	GRUPO
1976 - 1978	<i>Ruben de Oliveira</i>	Presidente	Liberal
Diretoria	Cleto Tamanini	1º Vice	
Provisória	Rosi Olga de Araújo	2º Vice	
	Wagner Rocha D'Angelis	Tesoureiro	
	José Sehnen	Secretário	

⁶¹³ BERTAN, Tereza Canhada. Op. Cit. p. 51.

	Milton João Comandolli Mário Amaral Rodrigues Luiza Pereira Mendes Iedo Nespolo Orácio Perini	Diretores sem pasta	
1978-1982 Chapa Única	<i>Izaias Ogliari</i> Dino Zambenedetti Beatriz Juliana Correa Venâncio D. Vicente Alvanir Luiz Munaretto Adilson Fonseca Afonso Mengarda Plínio Fernandes Campos <i>Olien Zétola</i> Adelaide G. dos Santos	Presidente 1º Vice 2º Vice Secretário Tesoureiro Diretores sem pasta	Liberal
1982 Chapa vencedora (Estadual)	<i>Izaias Ogliari</i> <i>Ruben de Oliveira</i> Zilda Telles Carlos R. Fürstenberger Lisle T. de Almeida Elizabetta Della Zonca Sofia Irene S. Durski Leila Sarú Kwiatkowski Altina Morais S. Rincoski Balduino Meures	Presidente 1º Vice 2º Vice Secretário Tesoureiro Diretores sem pasta	Liberal
1982 Chapa perdedora (Estadual)	Romeu Gomes de Miranda Maria Jovita R. M. Kaiser Judith Lourdes M. Barbisan Renato Clososki Aurora Gonçalves Laroca Judith Maria Colombelli	Presidente 1º vice 2º vice Secretário Tesoureiro Diretores sem pasta	Esquerda

	Mário Sérgio F. de Souza Maria Arlete Rosa Augusta Regina C. Camargo João Vaz Amaral		
Obs.: Em 1982 a oposição (esquerda) venceu em 3 núcleos regionais: Maringá, Londrina e Paranaíba. A situação (grupo liberal) venceu nos 20 núcleos restantes, além da direção estadual.			

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa tese foi escrita com a intenção de analisar, a partir de uma perspectiva histórica, a mudança no posicionamento político deste que é hoje o maior sindicato do Paraná, e o 3º maior do Brasil. Procuramos demonstrar como se passou de uma postura de convivência e proximidade com o poder público, para um comportamento mais independente do mesmo; como se passou do elogio aos governos ditatoriais e seus ideais, para uma crítica cada vez mais contundente do autoritarismo, e a luta por democracia; como a entidade foi fundada e dirigida longos anos por professores com perfil mais conservador, e passou a ser disputada e dirigida por grupos com perfil mais progressista.

Inicialmente, enquanto associação, exprimia-se a partir de uma noção de conservar – ou ao menos não fazer questionamento algum – ao sistema político, econômico e social vigente. O apoio explícito aos ideais de 1964 deixava isso claro. Com o passar do tempo, o aumento no número de sócios e patrimônio, organizaram-se internamente grupos que entendiam a sociedade a partir de outros vieses: um com postura mais liberal e outro com ideal de transformação mais radical.

Analisamos os grupos dirigentes pela lente da teoria das elites, independentemente de juízo de valor. O fato de que em qualquer organização que se burocratiza haja penas um pequeno grupo que dirige, é um dado. As conformações, alianças, facções podem variar em quantidade e poder a depender da organização, mas é impossível a um grande número de pessoas controlar o aparelho durante o tempo inteiro. Assim, na A.P.P., identificamos três grandes grupos que a disputaram e dois que a dirigiram, dentro do recorte estabelecido. Grupos com líderes bem conhecidos e reconhecidos, diga-se, e dentro dos quais a circulação de nomes é um fato, e a renovação é mais um slogan que uma prática.

O surgimento dos grupos não se deu por acaso. É possível identificar que a postura de cada um dos três – conservadores, liberais e esquerda – se deu em épocas e sintonias com perspectivas mais amplas da sociedade em geral. O questionamento do grupo conservador pela oposição liberal não pode ser descuidado de um movimento semelhante na sociedade civil. Embora Izaias Ogliari fosse inicialmente filiado à ARENA, é possível perceber uma linha de ação mais próxima do MDB (e depois PMDB, partido ao qual ele acabou se filiando) nesse grupo; Dino Zambenedetti, liderança importante do grupo liberal, fundador da APLP e vice-presidente da A.P.P. declarou: “sempre fui um soldado fiel do PMDB”.⁶¹⁴

⁶¹⁴ BERTAN, Teresa Canhadas. Op. Cit. p. 84.

E o terceiro grupo, à esquerda, surgiu em 1979, mas era claramente identificado com o PT, surgido em franca oposição ao regime, e propondo ideais de democracia bem mais radicalizados do que os liberais aceitavam pensar ou pactuar.

Essa identificação a movimentos mais amplos comprova uma hipótese de pesquisa, que se configurou algum tempo depois do início do trabalho com as fontes: a de que o processo da Ditadura Militar é extremamente relevante para compreender as transformações de posicionamento político na entidade A.P.P. Uma característica que aproximava - ou pelo menos permitia a tolerância entre - liberais e esquerdistas da entidade, era o repúdio ao sistema ditatorial e a sensação de que o professor se encontrava nas mazelas sociais devido, principalmente, às políticas de arrocho, inflação e massificação praticadas pelo regime. E esses dois grupos, depois de 1979, eram os únicos que estavam organizados internamente.

Sendo uma entidade à qual restava ainda ‘um mínimo de poder político’, em virtude de uma ditadura de tipo autoritário, a A.P.P. pôde fazer questionamentos e enfrentamentos, a princípio de caráter exclusivamente corporativo, aos governos de então. Esses questionamentos, quando eram oficiais e em nome da categoria, davam-se de forma institucional; mas quando um docente qualquer se exaltava em uma assembleia, com a presença de agentes da DOPS, e tecia críticas duras ao governo, requeria certamente uma dose adicional de coragem. Da coragem de agir pelo discurso, de transformar um espaço de fala, limitado, em um espaço de resistência, limitado também. Mas em uma ditadura, esses espaços e essas falas importam muito, uma vez que cada ato pode ser imediatamente politizado.

Não falamos de heróis, no sentido comumente entendido. Falamos do ser humano que age, pelo discurso, e, com sua ação, ilumina e ajuda a criar espaços públicos. De pessoas sobre as quais os relatórios da polícia política informariam o nome – nas palavras de Arendt, adicionariam um ‘quem’ ao ato -, e que não poderiam saber, embora pudessem supor, que consequências adviriam dessas falas. Heróis ou não, expor-se requeria coragem, essa que Arendt denomina ‘a mais cardeal das virtudes políticas’, e que somada aos inumeráveis outros atos, de outras pessoas anônimas, muitas vezes conhecidas apenas pelos órgãos de segurança - e em geral sem o prestígio institucional de uma associação de professores a prover um pouco de poder -, puderam ajudar na superação da ditadura militar.

Heuer nos lembra que o agir público sempre requer coragem. Mesmo que seja apenas aquela de se expor ao julgamento de outras pessoas em sua fala, numa democracia. Nesse sentido, aqueles que fundaram uma associação e lutaram, da forma como acharam correto e conveniente, para mantê-la em pé e aprimorá-la, são também pessoas que agiram e ajudaram a transformar. É característica da ação ‘como distinta do mero comportamento’, nos lembra

Arendt, mudar o curso das coisas. No entanto, a exigência de coragem é sem dúvida muito maior para aqueles que agiram no período autoritário.

Como trabalhadores intelectuais e muitas vezes “intermediários privilegiados... entre o mundo erudito e as classes populares...”⁶¹⁵ em épocas onde o ensino havia sido massificado, os professores tinham, e têm ainda, na palavra o seu principal instrumento de ação. E, nesse sentido, uma associação ou sindicato bem estabelecido e legitimado pode ser de grande importância na formação de opinião sobre o governo e a condução dos assuntos públicos.

Formadores de opinião interferem no comportamento político dos eleitores, mesmo em períodos fora das disputas eleitorais. Para Jean-Jacques Becker “não existe política que possa se desenvolver por muito tempo – pelo menos num Estado democrático e provavelmente também um pouco nos outros – sem vínculos estreitos com as tendências dominantes da opinião pública.”⁶¹⁶ O Brasil não era um Estado democrático, mas realizava eleições periódicas – com diversas questões a serem levantadas, é verdade - e o voto vinha se convertendo em um verdadeiro termômetro da insatisfação popular com o regime. Outro bom motivo pelo qual as pastas que se referem aos professores na DOPS, especialmente à A.P.P. e APLP, possuem um volume tão impressionante de documentos.

Homens e mulheres, professores e professoras cujas ações e discursos não se perderam, ainda, no tempo, e cujos registros não foram consumidos pela repressão política. Embora, como anotamos na tese, só os homens tenham acessado a presidência da entidade pelo voto durante todo o período pesquisado. Mulheres como Maria Aparecida Arruda Venci e Edezina de Lima Oliveira, que acessaram a presidência de importantes núcleos sindicais, a partir de 1982, pela oposição de esquerda.

Outras mulheres exerceram a presidência por curtos períodos de tempo, na sede estadual com Elvira Meireles, na sede da APMP Maringá com Venci, e na sede local da APLP Londrina, com Edezina. Mas essas exceções parecem confirmar a regra. A primeira vez que o grupo conservador perdeu uma eleição, sua candidata a presidente era uma mulher, Leonídia Staut; teria sido diferente se fosse um homem na disputa? Não podemos saber, mas podemos, minimamente, propor a questão.

A nos pautarmos pelos materiais de divulgação oficial, fica a impressão de que as lutas de fato começaram somente depois do surgimento da esquerda organizada na mesma, ou pelos menos com o sumiço do grupo conservador. Parte dos objetivos da tese visava perceber se isso

⁶¹⁵ WINOCK, Michel. As ideias políticas. IN: RÉMOND, René. **Por uma história política**. -2ªed. -. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 286.

⁶¹⁶ BECKER, Jean-Jacques. A Opinião Pública. IN: RÉMOND, René. Op. cit. p. 205.

se confirmaria de fato e, com absoluta certeza, podemos afirmar que não. A defesa dos interesses da categoria não esteve ausente nem mesmo no período áureo do grupo conservador; e as práticas do mesmo, à época, eram as do associativismo docente brasileiro como um todo. Antes de serem “pelegas”, eram paternalistas. E a defesa de ideais democráticos, ou pelo menos do fim do autoritarismo, não esteve ausente do horizonte do grupo liberal.

Paternalistas em sentido thompsoniano, como um equilíbrio de forças sociais, onde os dominados exercem, e não apenas sofrem, a sua condição. Embora esposasse um conservadorismo agradável aos governos, a associação, seus líderes e sua base, não se furtava a tirar dessa proximidade ideológica e política benefícios necessários à categoria; e mesmo a reagir de forma menos simpática quando esses benefícios não vinham.

O que encontramos na caminhada e procuramos traduzir na tese foi uma associação que não começou em 1982, com as primeiras chapas de esquerda, nem em 1979, com o surgimento do MOIP, nem em 1973, com a vitória da oposição liberal. Encontramos, isso sim, materiais onde os grupos organizam sua visão dos acontecimentos; deixam uma “memória histórica” e continuam, no caso do último, a alimentar uma narrativa que celebra os seus feitos. Mas em que período da História os vencedores não fizeram isso?

Nesse sentido, longe de execrar as práticas encontradas, procuramos compreendê-las e inseri-las na dinâmica do período correspondente. Não avançamos a pesquisa ao ponto de descrever o processo de tomada da direção pela esquerda. Quando a tese termina, a A.P.P. já era uma entidade em franca oposição à ditadura, e os grupos que passaram a disputa-la exprimiam em partes as oposições mais amplas: um com ideais mais liberais e próximos do PMDB, e outro com ideais mais à esquerda, próximos do PT.

A transformação da Associação em Instituição implicou um longo percurso até uma verdadeira independência financeira em relação ao poder público. Essa questão precisa ser reforçada a título de matizar as acusações de peleguismo dirigidas especialmente contra o grupo conservador. A penúria financeira das associações docentes era uma realidade nacional em sua época, da qual o Paraná não era uma exceção. Nos seus anos iniciais, como ficou evidente na tese, era basicamente impossível à A.P.P. sobreviver sem os socorros dos cofres públicos. E, nesse sentido, distanciar-se politicamente dos governos de plantão era difícil; sendo bastante complacente no julgamento, era até mesmo pouco sábio. Isso não implica, claro, uma opinião positiva ou juízo de valor sobre o fato. É uma constatação.

De toda forma, grande parte do patrimônio que a entidade administra até os dias de hoje foi conseguida nessas décadas iniciais. Sedes, terrenos, Casa do Professor em Curitiba, são alguns dos bens adquiridos por essa via. O discurso de independência em relação ao governo –

necessário e importante, diga-se – era realizável em uma época (1972-73 em diante) em que a Associação já podia caminhar, do ponto de vista financeiro, com as próprias pernas.

Analisando o movimento sindical brasileiro, Leôncio Martins Rodrigues nos lembra que “... ainda sob regimes militares, os grupos mais à esquerda, ou de oposição ao governo, já tinham ocupado a direção de numerosos sindicatos importantes.”⁶¹⁷ Mais ainda:

(...) não se pode deixar de notar que, em larga medida, o novo ativismo sindical pôde contar com a estrutura do sindicalismo oficial, de onde saiu uma nova safra de sindicalistas. De fato, durante os regimes militares, os sindicatos oficiais haviam sido controlados, mas não destruídos. Foi a partir da estrutura corporativa, ocupada por novas lideranças, que o sindicalismo brasileiro ganhou impulso. Sem a existência dessa base organizatória, capaz de fornecer recursos administrativos e financeiros, além de ativistas e militantes, o movimento sindical dificilmente teria conseguido se levantar com tanta rapidez e ocupar um espaço importante na política brasileira.⁶¹⁸

A A.P.P. era uma associação docente, não um sindicato, mas enviou representantes – como diversas outras associações do país – para participar dos ENCLATs (Encontro Nacional das Classes Trabalhadoras) e da I CONCLAT (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras), movimentos organizados por sindicalistas. Nesse sentido, podemos fazer uma avaliação parecida em relação ao uso de uma estrutura já montada em relação às grandes greves de 1978, 1980, 1981 e 1982 capitaneadas pela A.P.P.; isto é: sem a estrutura longamente montada, teria sido difícil à entidade e aos seus militantes e dirigentes propor e suportar essas greves. E mesmo o apoio à luta pela redemocratização, que não se separa desses movimentos, dificilmente teria sido possível.

Essas greves e a entrada decidida na oposição ao regime não podem ser percebidas, também, sem referi-las às políticas educacionais e salariais da ditadura. O empobrecimento geral dos docentes no serviço público, associado à precarização de suas condições de trabalho e à massificação de estudantes e professores, é parte importante da explicação sobre a mudança de uma postura conservadora para a realização de protestos, greves e aceitação de junção com movimentos sociais.

⁶¹⁷ RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. IN: BOITO Jr. Et. al. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 32.

⁶¹⁸ RODRIGUES, Leôncio Martins. **CUT: os militantes e a ideologia**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 02

A abertura para inserção de outros grupos em suas ações, e para o uso de sua sede no Edifício Asa por esses mesmos grupos ainda na gestão liberal, é um dos mais claros indícios de que os novos protestos não eram mais apenas de caráter corporativo. A progressiva e aberta aceitação do Movimento Estudantil, de Associações de Bairros, Partidos Políticos, do movimento por Anistia e outros, mostram que houve mudança qualitativa nas pautas e no posicionamento. Entendemos que a violência policial, em 1981, não está ausente também das motivações para isso.

As falas, discursos, acusações, panfletos e greves não foram observadas apenas do ponto de vista de comportamentos racionais e estratégias frias. A análise das trocas de farpas entre dirigentes e grupos, dos materiais destinados a convencer a sociedade pela justiça das greves, das denúncias da violência da polícia, revela o fato óbvio de que a criação de simpatias e ódios é fundamental em qualquer batalha política.

Ansart nos ensina que “atrás das posições de princípio e das profissões de fé, exprimem-se as rivalidades entre as pessoas, as lutas de poder, as ambições ...”⁶¹⁹ Assim, quando se acusava os dirigentes conservadores de ‘trair’ a associação ao propor a criação de 14 regionais, ou se acusava os liberais de serem ‘subversivos’, portadores de ‘ideologias duvidosas’, temos em conta que não era apenas a associação que se estava tentando “proteger”, mas sim a coincidência entre a instituição e a visão de mundo do grupo que pretendia dirigi-la.

Do mesmo modo, os apelos à sociedade diante da violência contra o acampamento de professores, ou a situação de ‘miséria’ dos mestres frente a um governo ‘insensível’ e indiferente, são denunciadas não apenas com base na quantidade de policiais que estavam na ação ou dos números de salários frente aos preços, mas com uma forte carga emocional destinada a gerar paixões que resultassem em simpatia pela categoria, e desprezo/ódio pelo governo.

Em cada período de predomínio, os grupos internos procuraram justificar suas atitudes e desqualificar as críticas, como qualquer grupo com poder em algum lugar, usando não apenas recursos racionais, mas também recursos emocionais. A forma como seu domínio apareceria e seria lembrado, e a forma como se deseja(va) que seja confundido com a própria história da entidade, remonta ao fato de que a memória, como já apontamos, é também uma questão de poder.

Como cidadão, e militante, temos nossas simpatias e, muito possivelmente, elas podem ser inferidas na tese, embora, como historiador, o trabalho para sustá-las tenha sido constante. Conforme Marcelo Badaró Mattos “do sindicalismo como área de trabalho ou como campo de

⁶¹⁹ ANSART, Pierre. Op. Cit. p. 127.

militância, ao sindicalismo como tema de estudo, o passo parece natural.”⁶²⁰ No entanto, prossegue o autor, “... por trás desse nexó aparentemente natural, há que se refletir sobre problemas sérios para a produção de uma tese acadêmica.”⁶²¹. Essa tese é uma narrativa, fundamentada, de como se deu a mudança, na A.P.P., de um perfil conservador para o repúdio à ditadura e adoção de pautas mais progressistas.

⁶²⁰ MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. p. 38.

⁶²¹ Idem. p. 39.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Odílio Alves. “A resistência em Hannah Arendt: da política à ética, da ética à política.” IN: DUARTE, André et. al. (orgs.). **A banalização da violência**: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas**. Curitiba: UFPR, 2009.

ANSART, Pierre. Das identidades de ofício às identidades de classe: um devir paradoxal? (1820-1848). IN: SIXAS, Jacy Alves; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion (orgs.) **Razão e paixão na política**. Brasília: UNB, 2002.

ANSART, Pierre. Em defesa de uma ciência social das paixões políticas. In: **História Questões de debates**. Cristianismo 2000 anos. v. 17, n. 33. Curitiba, UFPR: 2000.

ANSART, Pierre. **Los clínicos de las pasiones políticas**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1997.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. -10ªed.- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDT, Hannah. **A promessa da política**. -2ªed.-. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

ARENDT, Hannah. “Desobediência civil”. IN: ARENDT, Hannah. **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

ARENDT, Hannah. **O que é a política?** -6ªed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ARENDT, Hannah. **Responsabilidade e Julgamento**. São Paulo Companhia das Letras, 2004.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. -2ªed.-. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista**. São Paulo: Símbolo, 1978.

BECKER, Jean-Jacques. A Opinião Pública. IN: RÉMOND, René. **Por uma história política**. -2ªed.-. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BELLO, Melissa Colbert. **Professoras e professores em greve? Memórias do Congresso do Magistério Público do Paraná (1968)**. (Dissertação de Mestrado). PPGE. Curitiba: UFPR, 2013.

BERTAN Tereza Canhadas. **Os cargos de direção das escolas públicas no Paraná**: a trama das relações de poder. (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

BLASS, Leila Maria da Silva. Novo Sindicalismo: Persistência e Descontinuidade. In.: RODRIQUES, Iram Jácome (org.). **O Novo Sindicalismo: Vinte Anos Depois**. Petrópolis RJ: Vozes, 1999.

- BLOCH, Marc. **Apologia da História**: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BOBBIO, Norberto. “Teoria das Elites.” IN: BOBBIO, Norberto (org.). **Dicionário de Política**. Vol.2. 13ªed. Brasília: UNB, 2008.
- BOBBIO, Norberto. “Política”. IN: BOBBIO, Norberto (org.). **Dicionário de Política**. Vol.2. 13ªed. Brasília: UNB, 2008.
- BONAZZI, Tiziano. “Conservadorismo.” IN: BOBBIO, Norberto (org.). **Dicionário de Política**. Vol.1. 13ªed. Brasília: UNB, 2008.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. IN: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. “A representação política: elementos para uma teoria do campo político.” IN: _____ **O poder simbólico**. 6ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Florianópolis: UFSC, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRUNELLO, Leandro. **Repressão Política na Terra das Araucárias: a Operação Marumbi em 1975 no Paraná**. (Dissertação de Mestrado). Maringá: UEM, 2006.
- CAMPOS, Névio de; SOUZA, Eliezer Felix de. Maio de 1968 na Universidade Federal do Paraná (UFPR). IN: **Projeto História**, São Paulo, v. 63, pp. 205-239, Set.-Dez., 2018.
- CERTEAU, Michel de. **As artes de fazer: a invenção do cotidiano**. -3ªed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2008.
- CODATO, Adriano Nervo. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. IN: **História: Questões & Debates**, Curitiba, n;40, p. 11-36. UFPR, 2004.
- CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. IN: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p.271-302 – 2004.
- COHEN, Yves. Por que chamar o século vinte de ‘o século dos chefes’? IN: **Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, v.05.03: 963 – 981, dezembro, 2015.
- CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. Lei 5692/71: Formação de professores e implicações na organização da escola. IN: GONÇALVES, Nadia Gaiofato; RANZI, Serlei Maria Fischer (orgs.). **Educação na ditadura civil-militar: políticas, ideários e práticas (Paraná, 1964-1985)**. Curitiba: UFPR, 2012.

COUTO, Cláudio Gonçalves. Oligarquia e processos de oligarquização: o aporte de Michels à análise política contemporânea. IN: *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 20, n. 44, p. 47-62, nov. 2012.

DONATONI, Alaíde Rita. **Trajetória do movimento docente no ensino superior: um resgate histórico da origem e desenvolvimento do ANDES.** (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação. Campinas-SP: Unicamp, 1999.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado.** Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis RJ: Vozes, 1981.

DUTRA, José Carlos. **A revolução de 64 e o movimento militar no Paraná:** a visão da caserna. IN: *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, nº 22, p. 195-208, jun. 2004.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 2ªed. São Paulo: Editora da USP, 1995.

FERNANDES Florestan. **A revolução burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar. 1975.

FERREIRA Jr., Amarílio; BITTAR, Marisa. **Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985).** São Paulo: Terras do Sonhar; Edições Pulsar, 2006.

FERREIRA, Jorgen (org.). **O populismo e sua história:** debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FORTES, Breno Borges. Apud: COMBLIN, Joseph. **A Ideologia de Segurança Nacional:** o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GABRIEL, Moisés Nascimento. **Deus e os pobres: de Jó à Teologia da Libertação:** um percurso de solidariedade divina com os marginalizados. (Dissertação de mestrado). Belo Horizonte: Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, 2006.

GOMES, Angela Castro. **O aumento do salário mínimo e a saída de Jango do Ministério do Trabalho.** Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NoGovernoGV/Salario_minimo_e_saida_do_ministerio_do_trabalho Acesso em 30/04/2019

GONÇALVES, Nádia Gaiofato. A Escola Superior de Guerra e a Lei 5.692/71: Discursos Governamentais e implementação da Lei no Paraná. IN: GONÇALVES, Nádia Gaiofato; RANZI, Serlei Maria Fischer (orgs.) **Educação na ditadura civil-militar: políticas, ideários e práticas (Paraná, 1964-1985).** Curitiba: UFPR, 2012.

HAGEMMEYER, Rafael Rosa. 1968: o ano da derrubada do ensino pago no Paraná. IN: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **1968 faz 30 anos.** Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp; São Carlos: Editora da Universidade de São Carlos, 1998. pp. 95-128.

HELLER, Milton Ivan. **Resistência democrática:** a repressão no Paraná. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1998.

HEUER, Wolfgang. “Coraje en la política: sobre um verdulero em Praga, senadores norteamericanos, whistleblowers y uma carreta siciliana. IN: **História: Questões & Debates**, Curitiba, Pr: Editora UFPR. n. 41, p. 167-181, 2004.

HOSBAWM, Éric. ”Introdução: a invenção das tradições”. IN: HOSBAWM, Éric ; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IPARDES. **O Paraná reinventado: política e governo**. Curitiba: 1989.

IPARDES. **Paraná: características demográficas e projeção da população por microrregião até 1990**. Curitiba, 1983.

IPEA DATA. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> Acesso em 05/05/2020.

KECK, Margaret Elizabeth. **PT – A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. p. 97.

LARA, Gláucia Muniz Proença; MATTE, Ana Cristina Frick. Emoção e paixão no discurso: uma abordagem semiótica. IN: MACHADO, Ida Lucia; MELLO, Renato de. **Análises do discurso hoje**. Vol.3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

LIMA, Jandir Ferreira de; RIPPEL, Ricardo; STAMM, Cristiano. Notas sobre a formação industrial do Paraná – 1920 a 2000. IN: **Publicatio UEPG** Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, 15 (1) 53-61, jun. 2007.

MAGALHÃES, Francisco de Borja Baptista Filho. **Da construção ao desmanche: análise do Projeto Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: Editora da UFPR, 2011.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. IN: **Rev. bras. Hist.** vol. 17 n. 34 São Paulo, 1997.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998

MINNOGUE, Kenneth. Liberalismo. IN: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MITCHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: UNB, 1982.

MORAIS, Jorge Ventura de. Trabalhadores, sindicatos e democracia: um ensaio bibliográfico sobre democracia sindical. IN: **BIB**, Rio de Janeiro, n. 41, 1,º semestre de 1996, pp. 85-107.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (194-1984)**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

OSINSKI, Dulce Regina Baggio. Raul Gomes e o dia do professor: ações na imprensa em favor da valorização da profissão docente. IN: OSINSKI, Dulce Regina Baggio Vieira; BENCOSTTA, Marcus Levy; VIEIRA, Carlos Eduardo. **Intelectuais, modernidade e formação de professores no Paraná: 1910-1980**. Curitiba: Editora da UFPR, 2015.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. IN: FICO, Carlos [et.al.]. **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PARANÁ, Denise. **Lula, o filho do Brasil**. -3ªed.-. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

PAULA, Ricardo Pires de. **Entre o sacerdócio e a contestação**: uma história da Apeoesp (1945-1989). (Tese de Doutorado). UNESP, 2007.

PEREIRA, Luis. **O professor primário metropolitano**. Rio de Janeiro; CBPE, 1969.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984**. Londrina: UEL, 2001.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.

RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política. IN: RÉMOND, René. **Por uma história política**. -2ªed.-. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. IN: BOITO Jr. Et. al. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **CUT: os militantes e a ideologia**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

RODRIGUES, Sebastião Gonçalves. **Movimento operário e estado: a APP-Sindicato – a organização e as lutas dos trabalhadores na educação da rede pública estadual do Paraná**. (Dissertação de Mestrado PPGE-UFPR). Curitiba: UFPR, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 8ªed. Petrópolis RJ: Vozes, 1986.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Marco Aurélio. “O novo e o velho sindicalismo: análise de um debate”. IN: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 10/11, 1998.

SIGAL, Silvia; SANTI, Isabel. Do discurso no regime autoritário. Um estudo comparativo. IN: CHERESKI, Isidoro; CHONCHOL, Jacques (orgs.). **Crise e transformação dos regimes autoritários**. São Paulo: Ícone Editora, 1986.

SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço de estudos recentes. IN: FERREIRA, Jorgen (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SILVA, Kalina Vanderlei; Silva, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. **O associativismo na construção da identidade social dos professores: o caso do Paraná**. 218 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1986.

THOMPSON, Edward Palmer. A sociedade inglesa do século XVIII: luta de classes sem classes? IN: _____ **Tradição, revolta e consciência de classe: estudos sobre a crise da sociedade pré-industrial**. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

THOMPSON, E. P. “Costume, lei e direito comum”. IN: _____ **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VENTURA, Jorge. Trabalhadores, Sindicatos e Democracia: Um Ensaio Bibliográfico sobre Democracia Sindical. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 41, 1,º semestre de 1996, pp. 85-107.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009.

WINOCK, Michel. As ideias políticas. IN: RÉMOND, René. **Por uma história política**. -2ªed. -. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

7. FONTES CONSULTADAS:

A.P.P. Estatutos da Associação dos Professores do Paraná – 1ª Região – Curitiba. IN: APP-SINDICATO. **Atas de assembleias gerais de 10/61 a 09/72**. Pasta nº 19.

ANJOS, Amâncio Luiz Saldanha dos. **APP Sindicato 60 anos – Cascavel e Região 40 anos: história e memórias**. Cascavel: ASSOESTE, 2008.

APP-SINDICATO. **Assembleias da A.P.P. de 1973 a 1975**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 19.

APP-SINDICATO. **Atas de assembleias gerais de 10/61 a 09/72**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 19.

APP-SINDICATO. **ASSEMBLEIAS APP. ATAS DE ASSEMBLEIAS GERAIS DA A.P.P. 03/1976 A 1978 PRESIDENTE EDUARDO PEREIRA**. Curitiba: APP-Sindicato, pasta nº 19.

APP-SINDICATO. **Atas de Diretoria – 1973 a 1976 – Faustino Fávaro. A.P.P.** Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 13.

APP-SINDICATO. **Atas de reuniões da diretoria A.P.P. 1954 a 1966**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 13.

APP-SINDICATO. **Atas de reuniões da diretoria A.P.P. 1967-1973**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 13.

APP-SINDICATO. **ATAS DAS REUNIÕES DA DIRETORIA DA APP DURANTES OS ANOS DE 78/79/80/81/82 DE 24/06/78 A 20/02/82**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 13.

APP-SINDICATO. **Atas de reuniões da diretoria da APP, anos 82 a 84**. Curitiba: APP-Sindicato. Pasta nº 19. p. 13.

APP-SINDICATO. **Livro Atas do Departamento Social da A.P.P. 1963-1966**. Curitiba: APP-SINDICATO. Pasta nº 26.

APP-SINDICATO. **Curso de formação para representante de escola: Etapa II concepção, estrutura e organização da APP-Sindicato – princípios norteadores, estatuto, instâncias de deliberação**. Curitiba, 2008.

APP-SINDICATO. **ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ**. Curitiba: APP-Sindicato: 1968.

APP-SINDICATO. **Reivindicações e conquistas obtidas através da luta da APP, pelos professores do Estado do Paraná**. Curitiba: APP-SINDICATO, s/d.

BRASIL. Lei 4.464 de 9 de novembro de 1964. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html> acesso em 05/03/2019

BRASIL. LEI 5692/71. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Disponível em <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71> acesso em 22/09/2019.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto-lei nº 1632. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1632-4-agosto-1978-350976-norma-pe.html> acesso em 07/06/2020

DEAP/DOPS. Documentos/informações referentes a: **Associação dos Professores do Paraná (cópias de jornais)**. PT 94a. 12.

DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores do Paraná**. PT 94b.12.

DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Associação dos Professores Licenciados do Paraná**. Pasta 92.a. 11

DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **ASSOC. DOS PROFESSORES LICENC. DO PARANA**. PT 92b. 11.

DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Conselho de Representantes dos Professores do Paraná**. PT 341.40.

DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Greve dos Professores do Paraná Agosto/78**. PT 1071. 130.

DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Greve dos Professores Movimento Educação e Justiça – 1980 Pasta 02**. PT 1069a. 130.

DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Movimento dos Professores do Paraná**. PT 1407. 166.

DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Ocyron Cunha**.

DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Olien Zétola**.

DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes à: **Professores**. PT 1604.194.

KÜNZLE, Maria Rosa Chaves; FERRAZ, Marcos (orgs.). **70 anos de luta e resistência em defesa da educação pública**. Bauru(SP): Canal 6, 2017.

MIRANDA, Romeu Gomes de. **PEQUENO HISTÓRICO DA MOBILIZAÇÃO DA APP-SINDICATO AS GREEVS**. Curitiba: APP-Sindicato. 1986. p. 2. (documento impresso)

OGLIARI, Izaias. **Memória História 1983**. Curitiba: APP-Sindicato, 1983.

PARANÁ. Lei complementar 7 de 22 de dezembro de 1976. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Ensino de 1º. e 2º. graus, de que trata a Lei Federal nº. 5.962, de 11 de agosto de 1971, e dá outras providências. Disponível em

<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=7682&codItemAto=67826> acesso em 11/05/2020.

PARANÁ. Lei 5871 de 8 de novembro de 1968. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério e dá outras providências. Disponível em <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=10245&codItemAto=103637> acesso em 18/03/2019.